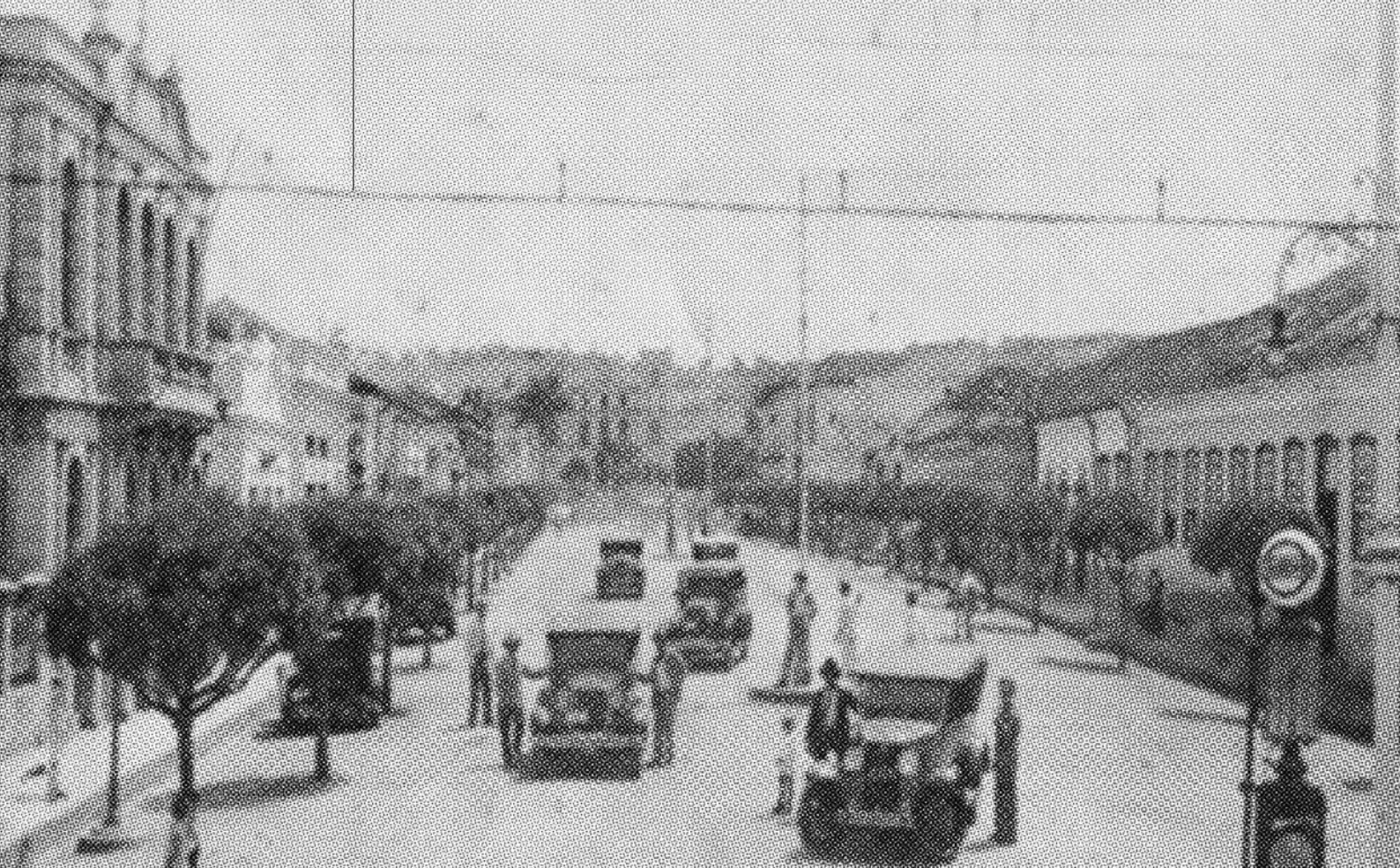


FERNANDO HENRIQUE DO VALE

**Economia de
Abastecimento
em uma Sociedade
Exportadora**

**O Município de
Pouso Alegre
na Transição
para o Século XX**



FERNANDO HENRIQUE DO VALE

Economia de Abastecimento em uma Sociedade Exportadora

O Município de Pouso Alegre na Transição para o Século XX

Proposta realizada com recursos da Lei Federal nº 14.017/2020



Proposta realizada com
recursos da Lei Federal
nº 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc)

Superintendência de
Cultura



Prefeitura Municipal
de **Pouso Alegre**

Copyright @ 2020 by Fernando Henrique do Vale

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Revisora

Josemaire Rosa Nery

Capa e projeto gráfico

Nícolas Camargo

Foto da capa

Museu Histórico Municipal Tuany Toledo de Pouso Alegre/MG

Vale, Fernando Henrique do

**Economia de abastecimento em uma sociedade exportadora:
o município de Pouso Alegre/MG na transição para o século XX** 1ª Edição.

Sumário

	<i>Apresentação</i>	5
	<i>Introdução</i>	8
1	<i>Sul de minas e o município de Pouso Alegre</i>	15
2	<i>Urbanização e construção do espaço urbano</i>	49
3	<i>Evolução e valorização do espaço urbano: uma análise dos Registros de Imóveis</i>	108
4	<i>Formação da riqueza local: um estudo da Elite Pousoalgrense</i>	154
	<i>Algumas considerações</i>	206
	<i>Bibiliografia consultada</i>	209

Apresentação

Entre os anos de 2009 e 2010 fui professor da Universidade Federal de Alfenas – Unifal/MG. Por meio das viagens semanais entre São Paulo e Varginha, sede do campus do curso de Ciências Econômicas da Unifal, era possível observar uma paisagem bastante diversa daquela que percorri durante os quatro anos de minha graduação em Ciências Sociais, entre as cidades de São Paulo e Araraquara.

Por um lado, um percurso de aproximadamente trezentos quilômetros, em direção ao interior paulista, marcado pelas longas planícies, pelos latifúndios de laranja e cana, por um corredor de médias e grandes cidades outrora ligadas pelos trilhos da Cia. Paulista de Estradas de Ferro. Por outro lado, os mesmos trezentos quilômetros de distância, mas de uma paisagem marcada pelas encantadoras montanhas de Minas, pelas pequenas e médias propriedades com significativa diversidade produtiva, cidades economicamente menos pujantes do que as paulistas, mas que guardavam fascinantes manifestações culturais e da história econômica do Brasil.

Na historiografia brasileira o espaço geográfico e econômico do Sul de Minas já teria recebido atenção na primeira metade do século XIX. Negando a noção de uma decadência econômica, como propalada por Celso Furtado em *Formação econômica do Brasil*, uma relevante literatura mostrou como a elite sul-mineira, por meio da grande fazenda de abastecimento, teria alcançado relevância na economia brasileira do período da Independência.

Ainda que as contribuições desta literatura fossem valiosas, ainda restavam algumas questões sobre como entender aquele espaço nas transformações da economia brasileira nas décadas seguintes: como reagiu o Sul de Minas com a expansão da economia cafeeira? Como se deu o processo de construção das ferrovias na região? E qual teria sido o percurso para a urbanização e formação das primeiras indústrias, para a instalação dos bancos, etc?

Foram destas questões que surgiu o projeto Sul de Minas em transição, no qual me reuni com os professores da Unifal-MG Thiago Gambi, Marcos Lobato Martins e Daniel Cosentino, para estimular novas pesquisas em torno da temática das transformações da região entre os séculos XIX e XX. A partir de então um grupo de jovens pesquisadores iniciou sua trajetória acadêmica encampando o desafio de percorrer museus locais, Câmaras Municipais e Prefeituras, os cartórios, entre outros potenciais acervos da região, para vasculhar o passado e compreender os caminhos da “transição”.

O pesquisador Fernando Henrique do Vale foi um destes felizes encontros do período, quando iniciei a pesquisa sobre Pouso Alegre, uma das relevantes cidades para entender a transição na região. Na época Fernando era aluno de história na Universidade do Vale do Sapucaí – Univás e funcionário no Museu

Histórico Municipal Tuany Toledo, ambos na cidade de Pouso Alegre, e logo se mostrou mais do que um contato para entender a história local, mas um entusiasta do projeto.

Formado, Fernando seguiu para o Programa de Pós-Graduação em História Econômica da USP, para desenvolver sua brilhante pesquisa sobre a cidade de Pouso Alegre, um dos frutos desta safra de pesquisas sobre o Sul de Minas gestadas em Varginha. Economia de abastecimento em uma sociedade exportadora: o município de Pouso Alegre/MG na transição para o século XX, agora publicada em livro, produz uma radiografia completa sobre as transformações da cidade de Pouso Alegre na transição dos séculos XIX e XX, inserindo o município dentro da nova dinâmica econômica brasileira durante o período da “primeira globalização”.

Uma pesquisa minuciosa, seguindo os ensinamentos do memorialista pouso-alegrense Amadeu de Queiroz, trazidas na epígrafe do livro, de “procurar as coisas miúdas, uma vez que as grandes mostram-se por si mesmas”.

Fernando percorreu os documentos cartoriais, inventários e registros de imóveis, as Atas da Câmara. Conseguiu, desta forma, compreender as prioridades da elite pouso-alegrense, materializadas pelas políticas públicas da Câmara Municipal; avaliou a trajetória dos investimentos entre campo e cidade por meio das transações dos imóveis na cidade e nos distritos; acompanhou a transformação da riqueza da sociedade, por meio dos inventários.

A síntese da pesquisa indica como Pouso Alegre não passou imune ao processo de modernização da economia brasileira. Ao mesmo tempo mostra como dinâmicas amplas de transformação produzem trajetórias específicas. Pouso Alegre vivenciou intensamente o momento de “transição”, mas como Fernando demonstra cuidadosamente, o município reforçou sua vocação de uma “economia de abastecimento numa sociedade exportadora”.

Em suma, se a obra de Fernando Henrique do Vale precisa ser compreendida no quadro mais amplo da safra de estudos sobre o Sul de Minas – com pesquisas sobre outras cidades como Varginha, Lavras e Campanha, sobre as estradas de ferro e bancos e indústrias na região –, por outro lado, a contribuição de Economia de abastecimento em uma sociedade exportadora é em si um primoroso olhar sobre o papel do local em confronto com uma dinâmica regional.

Alexandre Saes

Introdução

“Formosa, entre as mais formosas povoações de Minas, a cidade de Pouso Alegre se ostenta risonha e faceira como que orgulhosa da beleza de seu solo, da fertilidade de suas terras e de sua admirável e lisongeira posição (...) á tão favoráveis condições topográficas e ás abundantes culturas e pastagens que o cercão, deve Pouso Alegre a fundada esperança de próximo grandioso porvir”⁰¹.

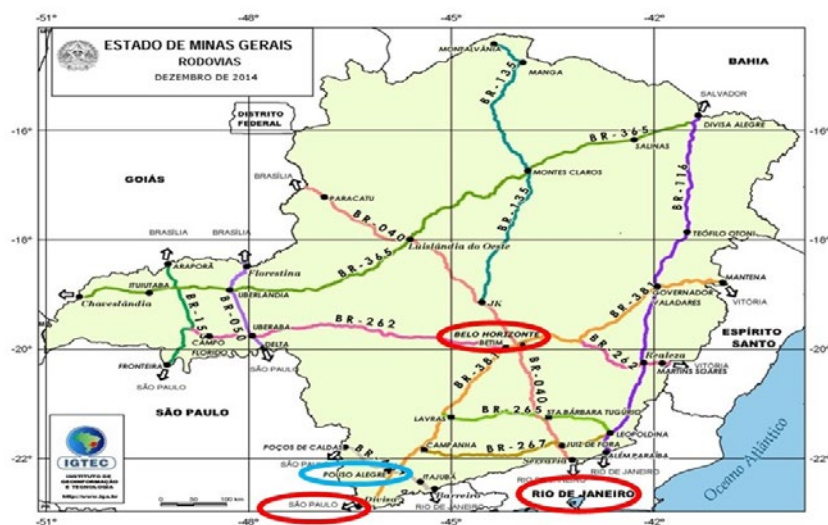
Assim é descrita a cidade de Pouso Alegre na segunda metade do século XIX pelo jornalista e escritor Bernardo Saturnino da Veiga, como uma bela localidade, de solo fértil e abundante produção. Em publicações posteriores, é denominada a “cidade das cidades”, por possuir grande projeção na vida estadual, sendo *“um município de inegável expressão econômica (...) quer pelo seu desenvolvimento, pelas suas possibilidades e pela densidade de sua população”*⁰². Localizada no Sul de Minas Gerais, no Vale do Sapucaí, às margens da Rodovia Fernão Dias, hoje em uma área de acesso aos três maiores centros de produção e consumo do país⁰³.

01 VEIGA, Bernardo Saturnino. *Almanach Sul-Mineiro para 1874*. Campanha: Typographia do Monitor Sul Mineira, 1874, p. 221-22.

02 NOGUEIRA, Armando. *O Sul- Mineiro Ilustrado* (Edição especial do “O Sul Mineiro” dedicada ao Sul de Minas. Varginha: 1940.

03 A sua localização dista de São Paulo 200km, de Belo Horizonte 385km e do Rio de Janeiro 390km.

Mapa 01: Localização de Pouso Alegre entre os três maiores centros do país



Fonte: <http://mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/rodovias/rodovias>, acesso em 15/03/2018

Emancipando-se do município de Campanha no ano de 1831 e recebendo o título de cidade em 1848, atualmente atende as regiões circunvizinhas, que englobam em torno de 50 municípios com uma população estimada em 700 mil habitantes, mantendo-se como referência principalmente nas áreas do comércio, educação, cultura e saúde. E isso nos levou a pensar, no decorrer da trajetória histórica de Pouso Alegre, sobre a sua vocação econômica de um centro de abastecimento regional, um dos motivos que nos motivou a realizar este estudo.

Neste sentido, este livro vem apresentar um estudo em torno das relações econômicas, socioculturais e espaciais estabelecidas em Pouso Alegre, entre os anos de 1870-1910, por meio da urbanização, da constituição de uma elite local e das formas produtivas presentes no município, principalmente na transição do século XIX para o XX, momento este em que a região passava pela modernização e desenvolvimento capitalista. Buscamos analisar as atividades de produção local, a princípio realizada como forma de subsistência e fornecimento de gêneros para o Rio de Janeiro, e se especializando, anos mais tarde, no abastecimento de regiões próximas que se caracterizavam pela produção e exportação do café. Propomos-nos também compreender o processo de urbanização local e como essas transformações contribuíram para a composição do espaço urbano e o surgimento de novos hábitos e costumes presentes em cada estrutura de riqueza e sua inserção no plano social. O que nos motiva a investigar o município de Pouso Alegre, é o fato de que a localidade manteve o seu caráter de economia de abastecimento, enquanto que outras cidades da região se abria para o comércio de exportação, nos levando a pensar nas seguintes questões: como pensar a economia local através da produção, comercialização e abastecimento regional? Como ocorreram as mudanças cidadinas por intermédio do processo de urbanização na transição dos séculos XIX para o XX? Como se deu a formação da elite local? Qual o perfil desta elite? Estes ques-

tionamentos e inquietações nos deram bases para constituir este trabalho de pesquisa acrescentando novas possibilidades de problematizações neste campo investigativo que integram aspectos econômicos e regionais.

A produção historiográfica especificamente voltada para a economia do Sul-mineira é recente, sendo de fundamental importância para a compreensão do movimento histórico da região e do estado, como também para as dinâmicas econômicas do país. No grupo de estudos que desenvolve pesquisas históricas sobre a região do Sul de Minas⁰⁴, esse livro se insere, levantando questões sobre as dinâmicas econômicas no município de Pouso Alegre nas últimas décadas do XIX e alvorecer do século XX, momento este marcado pelo crescimento de cidades, desenvolvimento das pequenas indústrias, organização urbana e passagem para uma sociedade capitalista.

O município de Pouso Alegre se consolidou como uma das principais cidades do Sul de Minas na transição para o século XX. Entretanto, diferentemente da trajetória de outras cidades da região, em que o dinamismo econômico era resultado da expansão da produção de café, em Pouso Alegre a agricultura de abastecimento foi a responsável pelo crescimento e constituição de um dos mais importantes mercados locais do Sul de Minas. Mesmo não se encaixando na economia cafeeira, introduzida na região nas últimas décadas do século XX, se especializou na produção de mercadorias voltadas para o abastecimento, atendendo o mercado local e o comércio da localidade. Contando com uma economia de abastecimento pujante, Pouso Alegre⁰⁵ a seu modo foi acompanhando essas transformações. A realização de obras públicas garantiram novos traçados ao lugar e às práticas cotidianas, como a construção do Mercado Municipal⁰⁶ em 1893, espaço

04 Das dissertações defendidas no programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo por integrantes deste grupo temos: FERREIRA, Natânia Silva. *Elite agrária e processo de urbanização: o município de Varginha- MG (1882-1920)*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017. PINHEIRO, Rafaela Carvalho. *Trabalho, terra e capital no Sul de Minas em transição*. Dissertação defendida no programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017. SILVA, Marcel Pereira da. *De gado a café: As ferrovias no Sul de Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2012. VIEIRA, Eduardo José. *Produção, comércio e acumulação de riqueza em um município escravista mineiro: Lavras/ MG (1870-1888)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2015. Assim como duas coletâneas com pesquisas: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato. *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX*. Bauru, SP: EDUSC, 2012. SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato; Thiago Fontanelles Rosado Gambi. *Sul de Minas em Urbanização – Modernização Urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016.

05 O Município de Pouso Alegre, no final do século XIX era o mais populoso do Sul de Minas, contando com 37.422 habitantes, composto pelos seguintes distritos: São Sebastião da Bela Vista, Congonhal, Estiva, Borda da Mata e Sant'Anna do Sapucaí. Cf. *Synopse do Recenseamento de 31 de Dezembro de 1890*. Directoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898.

06 ANDRADE, Ana Eugênia Nunes de. VALE, Fernando Henrique do. *Mercado Municipal de Pouso Alegre: o cotidiano na cidade*. Campinas: Pontes Editores, 2014.

este dedicado ao comércio, e a instalação da estação ferroviária em 1895, com trens interligando a cidade com outras regiões de Minas Gerais e do Brasil, favorecendo assim o escoamento da produção local/regional e a circulação de pessoas.

Os anos que antecederam a queda do império brasileiro foram marcados por transformações na sociedade e economia brasileira. Da abolição da escravatura e mudanças econômicas, o Brasil passa por um crescimento urbano proporcionado pelo processo de urbanização, expansão e surgimento de novas atividades comerciais e industriais e a atuação dos serviços públicos, como a implantação de ferrovias, surgimentos de bancos, entre outros⁰⁷. Esta transição de séculos foi um período em que o Brasil vivenciou um crescimento econômico, modernização e urbanização, cada região possuindo uma dinâmica diferente, nos apresentando diversas singularidades.

Como projeto empreendido pela elite brasileira na transição do século XIX para o XX, a urbanização, fruto do capital agrário mercantil e político, fora responsável pelos melhoramentos e modernização, como a implantação de ferrovias e portos, e na infraestrutura do espaço urbano, abastecimento e saneamento, caracterizando-se também pela diferenciação nos padrões de consumo direcionados aos privilégios de *“uma minoria, que está intimamente ligada à existência de um excedente. Sua rápida expansão na periferia é uma das consequências da ampliação do excedente possibilitada pela inserção no sistema de divisão internacional do trabalho”*⁰⁸. Além das melhorias perceptíveis em torno do espaço, tal processo promoveu também alterações nos costumes e hábitos da população, introduzindo novas ideologias e novos valores originados das práticas civilizadoras e higienistas de origem europeia.

Este processo de organização e embelezamento do espaço urbano se tornava ao mesmo tempo excludente. Em Pouso Alegre percebemos que no espaço urbano era comum observar construções ou espaços destinados a pessoas que possuíam padrões de consumo diferenciados, geralmente localizados no centro da cidade, e em outros núcleos estariam concentradas outras camadas da sociedade, como poderemos observar no capítulo em que dedicamos aos registros de imóveis ao dividir a cidade em núcleos.

Por meio das fontes coletadas e analisadas, que constituem nosso corpus documental, tivemos a oportunidade de analisar nosso objeto de pesquisa sob três aspectos: social, econômico e estrutural. A utilização destas fontes nos possibilitaram estabelecer um possível diálogo com a temporalidade que estamos estudando, proporcionando *“uma relação direta com as circunstâncias de suas trajetórias pessoais e com suas identidades culturais”*⁰⁹. Dividimos em três grupos de fontes primárias que trabalhamos: o primeiro se constitui de uma série formada por 602 atas de reuniões da Câmara Municipal, distribuídas em oito tomos, contemplando o período que constitui a temporalidade desta pesquisa. A documentação, pertencente ao acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, se encontra em boas condições, contudo, a ausência de documentos no período

07 SAES, Alexandre Machionne; MARTINS, Marcos Lobato. *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para século XX*. Bauru/SP: EDUSC, 2012, p. 08. Dentre estas transformações, deixaria seu caráter dicotômico- entre um setor de exportação e outro para subsistência-, tornando-se mais complexa.

08 FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento- Enfoque histórico- estrutural*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000, p. 85.

09 PINSKY, Carla Bessanezi (org). *Fontes históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p.10.

de 1891-1903, tornou-se empecilho para uma análise pormenorizada neste intervalo de tempo. Na intenção de suprimir este vazio e complementar os outros anos, nos debruçamos na organização e análise de séries de documentos soltos, como cartas, comunicados, projetos, entre outros, pertencentes ao mesmo arquivo, enriquecendo ainda mais a construção de nossa escrita histórica.

A segunda estratégia de investigação se dá com a análise dos registros de imóveis. Paralelo aos documentos do legislativo, que nos fornecem informações sobre as transformações urbanas em Pouso Alegre, os registros de imóveis nos ajuda a compreender a valorização do espaço urbano e rural do município estudado ao longo do tempo. Para este trabalho, foi solicitada autorização para o levantamento de dados no Ofício do Registro de Imóveis local (Cartório Amaral), sendo listados 2025 registros presentes em três livros, digitalizados pelo pesquisador e organizados em planilhas.

O terceiro grande grupo de fontes históricas adotadas neste trabalho de pesquisa são os inventários *post mortem*. Característico por ser um corpus documental massivo e serial, possibilita ao pesquisador a recomposição histórica de uma sociedade no período investigado, por meio da observação daquilo que era deixado como espólio, os métodos de partilha, os valores obtidos pelo monte-mor e monte partível, nos deparamos com um outro universo, vivenciados por valores econômicos, sociais e culturais de uma sociedade. Mesmo que a documentação se refira a um só indivíduo, o conjunto nos proporciona uma análise social mais abrangente. Utilizamos em nossa análise de 466 processos realizados no município de Pouso Alegre. O processo de levantamento da documentação se deu em dois momentos: a primeira série, constituído de 139 processos (referentes aos anos de 1870-1898) sob a guarda do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, já se encontravam organizados em fichas de coleta de dados disponível no arquivo do NEHEEP (Núcleo de Estudos em História Econômica e Economia Política), localizado na Faculdade de Economia e Administração (FEA-USP). Para obtermos análise mais completa do recorte temporal proposto nesta pesquisa, nos propomos a fazer um segundo levantamento nos arquivos do Fórum da Comarca de Pouso Alegre (1ª e 2ª estâncias), sendo localizados 80 processos, digitalizados e organizados pelo pesquisador, contemplando os anos de 1899-1920. Percebemos pequena quantidade em comparação com os anos levantados, justamente pelo processo de transferência de documentos para os arquivos MEJUD (Museu do Judiciário Mineiro), vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Com esta série documental, procuramos verificar principalmente a formação da riqueza e composição social dos inventariados no município.

Pelos documentos oficiais, composto das atas de câmara, correspondências e documentos soltos do legislativo, tivemos a ótica da construção do espaço urbano, promovido pelos serviços empreendidos pela municipalidade. Já os livros de receitas e despesas, registros de imóveis e inventários *post-mortem* nos proporcionaram um olhar sobre a economia municipal, por meio de suas receitas e despesas, e os aspectos sociais, observados através das transações de imóveis e da constituição de bens arrolados nos processos inventariais. Para o trabalho com estas documentações, utilizamos dos métodos quantitativos e análises seriais, o que nos proporciona analisar o cotidiano da sociedade, a vida dos homens inseridos em determinada região, seu dia a dia, aspectos familiares, comerciais e financeiros.

Para o cumprimento de nosso objetivo, dividimos este trabalho em quatro capítulos:

No primeiro capítulo, “Sul de Minas e o município de Pouso Alegre” passaremos por um estudo sobre os aspectos econômicos no Brasil e as primeiras observações empreendidas pelos estudos clássicos, sendo questionadas pelas pesquisas realizadas a partir dos anos de 1970, primícias de uma nova forma de se compreender as dinâmicas históricas e econômicas do Brasil e Minas Gerais. Tendo como cerne desta pesquisa a região sul mineira e o município de Pouso Alegre, trataremos neste mesmo capítulo a formação das cidades da região estudada e o processo histórico por qual passou Pouso Alegre, com a formação do povoado e freguesia, sua emancipação da cidade da Campanha da Princesa, quando instituída como Vila, e sua elevação à categoria de cidade.

O segundo capítulo, “Urbanização e construção do espaço urbano”, nos remete a um estudo sobre a formação da cidade, por meio de leituras e investigação da documentação pertencente ao município de Pouso Alegre, atas da Câmara, livros de receitas e despesas e documentos soltos referentes à estrutura local. Neste sentido, realizou-se um breve estudo sobre a Câmara Municipal, sua origem e o funcionamento regular desta corporação no ambiente local, na elaboração de leis e execução de serviços públicos. Para o estudo das décadas que compõem o recorte temporal deste trabalho, focando as obras públicas realizadas, dividimos este capítulo em três seções: “A sociedade da ordem e do espetáculo”, a qual perpassa a década de 1870, identificamos que os trabalhos feitos pela Câmara estavam voltados para a ordem, por meio das leis contidas no código de posturas, e na construção da cadeia, e para a sociabilidade, com a construção de um teatro. Em “Normatização e organização espacial”, olharemos para as décadas de 1880 e 1890, momento este em que a cidade passava por melhoramentos em sua infraestrutura e se preparava para receber os primeiros apitos do trem, com a instalação da ferrovia. E por fim, “Nos trilhos da modernização: o aparecimento da luz elétrica e a comunicação telefônica” percorremos a primeira década do século XX, as políticas de urbanização continuam a dar mais forma à cidade, lugar que aos poucos vai se modernizando, a penumbra da iluminação feita por várias décadas pelo gás acetileno substitui-se pela claridade da luz elétrica e a comunicação encurta distância com a chegada da telefonia, facilitando a comunicação entre a sede e seus distritos. Em relação à dinâmica econômica local, perceberemos por meio da análise dos livros de receita e despesa, a influência exercida pelo comércio, com a função de abastecer as cidades próximas, as quais se dedicavam ao cultivo do café.

No capítulo terceiro, “Evolução e valorização do espaço urbano: uma análise dos registros de imóveis” nos voltamos para a observação dos espaços urbano e rural, observando as metamorfoses ocorridas no âmbito citadino e municipal, com a utilização, principalmente, dos registros de imóveis. Se no capítulo anterior nossa intenção foi a de demonstrar, por meio da documentação do órgão legislativo, o processo de urbanização ocorrido no município de Pouso Alegre, neste capítulo nos propomos a entender como a sociedade estaria assimilando este processo de transformações urbanas que estava ocorrendo, através das transações de imóveis rurais e urbanos realizados durante as décadas estudadas em âmbito municipal, dando ênfase a cada distrito, e por fim, na sede do município. Os dados obtidos em nosso corpus documental nos proporcionam ter contato com o tipo de imóvel e suas características, bem como os preços, podendo variar em cada década.

Por fim, o quarto capítulo, “Formação da riqueza local: estudo da elite pouso alegrense” buscará entender a forma de inserção dos habitantes que compunham o município de Pouso Alegre no processo urbanístico que estavam vivenciando. Para esta análise, utilizamos os processos de inventários *post-mortem*, documentação que nos apresenta de certo modo a estrutura da riqueza dos moradores local. No decorrer deste capítulo analisaremos cada ativo constante dos

inventários, o que nos possibilita a fazer comparações com outros municípios da região. E por fim, discorreremos sobre as faixas de riqueza, o que nos possibilitará entender cada uma delas e sua inserção na sociedade de Pouso Alegre.

Espera-se que com este trabalho possamos contribuir ainda mais com a pesquisa local, que, em conjunto com os estudos de outras regiões, caminham para a construção do processo histórico da economia mineira no século XIX e na transição para o XX.

1

Sul de Minas e o município de Pouso Alegre



Discussões sobre as relações econômicas de Minas Gerais

As pesquisas dos anos 70 do século XX deram início a uma nova forma de se entender o contexto histórico e econômico do Brasil e de Minas Gerais. Os trabalhos, até este momento, eram baseados em documentos geralmente transcritos e impressos em publicações como a *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* e os *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* ou até mesmo publicações estaduais e locais, como os *Almanaques* e *Corografias*. Foram utilizados para a elaboração desses trabalhos os relatos dos viajantes estrangeiros, que registraram em ricas narrações o cotidiano de cada localidade por onde passavam, a dinâmica econômica e o funcionamento do mercado. As limitações das pesquisas com estas fontes tornavam os trabalhos mais descritivos, o que limitava o exercício da análise.

Novas fontes foram levantadas para a investigação histórica e novos debates foram inseridos sobre o estudo da economia, levando em conta as especificidades das diferentes regiões do estado. Em contrapartida, outros autores, a seu modo, questionaram em seus trabalhos a tese sustentada nos clássicos. No final dos anos 50, Francisco Iglésias nos chama atenção para a existência da economia de abastecimento, principalmente no Sul de Minas e na região da Zona da Mata, em que passando o momento áureo da exploração de metais preciosas, o estado não se dedicava apenas à produção de subsistência, possuindo certa articulação econômica com o interior da província:

Minas viu-se tal qual é: região que não dispõe de ouro como riqueza básica, mas que tem no minério de ferro o fundamento mais sólido da sua economia; que pode e deve ser industrial, não só em função desse minério, como de fábricas de todo gênero; que deve ter na lavoura e na pecuária recursos para o próprio abastecimento e ainda para exportação. Enquanto a indústria foi fixando seus centros – mais concentradamente a siderúrgica, potencial inestimável – lavoura e criação dispersaram-se pelo território, apresentando concentração e rendimentos mais apreciáveis no Sul e na Mata. Em função da cultura do café, cidades surgiram e se desenvolveram. Minas integrou-se no ritmo das Províncias vizinhas. Formou uma riqueza particular, às vezes até independentemente dos poderes públicos.¹⁰

Inserida nestas mesmas discussões, Maria Yedda Linhares, no final da década de 70, nos chama atenção sobre questões abordadas naquele momento, como a involução econômica com o término de um ciclo, questionando a ausência de estudos regionais que contemplem objetos específicos:

A decadência está aí presente sem dúvida. É óbvio que houve esgotamento dos veios. Terá sido ela tão súbita e inexorável como nos afirmam os economistas? Ou terá sido matizada e diferenciada pelos “bons e maus frutos” cujas sementes a economia mineradora plantou? Em outras palavras, a decadência teria sido tão inexorável e definitiva no Sul de Minas como no nordeste da Capitania? Como podemos sabê-lo, enquanto nos faltam pesquisas pormenorizadas?¹¹

Os trabalhos produzidos nas próximas décadas apresentarão duas características, como enfatiza Clotilde Paiva: em um primeiro momento, se destacam as inferências e estimativas, contrapondo-se a estagnação econômica e esvaziamento demográfico, surgem questões que nos levam a pensar mediante a organização econômica e a dinâmica demográfica a ela atrelada. E em um segundo momento busca-se focar, mediante ao crescimento populacional, as especificidades da organização econômica contida neste ponto¹². Estes estudos nos deixam mais claro o funcionamento de uma lógica interna em uma sociedade caracterizada pelas relações com o mercado externo.

Com o alvorecer dos anos de 1980, os estudos voltados para a pesquisa em história econômica tomaram novos rumos. Os historiadores envolvidos neste ramo de investigação, partindo das teses tradicionais, passaram a repensar as relações entre Metrópole/Colônia, principalmente

10 IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro, 1835-1889*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958, p. 209.

11 LINHARES, Maria Yedda. *O Brasil no século XVIII e a idade do ouro: a propósito da problemática da decadência*. Seminário sobre a cultura mineira no período colonial. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1979, p. 147.

12 CF: PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas- USP. São Paulo: 1996, p. 10.

nos períodos da colônia e do império. Douglas Libby¹³ descreve muito bem estes novos enfoques, chamando-nos a atenção para a importância dos estudos regionais e suas especificidades, o que tem implicado aos investigadores a busca por fontes históricas inéditas¹⁴ e outras abordagens das fontes que já haviam sido trabalhadas.

a proeminência da monocultura de exportação e da mineração aurífera enquanto objetos de estudo cedeu lugar às investigações de produção de subsistência, da consolidação do mercado interno, do artesanato urbano e rural e da indústria doméstica. Como resultado, hoje reconhece-se a extrema complexidade da economia brasileira dos séculos XVI ao XIX e o fato de que, embora as atividades ligadas à exportação sempre predominassem e norteassem os rumos gerais do desenvolvimento econômico, havia também, uma dinâmica interna que não obedecia, necessariamente, a lógica do pacto colonial. Em vez das grandes sínteses que antes caracterizavam a História Econômica, o recente revisionismo é baseado em estudos regionais, mais atentos às diferenças e às nuances que tanto marcaram, no espaço e no tempo, a realidade brasileira.¹⁵

Alcir Lenharo¹⁶, em sua obra *As tropas de moderação*¹⁷, utilizando de uma vasta documentação primária, busca analisar a questão da economia mineira por meio do abastecimento de centros urbanos, principalmente com o Rio de Janeiro (mesmo antes da decadência da exploração dos metais preciosos nas minas), a formação de um novo setor comercial e a produção e distribuição de gêneros de primeira necessidade para o consumo interno. O perfil produtivo da região sul-mineira se alicerçava na produção agrícola de alimentação (milho e feijão) e na atividade pecuária (porcos, bois, carneiros), como também de seus derivados (toucinho e queijo). Juntamente com a produção de fumo, compunham os itens principais de exportação neste período, mantendo-se mesmo com maior escala no século XIX.

13 Libby destaca a diversificação da economia mineira e afirma que “o grande sustentáculo da economia mineira no século XIX foi a agricultura mercantil de subsistência, ou seja, a produção de alimentos básicos destinados ora ao autoconsumo, ora ao mercado interno, dentro e fora da província. Cf: LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*- Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, p. 14.

14 Em suas investigações e trabalhos, Douglas Libby destaca para a década de 1980 o exercício em história seriada baseada em inventários *post-mortem* para se compreender a diversificação econômica no período aurífero mineiro, estimulando respostas aos argumentos lançados por Roberto Borges Martins sobre o apego mineiro à escravidão e as fracas ligações regionais com a economia exportadora. Além da utilização dos inventários para a análise da constituição da riqueza local em Pouso Alegre, o nosso corpus documental é composto por Atas da Câmara Municipal, Balancetes de Receitas e Despesas Municipais e Registros de Imóveis, fontes estas que nos possibilita analisar principalmente questões ligadas a dinâmica econômica local, modernização e urbanização.

15 LIBBY, Douglas Cole. Notas sobre fontes para a História Econômica do Brasil. *América Latina en la Historia Económica*. Enero-Junio 1995, p. 99-100. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18232/alhe.v2i03.165>, acesso em 27/09/2016.

16 Mesmo sendo publicada sua obra em 1979, Alcir Lenharo se encaixa no grupo de historiadores que buscam entender dinâmicas particulares de uma determinada região.

17 LENHARO, Alcir. *As tropas de moderação: O abastecimento da corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. São Paulo: Edições Símbolo, 1979, p. 19-20.

Esta ligação com a corte proporcionou a articulação do Sul de Minas no papel político¹⁸ nas primeiras décadas do século XIX. Após a chegada da família real no Brasil, em 1808, este movimento de abastecimento para o Rio de Janeiro se tornara mais sólido, devido ao aumento populacional e a suas necessidades básicas. Mesmo se integrando a outras regiões do Centro Sul por meio do comércio, como São Paulo, Rio Grande do Sul e outras regiões mineiras, foi o Sul de Minas que integrou o núcleo mais importante de abastecimento do mercado carioca, percebido nos estudos em que o autor realiza sobre as estradas e a integração do Centro Sul à corte. Este comércio era realizado por tropeiros, que muitas das vezes eram os próprios proprietários das terras onde se produziam estes gêneros, e ao levarem até o seu consumidor, estabelecia contatos políticos o que possibilitava muitas vezes certa influência na Corte. A obra de Alcir Lenharo, situada entre as pioneiras, trouxe contribuições para um período pouco estudado na época, os anos iniciais do século XIX, ressaltando a importância da agricultura de subsistência voltada para o comércio interno por meio dos tropeiros.

Outro estudo que se voltou para a economia mineira no século XIX e que levantou importantes discussões sobre a questão da dinâmica econômica mineira foi o de Roberto Borges Martins na década de 80. A sua produção suscitou um importante debate por outros pesquisadores da área, fomentando novas discussões em torno desta temática. Suas críticas eram direcionadas as interpretações feitas em torno da decadência de Minas Gerais ao encerrar o ciclo da exploração de metais preciosos. Martins defende em sua tese e publicações a importância do mercado interno para a província mineira, suscitando um notável crescimento demográfico, se destacando como a maior importadora de escravos do país¹⁹.

Roberto Martins nos mostra que a economia mineira no século XIX foi determinada pelo mercado interno provincial, criticando os autores clássicos que acentuam o período decadente de Minas Gerais após a mineração. Torna-se claro nas observações do autor, que no período oitocentista, a Província de Minas Gerais possuía uma dinâmica produtiva autônoma,

18 Esta inserção dos mineiros na política imperial buscava defender interesses da região. No prefácio do trabalho de Alcir Lenharo, a Professora Maria Odila da Silva Dias nos deixa claro sobre estes interesses: “Os primeiros sintomas da penetração dos produtos mineiros no mercado da Corte são pressentidos no jogo dos interesses regionais que vão se imiscuindo no cenário político e na própria política central de abastecimento. Em 1828, Bernardo Pereira de Vasconcelos discursava no parlamento sobre a importância de **isentar os produtores e tropeiros mineiros dos rigores do recrutamento militar**; outros políticos, representantes de interesses mineiros como os padres José Custódio Dias e José Bento Ferreira de Mello (residente em Pouso Alegre) defendiam a **liberalização do comércio de abastecimento de carne (...)** entre outros que se destacaram no cenário político. Cf: LENHARO, Alcir. *As tropas de moderação: O abastecimento da corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. São Paulo: Edições Símbolo, 1979, p. 10. Grifos meus.

19 “Durante todo o século (XIX) a população escrava dessa província (de Minas Gerais) superou a de qualquer outra província brasileira: de aproximadamente 170 mil indivíduos, em 1819, ela passou a mais de 380 mil em 1873. Nessa data Minas Gerais tinha mais escravos que as dez províncias situadas ao norte da Bahia, mais as de Goiás, Mato Grosso e Paraná reunidas”. Cf: MARTINS, Roberto Borges. *A Economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Texto para discussão. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1980, p. 01. Outros estudos de Martins a respeito desta temática que merecem atenção: MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence: The slave economy of nineteenth-century Minas Gerais no século XIX*. Tese de Doutorado. Nashville: Vanderbilt University, 1980; Tráfico e apego à escravidão numa economia não exportadora. *Estudos Econômicos*, vol. 13, n. 01, Instituto de Pesquisas Econômicas- USP, v. 13, n°1, 1983.

mantendo o suficiente para o abastecimento interno, e o que era destinado para a Corte no Rio de Janeiro seria uma parcela mínima, tornando válida a seguinte afirmação: “a razão de ser da economia mineira era a própria Minas”²⁰. Os gêneros mais consumidos internamente na província eram o açúcar, aguardente, arroz e feijão, representando em torno de 99% da produção, enquanto o gado bovino, destinado ao mercado do Rio de Janeiro, representava aproximadamente 20%, conforme a tabela 01 em anexo. Esta ideia exposta de uma economia que se voltava para dentro da província é complementada pelas características peculiares de uma propriedade mineira da época:

A fazenda mineira não era uma *plantation*. Suas principais características eram auto-suficiência e diversificação interna. Sua produção mercantil era limitada, e ela, praticamente, não tinha ligações com mercados distantes. A fazenda mineira não era uma empresa: ela nunca se especializava na produção mercantil e suas decisões econômicas raramente eram determinadas por forças de mercado. O absenteísmo era raro, a própria fazenda constituía o centro da vida social da classe dominante²¹.

Outra questão levantada no trabalho de Martins é a presença numerosa de mão de obra escrava na província mineira, sendo fruto de importação na década de 1870. Mesmo possuindo um número expressivo de homens livres, não havia uma oferta voluntária de trabalhadores assalariados. Durante a discussão, são relacionados diversos fatores que favoreciam a ausência desta classe de trabalhadores, como a instabilidade no emprego oferecido e a aversão ao trabalho no campo contínuo e supervisionado²². As interpretações feitas por Roberto Martins no início da década de 1980 repensando os “antigos modelos” da dinâmica econômica suscitaram novos debates²³. Francisco Vidal Luna e Wilson Cano²⁴, em 1983, buscaram reexaminar a questão do grande plantel escravista mineiro. Se a economia mineira, como afirma Martins, era pouco mercantilizada e desligada dos mercados exteriores, como poderia fornecer o capital necessário para a compra de uma vasta mão de obra escrava? Ao analisarem a questão da economia escravista em Minas Gerais, Luna e Cano afirmam que

20 MARTINS, Roberto Borges. *A Economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Texto para discussão. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1980, p. 43.

21 MARTINS, Roberto Borges. *A Economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Texto para discussão. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1980, p. 45.

22 Idem, p. 50-53.

23 Podemos dizer que a partir das reflexões de Roberto Martins em sua tese surgiram três diferentes grupos de pesquisas: o primeiro grupo composto por Francisco Vidal Luna e Wilson Cano em 1983; o segundo, o trabalho desenvolvido por Robert Slenes em 1988; e o terceiro grupo, composto por Douglas Cole Liby e Clotilde Andrade Paiva em 1988. Estes trabalhos apresentam questões da formação e evolução da sociedade mineira.

24 Cf.: CANO, Wilson; Luna, Francisco Vidal. A reprodução natural de escravos em Minas Gerais (Século XIX)- Uma hipótese. In: *Economia escravista em Minas Gerais*. Cadernos IFCH- UNICAMP, vol. 10, outubro. Campinas: 1983, p. 1-14.

(...) parece inviável que uma economia sem um grau mínimo de mercantilização, que lhe permitisse gerar excedentes, e que, portanto, exigisse determinados mercados, gerasse excedentes realizáveis em capital- dinheiro, com os quais pudessem adquirir escravos em grandes quantidades e persistentemente fora de suas fronteiras²⁵.

Os autores, ao justificarem a questão da importação de cativos e do grande número de escravos presentes na província mineira, utilizam da prerrogativa de que perante o “*baixo grau de mercantilização reside a explicação do imenso plantel: a violenta taxa de exploração e o ‘relaxamento dos costumes’ (mestiçagem e casamentos) permitiram o crescimento demográfico*”²⁶. Contudo, devemos considerar que a questão da reprodução natural deve ser complementada à aquisição de escravos por meio do comércio, tendo em vista que a economia de abastecimento inseriu Minas Gerais no comércio com outras províncias.

O debate apresenta novos direcionamentos com os argumentos apresentados por Robert W. Slenes. Em seu artigo “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX” apresenta críticas aos estudos publicados por Roberto Borges Martins, Amilcar Viana Martins Filho e Maria do Carmo Salazar Martins, trabalhos estes produzidos no início da década de 1980 referentes a economia mineira no século XIX. Ao analisar as reflexões feitas por Martins, Slenes concorda na questão da diversificação da economia mineira, contudo lança questões sobre o aumento do número de escravos na província, “*aquela que vê na produção para a exportação a principal razão para o nascimento e crescimento da escravidão moderna*”²⁷. Slenes avança por outros caminhos apresentando a seguinte afirmação:

Acredito que os Martins subestimam em muito a importância do setor exportador de Minas e de seu impacto na economia interna da província. As atividades de exportação não só permitiam um grande tráfico de escravos, mas também constituíam o centro dinâmico da economia mineira. É a **importância desse centro dinâmico- e de seus efeitos multiplicadores sobre o resto da economia-** que explica o apego dos mineiros à escravidão durante boa parte do século²⁸.

No decorrer dos argumentos no artigo, o autor ressalta a importância das atividades de exportação, não apenas por permitir um grande número de escravos para a província, mas por contribuir para a constituição de um centro dinâmico da economia mineira,

25 CANO, Wilson; Luna, Francisco Vidal. A reprodução natural de escravos em Minas Gerais (Século XIX)- Uma hipótese. In: *Economia escravista em Minas Gerais*. Cadernos IFCH- UNICAMP, vol. 10, outubro. Campinas: 1983, pp. 11.

26 Idem, p. 13.

27 SLENES, Robert Wayne Andrew. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX*. Estudos Econômicos (IPE/USP), vol. 18, n. 03, setembro-dezembro. São Paulo: Faculdade de Economia e Administração, 1988, p. 453.

28 Idem.

exportando produtos para as regiões de *plantation*²⁹ e para a corte no Rio de Janeiro. A produção e comercialização de gêneros alimentícios como o queijo, gado, toucinho, entre outros, impulsionou a utilização da mão de obra escrava desde a produção destes gêneros ao transporte dos mesmos. A extração de metais preciosos também foi responsável por empregar grande número de cativos³⁰. O artigo de Slenes nos deixa bem claro sobre a importância da ligação da economia mineira ao setor de exportação, o que dava peso à sua crítica a Roberto Martins em sua tese em que ressalta o autoconsumo e a comercialização apenas do excedente.

Na década de 1990, Clotilde Andrade Paiva, em sua tese de doutoramento, se propôs analisar o contexto mineiro do século XIX por meio de sua população e economia. Em sua argumentação busca reafirmar a diversificação e o dinamismo da economia voltada para o setor exportador das Minas Gerais. Esta dinamicidade, afirma Clotilde, “*manifesta-se também no crescimento populacional, na grande presença de escravos, na pujança de atividades mercantis e nos expressivos vínculos com mercados externos*”.³¹ Ao observar o crescimento populacional, e principalmente a questão da escravaria, torna-se perceptível pela pesquisadora as diferenças que variavam nas diferentes regiões:

A recomposição e ampliação do contingente mancipio **processavam-se de forma diferente nas regiões:** observou-se um grupo onde a importação de cativos era o fator central, com grande desequilíbrio de sexo e idade e elevado contingente de africanos; em outro extremo, encontramos regiões onde o crescimento vegetativo era o fator central, com relativo equilíbrio de sexo e idade e pequeno contingente de africanos; em grupo intermediário, encontramos regiões onde ambos os fatores combinavam-se.³²

Por meio de sua tese, a autora ressalta a grande importância dos estudos regionais para o entendimento da economia mineira no século XIX. No que se refere ao contexto sul- mineiro, estudos vem apresentando as peculiaridades de diferentes cidades desta região, relacionados a constituição do mercado interno e demografia escrava.

O que nos chama atenção para a segunda metade do século XIX em Minas Gerais são as transformações ocorridas, determinando um novo perfil econômico e na sociedade, principalmente na transição para o século XX, surgindo pesquisas que abordam este período, aproximando a interpretação da dinâmica de transformações em Minas,

29 A exemplo destas regiões, temos a Zona da Mata mineira e o Vale do Paraíba que possuíam grandes plantações de café em que se destinava para o mercado externo.

30 Cf. SLENES, Robert Wayne Andrew. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX*. Estudos Econômicos (IPE/USP), vol. 18, n. 03, setembro-dezembro. São Paulo: Faculdade de Economia e Administração, 1988, p. 459-460.

31 PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas- USP. São Paulo: 1996, p. 164.

32 Idem, p. 162.

principalmente na região da zona da mata, ao contexto paulista³³. Esta temática é tratada em trabalhos como de João Heraldo Lima³⁴, “Café e indústria em Minas Gerais (187-1920), em que se procurou entender sobre a produção do café e industrialização especificamente na Zona da Mata Mineira, Clélio Campolina Diniz³⁵, “Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira”, abordando o processo da industrialização à luz do papel do Estado e do capital estrangeiro como seus agentes na transição para o século XX, Ana Lúcia Duarte Lana³⁶ “A transformação do trabalho”, buscando compreender como se procedeu a passagem da mão de obra livre, Domingos Giroletti³⁷ “Industrialização de Juiz de Fora” e Anderson Pires³⁸ “Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930)”, ambos tratando da dinâmica econômica e trabalho especificamente na Zona da Mata. Estes estudos procuram abordar questões como a produção do café, a indústria e a mão de obra no contexto mineiro na transição do século XIX para o XX, possibilitando margens para debates sobre a transição capitalista no Brasil.

Sobre a conjuntura sul- mineira, de uma economia que se integrava plenamente ao abastecimento da Corte, pelas atividades de criação e agricultura de abastecimento, com o meio de transporte precário, feito por tropas e mulas, na transição para o século XX, apresenta maiores relações com o estado de São Paulo, “*não apenas produzindo gêneros de abastecimento, mas inclusive, ampliando substancialmente a produção primário-exportadora de café*”³⁹. Neste momento, o Sul de Minas vinha sendo constituído pela abertura das estradas de ferro, para facilitar o transporte do café e outros produtos destinados ao comércio para os comissários do Rio de Janeiro, as casas comerciais de São Paulo e ao escoamento de mercadorias ao Porto de Santos e do Rio, e pela abertura de bancos locais, com a finalidade de suprir as necessidades decorrentes das pequenas atividades, enquanto que o grande valor de capital ficaria a cargo dos bancos de São Paulo e do Rio de Janeiro. As décadas de 1870-1890 que integram o recorte temporal desta pesquisa foram intensas na expansão das estradas de ferro em Minas Gerais, alcançando “3.567,371 km, tendo sido assentados 154 Km/ano, durante duas décadas, e em claro

33 Cf. SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato. *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX*. Bauru, SP: EDUSC, 2012, p. 22.

34 LIMA, João Heraldo. *Café e indústria em Minas Gerais (1870-1920)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1977.

35 DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

36 LANA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho*. Campinas: Editora Unicamp, 1989.

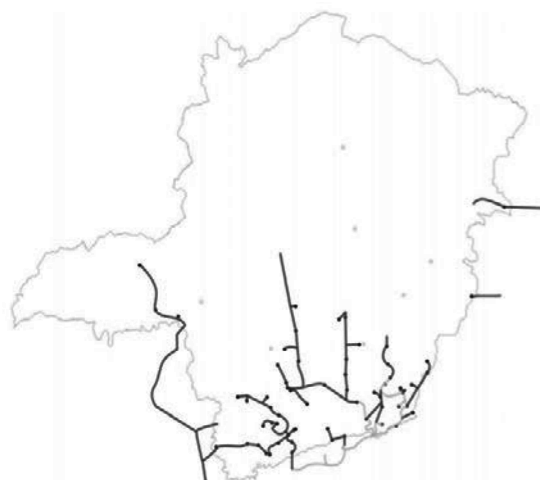
37 GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 1988.

38 PIRES, Anderson José. *Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930)*. Tese de Doutorado do Programa de História Econômica. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP), 2004.

39 SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato. *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX*. Bauru, SP: EDUSC, 2012, p. 22.

*sentido radial*⁴⁰. O mapa 01 nos mostra a malha ferroviária que se constituiu em Minas Gerais entre as décadas de 1870 a 1890:

Mapa 01: Evolução da malha ferroviária em Minas Gerais: 1879-1898



Fonte: BATISTA, Felipe de Alvarenga; BARBOSA, Lidiany Silva; GODOY, Marcelo Magalhães. *Transportes, modernização e formação regional: subsídios a história da era ferroviária em Minas Gerais, 1870-1940*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2012

Com este prolongamento, foram beneficiadas as regiões da Zona da Mata, Zona Central de Minas (Barbacena, Queluz, Belo Horizonte e ramal de Ouro Preto), Triângulo Mineiro (ligação com a Mogiana e a leste com a Estrada de ferro Bahia e Minas) e a Zona Oeste (com ramais tributários entre São João Del Rei a Itapeçerica e Pitangui, de Formiga seguindo para Candeias e Lavras à Carrancas)⁴¹. Na região do Sul de Minas, “(...) foram assentados 703 km de linhas férreas. Aos 147 km da Estrada de Ferro Minas and Rio, integralmente inaugurados em 1884, foram acrescentados 349 km da Sapucaí e 237 km da Muzambinho”, proporcionando maiores relações comerciais com os grandes centros e outras cidades.

Para entendermos o cenário do Sul de Minas e sua história, ressaltaremos a importância da divisão regional feita em um estado com costumes e características diversas e específicas de cada região. Clotilde Andrade Paiva e Marcelo Magalhães Godoy⁴² trouxeram novas contribuições em relação a construção de uma regionalização própria para o estado mineiro. Formulando

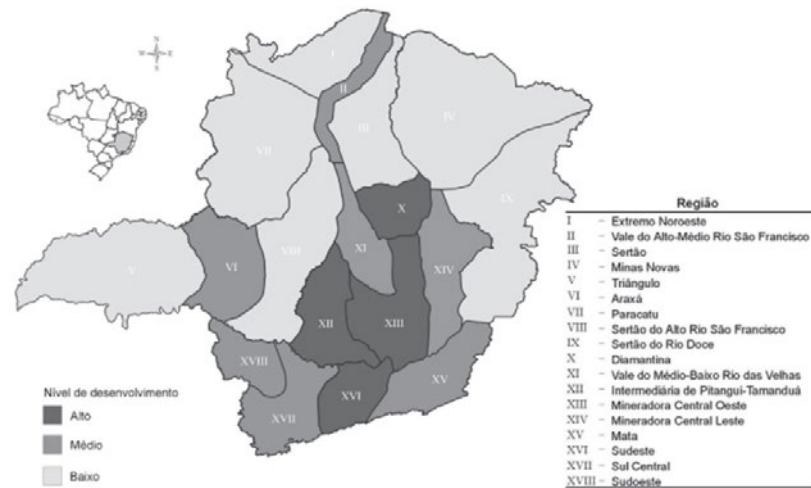
40 BATISTA, Felipe de Alvarenga; BARBOSA, Lidiany Silva; GODOY, Marcelo Magalhães. *Transportes, modernização e formação regional: subsídios a história da era ferroviária em Minas Gerais, 1870-1940*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2012, p. 21.

41 BATISTA, Felipe de Alvarenga; BARBOSA, Lidiany Silva; GODOY, Marcelo Magalhães. *Transportes, modernização e formação regional: subsídios a história da era ferroviária em Minas Gerais, 1870-1940*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2012, p. 22.

42 Cf.: PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. *Território de contrastes: Economia e Sociedade das Minas Gerais do século XIX*. Anais do X Seminário sobre economia Mineira. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002.

a proposta de divisões regionais, os autores partiram do “*inter-relacionamento de fatores físicos, demográficos, econômicos, administrativos e históricos*”⁴³ e observaram que as identidades regionais resultam em combinações específicas de múltiplos aspectos. Destas proposições derivam a divisão do espaço mineiro em 18 sub-regiões, utilizando como fonte os relatos dos viajantes estrangeiros, analisados a partir das características socioeconômicas encontradas em seus relatos e expressas no mapa 02:

Mapa 02: Regionalização e níveis de desenvolvimento da Província de Minas Gerais para a primeira metade do século XIX



Fonte: GODOY, Marcelo Magalhães; PAIVA, Clotilde Andrade. *Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas...* Revista Brasileira de Estudos de População, vol. 27, jan/jun 2010, p. 169.

Percebemos no mapa que regiões como a Mineradora Central Oeste, a intermediária de Pitangui-Tamanduá, Diamantina e Sudeste (respectivamente XIII, XII, X e XVI) apresentavam um alto nível de desenvolvimento e apresentavam características como densidade demográfica elevada e presença de mercado consumidor importante⁴⁴. Paiva nos aponta que

Nestas regiões os viajantes detectaram hábitos de consumo mais sofisticados, uma infraestrutura de transportes e serviços urbanos mais consolidada, a presença de atividades mais lucrativas em termos provinciais e de atividade comercial mais intensa⁴⁵.

43 PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. *Território de contrastes: Economia e Sociedade das Minas Gerais do século XIX*. Anais do X Seminário sobre economia Mineira. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002, p. 11.

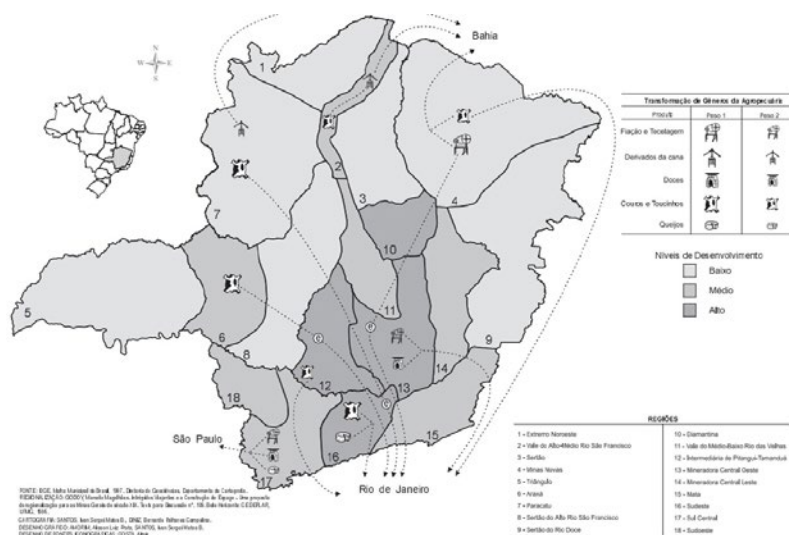
44 Cf.: CUNHA, Alexandre Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. *O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico- espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX*. In: Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História das Empresas. Caxambú: ABPHE, 2003, p. 14.

45 PAIVA, Clotilde. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas- USP. São Paulo: 1996, p. 129.

Tidas como áreas de nível médio, as regiões do Vale do Alto- Médio São Francisco, Araxá, Médio- Baixo Rio das Velhas, Mineradora Central Leste, Sudoeste, Sul Central e Mata (II, VI, XI, XIV e XV), apresentavam relacionamento com mercados externos, agentes que se originaram do primeiro grupo que realizavam o intermédio de suas exportações e regiões de nível médio ou baixo de desenvolvimento como Araxá e Minas Novas. Já as regiões do terceiro grupo, que segundo Paiva “apresentavam extensas áreas ainda desocupadas e embora tivessem alguns núcleos de ocupação antiga, ligados à extração aurífera, se apresentavam em franca decadência”⁴⁶ eram compostas pelo Extremo Noroeste, Sertão, Minas Novas, Paracatú, Triângulo, Sertão do Alto São Francisco e Sertão do Rio Doce (I, III, IV, VII, V, VIII e IX).

O que hoje se prefigura como região sul- mineira, área que abrange o sul central, sudoeste e a maior parte do sudeste (correspondendo aos números XVI, XVII e XVIII do mapa), com base nos relatos dos viajantes, realizava o comércio interprovincial, principalmente com São Paulo e Rio de Janeiro, como observamos no mapa 03:

Mapa 03: Comércio inter-regional e interprovincial segundo os viajantes estrangeiros, primeira metade do século XIX, Minas Gerais



Fonte: PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. *Anais do X Seminário sobre a economia mineira*. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2002, p. 30.

Por meio deste mapa obtemos informações sobre os produtos oriundos de cada região e o fluxo comercial. No sul de Minas, os territórios equivalentes ao sudeste (XVI) e sul central (XVII) estavam voltados para a agricultura e pecuária, como o fumo, víveres, gados bovinos e suínos, e outras criações. Dentre os derivados destes produtos, identificamos a fiação e tecelagem,

46 PAIVA, Clotilde. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas- USP. São Paulo: 1996, p. 129.

couro e toucinho, a fabricação de doces e queijos. As escoações destes produtos, tanto os da região sudeste quanto a Sul Central, estavam muito ligadas ao Rio de Janeiro e São Paulo, do que outras partes da província ou até mesmo a capital. Temos em mente, no entanto, que a produção destas regiões era variada e se voltava para uma dinâmica interna e para as províncias vizinhas, como bem destaca Juliano Sobrinho em seu trabalho sobre a região de Itajubá, cujo trabalho era acentuado para o cultivo do fumo e a pecuária, possuindo “*uma produção agropecuária diversificada, tanto para o consumo de subsistência, quanto para a mercantilização*”⁴⁷, características presentes nos municípios desta região conforme são apresentadas nas pesquisas feitas sobre outras localidades da região sul- mineira.

Tendo passado pelas linhas de pesquisas dos autores clássicos que procuraram entender o Brasil por meio dos ciclos econômicos, aos novos debates de pesquisadores que buscaram compreender as dinâmicas regionais, os estudos sobre Minas Gerais, cujo foco se direcionava especificamente para a mineração, passam a ganhar outros olhares, sejam estudos demográficos, políticos e econômicos. Entender o território mineiro a partir de regiões específicas, nos ajuda a traçar um perfil de cada localidade, seja da grande produção de café presente na Zona da Mata ou da produção de abastecimento interno e comércio com outras províncias (Rio de Janeiro e São Paulo) presentes no sul de Minas Gerais. Neste sentido, procuramos inserir o município de Pouso Alegre como objeto desta pesquisa, observando os pontos similares com as outras localidades que compõem a mesma região e ao mesmo tempo os contrastes que se dão por meio das diversas formas de urbanização, modernização e dinâmicas econômicas. Analisemos agora em específico o caso sul mineiro.

A região sul-mineira e a formação de suas cidades

*O Sul de Minas, admirado pelo velho mundo em razão dos quadros mais poéticos e arrebatadores, com que esse delicioso Éden brasileiro se ostenta debaixo dos trópicos (...) Quem não admira esses fecundíssimos campos e florestas com que fartura nutrem a milhares de povos, criam manadas sempre vigorosas d'esse gado, que transpondo a Mantiqueira, vai abastecer o mercado da capital do Império*⁴⁸.

Sob esta ótica, José Franklin da Silva Massena, membro do Instituto Histórico e Geográfico, inicia o seu texto em que realiza uma visão geral da região sul do estado de Minas Gerais, fazendo uma leitura do quadro espacial e geográfico, apontando as características naturais existentes naquele momento.

O contexto do surgimento e da formação dos primeiros núcleos de povoamento desta região ocorre no final do século XVII, quando há um grande deslocamento de pessoas de diversos pontos da província em busca da tão sonhada riqueza contida nas minas de extração. Inicialmente, a região não possuía povoamentos estáveis, como explica Isaías Pascoal,

47 SOBRINHO, Juliano Custódio. Produção mercantil e diversificação econômica: um desafio para o sul mineiro, Freguesia de Itajubá (1785-1850). In: *XIV Seminário sobre a economia mineira*. Diamantina: Cedeplar, 2010, p. 23.

48 MASSENA, José Franklin da Silva. *Panorama do Sul de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, Ano/Vol. 09, Mês Jul/Dez, fascículo 03, p. 769, 1904.

Se o extremo Sul de Minas foi, conhecido, se houve alguma exploração de ouro, se as pessoas aí se instalaram já no século XVII, o ouro foi apenas o arcabouço que permitiu a constituição de seu primeiro núcleo demográfico. Foi o cenário que tornou possível o conhecimento da região. Não fosse a exploração do ouro teria sido conhecida e povoada muito mais tarde, mas não deve a ele a consolidação da região como pólo de produção econômica em grande escala, não lhe serviu para a estabilidade social, nem lhe assegurou a continuidade no tempo. Não foi a base do progresso econômico, do adensamento populacional, do surgimento das primeiras vilas (...) ⁴⁹

Aos poucos foi se instalando ranchos, moradas, estalagens e povoados isolados nas antigas estradas (picadas) abertas pelos indígenas e reconfiguradas pelos desbravadores destas terras. Estes estabelecimentos espalhados pelas trilhas serviam de suporte para dar assistência aqueles que percorriam estas terras, concedendo abrigo e alimentação, devido aos perigos encontrados ao longo de sua caminhada e o cansaço que consumiam suas energias. Com o tempo, e o aumento de pessoas que se estabeleciam ao redor destas paragens, tais estabelecimentos foram transformando em entrepostos comerciais, com o objetivo do abastecimento local de produtos de primeira necessidade. Nestes espaços foram crescendo o número de pequenas propriedades rurais, em que se praticavam o cultivo e a criação de animais. Dentre os principais produtos se destacavam o milho, a carne seca, queijos, linguiça, toucinho, que eram comercializados nas vendas e paragens para os viajantes que por ali passavam ⁵⁰.

No século XVIII, as atenções eram voltadas para o centro minerador, como a grande máquina da economia mineira, enquanto em outras regiões praticavam-se produções pequenas para o abastecimento local e da região extratora. Enquanto a extração fora “*um sonho a ser perseguido, capaz de canalizar esperanças e energias, o desenvolvimento do Sul de Minas foi tolhido. O fato de não haver na região nenhum centro transformado em vila no século XVIII, com exceção de Campanha (1798)*” ⁵¹ correspondia a um sintoma de sua fragilidade. Este é o panorama descrito para o Sul de Minas no final do século XVIII, uma região que produzia para o seu abastecimento desprovida de um centro que garantisse o seu desenvolvimento.

A emancipação do Sul de Minas se consolida no final do século XVIII, precisamente no ano de 1789, quando a freguesia de Campanha é elevada à condição de vila, tornando-se independente politicamente de São João Del Rei. Conforme consta nas pesquisas de Nunes Leal ⁵², somente

49 PASCOAL, Isaias. *A economia agrária e poder político no Sul de Minas: formação de uma identidade política e conservadora na primeira metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. IFCH: UNICAMP, 2000, p. 22.

50 Cf.: DELFINO, Leonara Lacerda. *A família negra na freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: Incursões em uma demografia de escravidão no Sul de Minas (1810-1873)*. Dissertação defendida na Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: 2010, p. 34.

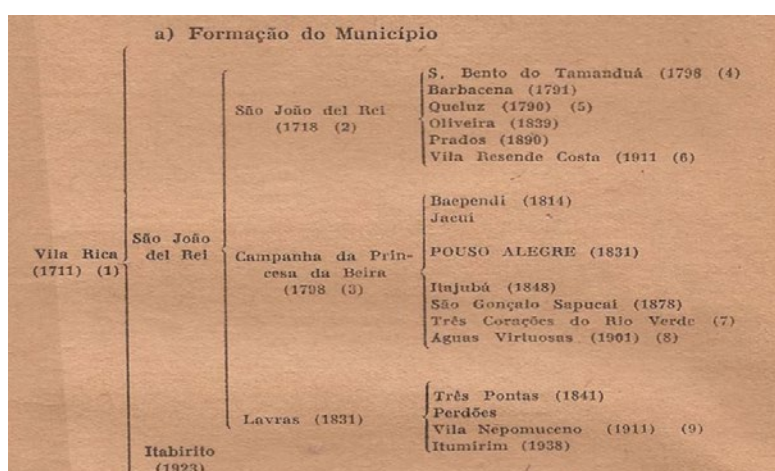
51 PASCOAL, Isaias. *Fundamentos econômicos da participação política do Sul de Minas na construção do Estado Brasileiro nos anos 1822-1840*. Economia e Sociedade, v. 17, n. 2 (33). Campinas, SP, 2008, p. 142.

52 LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1978, p. 60. Neste capítulo, o autor discutirá sobre as atribuições municipais, como sua autonomia e emancipação de outras localidades, a criação das Câmaras Municipais, as etapas políticas desde a colônia até os anos que procederam a proclamação da República.

nas localidades que possuíssem a categoria de Vila poderiam se instalar as Câmaras Municipais e juntamente eram levantados os pelourinhos, como símbolo da liberdade municipal. Este fato se concretizou em Campanha pela alegação de vários motivos, entre eles “a distância de 35 léguas entre Campanha e São João del Rei, a existência de mais de 8000 habitantes”⁵³ entre outros fatores, motivaram que se fizesse um pedido à Rainha de Portugal, Dona Maria, para que se elevasse a condição de Vila⁵⁴. Localizada inicialmente na Comarca do Rio das Mortes⁵⁵, Campanha se tornaria a sede da Comarca do Rio Sapucaí a partir de 1833. A região que passou a formar a Comarca teria suas fronteiras delimitadas ao norte pelo Rio Grande e ao sul e sudeste pela serra da Mantiqueira.

Conforme elucidado, as cidades que compõem o Sul de Minas foram remanescentes outrora da histórica Vila Rica (atual Ouro Preto) e São João Del Rei, como nos apresenta o quadro na imagem 01:

Imagem 01: Quadro da formação dos Municípios em Minas Gerais⁵⁶



Fonte: BRANT, Celso. *Revista A Caiaca*. Número 27. São Paulo: Sucursal, 1951, p. 15.

O quadro nos indica a procedência das porções territoriais, em que se achavam localizadas as sedes municipais. Já no caso de um município ter sido formado com parte de dois ou mais

53 LEFORT, José do Patrocínio. *Cidade de Campanha: Monografia Histórica*. Belo Horizonte, 1972, p. 81.

54 Segundo informações do site do IBGE, O município foi criado por Alvará de 20 de setembro de 1798, com a denominação de Campanha da Princesa da Beira, após seu desmembramento do Município de São João del Rei, com um vastíssimo território onde se acham localizadas mais de 90 Comunas do Sul de Minas, ou seja, pequenas povoações. Percebemos aí a grande extensão em que era compreendida o território da Campanha. Disponível: <http://www.biblioteca.ibge.gov.br/visualização/dtbs/campanha>, acesso em 17/05/2016, às 15:30. Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros- Volume XXIV, ano 1958.

55 A Comarca do Rio das Mortes havia sido emancipada da área mineradora central, com a fundação de sua sede em São João D’El Rey no ano de 1713.

56 (1) Atual Ouro Preto; (2) Atual Tiradentes; (3) Atual Campanha; (4) Atual Itapetcerica; (5) Atual Conselheiro Lafaiete; (6) Atual Rezende Costa; (7) Atual Três Corações; (8) Atual Lambari; (9) Atual Nepomuceno.

outros, a indicação do desmembramento neste quadro só foi feita em relação aquele cujo território pertencia a nova sede municipal, e nos informa, segundo os dados apresentados as primeiras vilas que se tornaram independentes politicamente de Campanha na primeira metade do século XIX: Baependy (1814), Jacuhy (1814), Pouso Alegre (1831), Lavras (1831), Jaguary (1840) e Itajubá (1848). Os avanços da região se dariam aos poucos, inicialmente baseada na agricultura e no comércio de abastecimento⁵⁷.

Esta forma de comércio se consolidaria ainda mais com a vinda da família real e sua corte para o Rio de Janeiro, nos anos iniciais do século XIX. Alcir Lenharo, em seu trabalho *Tropas de Moderação*, ao tratar das formas de abastecimento destinado à corte, inicialmente divide em um conjunto de três fontes: a interna, que eram ligadas as grandes praças, como Portugal (Porto, Lisboa e Prata), internas de cabotagem (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e áreas próximas da corte) e uma outra interna (Minas, São Paulo, Goiás e Mato Grosso). Este terceiro setor, cujo principal fornecedor era o Sul de Minas “*produzia e exportava gado em pé, em grande quantidade, além de porcos, galinhas, carneiros, toucinhos, queijos, cereais*”⁵⁸. Com este tipo de comércio, na primeira metade do século XIX, surge uma classe proprietária que aos poucos passa a ter uma projeção política de destaque, principalmente no período da regência, tornando o mercado interno uma fonte geradora de riqueza para o Sul de Minas. Esta classe de famílias fazendeiras, possuidora da mão de obra escrava, fizeram enormes riquezas no Sul de Minas, mantendo a produção de gêneros voltados para o abastecimento (gado, porcos, carneiros, queijo, toucinho e fumo) e o agro pastoreio. Marcos Ferreira de Andrade reconstrói em seus estudos como se constituía aquela época, posto em

Em um cenário que se vislumbra por grandes propriedades e, logicamente, por grandes escravarias (...). A economia sul-mineira sempre esteve assentada em um leque diversificado de atividades, com especial atenção para as agropastoris e a comercialização em praças regionais e interprovinciais. Um grande proprietário escravista poderia ser dono de engenho, pecuarista, produtor de alimentos, dono de lavra e comercializar parte da sua produção nas vilas e nos distritos mais próximos e, em especial, na Corte. A origem da riqueza estava relacionada ao consórcio de várias atividades e, quase sempre, um grande fazendeiro era também negociante⁵⁹.

A Vila de Campanha neste cenário Sul-Mineiro se torna importante neste momento histórico por possuir grande número de escravarias e produção. Nesta mesma década, precisamente em 1822, é aberta a Estrada do Picú, para facilitar o escoamento da produção para a corte no Rio

57 PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1972; LENHARO, A. *As Tropas da Moderação: O Abastecimento da Corte na Formação Política do Brasil – 1808-1824*. São Paulo: Edições Símbolo, 1979.

58 LENHARO, Alcir. *As Tropas de Moderação: O abastecimento da Corte na formação política do Brasil 1808-1842*. 2ªEd. São Paulo: Editora Símbolo, 1979, p. 20.

59 ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro: Minas Gerais- Campanha da Princesa (1799-1840)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Op.cit. CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. *A Transição da mão de obra no Sul de Minas: o braço do imigrante e nacional nos periódicos locais*. São Paulo: Paco Editoria, 2011, p. 27.

de Janeiro e para São Paulo. Tratava-se de um projeto idealizado por proprietários de Campanha, Baependi e Pouso Alegre, que executaram a construção de uma estrada, que “*atravessando a Mantiqueira em Picu (atual Itamonte), alcançava a estrada de São Paulo para o Rio de Janeiro, abaixo de Areias (...) abreviava em cinco dias o caminho do Sul de Minas para a corte (grifo meu)*”⁶⁰. A ligação desta via se dava de Campanha à estrada de São Paulo- Rio de Janeiro pela região de Baependi e Pouso Alto. O grande movimento nesta estrada se dará apenas em 1840, quando, segundo Restitutti⁶¹, as exportações anuais estariam em torno de 60 mil libras esterlinas.

A posição estratégica de Pouso Alegre favorecia a relação comercial com a província de São Paulo (principalmente entre Taubaté e Guaratinguetá), onde “*os paulistas transportavam por esta estrada mercadorias europeias, e traziam de volta queijos, marmeladas, algum fumo e tecido grosseiro de algodão*”⁶². Um outro caminho seguia pela Vila de Itajubá, fazendo fronteira com a cidade de Lorena (São Paulo) e estabelecendo ligação com a cidade de Parati, pertencente a Província do Rio de Janeiro, por onde eram escoadas as produções. No decorrer dos caminhos foram instalados postos fiscais no intuito de se realizar a cobrança de impostos e o controle da entrada e saída de produtos. É o que exemplifica Restitutti, que em 1869 as recebedorias eram bem vigiadas contra roubos ou extravios de produtos. “*A de Jaguari possuía seis estações de vigia em atividade, enquanto as de Sapucaí Mirim e Soledade de Itajubá situavam-se em gargantas que garantiam caminho quase único*”⁶³. A tabela 01 nos ajuda a visualizar os produtos que eram exportados nestas rotas:

Tabela 01: Fronteira de Campanha- Participação por recebedorias, 1802-1884

Recebedorias	Segmento	Período	Anos	Participação	Principais produtos		
Picu	Pouso Alto	1828-84	33	50,7%	G. vacuum 35,1%	Fumos 26,8%	Toucinho 25,0%
Sapucaí-Mirim	Pouso Alegre	1818-84	34	21,4%	Fumos 48,1%	Suínos 27,0%	G. vacuum 8,5%
Itajubá	Pouso Alegre	1815-84	39	19,0%	Fumos 83,5%	Toucinho 8,3%	G. suíno 3,0%
Jaguari	Pouso Alegre	1815-84	37	5,4%	Fumos 67,5%	Toucinho 8,0%	G. suíno 7,0%
Mantiqueira	Pouso Alto	1802-69	29	3,3%	Fumos 68,3%	G. bovino 8,8%	Toucinho 7,3%
Monte Belo	Pouso Alto	1839-59	15	0,1%	G. vacuum 40,4%	Toucinho 20,9%	Fumo 18,9%
EF Minas e Rio	Pouso Alto	1884-84	1 mês	0,1%	Toucinho 48,2%	Café 21,9%	Fumo 19,6%
Ouro Fala	Pouso Alto	1874-78	2	0,0%	G vacuum 57,2%	G. suíno 29,8%	Toucinho 4,6%

Fonte: RESTITUTTI, Cristiano. *As fronteiras da província: Rotas de comércio interprovincial. Minas Gerais 1839-1844. Dissertação de Mestrado. Araraquara, SP: Universidade Estadual Paulista, 2006, p. 219.*

Percebemos, analisando a tabela acima, que os produtos com maior escoamento no segmento de Pouso Alegre para as outras Províncias eram o fumo, seguido do toucinho, gado vacuum e gado suíno. Por várias décadas fora utilizado este meio de comunicação terrestre, que perdurou

60 LENHARO, Alcir. *As tropas de moderação: O abastecimento da Corte na formação política do Brasil- 1808-1842. São Paulo: Editora Símbolo, 1979, p.69*

61 RESTITUTTI, Cristiano. *As fronteiras da província: Rotas de comércio interprovincial. Minas Gerais 1839-1844. Dissertação de Mestrado. Araraquara, SP: Universidade Estadual Paulista, 2006, p.220.*

62 SPIX, Johann & MARTIUS, Carl. *Viagem pelo Brasil. 3 ed., vol. I. São Paulo: Melhoramentos, 1976, p. 198.*

63 RESTITUTTI, Cristiano. *As fronteiras da província: Rotas de comércio interprovincial. Minas Gerais 1839-1844. Dissertação de Mestrado. Araraquara, SP: Universidade Estadual Paulista, 2006, p. 219.*

até o final do século XIX, quando fora implantada a ferrovia. No período correspondente a década de 1830, na região do Sul de Minas se concentravam aproximadamente 17% da população da província⁶⁴, sendo a maioria habitando os espaços rurais envolvidos no meio agrícola.

Na segunda metade do século XIX, a região do Sul de Minas concentrava 260.000 mil habitantes, compreendidos em 17 municípios e 8 comarcas (Rio Verde, Jaguar, Sapucahy, Cabo Verde, Baependy, Três Pontas, Itajubá e Jacuhy)⁶⁵. Constatamos, ao observar a historiografia de alguns municípios que compõem a região sul mineira, que a produção rural era predominante entre eles. A tabela 02, obtida através dos dados presentes nos Almanques Sul- Mineiro⁶⁶, nos ajuda a estabelecer comparações das principais atividades econômicas entre algumas localidades da região estudada:

64 SAES, Alexandre Macchione et al. “Sul de Minas em transição: ferrovias, bancos e indústrias na constituição do capitalismo na passagem do século XIX para o século XX”. In: *XIV Seminário de Economia Mineira*. Diamantina: Cedeplar, 2010, p. 03.

65 VEIGA, B. S. *Almanach Sul-Mineiro para 1874*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874, p. 29.

66 Ao se utilizar dos dados dos referidos Almanques, devemos ter em mente algumas ressalvas: Bernardo Saturnino da Veiga, ao escrever sua obra para 1874, serviu-se de dados dos mais diversos apresentados por pessoas que residiam nas diversas localidades em que ele não pôde visitar. Em suas palavras, na introdução do Almanaque para o ano de 1884 assim se expressa sobre a imprecisão dos dados colhidos: “Quando publiquei o *Almanak Sul-Mineiro, para 1874, confiei em informações de amigos e desconhecidos, quem nem sempre corresponderão às minhas esperanças, deixando esquecidas notícias de interesse, que eu havia solicitado em longo e minucioso questionário, alterando outras no sentido de conveniências particulares (...)*”. Um outro ponto que devemos nos atentar é sobre o caráter político que possui as publicações, principalmente ligados ao movimento separatista da região, procurando ressaltar uma identidade para o Sul de Minas, mesmo o autor “*pessoalmente visitar as localidades, ou nelas me fazer representar por pessoa minha*”. Mediante estas observações, o que nos interessa é observar a ocorrência das atividades econômicas nas localidades escolhidas, mesmo que encontremos algum exagero nos dados, utilizaremos com finalidade comparativa entre as duas décadas.

Tabela 02: Principais atividades econômicas exercidas em alguns municípios do Sul de Minas (1870-1880)

Tipo de Estabelecimento	Registros- Década de 1870				Registros- Década de 1880					
	Campanha	Itajubá	Lavras	Pouso Alegre	Campanha	Itajubá	Lavras	Ouro Fino	Pouso Alegre	Varginha
Fazendeiros	231	116	172	143	101	101	104	263	156	73
Fazendeiros com engenho de açúcar	58	11	44	57	101	84	61	76	78	47
Fazendeiros com engenho de serrar	12	08	06	13	13	04	15	08	06	14
Capitalistas	17	04	17	17	23	09	20	13	27	24
Farmácias	07	03	11	06	07	04	09	03	04	04
Negociantes de fazendas, ferragens, armários, molhados, gêneros da terra e açougues	152	105	118	135	130	99	103	67	105	43
Hotéis e outros estabelecimentos	08	03	02	07	11	01	06	02	05	05

Fonte: Almanques Sul- Mineiro para os anos de 1870 e 1874. Elaboração própria da tabela.

Para a análise desta tabela, optamos pelos municípios que possuíam maior número de atividades especificadas. Na primeira década apresentada pelos dados, notamos em todos os municípios grande quantidade de fazendeiros. As cidades da Campanha (com 230), Lavras (172), Pouso Alegre (143) e Itajubá (116) possuíam maiores números de propriedades rurais. Desde a primeira metade do XIX, a cidade da Campanha “*era a cabeça da comarca e centralizava as atividades econômicas do sul de Minas*”⁶⁷ e estas cidades mencionadas possuíam alguma ligação comercial de fronteira. Confrontando com o trabalho de Restituti, percebemos que Pouso Alegre possuía laços comerciais e de produção para o abastecimento de estabelecimentos localizados na província de São Paulo, principalmente Taubaté e Guaratinguetá, no Vale do Paraíba, como já observamos anteriormente. O município de Itajubá, localizado também em outra rota comercial, fazia comunicação entre a Vila da Campanha e a província do Rio de Janeiro (com o porto de Paraty), da produção local se exportava em grande escala o fumo (83,5%), e em menores o toucinho (8,3%) e o gado suíno (3,0%)⁶⁸. Já o município de Lavras, fazia parte do segmento de Aiuruoca, pertencente a fronteira de São João Del Rei (responsável por um grande comércio da pecuária). A produção deste município se voltava para variados gêneros da agropecuária, “*café e queijos para o abastecimento local, cereais, farinhas e fumo para o mercado regional, suínos e toucinho para o mercado inter-regional e interprovincial*”⁶⁹. Logo, percebemos que estas cidades mencionadas

67 RESTITUTTI, Cristiano. *As fronteiras da província: Rotas de comércio interprovincial*. Minas Gerais 1839-1844. Dissertação de Mestrado. Araraquara, SP: Universidade Estadual Paulista, 2006, p. 218.

68 Idem, p. 219.

69 RESTITUTTI, Cristiano. *As fronteiras da província: Rotas de comércio interprovincial*. Minas Gerais 1839-1844. Dissertação de Mestrado. Araraquara, SP: Universidade Estadual Paulista, 2006, p. 121.

seriam os principais pontos de produção e escoação da região do extremo sul de Minas. Além dos produtos indicados, são mencionados no quadro fazendeiros que se dedicavam à produção de açúcar, cachaça e seus derivados, tendo em vista o estabelecimento de numerosos engenhos em Campanha, Pouso Alegre e Lavras.

Neste mesmo quadro, verificamos que os municípios que possuíam numerosos estabelecimentos para a década de 1870 eram Campanha e Pouso Alegre, com 152 e 135 casas comerciais respectivamente. Entendemos que estes números correspondiam aos municípios da Campanha, que por muito tempo foi o principal centro econômico e político da região, e de Pouso Alegre, por possuir diversidade em gêneros de produção, abastecendo seus distritos e localidades que compunham seu entorno, as que faziam divisas com a província de São Paulo. Lavras e Itajubá também mantinham números significativos de estabelecimentos, mantendo característica de cidades abastecedoras das regiões produtivas. No caso de Itajubá, rota que dava acesso ao Rio de Janeiro, atuava “*não só como interceptora de mercadorias que escoavam do sul mineiro e de outras regiões até a Corte, mas também como produtora*”⁷⁰ se inserindo nesses circuitos comerciais e atuando como abastecedora das localidades próximas, Lavras, como é bem enfatizado no trabalho de Eduardo José Vieira⁷¹, atuou no mesmo segmento. É importante salientar neste quadro a presença de pessoas que atuavam como capitalistas. Ainda que não encontremos nenhum critério estabelecido pelo autor dos Almanques, acreditamos que estas pessoas atuavam como grandes comerciantes, que estavam a frente do comércio de exportação e importação, e fornecedores de crédito no mercado local⁷². Estes se locavam nos municípios de Campanha, Lavras e Pouso Alegre, constatando a importância destas localidades como relevantes centros econômicos da região.

No quadro referente à década de 1880, incluímos os municípios de Ouro Fino (que até a década passada se inseria como distrito de Pouso Alegre) e Varginha (que ora pertenceu ao município de Três Pontas). Estas duas localidades se destacaram pela grande produção do café, se inserindo no contexto que é traçado por Saes e Castilho, sobre a Província de Minas Gerais:

(...) uma região produtora, extensão da produção fluminense, que alcançaria a Zona da Mata nos primórdios da introdução da cultura no país, se valendo amplamente do trabalho escravo e do circuito mercantil carioca. E, de outro lado, a região do Sul de Minas, em que a produ-

70 SOBRINHO, Juliano Custódio. *Negócios internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira. Itajubá- 1785-1850*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em História. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009, p. 103.

71 VIEIRA, Eduardo José. *Produção, comércio e acumulação de riqueza em um município escravista mineiro: Lavras/MG (1870-1888)*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

72 Adotamos esta definição a partir da interpretação de Agnaldo Valentin, José Flávio Motta e Iraci del Nero Costa, que ao analisarem a dinâmica dos comerciantes de Iguapé e Xiririca, perceberam que a riqueza dos “grandes capitalistas” se direcionavam para a comercialização do arroz, principal produto destas localidades, e a oferta de créditos aos moradores destas localidades. Cf. VALENTIN, Agnaldo; MOTTA, José Flávio; COSTA, Iraci del Nero da. Quando os deveres eram muitos: distribuição e concentração da riqueza a partir dos inventários post-mortem na presença de casos de riqueza líquida negativa. In: *Anais do XVI Encontro Nacional dos Estudos Populacionais*. Caxambú: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2008, p. 17.

ção de café somente começaria a apresentar alguma relevância durante a década de 1880, alcançando cerca de trinta por cento da produção do Estado durante as primeiras décadas do século XX⁷³.

Com a inserção da produção de café, percebemos que as atividades de exportação aos poucos se inseriam na sociedade que até então era marcada por um comércio de abastecimento no Sul de Minas, abrindo-se para a diversificação de novos negócios, o que garantiu a construção de um “complexo econômico”⁷⁴. O quadro que estamos considerando chama atenção por alguns dados contidos. Os municípios que analisamos anteriormente, mesmo com algumas quedas numéricas, se mantêm nas atividades agrícolas e comerciais. Em Campanha e Itajubá, nos chama atenção para o aumento de fazendeiros que se dedicavam a produção de derivados da cana de açúcar, mediante o estabelecimento de seus engenhos. Pouso Alegre, mesmo com a perda da região de Ouro Fino (quando de sua emancipação, agregou ao seu território os distritos de Monte Sião, Jacutinga e Campo Mystico), não se percebeu alteração em relação aos fazendeiros, de uma década para outra, tendo um aumento significativo. As propriedades rurais localizadas em Pouso Alegre não se dedicaram totalmente ao cultivo cafeeiro, sendo contabilizadas apenas sete propriedades produtoras na sede, onze no distrito de Borda da Mata e doze em Sant’Ana do Sapucaí. O que nos chama atenção é o crescimento do número de fazendeiros na região de Ouro Fino com a expansão da cafeicultura. De 48 registros para década de 1870, este número passa para 263 proprietários, sendo que 230 se dedicavam ao cultivo da rubiácea⁷⁵. A manutenção do comércio de Pouso Alegre e o número de capitalistas nos assegura o caráter de atividades urbanas atendendo as necessidades dessas regiões de produção.

O município de Varginha (emancipado de Três Pontas em 1882) passa pelo processo de formação urbana atrelada a produção cafeeira. Mesmo o quadro apresentando pequenos números de fazendeiros que se dedicavam a este tipo de produto, já se percebe a presença de capitalistas que se aproxima de Pouso Alegre e se destaca um pouco acima de Campanha. Leva-nos a entender que o cultivo da rubiácea se constitui como uma das bases econômicas deste município, “*promovendo a dinamização econômica, tanto do Sul Mineiro, como de Varginha*”⁷⁶. Ao caracterizar a elite desta localidade, Natânia Ferreira a denomina como agrária, por estar ligada a a produção cafeeira, associando o movimento de urbanização da cidade a este grupo denominado como condutor.

Na primeira década do século XX, o número de habitantes na região sul- mineira au-

73 SAES, Alexandre Macchione; CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. Cortando a Mantiqueira: entre café e abastecimento no Sul de Minas (1880-1920). In: *Sul de Minas em urbanização: modernização urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016, p. 87-88.

74 SAES, Alexandre Macchione; CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. Cortando a Mantiqueira: entre café e abastecimento no Sul de Minas (1880-1920). In: *Sul de Minas em urbanização: modernização urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016, p. 87-88.

75 Dos 33 fazendeiros de Ouro Fino, 18 plantavam café. Já em seus distritos, pelas informações obtidas, a predominância de dava neste cultivo, em Jacutinga 104, Monte Sião 80 e Campo Mystico 28.

76 FERREIRA, Natânia Silva. *Elite agrária e processo de urbanização: o município de Varginha-MG (1882-1920)*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017, p. 27.

mentaria para 730 mil passando a contar com trinta e cinco municípios. No ano de 1911, os municípios sul-mineiros já somariam quarenta e oito. Percebemos que há um rápido crescimento na região no início do século XX, culminando na década de 20 com mais de 1 milhão de habitantes, sendo que a população “entre 1872 e 1920 estaria entre as regiões com a maior taxa de crescimento, e alcançaria, em 1920, a primeira posição em população do Estado, concentrando cerca de 20% da população”⁷⁷. A tabela 02⁷⁸ mostra a porcentagem da população das principais regiões mineiras, entre o período de 1872 e 1940:

Tabela 03: Porcentagem da população nas principais regiões de Minas Gerais (1872-1940)

ZONA	1872 (%)	1890 (%)	1900 (%)	1920 (%)	1940 (%)
Norte	17	16	16	15	13
Leste	-	4	4	11	15
Centro	26	25	25	16	18
Triângulo	7	6	6	6	7
Oeste	12	12	11	12	13
Sul	19	19	20	21	18
Mata	17	17	18	18	17

Tomando por base este gráfico, percebemos que o Sul de Minas, na produção do café e outros gêneros de abastecimento, e a região da Zona da Mata, principalmente com a produção do café, apresentam um relativo ritmo de crescimento, tendendo a cair na década de 40. Segundo Wirth, uma parte do Sul de Minas considerada mais desenvolvida na década de 20, possuía

uma rede bem articulada de cidade e rotas de transporte, que adquiriram suas modernas funções durante o ‘boom’ do café e a fase de construção de estradas de ferro entre 1850 e 1900 (...) em termos de população, produtividade e transportes, as Zonas da Mata e do Sul eram as mais urbanizadas do Estado⁷⁹.

Examinando a tabela 03, percebemos também que o Sul de Minas sempre aparece entre as primeiras colocações em números populacionais, mas devemos nos atentar para uma

77 SAES, Alexandre Macchone; MARTINS, Marcos Lobato. *Sul de Minas em transição: A formação do capitalismo na passagem para o século 20*. Bauru, SP: EDUSC, 2012, p. 31.

78 WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982, p. 61.

79 WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982, p. 62.

observação feita por Yves Leloup⁸⁰ que o Sul de Minas, em 1920, não teria nenhuma cidade (como núcleo urbano) com mais de 20 mil habitantes. Mesmo não possuindo uma cidade principal, ou seja, aquela que seria irradiadora do dinamismo, “o crescimento populacional e a concentração de municípios na região foram acompanhados por mudanças qualitativas na infraestrutura urbana”⁸¹ e nas dinâmicas econômicas.

A dinâmica econômica no sul de Minas passa por alterações perceptíveis durante o período analisado. Se em um primeiro momento, possuía características de uma economia de abastecimento com gêneros diversos, exportando apenas o seu excedente, já no segundo, com a expansão da cafeicultura e afirmação de uma economia de exportação, as cidades passam pelo processo de urbanização, notoriamente na transição do século XIX para o XX. O município de Pouso Alegre, mesmo não possuindo um cultivo próprio, mantinha uma considerável praça comercial, tal qual os municípios da Campanha, Itajubá e Lavras. Percebemos que diferentemente dos caminhos traçados por outros municípios da região, em que a economia de certa maneira estava ligada a produção e expansão cafeeira, a agricultura de abastecimento foi a responsável pela formação de significativo mercado comercial, abastecendo as regiões que se dedicavam a produção do café, os seus distritos e as regiões mais próximas limítrofes aos territórios paulistas.

O Município de Pouso Alegre

80 SAES, A. M., MARTINS, M. L., GAMBI, T. F. R. (Org.). *Sul de Minas em Urbanização – Modernização Urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016, p. 31.

81 SAES, A. M., GAMBI, T. F. R., CURI, L. F. B. “O Processo de Urbanização no Sul de Minas em Transição: Uma proposta de interpretação”. In: SAES, A. M., MARTINS, M. L., GAMBI, T. F. R. (Org.). *Sul de Minas em Urbanização – Modernização Urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016, p. 31.

O município de Pouso Alegre, localizado no estado de Minas Gerais, se consolidou como uma das principais do Sul de Minas na transição para o século XX. O mapa abaixo estabelece a localização atual de Pouso Alegre no território Sul Mineiro e nos traz informações sobre as emancipações municipais ocorridas desde as primeiras décadas do século XIX. Os municípios que se encontram destacadas no mapa, foram emancipadas entre a primeira e segunda metade do século XX, oferecendo dados para nossa análise quando especificamos questões que envolvem o município. Atualmente, a microrregião de Pouso Alegre⁸² pertence a mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas. Segundo os dados do IBGE, sua população era de 320.419 habitantes no ano de 2010, dividida em 20 municípios, em uma área total de 4.917, 317 km², remetendo as antigas áreas que compunham o território e no decorrer dos anos foram emancipadas.

Mapa 04: Sul de Minas- Localização de Pouso Alegre



Fonte: ANDRADE, Alexandre Carvalho de. Pouso Alegre: expansão urbana e as dinâmicas sócioespaciais em uma cidade média. Tese de Doutorado. Rio Claro, SP: UNESP, 2014, p. 56.

O que a leva a ser uma das principais cidades do Sul de Minas no período estudado, é o fato de ser o município de maior número de habitantes na região, estando em um ponto estra-

82 Os municípios que compõem a microrregião de Pouso Alegre são as seguintes: Bom Repouso, Borda da Mata, Bueno Brandão, Camanducaia, Cambuí, Congonhal, Corrego do Bom Jesus, Espírito Santo do Dourado, Estiva, Extrema, Gonçalves, Ipuina, Itapeva, Munhoz, Pouso Alegre, Sapucaí Mirim, Senador Amaral, Senador José Bento, Tocos do Moji e Toledo.

tégico⁸³, tornando-a uma espécie de centro abastecedor regional. Entretanto, diferentemente da trajetória de outras cidades da região como Varginha, Três Pontas, Guaxupé, entre outras, em que o dinamismo econômico era resultado da expansão da produção de café, em Pouso Alegre a agricultura de abastecimento foi a responsável pelo crescimento e constituição de um dos mais importantes mercados regionais do Sul de Minas. Mesmo não fazendo parte da economia cafeeira, introduzida no Sul de Minas nas últimas décadas do século XIX, especializou-se na produção de mercadorias voltadas para o abastecimento interno, atendendo o mercado local e o comércio da região, reforçando seus laços com a economia de abastecimento da primeira metade do século XIX.

A formação do Povoado e Freguesia

83 A localização de Pouso Alegre sempre favoreceu a dinâmica econômica local. A expressão ponto estratégico pode se referir a diversos benefícios que uma região pode oferecer, como estar entre os principais centros urbanos do país: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Desde as últimas décadas do século XVIII, os memorialistas ressaltam a presença de fazendas e ranchos para o descanso de viajantes e tropas. Pela rota que compreendia esta região, circulavam mercadores que rumavam em direção São Paulo, Vale do Paraíba, Rio de Janeiro e cidades mineradoras, com produtos da região. Amadeu de Queiroz nos traz as seguintes evidências: “(...) na penosa travessia de São Paulo a Vila Rica, passava-se pela já mencionada fazenda chamada Pouso Alegre (...) como a fazenda era um dos pousos para quem viajava de São Paulo para Vila Rica (...) O número de peões, serventes, tropeiros e mulas: a condução de haveres, trens de cozinha, víveres e barracas; os recursos, enfim, para a travessia de uma região despovoada! Por tudo isso conclui-se que as paradas mais ou menos longas, nos lugares de recursos, seriam frequentes”. Cf: QUEIROZ, Amadeu. *A História de Pouso Alegre*. Borda da Mata: Gráfica Imagem, 1998, p. 61-62 (...) O Almanaque Sul Mineiro, já na segunda metade do século XIX, traz algumas referências sobre a localização privilegiada: “(...) Não há muitos campos para as partes de Pouso Alegre, senão nos altos da Mantiqueira; por conseguinte, por aqui veremos que uma extensa região de florestas ou matas aqui existe, e que tudo anuncia um risonho porvir para estes lugares, que em pequenos barcos e canoas já transportam muitos gêneros alimentícios para vários pontos”. Cf: VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul Mineiro* para 1874. Campanha: Tipographia do Monitor Sul- Mineiro, 1874, p.25. Outro fator que e leva a refletir sobre a posição estratégica, é a questão da presença dos rios na cidade, utilizado para o transporte de gêneros alimentícios e pessoas, tornando acessível a comunicação com outras localidades: “(...) Aos pés da cidade corre o Rio Mandú, que outr’ora deu o seu nome à nascente povoação, e que depois de banhar a cidade, lança-se no Sapucahy- Mirim, rio piscozo, que corre a menos de 2 quilômetros, e cujas águas são sulcadas por barcos de mil arrobas, que fazem viagens entre diversos pontos de Pouso Alegre, Itajubá, Alfenas e Campanha”. Cf.:SILVA, José Joaquim da. *Tratado de geographia descriptiva da Provincia de Minas Geraes*. Juiz de Fora: G.C. Dupin, 1878, p. 94. Atualmente, Pouso Alegre possui o principal entrocamento rodoviário da região, cortado por cinco rodovias, sendo três estaduais e duas federais e a 110 km da Rodovia Dom Pedro (SP) que constituem ligações diretas com grandes centros consumidores, como [Campinas](#), [Ribeirão Preto](#), [São José dos Campos](#), [Belo Horizonte](#) e [São Paulo](#), razão pela qual há mais 70 empresas de logística instaladas na cidade. Cf: IBGE, <http://cod.ibge.gov.br/3MI>, acesso em 24/11/2016.

*“Formosa, entre as mais formosas de Minas, a cidade de Pouso Alegre se ostenta risonha e faceira como que orgulha da beleza de seu solo, da fertilidade de suas terras e de sua admirável e lisongeira posição geographica”*⁸⁴

A formação da então cidade de Pouso Alegre é constituída pelos velhos caminhos das tropas que interligavam a região mineradora aos grandes centros urbanos (São Paulo e Rio de Janeiro). A região que mais tarde receberia este mesmo nome está localizada em uma posição privilegiada, banhada pelos Rios Mandú e Sapucaí, que em determinada época do ano, em especial entre os meses de novembro e fevereiro, alagavam uma ampla área, causando certos obstáculos a circulação, muito bem observado pelos viajantes Spix e Martius:

Debaixo de chuva incessante e forte cerração, no dia seguinte, só pudemos percorrer quatro léguas na estrada atoladiça. Caminhar adiante era perigoso, segundo aconselhava nosso guia, pois o Rio Mandu, com a chuva estava tão cheio que só de dia poderia ser feito a passagem.⁸⁵

Unindo suas águas, estes rios se tornam importantes para a região *“que corre a menos de 2 kilometros e cujas águas são já sulcadas por barcas da capacidade de mil arrobas e que fazem viagens entre diversos pontos dos municípios de Pouso Alegre, Itajubá, Alfenas e Campanha”*⁸⁶, servindo de comunicação entre as referidas cidades, correndo em direção do *“Cervo, cujo valle, de prodígios uberdade, é tido como o cellero da freguezia”*, dedicado à abundância de culturas e pastagens.

O início da povoação além-indígena, da região cortada pelo Rio Mandu, se deu pela presença de “ranchos de tropa” e a abertura de fazendas de criar, de propriedade de paulistas e mineiros, uns com cartas de sesmaria e outros apenas como aventureiros como era costume em alguns povoados mineiros. Os primeiros habitantes fixos que se têm notícia na região do Mandú foram Antônio de Araújo Lobato e Félix Francisco, na década de 1750⁸⁷. Neste período, foram se originando diversas localidades, dentre as quais as cidades de Camanducaia, Cambuí e Pouso Alegre. Formaram-se aos poucos núcleos comerciais e pequenas lavouras para a subsistência dos habitantes da região. Conforme observamos nas

84 VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanack Sul-Mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1874, p. 222.

85 SPIX, Johann & MARTIUS, Carl. *Viagem pelo Brasil*. 3 ed., vol. I. São Paulo: Melhoramentos, 1976, p. 159.

86 Idem.

87 QUEIROZ, Amadeu de. *A História de Pouso Alegre*. Borda da Mata: Gráfica Imagem, 1998, p. 46-51.

pesquisas de Leonara Delfino⁸⁸, o Arraial do Mandu⁸⁹ pertencia ao termo de Campanha, que no ano de 1800 despontava como entreposto comercial. Neste ano,

(...) exportava-se para outras partes desta capitania (...) os gêneros da terra mais abundantes (...) caxaças e fumo, que vulgarmente chamavam de agozardente e tabacoz (...). Da mesma forma como das criações que se fazia nos largos campos deste termo, se exportava anualmente para outras capitanias um grandioso número de cabessaz tanto de gados, como de toucinhos⁹⁰.

Com o aumento populacional e a expansão da atividade agropecuária, da produção local de queijos, marmeladas, fumos e tecidos de algodão, o povoado começou a se consolidar em fins do século XVIII, com a construção de uma capela dedicada ao Senhor Bom Jesus e o surgimento de mais casas em torno dela. Desde o ano de 1805, os moradores da Capela do Mandú insistiam na criação de uma freguesia, direcionando diversos pedidos ao Bispo de São Paulo Dom Matheus, para o desmembramento de Sant'Anna do Sapucaí. Percebemos nas palavras de Amadeu de Queiroz em sua biografia sobre José Bento Leite Ferreira de Mello⁹¹, os interesses políticos que já delineavam, principalmente nos usos a favor de sua carreira política:

As inúteis tentativas feitas até então pelos incansáveis moradores do Mandú e o desinteresse ou a indiferença do Regente, manifestada por um silêncio que nenhum esforço quebrava, são provas de que a freguesia tão cedo, não seria criada, se não intervissem elementos políticos de importância, interessados particularmente, embora estranhos à povoação. Esses elementos decisivos foram, sem contestação, o bispo Dom Matheus e o juiz de fora da Campanha, José Joaquim Carneiro de Miranda, influenciados ambos por José Bento e sua numerosa família⁹².

88 DELFINO, Leonara Lacerda. *A família negra na freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: incursões em uma demografia da escravidão no Sul de Minas*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010, p. 37.

89 Esta era uma das denominações dadas à região de Pouso Alegre. Cabe também destacar outras: Arraial do Bom Jesus do Matozinhos do Mandu, Arraial do Mandu, Pouso Alegre do Mandu, Pouso Alegre.

90 VEIGA, Xavier. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano I, Fascículo 3. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, jul-set 1896, p. 479.

91 Nascido na cidade de Campanha em 06/01/1785, realizou seus estudos primários até completar os 22 anos de idade quando se dirigiu para São Paulo, lugar este em que realizou os estudos exigidos pela carreira eclesiástica. Em 1811 toma posse como vigário das terras do Mandu, ano este em que a mesma é elevada a categoria de Freguesia. Político, engajado no Partido Liberal, se destacou no cenário mineiro como Deputado e Nacional, escolhido senador pelo governo da regência no ano de 1834. Faleceu aos 08/02/1844 vítima de assassinato, tido por muitos memorialistas e historiadores como motivo político.

92 QUEIROZ, Amadeu de. *O Senador José Bento: Estudo Histórico*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933, p. 12.

Os olhares de José Bento permaneciam ávidos pela região do Mandú, principalmente quando seguia de sua terra natal, Campanha, para a cidade de São Paulo, onde se localizava o seminário em que realizava seus estudos com o objetivo de se tornar padre. Com o recebimento das ordens sacerdotais e sua vinda definitiva, em 1811, foi instituída a freguesia de Pouso Alegre. Assim se expressava o jornal “*A Gazeta do Rio de Janeiro*” do dia 23 de janeiro noticiando tal acontecimento:

S.A.R o Príncipe Regente nosso Senhor foi servido por sua immediata Resolução, tomada em Consulta da Meza de Consciência de Ordens, crear huma nova Paróquia com o título do *Senhor Bom Jesus de Pouso Alegre* no Bispado de *São Paulo*; desmembrando-a de *Santa Anna do Sapucahi*, e nomeou para Parocho collado da mesma ao R. *José Bento Leite Ferreira de Mello*, a quem também fez mercê do Habito da Ordem de Christo.⁹³

Diversas famílias começaram a habitar o lugar nascente, configurando novas dinâmicas para este espaço, dirigindo pessoalmente o Padre José Bento o “*alinhamento das ruas, a disposição das casas, e tudo quanto interessava à higiene e embelezamento da povoação (...) promovendo o aumento de sua população, atraindo para ele parentes e amigos*”⁹⁴ das regiões circunvizinhas. Segundo o mapa da população⁹⁵ elaborado no ano de 1808, o povoado era formado por 647 habitantes, dentre os quais 356 eram brancos, o que representava 55% da população, 170 eram negros, 26,28% e 121 pardos 18,70% da população. Entre negros e pardos, somavam a quantia de 192 cativos e 99 livres. Entre os anos de 1811 a 1820, muitas famílias se transferiram para a recente freguesia, pessoas estas vindas de lugarejos da região e até mesmo de São Paulo.

Nesta década foi observada a existência de grandes extensões de terras devolutas, que em seguida, foram sendo adquiridas pelos novos moradores por meio de cartas de sesmarias, originando várias fazendas de criar.

No movimento destas mudanças e do crescimento populacional, observando os poucos vestígios de documentos da época, fora instalada em 1818 a primeira aula pública, ministrada pelo Padre João Damasceno Teixeira, sendo empossado como professor de Latim e de primeiras letras da freguesia.

Cumprindo com seus interesses políticos, José Bento funda em Pouso Alegre o Partido Liberal, base este de suas conquistas políticas no decorrer de sua vida. Em 1830, na freguesia de Pouso Alegre era criada a primeira tipografia, oficina esta em que se imprimiu o jornal “O Pregoeiro Constitucional”, órgão de “*grande relevo nas lutas partidárias da época, foi o primeiro no Sul de Minas e o quinto da Província*” em oficina própria adquirida por José Bento e redigido por ele mesmo e seu correligionário Padre

93 *Gazeta do Rio de Janeiro*. Quarta Feira, 23 de Janeiro de 1811. Rio de Janeiro, Imprensa Régia.

94 QUEIROZ, Amadeu de. *O Senador José Bento* (Estudo Histórico). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933, p. 17-18.

95 O mapa da população do Districto de Pouso Alegre, foi feito pelo Sr. Comendador José Pacheco de Carvalho, a 20 de Novembro de 1808. Nele continha uma lista nominal de pessoas com as idades respectivas e distinções. *Arquivo Publico Mineiro*, Belo Horizonte, Coleção Secretaria de governo da Capitania, Caixa 076, Documento 038.

Quadros Aranha. Nesta mesma gráfica fora impressa o projeto de constituição chamado na história do Brasil de “Constituição de Pouso Alegre”⁹⁶.

Assim foram delineados os primeiros passos de Pouso Alegre, de forma espontânea, inicialmente constituídas pelo estabelecimento dos aventureiros, em sua maioria paulistas, que corriam em busca do ouro na região central das Minas Gerais, e anos mais tarde marcadas por interesses de um certo Padre José Bento, sacerdote e político, que estruturou e dirigiu os primeiros traçados da terra do Mandú.

De Vila à Cidade: Pouso Alegre nas seis primeiras décadas do século XIX

*(...) e a população do lugar que ininterruptamente crescia e se apurava, engrandeciam mais e mais a fama de Pouso Alegre. (...) a sua elevação à categoria de vila, se fez sem nenhum esforço ou pedido por parte de seus habitantes. Era um direito que se impunha, e, por isso, foi um ato quase espontâneo da Assembléa Geral Legislativa*⁹⁷.

Em 13 de Outubro de 1831 fora criada a Vila de Pouso Alegre⁹⁸, momento este de muitas festividades pela população. Memorialistas locais relatam que durante a instalação da Vila, os habitantes se agruparam no Largo da Igreja Matriz que se encontrava enfeitado com bandeiras e arcos floridos. A noite as fachadas das casas foram iluminadas, ao som da banda musical, fogos de artifícios, bailes e ceias que invadiram a noite. Estando na condição de Vila, assume a característica municipal, sendo independente politicamente da cidade de Campanha e assumindo toda a parte meridional sul-mineira. Segundo o Censo Provincial realizado no ano de 1833, a Vila de Pouso Alegre em conjunto com seus distritos⁹⁹, possuía o número total de 28.000 habitantes, sendo 15.717 brancos, 7.109 cativos e 5.174 livres. Se formos fazer um balanço geral do primitivo

96 A Constituição de Pouso Alegre é como ficou conhecida a versão da Constituição do Império do Brasil, editada na Vila de Pouso Alegre, Minas Gerais, pelo Padre José Bento Leite Ferreira de Mello, aliado de Padre Feijó, durante o período regencial brasileiro, como parte do chamado Golpe de 30 de Julho de 1832, fruto do partido moderado. Este golpe, cuja a execução equivaleria a um 07 de Abril parlamentar teria consequências federativas imprevisíveis, qual prólogo ou antevéspera talvez de um desfecho republicano, embora a Constituição de Pouso Alegre não fosse tão longe. ANDRADE, Paulo Bonavides Paes de. *História Constitucional do Brasil*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1991, p. 136.

97 QUEIROZ, Amadeu de. *O Senador José Bento: Estudo Histórico*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933, p.30.

98 A Vila de Pouso Alegre nesta época se inseria na Comarca do Sapucaí. O seu município abrangia duas vilas: Pouso Alegre e Ouro Fino, com os distritos de São José das Formigas (atual Paraisópolis), Ouro Fino e Borda da Mata. Cf: Relatório dos Presidentes da Província de Minas Gerais, Presidente Jacintho da Veiga, Exposição, 23/03/1843.

99 Com a elevação à Vila, o território de Pouso Alegre passou a se estender pela zona meridional do Sul de Minas, pertencendo os seguintes distritos: Caldas (até o ano de 1838), Jaguari (até 1840), São José do Paraiso (1872), Ouro Fino (até 1880), Sant’Anna do Sapucaí (Silvianópolis até 1911), Borda da Mata (até 1923), Estiva (até 1948) e Congonhal (até 1953).

município de Pouso Alegre, descenderam dele não menos do que 33 comunas, que tanto abrigava a criação de gado como a agricultura.

Dois anos mais tarde, é levantado o pelourinho no Largo da Alegria, símbolo da emancipação local e instalada a Câmara Municipal, localizada inicialmente em uma casa no Largo da Matriz de propriedade do Padre José Bento, sendo alugada e ano mais tarde adquirida pela municipalidade. Na primeira reunião estavam presentes o Sr. Presidente Padre Mariano Pinto Tavares e mais seis vereadores. Compunham o quadro de funcionários da Câmara¹⁰⁰: o Presidente e Vereadores, Procurador, Secretário e o Porteiro (o qual servia também de carcereiro). Também foram empossados neste dia o Primeiro e Segundo Juiz Ordinário, Juiz de Órfãos, Coletor, Escrivão da Coletoria e um Administrador para receber pesos e medidas e cobrar os impostos.

As primeiras providências¹⁰¹ tomadas pelos edis que compunham aquela corporação estiveram ligadas à infraestrutura, como reformas e construções e no que concerne a estrutura política e social da Vila, com base no primeiro livro de Código de Posturas que já havia sendo utilizado. Nomeou, no entanto, um alinhador para fiscalizar as construções que seriam realizadas na Vila, como a proibição de obras em terrenos não arruados, e os inspetores de caminho, que manteriam a ordem e a higiene do lugar, proibindo qualquer animal solto que vagasse pelas ruas da cidade, e sendo pego, o dono arcaria com as despesas a serem cobradas em forma de multa. Fora expedida uma ordem para destruir os paris¹⁰² que existiam nos Rios Cervo e Pantano, conforme previa o Código de Posturas vigente: “*Ficão prohibidos os Paris, cercas ou currais para apanhar peixe nos rios, canaes, ribeirão, córregos e vallas; multa de 10 mil réis*”¹⁰³. Ficava ao Fiscal a autoridade de conferir multa aos infratores e ampliando a lei do conselho que proibia esta pesca.

Em relação à organização local, à ordem e à instrução pública, ficou assim o Fiscal au-

100 Entendemos que nesta época a administração da cidade era feita pela Câmara Municipal, não existindo ainda a figura do prefeito como representante local, função esta exercida pelo presidente da Câmara, como é bem especificado por Nunes Leal: “Não se pode, entretanto, compreender o funcionamento das instituições daquele tempo, inclusive das autoridades locais, com a noção moderna da separação de poderes, baseada na divisão das funções em legislativas, executivas e judiciárias”. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1978, p. 61-62.

101 As atas da Câmara Municipal dos primeiros anos não se encontram na coleção que compõe o Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo (Museu este pertencente à Câmara Municipal de Pouso Alegre). Segundo o Curador do Museu Alexandre de Araújo, estas atas já não estavam nos Arquivos da Câmara, tendo provavelmente desaparecidas. Encontraremos a partir do ano de 1841. Utilizaremos para entender este período inicial da Vila de Pouso Alegre alguns documentos soltos e os relatos presentes no livro O Senador José Bento, de Amadeu de Queiroz, publicado no ano de 1933. Lendo os relatos presentes no livro, percebemos o provável contato do autor com os documentos da época, já que sua família e o próprio já exerceram algum serviço na Câmara Municipal, como vereadores ou secretário.

102 Segundo o Dicionário Michaelis, o termo **Pari** (do tupi **Parí**): Armadilha de pesca que consiste em um tapume feito de estacas, que atravessa o rio de um barranco a outro, tendo ao meio uma abertura por onde os peixes, não tendo outra passagem, atravessam e caem num compartimento, cujo fundo é uma tela, onde são retidos. MICHAELIS. *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. 13ª Impressão. São Paulo: 2007, p. 1557.

103 *Código de Posturas de Pouso Alegre de 1831*. Manuscrito. Documento pertencente a coleção do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

torizado a alugar, de imediato, uma casa para servir de cadeia, “*situada na rua vulgarmente chamada da Outra Banda (atual Rua Silvestre Ferraz) e o seu aluguel mensal era de 2\$000 (grifos meus)*”¹⁰⁴. Esta casa serviu como cárcere por um ano, até que fora transferida para um outro espaço adquirido pela municipalidade no Largo da Ponte Velha. Pediu ainda ao Conselho a criação de uma Escola de primeiras letras para meninos, ao Governo a criação de um correio, da Vila de Lorena, na Província de São Paulo, entrando nessa localidade as cartas para as malas do Rio de Janeiro e mandou assinar os melhores periódicos do Rio de Janeiro e de Ouro Preto para compor os arquivos da Câmara Municipal.

As obras públicas visavam facilitar a vida dos habitantes. Eram constantes os consertos realizados nas ruas e proximidades dos rios. Determinou-se nesta época a urgente abertura de duas grandes valas de drenagem, uma no pântano (ou atoleiro), entre as Ruas da Prata e Boa Vista (Adolfo Olinto e Silvestre Ferraz), e outra também num pantano que divide a parte chamada do Rosário (**região da Praça João Pinheiro**)¹⁰⁵. Ordenou-se a ser tirada a água chamada de Vendinha, por meio de um rego, até o lugar denominado Rosário, com intuito de abastecer as proximidades do núcleo central da Vila e mandou abrir duas fontes públicas de água potável, a do aterro que segue para a Barra e do aterro que segue para o Rosário. O que nos chama atenção nos trabalhos da Câmara nestes anos iniciais é uma representação que fez ao Governo, sobre a necessidade da vinda de um engenheiro para a confecção de uma planta destinada a obra de maior necessidade referente a construção de uma fonte nas Águas de Caldas¹⁰⁶, fazendo o orçamento e que fosse despendida tal quantia, sendo esta uma importante obra pública para época, não só de interesse da Província, mas também do Império.

Nesta mesma época é datado o início do cultivo do Chá da Índia e da apicultura na Vila de Pouso Alegre. Eram produções familiares, e como retrata Amadeu de Queiroz, “*eram inúmeras as casas particulares que tinham colmeias nos seus quintais. Muitas famílias vendiam o mel e a cera colhidos, a manufatores do produto, quando não fabricavam velas para o próprio consumo e, algumas vezes, para vender*”¹⁰⁷, apesar de não existir grandes colmeias no distrito da Villa, mas as plantações de chá eram consideravelmente grandes. Estas formavam as primícias da produção local, sendo uma das singularidades de sua população, se distinguindo das regiões vizinhas. Antes mesmo de ser encerrada a década de 1830, a Comarca do Sapucaí passou a ser

104 QUEIROZ, Amadeu de. *O Senador José Bento: Estudo Histórico*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933, p. 35

105 Quando o Padre José Bento traçou o plano geral da localidade, mandou abrir uma praça, em um lugar denominado “Rancho”, a qual nomeou como do Rosário (**atual Praça João Pinheiro**), com a intenção de se construir aí uma Igreja com essa invocação. Com seus esforços, as obras se iniciaram no princípio da década de 1830, com ajuda da população e da Irmandade do Rosário dos escravos. GOUVÊA, Octávio Miranda. *A História de Pouso Alegre*. Pouso Alegre: Editora Art’s Gráfica, 1998, p. 131.

106 Esta obra fora realizada no distrito de Caldas, até então pertencente ao município de Pouso Alegre. Seu desmembramento ocorre no ano de 1849.

107 QUEIROZ, Amadeu de. *O Senador José Bento: Estudo Histórico*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933, p. 39.

sediada em Pouso Alegre, e anos mais tarde receberia o nome de sua sede¹⁰⁸.

Nas décadas posteriores, a Câmara realizou obras de primeira necessidade, como abertura de ruas, a construção de um novo prédio para a cadeia, sendo este mais seguro, e a instalação do corpo do júri, tendo como sede a própria Câmara. A mesma corporação cotidianamente discutia sobre fatos políticos a nível nacional, participando até mesmo da Revolução de 1842, sendo considerada a Vila de Pouso Alegre como baluarte do Partido Liberal no Sul de Minas. Jornais como “O Pregoeiro Constitucional” e “O Re compilador Mineiro”, impressos na em Pouso Alegre, se destacaram a nível provincial e nacional, por defender os ideais do Partido Liberal. Entre conflitos políticos e partidários estabelecidos principalmente pelo partido conservador, o qual faziam parte aqueles que eram opostos aos ideais de José Bento, a década de 1840 será marcada conflitos e desavenças políticas, culminando na morte de José Bento, nesta época Senador do Império. Em seu relatório Presidencial, José da Silva Quintiliano afirmou que “*a instrução pública se acha em atraso, e a moral religiosa tem muito sofrido, depois que o digno Parocho da*

108 De acordo com Saes e Avelino, “Campanha e Pouso Alegre podem ser consideradas como as duas cidades mais importantes do Sul de Minas durante o século XIX. Por um lado, Campanha foi sede da Comarca que daria lugar ao que hoje é o território do Sul de Minas, e, ainda, foi o principal centro político da região na primeira metade do século XIX. Pouso Alegre, por outro lado, ascendeu na segunda metade como um novo centro econômico e urbano, concentrando uma elite cuja inserção política no estado mineiro foi decisiva por conta de personagens relevantes como Padre José Bento, influente senador liberal do império”. SAES, Alexandre Macchione; FILHO, Antoniel Avelino. *Escravidão e trajetórias das elites locais: Campanha e Pouso Alegre no ocaso da escravidão*. Revista Cultura Histórica e Patrimônio, volume 01, n. 01. Alfenas: Unifal, 2012, p. 67. Segundo Amadeu de Queiróz, “Começa o ano de 1834 com a instalação do júri na Vila de Pouso Alegre, fato notável na sua vida social. Realizou-se esta primeira sessão judiciária na Casa da Câmara, às 9 horas do dia 04 de janeiro, presidida pelo juiz de direito da Comarca Dr. Tristão Antônio de Alvarenga”. Amadeu ainda afirma: “Em virtude da reforma administrativa do ano de 1839, foi dividida a comarca de Sapucaí, cuja sede passou de Campanha para Pouso Alegre, transferindo-se para aí o Dr. Tristão Antônio de Alvarenga, então Juiz de Direito. Ainda pelo mesmo motivo, foi desmembrada do município da Vila da Campanha, a freguesia de Itajubá que passou a pertencer à Vila de Pouso Alegre, e criado o distrito de Borda da Mata, desmembrado do de Ouro Fino”. Cf. QUEIRÓZ, Amadeu de. *O Senador José Bento* (Estudo Histórico). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933, p. 74, 84-86. Já Cônego Augusto José de Carvalho, em seus estudos acrescenta: Uma das questões que o memorialista não soube explicar é o fato do “porque da decisão da instalação do júri em Pouso Alegre, se a sede da Comarca era Campanha, a reunião não deveria acontecer em Pouso Alegre”. Continua em seus escritos, “foi só apenas em 1839 que o Juiz de Direito passou a residir em Pouso Alegre, transferindo também a vara judicial, justificando finalmente, o local das sessões. Um fato curioso, foi que em 1855 o nome da Comarca passou a ser chamada do Jaguarí. Apesar de nada encontrarmos na história que justifique tal mudança de nome, quer nos parecer que na época Camanducaia tenha progredido mais que Pouso Alegre e para lá tenha sido transferida a sessão do júri, com o nome de Jaguarí, um dos rios que banha aquele município. Só em 1891, a mesma comarca tomou definitivamente o nome de Pouso Alegre”. Cf. CARVALHO, Côn. Augusto José de. *Terra do Bom Jesus*. Pouso Alegre: Artes Gráficas Irmão Gino Ltda, 1982, p. 132. Todos estes relatos nos leva a pensar sobre estas mudanças. Por um lado os fatores que direcionavam a um progresso urbano e material de Pouso Alegre, por outro, questões relativas à política, por possuir uma forte ligação com o Partido Liberal, sendo seu principal representante o Senador José Bento.

Freguezia da Villa, o Senador Ferreira de Mello achava nas mãos de perversos assassinos”¹⁰⁹, nos dando noção parcial dos anos que antecederiam a elevação a categoria de cidade.

Como percebemos, mesmo com os episódios políticos que se desenrolaram na Freguesia, a Câmara de Pouso Alegre já havia realizado trabalhos em favor da organização da Vila Pouso Alegre, consolidando os pilares em que sustentavam aquela sociedade da época: a lavoura, o comércio e a criação, não existindo mais terras devolutas ao seu redor. De acordo com o Relatório dos Presidentes da Província de Minas Gerais¹¹⁰, a agricultura se destacava nesta época, possuindo pouca criação de gado. A renda anual do município estava em torno de cem contos de réis anuais. Entre o crescimento da vila e as desavenças geradas pela política, Pouso Alegre dava seus primeiros passos para se tornar cidade.

Foi então que em 19 de Outubro de 1848 a Vila foi elevada a cidade¹¹¹ pela Lei Provincial n° 433. Nesta mesma lei, a Paróquia de Santana do Sapucaí é incorporada a Pouso Alegre. Conforme as estatísticas do último mapa da população, feito dez anos antes¹¹², a cidade de Pouso Alegre contava com 7069 habitantes, apresentando um crescimento populacional considerável, sendo comparado do último levantamento feito em 1833. Ao finalizar esta década, inicia-se a construção de uma nova Igreja Matriz e é solicitada a criação de um Hospital de Misericórdia, para atender a população da cidade e região. Tomou a Câmara providências a respeito da cadeia que foi incendiada, autorizando o aluguel de outra casa e solicitando ao Governo da Província verbas para a construção de uma nova. O Fiscal, apresentando o seu relatório sobre a situação do município aponta a necessidade de um conserto para o chafariz que abastece a população que habita o centro e seu entorno, a manutenção do largo da matriz extinguindo os formigueiros que ali existiam e o conserto de pontes e aterrados, pontos principais do acesso ao núcleo urbano¹¹³.

As atas e relatórios do poder legislativo referentes às décadas de 1850 e 1860 relatam sobre as principais obras de infraestrutura, como a conservação e desvios de estradas que ligam a cidade aos seus distritos, a construção de uma praça destinada ao comércio de gêneros alimentícios e conclusão de consertos no entorno de regos ou anéis de águas necessários ao uso da população. Para um maior controle da administração e como complementação de sua arrecadação foram criados os “Impostos sobre os Mascates” que desejariam morar ou constituir um comércio em Pouso Alegre. Neste intuito, é publicado o Código de Posturas próprio e adaptado para os costumes locais (tendo em vista que o que vinha sido utilizado era uma cópia

109 *Relatório dos Presidentes da Província*, Presidente José da Silva Quintiliano, 03/02/1846, disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais.

110 *Relatório dos Presidentes da Província*, Presidente José da Silva Quintiliano, 03/02/1846, disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais.

111 Entendemos por cidade o termo que define uma área urbanizada que se diferencia das vilas e outras entidades urbanas, abrigando critérios como população, densidade populacional ou estatuto legal. Designa uma dada entidade político-administrativa urbanizada. De acordo com o IBGE, cidade corresponde ao distrito sede do município. Cf. <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>, acesso em 31/05/2016.

112 Utilizamos o mapa da população de 1828, pois no período entre 1838 a 1872 não localizamos algum documento que registrasse no número populacional de Pouso Alegre.

113 Cf. GOUVEA, Octávio Miranda. *A História de Pouso Alegre*. Pouso Alegre: Editora Art's Gráfica, 1998, p. 66.

da cidade da Campanha). Este conjunto de leis visava estabelecer a ordem e os bons costumes do espaço público e da população, tendo em mente que

A importância crescente da cidade, como centro de comércio e de produção econômica e como sede do dispositivo central de poder político que intervém em todos os níveis da vida social, implica a construção de um funcionamento ordenado dos núcleos urbanos, condição de possibilidade da transformação dos próprios indivíduos e materialização da exigência normalizadora da nova ordem social.¹¹⁴

Este código abrangia os seguintes pontos: sobre a moral e a ordem, visando a organização do espaço público e a disciplina da população; o asseio das povoações, determinando o alinhamento das casas e estabelecimentos, a limpeza das ruas e praças, padrões de construções, a execução de obras públicas; sobre a saúde pública, relacionado a higiene e a salubridade do município, aos meios preservativos de enfermidades; da segurança pública, prevenindo de todo e qualquer meio que violasse a vida e o bem estar social; sobre a abastança de víveres, relacionado a indústria, ao comércio e a caça de gêneros alimentícios; sobre a educação e a formação das pessoas; e sobre os impostos municipais, determinando as licenças e fixando valores que deveriam ser pagos a municipalidade. Este código de leis foi aprovado em 30 de Junho de 1858, passando a vigorar a partir deste ano.

Ao finalizar a década de 1860, Ouro Fino e São José do Paraíso se tornam Vila, deixando de pertencer ao quadro dos distritos de Pouso Alegre. Com eles também são desmembrados do território pousoalegrense os seguintes distritos: Jacutinga, Monte Sião, Bueno Brandão, Cachoeiras e Sapucaí Mirim, tendo assim uma queda significativa no número populacional e na receita do município. O território contaria naquele momento com apenas três distritos: Silvianópolis, Borda da Mata, Estiva e o povoado denominado Congonhal que estava sendo formado. No segundo quinquênio de 1860, o Fiscal deixa registrado o estado em que se encontrava a cidade. O Cemitério Municipal se achava em estado lastimoso, *“a tal ponto que nelle se vê diariamente animais pastando (...) não sei se isto é devido ao desleixo do Vigário, ou do Fabriqueiro, que parece não haver religião da parte de quem quer que seja”*¹¹⁵ apontando a Câmara para tomar as devidas providências. Outra reclamação se fazia em relação à falta de água em ruas centrais da cidade (Rua do Rosário, Santa Rita e do Sabão) pelo motivo de que três habitantes estariam extraindo a maior parte da água nos anéis que foram cedidos pela Câmara, causando transtorno aos outros moradores da referida região. Chama atenção dos Vereadores a necessidade de se contratar um encarregada para vigiar *“sobre todas as ágoas que abastecem esta cidade, afim de que todos gozem de ágoas limpas (...) e conservando para que ninguém distraia o seu leito sem consentimento desta Câmara”*¹¹⁶ dando direito ao abastecimento igual a todos. No decorrer de seu relato, o Fiscal aponta para a manutenção do asseio e limpeza das ruas, praças e estradas que fazem parte da cidade, para que cause boa impressão aos transeuntes e viajantes que por ali passam. Em relação as estradas, no final desta década, se achavam em bom estado, e aqueles trechos que se encontravam com dificuldades de trânsito, fora mandado reparar. Ao finalizar o seu

114 MACHADO, Roberto. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 260.

115 *Relatório do Fiscal Joaquim José de Paiva*. 1865. Coleção Documentos Soltos, disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

116 *Idem*.

relatório, o Fiscal pede aos Vereadores que nomeiem dois Oficiais para que aos sábados e domingos fiscalizem a casa do Mercado a ali mantenham a ordem. Uma das reclamações apresentadas era que o espaço estaria sendo frequentado “*por muitas pessoas de fora e desconhecidas, e então a noite costumão reunir-se e jogão búzios na casa, em horas que ali não me acho*”¹¹⁷ entre outras desordens que por ali estavam acontecendo.

Percebemos o contexto em que se encontrava a cidade no final dos anos de 1860. Com a aprovação do novo Código de Posturas, adaptado à realidade da cidade, a Câmara passa a fiscalizar com mais frequência o cotidiano local. A necessidade de se realizar obras públicas nas estradas e em alguns pontos da cidade, a preocupação com a limpeza e o asseio do espaço urbano, a manutenção da ordem, moral e bons costumes foram fatores de preocupação no final desta década.

No decorrer deste capítulo, exploramos os diversos estudos realizados por teóricos clássicos da história econômica, as teses que contestaram os modelos adotados por vários anos como referencial de estudo e as recentes pesquisas que estão sendo desenvolvidas em âmbito regional. A vocação sul mineira consistia na produção de gêneros de subsistência, e seu excedente abastecia a grande lavoura da província e o mercado do Rio de Janeiro, principalmente em 1808 com a instalação da corte no Brasil, fonte geradora de riqueza para o Sul de Minas. As relações com a corte propiciaram para Pouso Alegre e região a participação no meio político, defendendo interesses para a região. Notamos que a Pouso Alegre se inseriu no quadro da produção de diversos gêneros de produção alimentícia e seu excedente sendo exportado para outras províncias, com notoriedade para produtos como o fumo, gado e suínos.

Esta aptidão comercial da cidade tende a se ampliar durante a segunda metade do século XIX, com o estabelecimento de uma praça do mercado que visava atender as necessidades do núcleo urbano e, com a expansão da cafeicultura na região, o mercado local também serviu de centro abastecedor das localidades próximas que se dedicavam ao cultivo da rubiácea. Ao contrário de outras cidades da Província e da região, Pouso Alegre possuía um baixo número de cativos, o que facilitou a transição para a mão de obra livre e a inserção de imigrantes estrangeiros na cidade. Neste sentido, a economia de abastecimento fortaleceu a dinâmica econômica na cidade, sendo responsável por um dos mercados mais importantes da região em uma sociedade de exportação.

No próximo capítulo levantaremos as principais fases de modernização e urbanização ocorridas na cidade, fazendo um estudo das Atas do Poder Legislativo entre os anos de 1870 a 1910, e por meio dos impostos locais, ressaltar a importância do comércio para o município.

117 *Relatório do Fiscal Joaquim José de Paiva*. 1865. Coleção Documentos Soltos, disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

2

Urbanização e construção do espaço urbano



Neste capítulo faremos um estudo sobre a urbanização e a construção do espaço urbano na segunda metade do século XIX e primeira década do século XX. A constituição de nossa escrita se dará por meio de leituras e investigação das atas da Câmara Municipal de Pouso Alegre e dos livros de receitas e despesas disponíveis para este período, procurando ressaltar mediante os discursos políticos as obras de infraestrutura e as transformações urbanas ocorridas em Pouso Alegre, e do livro caixa da municipalidade o movimento financeiro local.

Para facilitar e melhor organização deste estudo, dividimos este capítulo em quatro seções: Na primeira seção, faremos um rápido estudo sobre a Câmara Municipal, a origem e o funcionamento desta corporação no cotidiano do município, sendo responsável por decisões políticas, elaboração de leis e execução dos serviços públicos. Já na segunda seção, intitulada “A Sociedade da ordem e do espetáculo”, trataremos das diversas obras realizadas pela Câmara Municipal de Pouso Alegre na década especificada, dando ênfase a construção do Teatro Municipal e da Cadeia, ambos localizados no plano central da cidade, contribuindo para as relações de sociabilidade dos habitantes locais e da região e voltando seus olhares para a organização espacial, ordem, saúde e segurança local, com a construção de um prédio maior, abrigando as celas, a delegacia, o tribunal do júri, Câmara Municipal e um posto de profilaxia. A terceira seção, “Normatização e organização espacial”, contaremos com a análise de documentos soltos da Câmara Municipal, como cartas, projetos, códigos de posturas, entre outros, buscando observar como se realizou a organização do espaço urbano nestas décadas, e como se encontrava a cidade na transição para o século XX. Em “Nos trilhos da modernização: o aparecimento da luz elétrica e a comunicação telefônica”, daremos foco a primeira década do século XX, momento este em

que as políticas de urbanização continuam dando os seus passos e que a cidade se moderniza aos poucos, com a instalação da energia elétrica e a implantação de linhas telefônicas na sede e nos seus distritos.

As atas da Câmara se enquadram em um tipo de documentação produzida pela municipalidade, sendo fontes primárias oficiais por excelência. A pesquisa e o trabalho com este tipo de documentação exigem do pesquisador e daqueles que se utilizam de fontes escritas oficiais especial atenção e senso crítico, pois por muito tempo foram empregadas como sinônimo de uma verdade muitas vezes não questionada. Neste sentido, faz-se necessário o cruzamento com outras fontes, que poderão nos ajudar a ter uma visão extraoficial, ou seja, que muitas vezes não é citada nos documentos oficiais. Para este exercício, utilizaremos alguns jornais¹¹⁸ disponíveis da época, detectando as críticas que muitas vezes eram direcionadas aos edis e aos trabalhos da Câmara Municipal. No entanto, Atas do Poder Legislativo nos ajuda a compreender a dinâmica interna da sociedade, aspectos econômicos, sociais e os costumes de uma cidade, como as relações de poder que se estabelecem no contexto histórico vigente. Podemos também verificar as escolhas e as propriedades dos sujeitos sociais que estavam na liderança local, suas discussões, decisões e propostas que foram colocadas em prática.

Em conjunto com as atas, exploraremos os livros de receita e despesa da Câmara. Tais registros estão descritos e detalhados em 16 livros¹¹⁹, organizados no modelo partilha dobrada, ou seja, do lado esquerdo encontramos os lançamentos das receitas, dividido em três colunas: a data referente ao lançamento, a especificação da arrecadação (impostos, verba enviada pelo Governo Provincial entre outros) e o valor coletado. Observamos que em alguns casos aparece o nome da pessoa a qual o valor foi pago. No lado direito são descritas as despesas, seguindo o mesmo modelo e tipos de informações encontrados para as receitas.

Os lançamentos das receitas e despesas eram realizados trimestralmente. O ano fiscal era dividido em quatro trimestres. Até 1880 encontramos a seguinte divisão: 1º trimestre- outubro a dezembro; 2º trimestre- janeiro a março (do ano subsequente aos meses passados); 3º trimestre- abril a junho; 4º trimestre- julho a setembro. Para facilitar a organização dos demonstrativos, fez-se necessária a junção do ano financeiro, passando a ser dividido da seguinte maneira: 1º trimestre- janeiro a março; 2º trimestre- abril a junho; 3º trimestre- julho a setembro; 4º trimestre- outubro a dezembro. Analisando as Receitas e Despesas, nos deparamos com as seguintes rubricas:

118 Para o estudo destas quatro décadas, utilizaremos dos seguintes periódicos: “O Mineiro” (para a década de 1870; “O Pousoalegrense (para a década de 1880) e “Correio Sul- Mineiro” (para a década de 1900), entre outros.

119 Os livros de Receitas e Despesas da Câmara Municipal de Pouso Alegre estão sob a guarda do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo. A sua coleção de registros é completa para os anos de 1870-1890. Já para as décadas de 1890 a 1910 se encontram incompletos (para a década de 90, encontramos os seguintes anos registrados: 1890, 1891, 1895, 1896, 1897 e 1898; para a década de 1900: 1903 e 1904. As referidas lacunas nos permitirão uma análise parcial das últimas décadas.

Tabela 04: Rubricas presentes nos livros de Receitas e Despesas

Receitas	
Produção Rural	Impostos sobre propriedades agrícolas, engenhos e plantações
Negócios	Impostos sobre os diversos tipos de comércios existentes e recolhidos da Praça do Mercado local
Fábricas, Ofícios, Liberais	Impostos cobrados das pequenas indústrias, olarias, oficinas, dentistas, advogados, médicos, etc.
Aluguéis	Aluguéis de prédios públicos
Impostos da Cidade	Nesta categoria de impostos incluímos: Esmolas, Bandeiras, Ofícios, Presos Pobres, Espetáculos, Impostos não especificados no livro, Portos, Mascateação, Multas, Licenças, Carros, Ranchos, Matrículas, Pedágios, Terrenos, Livro de Ouro, Animais no logradouro, Carroças, Loteria, Pena d'água e Aferição
Impostos dos Distritos	Impostos recolhidos pelos Agentes Distritais (incluso todos referentes a cidade)
Produtos	Impostos cobrados em relação à venda de produtos: madeiras, bambus, querosene, café, alho, etc.
Propriedades	Impostos prediais urbanos
Cisa	Impostos de 3% na transmissão da propriedade imóvel <i>inter vivos</i>
Despesas	
Funcionários	Importância paga aos seguintes funcionários: Secretário da Câmara, Porteiro, Agente do Mercado, Agente da Cidade, Agente dos Distritos, Professores
Júri	Gastos relacionados a julgamentos, processos e despesas feitas pelo judiciário
Despesas da Câmara	Aquisição de materiais para a Casa da Câmara (mesas, cadeiras, telegramas, ofícios) e para as Sessões (Livros, penas, tinta)
Obras Públicas	Importância destinada aos serviços públicos da cidade (consertos de ruas, pontes, capinas, limpeza)
Eleições	Gastos destinados ao processo eleitoral (local e provincial)
Aluguéis Pagos	Quantias pagas em aluguéis como da Casa da Cadeia e Praça do Mercado
Presos Pobres	Auxílio revertido para a alimentação e aquisição de vestuários para os presos pobres
Iluminação e Abastecimento d'água	Importância destinada a instalação e conservação destes serviços públicos

Fonte: Livros de receita e despesas da Câmara Municipal de Pouso Alegre. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

O conteúdo desta documentação nos possibilita diversos estudos sobre o município de Pouso Alegre, os tipos de serviços realizados, os investimentos locais, a dinâmica do município através das atividades de produção, a organização fiscal cidadina e a constituição do comércio local, abrindo horizontes para futuras pesquisas.

Com estas duas fontes que compõem nosso trabalho de pesquisa, conseguimos visualizar como estava sendo valorizado o espaço urbano pela elite política e econômica de Pouso Alegre, por meio dos projetos de leis e realizações descritas nos documentos do Poder legislativo e pelas características e aquisições dos imóveis urbanos que constituíram o município de Pouso Alegre no decorrer dos anos que estamos abordando neste trabalho. Antes de iniciarmos os estudos sobre a urbanização e a construção do espaço público da cidade de Pouso Alegre por meio das atas do

poder legislativo, analisaremos o funcionamento da estrutura política municipal, constituída pela Câmara e seus vereadores.

O funcionamento da Câmara Municipal

A Câmara Municipal no Brasil configura-se como a assembleia daqueles que representam os cidadãos que residem em um determinado município exercendo o poder legislativo. Sua origem remonta-se ao modelo português, diferenciando apenas por não possuir mais as atribuições do poder executivo¹²⁰. É de responsabilidade desta corporação promulgar a lei orgânica do município (o que poderíamos comparar ao Código de Posturas por muito tempo utilizado), “*identificar os interesses da comunidade, dispor normativamente sobre eles, acompanhar e fiscalizar as ações do Executivo e desenvolver e difundir na prática cotidiana da democracia*”¹²¹, mantendo a ordem e a harmonia do espaço citadino.

Com a independência do Brasil, várias leis foram criadas a fim de organizar e dar estruturas à administração do governo. O primeiro grupo de leis referentes ao regimento das Câmaras Municipais entrou em vigor em 1º de outubro de 1828. O Imperador, ao tomar estas medidas, procurou reduzir os poderes municipais, que até então era composto por órgãos administrativos e jurídicos que possuíam grande poder político. Ao se referir a este ato do Imperador, Victor Nunes Leal nos deixa evidente a contenção dos poderes que as Câmaras exerciam, e o receio de manifestações e questionamentos à coroa:

(...) a ênfase que pôs a lei no caráter administrativo das municipalidades, por um lado, constituía eficiente processo técnico de redução da sua autonomia e, por outro, concorria para impedir que os municípios se tornassem centros de atividade política mais intensa, capazes de estimular os interesses e aspirações das camadas interiores da população¹²²

A carta de 1828 submeteu as Câmaras a um rigoroso controle realizado pelos Conselhos Gerais, Presidentes das Províncias e o Governo Geral, o que denominou Nunes Leal de doutrina da tutela¹²³. O Ato Adicional de 1834 apenas certificou as medidas impostas por Dom Pedro I, não tendo nenhuma alteração em relação aos poderes da Câmara. As Câmaras das cidades eram compostas de 9 vereadores, enquanto que as das vilas possuíam 7 membros, que eram eleitos no dia 07 de setembro com mandato de 4 anos. As pessoas que os elegiam pertenciam a uma classe social composta pela eli-

120 Cf. LAXE, João Baptista Cortines. *Regimento das Câmaras Municipaes* ou Lei de 1º de outubro de 1828. 2ª Edição. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885, p. 11-12.

121 Câmara Municipal de Pouso Alegre. *Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre*: Estado de Minas Gerais. 5ª Edição. Pouso Alegre, 2006, p. 14.

122 LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o Regime Representativo no Brasil*. 4ª Edição. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1978, p. 74.

123 Segundo Victor Leal Nunes, a doutrina da *tutela* “consistia em comparar o município, na ordem administrativa, ao menor, na ordem civil, em que sua incapacidade para o exercício das funções que lhe eram próprias impunha a criação de um apertado sistema de assistência e fiscalização, a cargo dos poderes adultos”. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o Regime Representativo no Brasil*. 4ª Edição. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1978, p. 75.

te local e por pessoas que tinham renda superior a 200\$000 mil réis, divididos em votantes (gerais e especiais) e os eleitores¹²⁴. No município de Pouso Alegre, os proprietários, capitalistas, fazendeiros, comerciantes, profissionais liberais (advogados, professores e magistrados) compunham este grupo social, em que poderiam eleger e serem eleitos. Com o decreto nº 3029 de 09 de janeiro de 1881, mais conhecido como “Lei Saraiva”, organizou-se uma reforma eleitoral. A instituição do título de eleitor, a supressão dos votos realizados por analfabetos e a adoção de eleições diretas para todos os cargos eletivos do império (senadores, Deputados à Assembleia Geral, membros das Assembleias Provinciais, vereadores e juizes de paz) foram algumas das medidas adotadas pela reforma. No entanto, a renda superior 200 mil réis permanecia como regra para aqueles que quisessem se eleger¹²⁵. Apenas em 1891, com o advento da República, é que o cenário político sofrerá diversas alterações.

Além dos vereadores, alguns cargos fixos compunham e dinamizavam o funcionamento da Câmara: um secretário, responsável pela guarda e preservação dos livros em que eram lavradas as reuniões, o despacho e a organização dos documentos; um procurador; um porteiro; um fiscal geral e distrital¹²⁶. O número de reuniões ordinárias, realizada no paço municipal ou em uma casa da Câmara, variava a cada localidade, sendo que as extraordinárias dependeriam da convocação do Presidente. Eram tratados os diversos assuntos de interesses comunitários como as obras públicas, limpeza e asseio dos espaços da cidade, iluminação, a direção dos cemitérios que se encontravam fora do âmbito eclesiástico, saneamento público, fiscalização de currais e matadouros, entre outras medidas de prevenção que se encontravam nos códigos de posturas municipais, explícitos no artigo 71 da Constituição de 1824:

As Câmaras deliberarão em geral sobre os meios de promover e manter a tranquilidade, segurança, saúde e commodidade dos habitantes; o aceio, segurança, elegância e regularidade externa dos edifícios e ruas das povoações; e sobre estes objectos formarão as suas posturas, que serão publicadas por editaes, antes e depois de conformadas¹²⁷.

É neste contexto que se inseria a instalação da Câmara Municipal de Pouso Alegre e as primeiras décadas (1870-1880) estudadas neste trabalho. Apenas 6,93% da população do município tinham acesso ao voto, sendo que 2,74% eram considerados votantes e 4,19% eleitores. Dos 17 vereadores eleitos nestas duas décadas, mais da metade declararam ser fazendeiros apenas ou exercerem mais de uma atividade financeira, enquanto que os outros se dividiam em agricultores, comerciantes, proprietários e profissionais liberais.

124 O Decreto nº8213 da Lei de 1º de Outubro de 1828, nos deixa bem claro a participação de uma elite no processo de votação ou candidatura na política municipal. O artigo 1º se refere ao eleitor como sendo todo cidadão brasileiro (...) que tiver renda líquida anual não inferior a 200\$000 por bens de raiz, indústria, comércio e emprego. Cf: LAXE, João Baptista Cortines; SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. *Regimento das Câmaras Municipaes*: ou Lei de 1º de Outubro de 1828. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Editor, 1885, p. 04.

125 Leis, Decretos e Modelos relativos à REFORMA ELEITORAL. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881, p. 03-86.

126 No caso da Câmara Municipal de Pouso Alegre, em seus registros, fazia parte do quadro de funcionários o Inspetor do Mercado.

127 LAXE, João Baptista Cortines; SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. *Regimento das Câmaras Municipaes*: ou Lei de 1º de outubro de 1828. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Editor, 1885, p. 201.

As sessões neste período eram realizadas em uma casa adquirida nos primeiros anos da década de 1830. Com a conclusão das obras e o início do funcionamento da cadeia pública, a Câmara transfere sua sede para este prédio em 1885 e permanece até o ano de 1923. Suas reuniões poderiam acontecer em número de 1 ou 6 mensais, dependendo da necessidade ou convocações do Presidente. Nas duas primeiras décadas estudadas foram realizadas 420 reuniões (de caráter ordinário ou extraordinário), sendo 164 na década de 1870 e 256 em 1880. Durante a leitura das atas, percebemos que estes encontros possuíam as seguintes características: são especificadas as Sessões e os Vereadores presentes, sendo que os faltantes seriam multados em uma quantia determinada pela Código de Leis que regia este departamento. Em seguida, abria-se com o *Expediente*, como se fosse uma ordem do dia, levando ao conhecimento as cartas que recebiam do Governo da Província, leituras de relatórios do fiscal, balancetes e orçamentos, cobranças feitas à Câmara por advogados ou juizes, abaixo-assinados entre outros. Em seguida eram descritas as *Propostas* pelos Vereadores sugerindo serviços públicos e atribuições relacionados ao município. Por seis décadas, as Câmaras ficaram sobre a tutela do Governo Provincial, o qual despendia algumas quantias com a manutenção de templos sagrados e obras públicas, sendo obrigadas a prestar contas de seus gastos e de suas ações políticas. Em relação as municipalidades neste período, com visão do Visconde de Uruguai, percebemos este forte apelo de controle por parte do governo e, ao mesmo tempo, um certo descuido com os municípios:

Quanto às municipalidades não as temos dignas desse nome. Nas grandes Províncias, sobretudo, são numerosas as municipalidades, não podem as Assembléas Provinciaes, ocupadas de políticas, conhecê-las todas, estudá-las e ocupar-se dellas seriamente. Os autores do Acto adicional creárão um poder provincial em cujas mãos centralisárão o municipal. (...) Centralisou, porém vigorosa e completamente nas Assembléas provinciaes o que era puramente municipal. Não temos nas Províncias verdadeiras municipalidades. Forão entregues amarradas as Assembléas provinciaes. (...) Os negócios mais ou menos importantes das municipalidades dependem unicamente das Assembléas Provinciaes¹²⁸.

Com a proclamação da República, o cenário político e social brasileiro sofreu diversas mudanças, permeadas de promessas de que o Brasil enfim seria colocado nos trilhos do desenvolvimento. O novo século trazia consigo os anseios de parte da população brasileira, formada pela nossa elite, que almejava o país se assemelhar às nações europeias:

O Brasil entrava no novo século XX tão confiante como as demais nações: nada como imaginar que seria possível domesticar o futuro, prever e impedir flutuações. Sem dúvida esse é um tempo que se apostou em verdades absolutas, em normas morais rígidas, na resolução de todos os imponderáveis, e fiou-se em modelos que distinguiam, de forma insofismável, o certo e o errado¹²⁹.

128 SOUSA, Paulino José Soares (Visconde do Uruguay). *Estudos práticos sobre a administração das Províncias no Brasil*. Primeira parte, tomo I. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Editor, 1865, p. VIII-XIX.

129 COSTA, Ângela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 13-14.

Uma das mudanças mais significativas do novo sistema de governo se instaurou na estrutura política, principalmente no que se referia a municipalidade, objeto de nosso estudo. Assim como os estados, no regime federativo que se instaurava, seriam autônomos, e participariam da soberania da união, os municípios foram contemplados com uma certa autonomia local, como nos mostra o artigo 68 da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891: “*Os estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos municípios, em tudo quanto se respeite ao seu peculiar interesse*”¹³⁰. Os estados, no entanto, cada qual a sua liberdade, repaginararam os seus municípios, “*com maior ou menor amplitude na administração, em termos que lhe asseguravam a autonomia pregada na Lei Magna*”¹³¹. Contudo, questionou-se muito esta autonomia, principalmente pelo fato da eletividade do poder executivo. Nas palavras do jurista Helly Lopes Meirelles:

Durante os 40 anos em que vigorou a Constituição de 1891, não houve autonomia municipal no Brasil. O hábito do centralismo, a opressão do *coronelismo* e a incultura do povo transformaram os Municípios em feudos de políticos truculentos, que mandavam e desmandavam nos ‘seus’ distritos de influencia, como se o Município fosse propriedade particular e o eleitorado um rebanho dócil ao seu poder¹³².

Os prefeitos (intendentes ou chefe do executivo) eram eleitos com base no consentimento do governo estadual, aos desejos do “coronel” mediante a um sistema de reciprocidade, expresso nas palavras de Victor Nunes Leal: “*de um lado, os chefes municipais e os coronéis, que conduzem os magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos (...)*”¹³³, o que ele denomina como “cofre das graças e o poder da desgraça”. A tese de Leal nos leva a questionar sobre a suposta autonomia dos municípios garantida pela Constituição de 1891. O poder do governo estadual e a influência dos coronéis sobre a população pobre do interior dava continuidade a utilização de forças opressivas, perseguição e violência, expressões de um mandonismo que perdurou por mais de quatro décadas.

Em Pouso Alegre, o Conselho de Intendência Municipal foi instalado no dia 01 de março de 1890. Em portaria, o governador do estado de Minas Gerais, João Pinheiro, dissolve a Câmara Municipal estabelecendo a Intendência:

Palácio da Presidência do Governo do Estado de Minas Geraes em Ouro Preto, 16 de fevereiro de 1890. Comunico-vos que nesta data dissolvi essa Câmara e criem em substituição um Conselho de Intendência composto dos cidadãos: Presidente- Urbano Dias Ferraz da Luz, Antônio da Costa Braga, Joaquim Roberto Duarte. Adjuntos: Antônio Augusto Couti-

130 BALEEIRO, Aliomar. *Constituições Brasileiras II 1891*. Biblioteca do Senado Federal. Brasília: Senado Federal, 2012, p.80.

131 MEIRELLES, Helly Lopes. *Direito Municipal Brasileiro*. 16ª Edição (atualizada por Márcio Schneider Reis e Edgard Neves da Silva). São Paulo: Malheiros Editores, 2008, p. 39.

132 Idem.

133 LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto* (O município e o Regime Representativo no Brasil). 4ª Edição. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1978, p. 34.

nho e Herculano Ferreira dos Santos. – João Pinheiro da Silva- Senhores Presidente e mais Vereadores da Câmara Municipal de Pouso Alegre¹³⁴.

Sendo dissolvida a Câmara, os vereadores e funcionários foram exonerados de seu cargo, e em seguida, foram nomeados novamente mantendo o quadro político e funcional da antiga Câmara. Nestas duas últimas décadas de nosso estudo (1890-1910), o quadro dos vereadores era composto em sua maioria por comerciantes e fazendeiros com mais de uma atividade financeira, profissionais liberais e um padre, sendo presidida por apenas dois intendentess: Coronel José Joaquim Vieira de Carvalho (1892-1904), proprietário e fazendeiro, por muitos anos exercera cargos ligados a Igreja Católica, como fabricante da matriz e escrivão do juízo eclesiástico, e o Coronel Octávio Meyer, negociante, exercendo este cargo até o ano de 1912.

Após esta breve revisão sobre a criação das Câmaras Municipais, seu funcionamento e dinâmicas, passaremos a analisar o corpus documental composto pelas atas do poder legislativo, com o objetivo de traçar as trajetórias da formação e construção do espaço urbano de Pouso Alegre na transição do século XIX para o XX.

A sociedade da ordem e do espetáculo (1870-1880)

Nos últimos anos de 1860, percebemos que a atenção da Câmara Municipal se voltava para obras relacionadas à infraestrutura do município, como alinhamento de casas, conserto e manutenção de fontes e mananciais, conservação das pontes estradas existentes na sede e no município, criação de leis que visavam maior atenção para organização e ordem local entre outros. Nesta mesma época se edificou uma capela no lugarejo denominado São José do Congonhal, recebendo como doação “*de 25 alqueires de terras para alli se edificar a dita capella e se formar a dicta povoação que se acha principiada neste lugar com bastante progresso*”¹³⁵, em que alguns anos mais tarde se tornaria distrito.

Ao principiar a década de 1870, o relatório dos Presidentes da Província de Minas Gerais¹³⁶ trazia informações acerca da indústria agrícola e fabril da Província. A indústria de Pouso Alegre contava com a produção de tecidos de algodão produzidos em teares e a fabricação de velas com a matéria prima colhida no próprio local. Das velas, nos é informado, que se fazia uma pequena exportação para localidades próximas, enquanto dos tecidos não se registrava nenhuma. A indústria contava com pouca dedicação, principalmente com a pesca e a criação em pequena escala, não existindo a extração de pedras e minerais. A agricultura também não estava em uma boa situação nesta época, pela falta de incentivos que relacionados a mesma, como a existência de uma escola agrícola, para a formação de pessoas capacitadas para o campo, com o ensino de técnicas e cuidados com a lavoura, a falta de materiais, de esforços individuais e o auxílio do governo, reconhece o próprio relatório. Outras dificuldades citadas são a falta de estradas, e das

134 *Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1887-1890*. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, p. 190.

135 *Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1867-1871*, Primeira Sessão Ordinária de 25 de Julho de 1869, p.100. Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, p. 151.

136 *Relatório apresentado à Assembléa de Minas Geraes*: na sessão extraordinária de 02 de Março de 1871, pelo Presidente Antônio Luiz Affonso de Carvalho. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1871, p. 117.

poucas que possuíam muitas vezes foram intransitáveis, a conservação dos rios, em sua maioria navegáveis, mas que se encontram em abandono. Por isso chama atenção, que uma primeira medida a ser tomada seria

(...) a factura de estradas, que offereção fácil e rápido trajecto. Adquirindo este beneficio, a imigração virá em procura de ricas terras; será fácil a introducção de machinas de lavoura; uma completa revolução se operará no systema de agricultura, e o melhoramento material apparecerá.¹³⁷

Tendo em mente os melhoramentos que deveriam ser realizados, perceberemos que durante esta década muito se falará nas atas sobre a necessidade de reformas e mudanças de estradas, justamente para facilitar ainda mais a dinâmica da produção, exportação de gêneros variados e o acesso a praça comercial. O município de Pouso Alegre, na década de 1870, abrangia um vasto território, composto pelos seguintes distritos: Congonhal (povoado), Sant'Anna do Sapucahy, Retiro, Jacutinga, Ouro Fino, Monte Sião (Curato), Borda da Mata e Conceição da Estiva. As principais produtos cultivados neste território eram a do fumo, cana de açúcar, cereais, milho, feijão, arroz e em algumas partes do município o café. Eram criados gados e porcos, sendo estes produtos de exportação destinados aos mercados paulista, pelas regiões de Taubaté, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, e carioca. A maior parte dos lavradores se dedicava

(...) a planta e fabrico do fumo, que é exportado para o Rio de Janeiro, pelas partes de Uberaba, Paraty e Santos; a exportação do chá e do café é pequena; o milho é quasi todo consumido pelo gado suíno, que é levado vivo, ou morto para o mercado da côrte; e os demais gêneros são destinados ao alimento da população do município, exportando-se d'elles muito pequenna quantidade¹³⁸.

De acordo com o Recenseamento do Brasil de 1872¹³⁹, a população do município correspondia a 46.168 habitantes, sendo que 7.496 eram mão-de-obra escrava. A maior parte dos escravos se concentrava nos distritos de Sant'Anna do Sapucahy, Ouro Fino e Pouso Alegre, correspondendo a 64% da mão-de-obra. A sede do município, em números populacionais nesta década era estimada em 7.399 habitantes entre livres e escravos. Em relação ao meio social, é interessante observar o quadro abaixo em que se contabilizam as profissões:

Tabela 05: População em relação às profissões, cidade de Pouso Alegre¹⁴⁰

137 *Relatório apresentado à Assembléa de Minas Geraes*: na sessão extraordinária de 02 de Março de 1871, pelo Presidente Antônio Luiz Affonso de Carvalho. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1871, p. 117.

138 *Idem.*

139 *Recenseamento do Brazil em 1872*. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger, 1874.

140 Levamos em consideração neste quadro a população de Pouso Alegre subtraída pelo número de crianças de 1 mês a 10 anos, resultando em um total de 6.425 mil habitantes tendo em vista que o trabalho infantil era bem disseminado na época.

Profissões¹⁴¹	Concentração	%
Agrícolas	2.213	34,44
Serviço Doméstico	1.673	26,04
Profissões Manuais ou Mecânicas	769	11,97
Pessoas Assalariadas	427	6,65
Profissões Liberais	98	1,53
Profissões Industriais e Comerciais	75	1,17
Sem Profissão	2.063	32,11

Fonte: Recenseamento do Brasil em 1872

Como podemos perceber, de acordo com a tabela 04, o trabalho estava concentrado mais no campo, como lavradores, cerca de 34% da população distribuídas entre homens brancos, cativos e estrangeiros dedicavam ao trabalho rural. Logo a seguir, é nos colocado os serviços domésticos, em sua maioria exercido por mulheres livres. As demais profissões eram exercidas especificamente no meio urbano, desde aqueles que se dedicavam ao trabalho em alguma pequena fábrica artesanal (dando destaque as costureiras e aqueles que trabalhavam os metais), comércio, ou até mesmo ao serviço público. Os escravos não se enquadravam nas profissões liberais e de comércio, sendo que uma pequena parcela se inseria no quadro dos operários. A maioria estava alocada no trabalho campesino, nas fazendas e engenhos da região. O que nos chama atenção no censo é um grande índice das pessoas que não possuíam profissão, ou seja, as pessoas que não declararam nenhum tipo de ofício ou até mesmo aqueles que se tornaram excedentes da força de trabalho.

O Almanaque Sul Mineiro, nos apresenta Pouso Alegre, no ano de 1874, como uma

141 Nas profissões liberais se enquadravam: Religiosos regulares e seculares, Juristas (Juizes, advogados, Notários e escrivães, Procuradores, Oficiais de Justiça), Médicos, Cirurgiões, Farmacêuticos, Parteiros, Professores e homens de letras, Empregados Públicos, Artistas, Militares, Marítimos, Pescadores, Profissões Industriais e Comerciais (Manufatureiros e Fabricantes e Comerciantes, Guarda-Livros e Caixeiros). As profissões manuais e mecânicas eram compostas pelos seguintes membros: Costureiras e Operários (Canteiros, Calceteiros, Mineiros e Cavouqueiros, em Metais, em Madeiras, em Tecidos, de Edificações, em Couros e de Peles, em Tinturaria, de Vestuários, de Chapéus, de Calçados). Das profissões agrícolas (Lavradores e Criadores). Das pessoas assalariadas (Criados e Jornaleiros). Havia também aquelas pessoas que se dedicavam ao serviço doméstico e por fim, o recenseamento menciona aqueles que não possuíam profissão nenhuma.

localidade que continha “3 praças, 26 ruas e trezentas e tantas casas (...) duas igrejas”¹⁴² um hospital da Misericórdia em construção¹⁴³, dois colégios (de São Sebastião para o sexo masculino e Nossa Senhora das Dores para o feminino), fontes públicas e chafarizes. As ruas não eram calçadas, sendo de terra batida, o que propiciava à cidade um ar bucólico e rural, como percebemos na imagem abaixo:

Imagem 2: Avenida do Imperador- Década de 1870



Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo

A construção do teatro, ao lado esquerdo da imagem 02, de iniciativa da Associação Dramática Pouso alegreense, se tornou um espaço mantido e utilizado para a apresentação de peças te-

142 VEIGA, Bernardo Saturnino da. Almanack Sul-Mineiro. Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1874, p. 225.

143 De acordo com o Almanaque Sul Mineiro para o ano de 1874, nas proximidades de Pouso Alegre, apenas a cidade de Campanha possuía uma Santa Casa. “A Santa Casa de Caridade, creada pela lei de 22 de fevereiro de 1836 e começada por deliberação da municipalidade da Campanha, também foi construída mendigando auxilio de todos quantos de interesavao pela sorte dos enfernos pobres”. Cf: VEIGA, Bernardo Saturnino da. Almanack Sul-Mineiro. Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1874, p. Já em Pouso Alegre, a fundação da Santa Casa de Misericórdia ocorreu em 1849 em propriedade doada pelo Coronel José Antônio de Freitas Lisboa, sendo a construção e direção deste estabelecimento de responsabilidade do Coronel José Garcia Machado e com auxílio da Câmara Municipal. Cf: GOUVEA, Octávio Miranda. A História de Pouso Alegre. Borda da Mata: Art’s Gráfica Editora, 1998, p. 67. Documento em que solicita a deliberação da Câmara Municipal de Pouso Alegre sobre o Hospital de Caridade. Coleção Documentos soltos, 1849. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo. No Almanaque Sul Mineiro, encontramos referência de que este estabelecimento funcionou por pouco tempo em Pouso Alegre.

atrais e representações artísticas promovidas por este grupo de jovens da cidade. Ao lado da Igreja Matriz encontra-se a Praça do Mercado, local este destinado ao comércio de gêneros, prestando bons serviços à cidade e região e sendo conhecido por ser um dos mais fartos e concorridos. Nele,

(...) eram expostos a venda em retalho, os gêneros conduzidos pelos carreiros, tropeiros e condutores, sendo fornecidos a eles pesos e medidas para melhor controle do Procurador da Câmara. O comércio poderia ser realizado em seu entorno, sendo permitido a qualquer quitandeiro de qualquer gênero levantar na praça barracas para resguardar a si e aos seus gêneros, por meio de demarcações e ordens apontadas nos regulamentos municipais da praça ou da feira.¹⁴⁴

O Almanaque Sul Mineiro também aponta a necessidade da construção de uma cadeia que fosse funcional e abrigasse adequadamente os presos, sendo de indispensável urgência, “*e como é justamente reclamada por todos o que se interessão por este lugar, acreditamos que em breve será atendida, e que ter-se-há uma prisão digna da sede da comarca e do importante município*”¹⁴⁵ o que se realizará no final da década estudada.

Em relação à dinâmica de produção da cidade na década estudada, tomamos conhecimento quando a Câmara Municipal responde a uma Circular requerida pela Presidência da Província de Minas Gerais, informando detalhes sobre a situação da indústria e lavoura. Sobre o campo das pequenas indústrias, nos relatam os edis sobre a limitação em torno do fabrico de tecidos de algodão e velas de cera. Os tecidos eram destinados a confecção de vestes para os escravos e pessoas pobres, aqueles que se “*dedicão a lavoura, não sendo por isso sufficiente o que se prepara no termo onde se encontrão fácil venda iguais tecidos vindos de Pitangui e outros pontos da Província*”.¹⁴⁶ Nesta década, observa a Circular, esta indústria ainda estava no começo, adaptando-se aos poucos as máquinas de fiação e sendo imperfeitos os sistemas de teares. A produção de velas era realizada com matéria prima existente e escolhida no próprio município e vinha sendo desenvolvida em alguns pontos de Pouso Alegre, porém sua exportação era pequena.

A lavoura, segundo as informações obtidas, era praticada mantendo os métodos antigos sem nenhuma inovação. As práticas utilizadas eram aquelas passadas pelas gerações passadas:

144 ANDRADE, Ana Eugênia; VALE, Fernando Henrique do. Mercado Municipal de Pouso Alegre: o cotidiano na cidade. Campinas, SP, Pontes, 2013, p. 16.

145 VEIGA, Bernardo Saturnino da. Almanack Sul-Mineiro. Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1874, p. 226.

146 Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1867-1871. Terceira Sessão Ordinária em 14 de Fevereiro de 1871, p. 169. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo

Derrubão-se os mattos sem selecção de nenhuma madeira de ley, e sob suas madeiras contadas que são queimadas, adubando-se a terra com a cinza, planta-se e depois de uma ou duas capinas colhe-se multiplicada a semente que se lançou na terra. Nesse processo não são empregados arados, semeadores e outros instrumentos de lavoura, resultando daqui muito maior trabalho e dispêndio para se conseguir o que se pode obter facilmente e com pouco gasto¹⁴⁷

Para a Câmara Municipal, a conservação destes métodos não era o mal maior relacionado as práticas agrícolas, pois eram práticas exercidas no país. A crítica é direcionada ao Governo Provincial de Minas Gerais, a respeito das condições em que se encontram as regiões da Província em geral. Além do solo ser montanhoso, a falta de estradas contribuía para a dificuldade da circulação da produção dentro e fora da província. O abandono dos rios interferia na navegação, o que dificultava a introdução de maquinários para a lavoura, a exportação de madeiras e dos gêneros colhidos no local, a falta de uma escola agrícola para capacitar os trabalhadores rurais, são aspectos que contribuía para o atraso da agricultura. Além dos gêneros alimentícios que eram exportados para o Rio de Janeiro, gado, porcos, carneiros e cavalos eram criados em pequena escala. Em relação à pesca, a prática se dava em pequena escala, “*empregão-se indivíduos em números de três a vinte, que aqui vendem peixe apanhado no Rio Mandú, que banha esta cidade, e nos Rios Sapucahy e Sapucahy Mirim, que passam próximo a Pouso Alegre*”¹⁴⁸, abastecendo principalmente os habitantes locais.

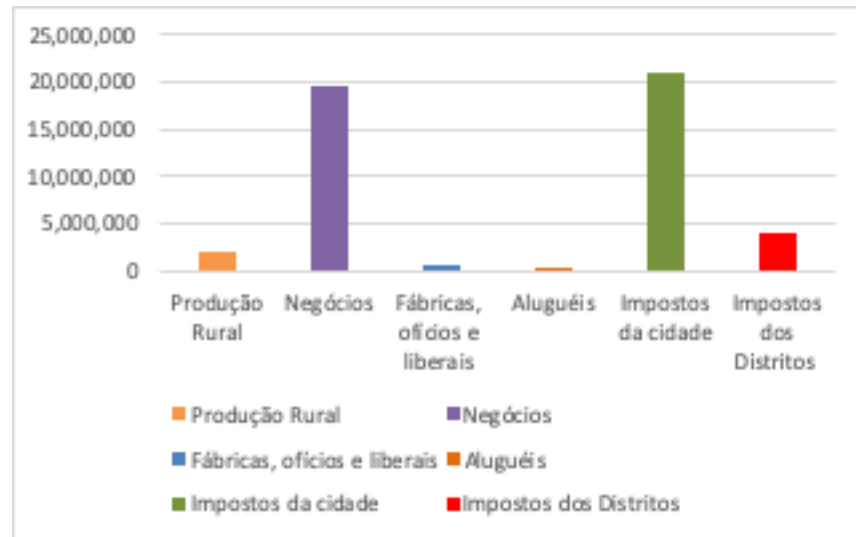
Entre os anos de 1870-1879, foram realizadas 164 reuniões da Câmara, entre ordinárias e extraordinárias na intenção de discutir assuntos referentes ao município de Pouso Alegre, como a troca de informações com a Província, nomeações e instituições de cargos, elaboração de leis, a manutenção e organização do município, realizada pelas obras públicas e a prestação de contas,

147 Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1867-1871. Terceira Sessão Ordinária em 14 de Fevereiro de 1871, p. 169. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

148 Idem.

com a coleta de impostos e realização de despesas. A arrecadação¹⁴⁹ feita durante os dez anos¹⁵⁰ resultou na quantia de 47:664\$838 para o município, como observamos no gráfico abaixo:

Gráfico 01: Arrecadação da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1870-1879 (em contos de réis)



Fonte: Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, Câmara Municipal de Pouso Alegre, Livro de Receita e Despesa (1869-1879; 1879-1880).

Os impostos colhidos no município obtiveram o maior valor de arrecadações nesta década. Essa categoria de impostos, que para esta década correspondia a 53% da arrecadação mu-

149 A arrecadação tributária, seguindo os moldes da administração das rendas pertencentes ao Império Brasileiro, pode ser dividida em três categorias: receita ordinária, extraordinária e depósitos. Entendemos como Receitas Ordinárias as arrecadações previstas em orçamento e que provêm de fontes certas e fixadas por lei, como por exemplo, os impostos cobrados e as licenças. As receitas extraordinárias podem ocorrer de forma inesperada, geralmente arrecadas para custear alguma obra ou serviço urgente, não previsto no orçamento, como as cobranças de multas e verbas transferidas do governo municipal para o provincial. Temos também, finalmente, os depósitos, provenientes de empréstimos bancários ou doações monetárias aos cofres públicos. Cf.: OLIVEIRA, Fernanda Amaral de. As contas de um município no Império: As fiscalidade de Juiz de Fora, 1857-1889. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2011, p. 71-72.

150 Os impostos cobrados no município de Pouso Alegre estavam tabelados no Código de Posturas em vigor (sancionado em 1858). O título 7º trata Sobre impostos Municipaes, que eram classificados em: Animais, esmolas com ou sem bandeira, arrecadação dos distritos, oficinas, presos pobres, espetáculos, praça do Mercado, impostos gerais cobrados na sede do município, arrematação de portos, mascateação, aluguéis de prédios públicos, multas aos que violavam o Código de Posturas local, licenças, negócios, profissionais liberais, cargueiros, carros ferrados, ranchos, agricultura, carros e matrículas. Estes valores foram transcritos e detalhados nos livros de Receita e Despesa da Câmara Municipal de Pouso Alegre.

nicipal (44% arrecadados na sede do município e 9% nos distritos), se referia a cobrança de taxas sobre os carros, ranchos, matrículas, esmolos (arrecadadas geralmente para festas populares ou do padroeiro) e espetáculos (geralmente aconteciam quatro vezes por ano, sendo noite de espetáculos de cavalinhos ou apresentações cênicas, como “Noite de quadro vivos”), que davam impulso a renda local, sendo de responsabilidade do Agente Municipal esta cobrança, que em sua função era (...) *obrigado dentro do anno Municipal a percorrer o Município duas ou tantas vezes quantas forem necessárias para tornar efectiva a cobrança e arrecadação dos impostos, de maneira que no fim do anno financeiro estejam realizados*.¹⁵¹

Os impostos relacionados ao comércio nesta década corresponderam a 41% das cobranças feitas pelo Agente Municipal às diversas casas existentes na cidade, especializadas na venda de secos e molhados, açougue, padaria e rendimentos da Praça do Mercado, esta de responsabilidade do Inspetor ou Fiscal do Mercado, de acordo com as vendas realizadas nos dias de feira. Da produção rural do município (cabeça de vaca abatida e plantações diversas), constatou-se 5% da arrecadação nesta década.

Em relação às despesas municipais para a década de 1870, encontramos poucas referências no Código de Posturas de 1858 que continuava em vigor. O mesmo livro de leis trazia apenas um capítulo mencionando os gastos e os deveres que a Câmara deveria cumprir. No item 4º sobre as *Obras Públicas* era apontado que

Art. 60: A conservação e reparo das muralhas, paredões, ou outras obras feitas para a segurança de edifícios ou prazós públicas, calçadas, pontes, chafarizes, regos e aqueductos, poços, tanques, e quaesquer outras construcções em beneficio commum, ou para decoro das povoações serão feitos pela Câmara.¹⁵²

Já as obras de particulares não seriam de responsabilidade do governo municipal, devendo o executor/proprietário arcar com os seus custos e pagar uma respectiva licença para a realização da mesma. Aqueles que arrematassem alguma obra empreendida pela Câmara Municipal, deveria manter seus compromissos contratuais, “*a responsabilisar-se pela integridade da obra durante um ano contado do dia da entrega*”¹⁵³ sendo sujeito a multas impostas a qualquer descumprimento firmado em contrato.

Foram também identificadas nas rubricas da década estudada as seguintes despesas: honorários aos prestadores de serviços da Câmara, dispêndios realizados pelo júri, gastos materiais, expensas para eleições, socorro aos presos pobres, aluguéis pagos pela municipalidade, e, nos dois últimos anos, gastos empreendidos com a iluminação pública da cidade. Os gastos anuais, geralmente eram exatos ou aproximados ao orçamento do ano financeiro publicado no Livro da

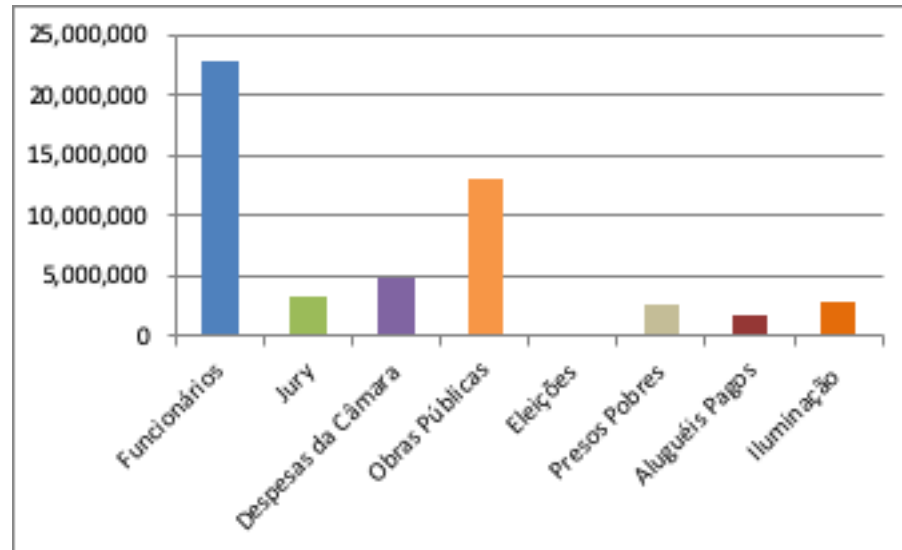
151 Posturas da Câmara Municipal de Pouso Alegre. Resolução nº 938 de 08 de Junho de 1858. Livro da Lei Mineira, tomo XXIV. Ouro Preto, 1858, p. 216.

152 Idem.

153 Idem.

Lei Mineira¹⁵⁴. O total da despesa registrada na década de 1870 foi de 51:114\$801 mil réis, sendo observados no gráfico abaixo:

Gráfico 02: Despesas da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1870-1879 (em contos de réis)



Fonte: Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, Câmara Municipal de Pouso Alegre, Livro de Receita e Despesa (1869-1879; 1879-1880)

O maior gasto feito pela Câmara Municipal nesta década foi com o pagamento dos honorários de funcionários. Estas pessoas exerciam as funções de secretário, fiscal da cidade, fiscal dos distritos, porteiro e administrador do Mercado. Em algumas rubricas foram identificadas gratificações aos mesmos, por algum serviço extra que exerceram, como no caso do ano de 1877, em que o Secretário da Câmara além de seu salário de 600\$000 fora gratificado extraordinariamente com a quantia de 500\$000. As custas feitas com o júri eram destinadas ao pagamento de juizes, promotores e aos honorários dos cartórios públicos que ofereciam seus serviços à Câmara. Eram custeados também os trabalhos durante as eleições provinciais e municipais, a compra de materiais para as sessões da Câmara (papéis ao maço, penas, tintas, entre outros objetos), o pagamento de aluguel dos prédios da Cadeia e da Praça do Mercado, donativos feitos para os presos pobres da cidade (compra de vestimentas e alimentação), compondo os demais valores das despesas municipais.

As obras públicas, na década de 1870, despenderam dos cofres municipais 25,60% dos gastos na década estudada, ou seja, a quantia de 13:087\$390. Nos registros das reuniões dos vereadores de Pouso Alegre, encontramos diversas referências sobre pedidos de consertos e me-

154 Podemos aqui exemplificar: O orçamento previsto para o ano de 1877 em que presente na Resolução nº2448 de 14 de novembro de 1877, em que se orça as despesas das Câmaras Municipais da Província, no exercício de 01 de outubro de 1877 a 30 de setembro de 1878 para Pouso Alegre é de 6:000\$000. De acordo com os dados presentes no livro de Receitas e Despesas da Câmara Municipal, os gastos efetuados resultaram na quantia de 5:548\$504, um valor aproximado do orçamento Provincial

lhoramentos de estradas públicas, ligando municípios, freguesias e distritos. Como a condição financeira do município nem sempre dava conta de realizar as obras que competia a sua localidade, era sempre recorrente o auxílio do Governo Provincial, o qual mantinha interesse em relação às estradas, como é o caso do caminho que de Pouso Alegre segue a Caldas:

Pelo Vereador Dr. Ferreira da Veiga foi lida a seguinte proposta. Proponho que se represente por intermédio da Directoria Geral das obras públicas ao Exmo. Sr. Presidente da Província sobre a conveniência de ser reparada a estrada que desta cidade se dirige a de Caldas, consignando-se na representação que a referida estrada acha-se actualmente e o tal estado de ruína que o trânsito por ella é quase difficil na estação chuvosa, que já é conhecida e explorada uma outra direção passando pela serra conhecida por Serra de José Franco diminuindo-se 5 léguas de extensão, e também que por essa estrada é que se faz toda estrada, digo, toda exportação dos gêneros que da cidade de Caldas são levados para a Corte, sendo aquella Cidade pertencente a esta Comarca de Jaguary, e formão parte do 5º Districto Eleitoral¹⁵⁵

A preocupação com as estradas era recorrente, principalmente pelo estado em que se encontravam, muitas vezes arruinadas pelas chuvas ou por ter sido abertas em acessos com muitos obstáculos e serras. Geralmente, as reclamações e pedidos para as melhorias da infraestrutura eram feitos pelos moradores da região ou para atender interesses de particulares por onde passavam esses acessos. Percebemos em relação ao acesso entre Pouso Alegre e um de seus distritos:

Pelo Vereador Dr. Muniz Barreto já foi lido o seguinte parecer. Pede o Fiscal em seu Relatório uma pequena mudança na estrada que segue desta cidade para a Freguezia de Borda da Matta, por isso que é reclamado por todos os que por ella transitao, evitando-se grandes morros, pântanos e córregos que se encontrão na existente. Intende, pois, a comissão que semelhante mudança constitui uma necessidade para os povos, que deve por isso merecer desta Câmara uma deliberação, ainda mais quando já foi ella examinada pelo Fiscal, convido portanto que à elle que se determine, ou se faça orçar a quantia se poderá dispender¹⁵⁶

A importância destas obras se dava por serem utilizadas como rotas de transporte e acesso ao comércio local, “*excetuando a utilização dos rios navegáveis, a circulação era essencialmente terrestre (caminhos, estradas, picadas) com predomínio das tropas e dos muares como meios empregados para realização da circulação mercantil e de pessoas*”.¹⁵⁷ Tal era a preocupação do governo imperial, que em 19 de Abril de 1871, a Câmara Municipal recebeu uma Portaria da Presidência da

155 Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1867-1871, Segunda Sessão Ordinária de 15 de Fevereiro de 1870, p. 137. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

156 Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1867-1871, Segunda Sessão Ordinária de 15 de Fevereiro de 1870, p. 142. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

157 CRAVO, Têlio Anísio; GODOY, Marcelo Magalhães. Por estradas e caminhos no interior do Brasil oitocentista: o desenvolvimento da infraestrutura de transportes de Minas Gerais. XIV Seminário sobre Economia Mineira, Diamantina, p.08.

Província chamando a atenção dos sesmeiros e posseiros para cederem terrenos de tal modo que ali pudessem ser abertos novos caminhos:

Comunico a vossas senhorias para os devidos efeitos que, segundo conta do aviso do Ministério Publico dactado de 10 de fevereiro ultimo, sua Magestade o Imperador houve por bem declarar que os sesmeiros e por maioria de razão os posseiros com a obrigação de cederem os terrenos necessários, para abertura e melhoramento de estradas publicas geraes, Provinciaes, Municipaes, com direito somente a indenização das benfeitorias existentes nos mesmos terrenos, salvo se pelos títulos da sua propriedade estiveram ausentes dessas obrigações. Deos guarde a vossas senhorias. Antonio Luiz Affonso de Carvalho.¹⁵⁸

A região Sul-Central, segundo a classificação de Godoy e Paiva, onde se localiza o território de Pouso Alegre era caracterizada pela dinâmica do comércio interprovincial utilizando-se das estradas e da navegação.¹⁵⁹ Neste sentido, de se obter a promoção de integração nas esferas intra-regional, inter-regional e interprovincial, que fora sancionado o projeto de Lei nº1762 de 04 de Abril de 1871.¹⁶⁰ Este projeto previa a “*construção e integração de estradas de rodagem, a concessão de privilégios para a construção de vias férreas e a promoção da navegação*”¹⁶¹, pretendendo garantir maiores relações internas com a província, com São Paulo e Rio de Janeiro.

Além dos dois exemplos citados acima, de Caldas e Borda da Mata, foram encontrados nas atas 5 registros referentes a estas obras, entre aberturas de novas rotas, conservação das já existentes e reclamação de moradores devido ao estado em que se encontravam, como o caso da estrada que ligam os distritos de Sant’Anna do Sapucahy de Capela do Retiro à cidade de Pouso Alegre que se encontravam danificadas pontes e pontilhões. O Jornal “O Mineiro”, no ano de 1874 traz em primeira página questões relacionadas às vias de comunicação. Ao se referir à falta de boas estradas, nos informa que “*é o principal obstáculo à abundância de viveres por preços mais moderados nos mercados desta cidade e de outras do Norte de São Paulo*”¹⁶², e que se o governo atentasse para a conservação das mesmas, traria mais vantagens para o comércio com outros mercados.

No Livro da Lei Mineira, encontramos informações a respeito das verbas enviadas da Província para os consertos das estradas do município, favorecendo a ligação com as vias principais de comércio. Foi concedida nesta década a quantia de 20:000\$000 para serem aplicadas na seguintes obras: reparos na ponte sobre o Sapucahy Grande na estrada de Pouso Alegre para a Corte (3:000\$000); melhoramento da estrada de Sant’Anna do Sapucahy à Pouso Alegre

158 Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1867-1871, Sessão Ordinária de 19 de Abril de 1871, p. 182. Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, p 181.

159 O transporte feito nas estradas era realizado pelas mulas e/ou tropas de muares. Já a navegação utilizava-se do ajoujo, canoas, barcaças, pranchas e balsas.

160 Livro da Lei Mineira, Tomo XXXVII, p. 15. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

161 GODOY, Marcelo Magalhães; BARBOSA, Lidiany Silva. Uma outra modernização. Transporte em uma província não exportadora- Minas Gerais, 1850-1870. Revista Economia e Sociedade, v. 17, nº2. Campinas, 2008, p. 170.

162 O Mineiro- Periódico litterário, comercial e noticioso. Pouso Alegre, 19 de Julho de 1874, capa. Disponível no acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

(3:000\$000); aterro das Anhumas na estrada de Pouso Alegre de Pouso Alegre para Borda da Mata (2:000\$000); consertos, reparos e mudanças da estrada que vai de Pouso Alegre à Borda da Mata e Sant'Anna do Sapucahy (2:000\$000); e conserto da estrada de Pouso Alegre aos limites daquele município com o de Alfenas (10:000\$000).¹⁶³

As obras públicas realizadas na cidade eram as mais diversas: consertos e reparos em prédios públicos, limpeza de praças e ruas, consertos em pontes e vias locais, extração de formigueiros, manutenção nos chafarizes que abasteciam os moradores do núcleo urbano, entre outros serviços que garantiam o bem estar das pessoas. A realização destas obras se encontram bem detalhadas nos relatórios dos Fiscais da cidade emitidos as Câmaras como podem ser observados abaixo nos relatos de 1875:

Que a Câmara louve a zelo com que tem procurado fazer cumprir das Posturas, concernente a extinção de formigueiros e o transito pelas ruas e praças da cidade, de animais prohibidos pelas mesmas Posturas, e que neste zelo continuar afim de ver se consegue completamente a extinção deste flagello das povoações, que desgraçadamente ainda se vê não so alguns formigueiros nas praças e ruas principais da cidade, mormente em frente a Matriz, a qual prejudica consideravelmente a arborização da Praça Municipal, como ainda a continuação do aparecimento de cães e cabritos, offendendo assim as disposições das Posturas aludidas e incomodando ao publico. Que se façam sentir ao mesmo Fiscal, que os cães perdigueiros se acham comprehendidos nas disposições do Art. 136 §2º; visto como o espirito do mesmo artigo não podia ser da mesma natureza que estes, na pratica do bem e do mal, não podiam ficar das referidas disposições. Que sente ou não terá providenciado o melhoramento das estradas antes de entrar a estação chuvosa, contudo que faça melhorar alguns passos intransitáveis ate que o tempo e que a maioria se façam consertos permanente. Que enquanto ao chafariz, que a Câmara vai mandar orçar o encanamento na forma que indica, e que enquanto isso não se faz siga solícito em fazer com que se conserve agoa no mesmo, embora com algum trabalho e despesas, vista a necessidade que há da mesma. Que é uma demasiada para com a quantia o encanamento do rego que conduz água para o mercado: o que convém é que a agoa corra livremente, obrigando aos proprietários a dar cursos livres em seus terrenos, multando aquelle que o contrario fizerem; se cercando com bicas nas ruas por onde a mesma passar, excepto o lugar conveniente na Praça do Mercado, que ficara livre como espécie de fonte, afim de que o publico della se utilize, cujas bicas e trabalhos será orçado afim de ser dar quota para isto¹⁶⁴

Entre as obras mais básicas realizadas na cidade, como podemos encontrar exemplificadas acima, algumas possuíam maior relevância local. Um dos problemas que por muitas décadas se alastra em Pouso Alegre são as enchentes provocadas pelas chuvas na região da várzea do Rio Mandú. Desde os primeiros anos do século XIX, os viajantes Martius e Spix já relatavam em seus diários de “Viagens pelo Brasil” da dificuldade ao percorrerem a região de Pouso Alegre devido

163 Estes dados se encontram na Coleção das Leis da Província de Minas Gerais, publicadas em Ouro preto e disponíveis no site: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/livro-da-lei-mineira>.

164 Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1872-1875, Terceira Sessão Ordinária de 09 de Janeiro de 1875. Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

ao alagamento provocado pelas cheias¹⁶⁵. Encontramos diversos registros nas atas dos Vereadores em relação a este problema e as condições precárias que se encontrava o aterrado que interligava a cidade e a estrada que dava acesso a outras localidades, sendo “*elle aproveitado em todas as comunicações entre os pontos da estrada de Ouro Fino a São Paulo e Rio de Janeiro e quase todo este município e seus circunvizinhos*”¹⁶⁶. Em 1879, o Fiscal chama atenção para este problema:

por causa das chuvas, tem se tornado más algumas estradas, assim como o aterro e pontilhões da várzea do Mandú, pedindo providências sobre isso, intende a Comissão que tendo as chuvas começado nos últimos dias de Dezembro e o trimestre em Outubro haveria tempo sufficiente de ter reparado o aterrado antes dellas, tanto mais que já havião sido postos pranchões que boiam na inundaçãõ do Rio Mandú.¹⁶⁷

A região era alagadiça, sendo necessária a realização e manutenção constantes dos aterros para a conservação da ponte. Como estes consertos exigiam da municipalidade gastos maiores, os vereadores reivindicavam sempre o auxílio do Governo Provincial, o que a todo momento gerava atrasos e empecilhos. A imagem 03 nos mostra a realidade desta região:

Imagem 3: Aterrado e ponte sobre o Rio Mandú- Década de 1870



Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo

Sendo um município de características rurais, tendo como fonte de renda a produção de gêneros alimentícios para exportação e consumo local, fazia-se necessária a construção de um matadouro municipal. Este recinto serviria para a guarda de animais que se encontrassem soltos nas

165 Cf. SPIX, Johann & MARTIUS Carl. Viagem pelo Brasil. 3 ed., vol. I. São Paulo: Melhoramentos, 1976, p. 159.

166 Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1881-1887, Sessão Ordinária de 09 de Janeiro de 1879, p.14.

167 Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1881-1887, Sessão Ordinária de 26 de Janeiro de 1883, p.66. Acervo o Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

ruas e o abate daqueles que seriam comercializados no mercado municipal e em outras regiões. As noções de salubridade e higienismo tiveram origens na Europa no século XVIII. Porém, no Brasil estas noções seriam abordadas no início do XIX, mediante o combate de doenças como a varíola e a lepra. Os anos posteriores a independência do Brasil introduziria com mais rigor recomendações da medicina e engenharia nas Leis de Posturas Municipais. Os códigos e as leis higienistas “*apontavam para a necessidade de fomentar uma nova mentalidade na população; as transformações dos hábitos, dos costumes e das ações coercitivas da lei*”¹⁶⁸. A existência de um matadouro no município de Pouso Alegre já estava previsto nas posturas municipais de 1832, tendo a Câmara responsabilidade por fiscalizar e manter a limpeza do recinto.¹⁶⁹ Contudo, a solicitação da construção deste prédio fora feita em 1871 pelo Vereador Francisco da Veiga:

que a bem da salubridade publica e de conformidade com as Posturas deste municipio, se tratasse quanto antes, de se construir nas margens do Rio Mandu, na extremidade da Rua da Cadea Velha, um matadouro publico, com as competentes comodidades para este ministério, e bem assim para servir de guarda e prisao dos animais apanhados na ruas da cidade, como prescreve as mesmas Posturas, foi approved, e ordenou a Câmara que se officiasse no Procurador da mesma, para que este mande fazer uma planta da referida obra, designando os materiaes que devam ser applicados, segundo a obra, a sua localidade ¹⁷⁰.

Outra realização importante para a localidade mencionada em Ata nesta década consistia na organização espacial da cidade, por meio da numeração de prédios e denominação de ruas. Alguns nomes que caracterizavam a localização (como Rua da Cadeia Queimada, Rua do Alto do morro a Igreja, *atual Praça Dr. Garcia Coutinho e Avenida Getúlio Vargas*, ou até mesmo a rua da casa da Dona Joaquina até o rio) foram substituídos com denominações para ressaltar e perpetuar a memória do contexto vivido na época, como era o costume de cada forma de poder vigente, perenizando a lembrança de personagens e fatos da história nacional ou local, reproduzindo e perpetuando por meio do culto à genealogia da nação e do Estado Nacional fatos e personagens correspondentes.¹⁷¹ Neste sentido, a Câmara adotou as seguintes medidas viabilizando as seguintes modificações:

A **Rua do Sabão** será denominada **Visconde do Hitaboray**= a da **Boa Vista** conservara o mesmo nome= a da D. Honoria a sahida será denominada do **Maurity**= A de **Santa The-reza**= **Gonçalves Dias**= a Travessa do Dr. Joaquim Bernardes= do **Paysandu**. O **Largo da Matriz** devera denominado **Praça Municipal**; o **Largo do Rosário**= **Praça Sete de Setembro**; a **Rua da Prata**= **Primeiro de Março** e a Rua do Rosário= **Duque de Caxias**;

168 GIORDANO, Carolina Celestino. Ações sanitárias na imperial cidade de São Paulo: Mercado e matadouros. Dissertação de Mestrado em Urbanismo. Campinas: Pontifícia Universidade Católica, 2006, p.22.

169 Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1867-1871, Quarta Sessão Ordinária de 28 de Março de 1871, p. 175. Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, p 175.

170 Idem.

171 Cf. DIAS, Reginaldo Benedito. A História além das placas: os nomes de ruas de Maringá (PR) e a memória histórica. Revista História e Ensino, v. 6, Outubro, p. 103-120, Londrina, 2000.

a do Largo à casa do Castello= **Marques do Herval**; a das Flores= **Princesa Imperial**; a do Sabão= **Vinte e Cinco de Março**; a dos Agachados= do Amazonas; do alto do morro a Igreja= **Visconde do Rio Branco**; a do largo da Matriz a casa de Dona Joaquina= **Rua do Imperador**; Rua paralela as Flores= **Rua do Ipiranga**; da casa de Dona Joaquina ao Rio= **Rua do Mandú**; a dos Coqueiros= **da América**; a das Taipas= **Das Flores**; a da Boa Vista= **da Cadea Velha**; a paralela a Rua do Rosario= **General Câmara**; a dos Brejos= **da Imperatriz**; da Honoria à saída= **Riachoelo**; a de Santa Thereza= **Paysandu**; Travessa da casa do Dr. Joaquim Bernardes= **Travessa do Curuzú**; travessa da casa do Coronel João Ignacio de Barros Cobra= **Municipal**; Travessa da casa do Capitao João Pedro = **Senhor Bom Jesus**.¹⁷²

Com a denominação das ruas e a numeração de casas, a Câmara poderia ter um maior controle da população estabelecida no local, em relação à cobrança de impostos e a vigilância das medidas estabelecidas pelas posturas municipais. Na segunda metade da década de 1870, duas construções caracterizariam ainda mais a “Sociedade da ordem e do espetáculo”: o teatro municipal e o início das obras da cadeia pública. Estas edificações não ficaram somente a cargo do município, ou seja, o teatro por iniciativa de um grupo de pessoas e a cadeia com verbas do governo provincial.

Desde o primeiro quartel do século XIX, percebia-se o gosto da pequena povoação pelas artes cênicas. O próprio Padre Senador José Bento, organizava e realizava em sua residência festas e saraus artísticos. Já na segunda metade do século XIX, surgia na cidade um grupo de jovens artistas amadores que escreviam e encenavam peças próprias ou de outros autores, realizando apresentações com o objetivo de se construir um prédio próprio, semelhante a estrutura arquitetônica do teatro de Ouro Preto, para se tornar um espaço de sociabilidade e entretenimento. Esta associação,

(...) fundada e mantida por diversos moços de talentos, frequentes vezes promovem representações theatraes, nas quaes mais se sentia a falta de um theatro regular do que a capacidade dos actores, alguns dos quaes mostram talento e aptidão para o palco (...) organizou-se a Sociedade União e Progresso- que tomou sobre si a construcção de um theatro¹⁷³

O edificio do teatro, fundado em 1875, tornou-se uma obra elegante no centro da cidade, possuindo “*três ordens de camarotes, uma platêa regular, um bom salão na frente e tudo mais indispensável em construcção d’esta ordem*”.¹⁷⁴ Em seu livro de memórias, Amadeu de Queiroz faz alusão ao teatro em pleno funcionamento:

“Nas noite de representação, funcionava o porteiro desde o pôr do sol para receber as cinco cadeiras que cada família mandava colocar nos respectivos camarotes. Às sete horas já iam chegando os espectadores, pessoas prevenidas, cada um com o seu capote, ou chalé-manta, por que eram frias as madrugadas de Pouso Alegre; rapazes e rapazotes se apresentavam, invariavelmente, de bengalas e bolsos cheios de rebuçados e as

172 Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1872-1875. Sexta Sessão Ordinária de 18 de Janeiro de 1873. Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

173 Almanaque Sul-Mineiro, 1874, p. 226. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

174 Idem.

mulheres com os seus melhores vestidos. Às nove horas, o pano se levantava; sucediam os atos com os seus intervalos infundáveis; na plateia, os impertinentes reclamavam batendo em coro no assoalho com a ponteira das bengalas, enquanto soavam no palco, do outro lado do pano, marteladas formidáveis na montagem do cenário. Durante os intervalos, no saguão apertado, reuniam-se os homens para fumar, atropelando-se uns aos outros para avançarem contra o botequim bem provido de doces e bebidas (...)¹⁷⁵

Mesmo sendo um prédio construído por particulares e pertencendo aos mesmos, a municipalidade lucrava na cobrança de impostos, como é proposto pelo Código de Posturas Municipal vigente, na Sessão dos Impostos Municipais, no capítulo 1º Das licenças para negócios e espetáculos, parágrafo 14 : *“Por cada noite de cavallinhos ou qualquer espetáculo gymnástico, 10\$000 mil réis”*.¹⁷⁶ Alguns anos mais tarde, este prédio seria passado para os cuidados da municipalidade como forma de doação.

Próximo ao Teatro, na mesma Avenida do Imperador, no ano de 1874, fora construída a Cadeia Pública pelo Governo Estadual através da Lei nº 2091. Até o momento, a cidade necessitava de um local apropriado para esta função, tendo em vista que sua primeira sede funcionou em uma pequena casa alugada, na Rua denominada “Outra Banda”, e em seguida passando a ocupar um espaço próprio *“uma casa velha adquirida de Antônio da Costa Ferreira, no Largo da Ponte Velha. A casa ruiu e foi trocada por outra na Rua da Boa Vista de propriedade de José Borges da Silva”*¹⁷⁷ tendo sido incendiada. Percebemos até então que a cidade de Pouso Alegre não possuía um local adequado para abrigar os presos, sendo estes locais sempre improvisados e provisórios, com mudanças frequentes. Durante o período de 15 anos, foram gastos pela municipalidade quantias destinados ao transporte de presos para cadeias de cidades vizinhas.

Evidentemente se tornava necessária a construção de uma Cadeia mais ampla que pudesse atender as necessidades do município, desejo este das autoridades locais, de não ficar mais a mercê da improvisação e da dificuldade de destinar os presos do município. O local escolhido, decidido por unanimidade dos vereadores *“era no terreno existente entre as Ruas 01 de Março, estando em frente a casa do Dr. Joaquim de Barros Mello”*¹⁷⁸ (região esta localizada no final da Avenida principal da cidade). Cada espaço do prédio estava sendo pensado e dividido conforme as funções que deveriam ser exercidas em seu interior, obra esta executada pelo empresário Tenente Fernando de Barros Cobra no durante a década de 1870, seguindo os moldes da planta que havia sido elaborada:

Segundo a planta que compreende esse orçamento deve ser construída a cadeia de forma... tendo na base um polígono octágono regular circunscrito com um perímetro de 3,6 ou cada lado 9,2. Cada lado de polígono corresponde a um cômodo onde A o corpo da guarda; B

175 QUEIROZ, Amadeu de. Dos sete aos setenta e sete: Recordações e comentários 1880-1950. São Paulo: Editoria Cupolo, 1956, p. 46.

176 Livro da Lei Mineira de 1858. Código de Posturas da Cidade de Pouso Alegre, p. 213. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

177 Revista do Museu Histórico Tuany Toledo. Outubro de 2010.

178 Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1877-1878, Sessão Extraordinária de 13 de Fevereiro de 1878, p. 37. Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, p. 36-27.

o quarto do carcereiro; C prisão das mulheres; D, E, F, tres enxovias forradas as paredes de pranchões para a separação de...; G, H enxovias destinadas a prisões connectivas, todas de paredes e alicerces.... D, E, F será da maneira seguinte: os pranchões serão encostados um aos outros pros seus tapas laterais levando as outras mechas a fim de que dificultem o arrombamento das selas por parte dos presos. Em roda de todo o edificio levava uma calçada de 2 metros de largura. Em todas as mais obras a executar-se observa-se as prescrições indicadas no plano e orçamento= Ouro Preto 20 de Abril de 1870¹⁷⁹.

O orçamento previsto pela Câmara Municipal para a edificação deste prédio, entre a compra de materiais e o pagamento dos jornaleiros, estava estipulado na quantia de 18:400\$000 mil réis¹⁸⁰, sendo que o Governo Provincial autorizou o valor de 10:000\$000 mil réis, ficando a cargo do município despender o restante da quantia. Todos os materiais necessários foram devidamente pensados e utilizados: *“a Porta principal de cedro, fechaduras com ferrolhos para as janellas, grades de ferro para as portas, alicerces, fechadura para a porta principal”*¹⁸¹. Cada detalhe da construção foi previsto e calculado, para a construção de um prédio resistente e funcional. A partir deste momento, as verbas para construção da cadeia começaram a ser enviadas, como podemos observar no officio abaixo:

Excelentíssimo senhor comunico a vossa senhoria para os fins convenientes que em comprimento do determinado pelo excelentíssimo governo em officio de 14 do corrente sobre o numero 480 nesta data expedi ordem ao administrador da recebedoria de ouro fino para entregar a essa camara a quantia de 500 mil réis quinzenalmente a fim de ser aplicado nas obras da cadêa desta cidade. Deus guarde a vossa senhoria senhor presidente da camara municipalidade Pouso Alegre, o inspetor Francisco Luiz da Veiga¹⁸²

O dinheiro aplicado na construção seria repassado de quinze em quinze dias, segundo a autorização vinda de Ouro Preto, destinada à Câmara desta cidade. A cadeia não seria erguida de uma vez, ela seria construída por partes, segundo a liberação de verbas, tendo sua conclusão apenas quinze anos mais tarde.

Os últimos anos da década de 1870 foram marcados pela instalação de iluminação pública. Segundo os memorialistas Octávio Miranda Gouvêa e Amadeu de Queiroz, até o ano de 1878 a cidade era desprovida deste serviço, ocasionando certos desconfortos na população, um ar bucolico e sombrio que por muitas noites amedrontavam o imaginário popular no espaço citadino:

“As ruas viviam em completa escuridão, constituindo-se verdadeiro perigo aos que se

179 Orçamento das obras da Cadeia Pública Estadual de Pouso Alegre. As letras A, B, C, D, E, F, G, H correspondem a cada cômodo da cadeia. Coleção documentos soltos. Disponível no acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

180 Este orçamento se encontra na coleção de Documentos Soltos, no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

181 Orçamento das obras da Cadeia Pública Estadual de Pouso Alegre. Coleção documentos soltos. Disponível no acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

182 Permissão para construção da cadeia. Coleção documentos soltos. Disponível no acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

aventuravam a caminhadas noturnas. Os buracos e atoleiros das ruas eram verdadeiras armadilhas para os transeuntes, e uma esquina podia ser um traiçoeiro quebra-nariz. Por isso quando as famílias saíam a noite, levavam um moleque com uma lanterna, o qual ia na frente iluminando o caminho. Nos dias de festas populares, no Largo da Matriz, acendiam-se as fogueiras. Nas residências, usavam-se comumente velas, lamparinas de azeite ou lampião belga. Nas casas de família de posse, além de um lustre central, com dez ou doze “luzes”, o qual só era usado em grandes ocasiões, usavam-se também castiçais de prata que ficavam sobre os consolos dentro de “donzelas de cristal”, que protegiam as chamas contra o vento, ou lampiões de querosene, com quebra luz de opalina branca. Nos quartos de dormir, predominavam as lamparinas de azeite, durante a noite toda, por não oferecerem maior perigo”¹⁸³.

“Ouviam-se nos quintais as despedidas dos gados e os derradeiros mugidos. No escuro do campanário, sob a multi cor do céu, o sino grande, de badalada em badalada, tocava a avemaria. As vacas se deitavam no chão da praça e a noite fechava. Mais que gente andavam os animais pelas ruas e praças de Pousoalegre. (...) Às nove horas, a sineta da Câmara Municipal anunciava longamente a hora do recolhimento. Ninguém mais poderia andar pelas ruas, a não ser gente de idade, sendo branca. Se os pretos escravos necessitassem sair, levavam consigo um salvo conduto assinado pelo seu senhor. (...) Ardía a única vela acesa na vastidão da casa, porque somente se iluminavam os cômodos em que se permaneciam. Um de nós que tomasse o castiçal para entrar em outro compartimento, via-se logo rodeado por todos: temíamos tanto ficar um instante sem luz, como entrar sozinho em um quarto escuro; por isso, andávamos sempre juntos, aconchegados, de um lado para o outro, acompanhando a vela... O fradinho da mão furada vagueava na escuridão!”¹⁸⁴

Devido aos esforços e iniciativas do Dr. Francisco Luiz da Veiga, cidadão este indicado pelos vereadores de Pouso Alegre, a municipalidade passa a receber do Governo Provincial uma verba de auxílio para iluminação pública. Visto que mesmo tendo sido “*votada já por mais de uma vez a quantia de 1:500\$000 mil réis pela respectiva Assembléia Provincial, em auxilio a determinação desta cidade, até hoje ainda não se tem pela execução, a falta da prestação dessa quantias concedidas*”¹⁸⁵. A Câmara nomeou este cidadão para que administrasse esta quantia destinada a manutenção e serviços relativos à iluminação. Em dezembro de 1877, a Câmara municipal oficiou o recebimento das quotas para este serviço. Com esta quantia, “*comprou na corte 60 lampioes com todos os seus pertences e bem assim o kerozene preciso para começar-se a illuminação, e que propunha que, quanto antes se promovesse a aquisição e assentamento dos postes precisos para dar-se começo*”¹⁸⁶, sendo a implantação feita no máximo em dois meses para ser colocada em praça sua manutenção. O serviço atendeu o parecer feito a Câmara em 1875, em que propunha a compra de 51

183 GOUVEA, Octávio Miranda. A História de Pouso Alegre. Borda da Mata: Art's Gráficas e Editora, 1998, p. 121.

184 QUEIROZ, Amadeu de. Dos sete aos setenta e sete: Recordações e comentários 1880-1950. São Paulo: Editoria Cupolo, 1956, p. 16-19.

185 Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1877-1878, Sessão Ordinária de 01 de Dezembro de 1877, p. 14. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

186 Idem.

postes e luzes para as seguintes ruas:

Rua do Visconde do Rio Branco (**continuação da Avenida Duque de Caxias**)- 06; Largo Municipal (**Praça Senador José Bento**)- 05; Rua do Imperador (**Avenida Doutor Lisboa**)- 04; Praça do Mercado (**início da Avenida Duque de Caxias**)- 02; Rua da Princesa Imperial (**Avenida Duque de Caxias**)- 08; Rua Marques de Herval- 05; Rua do Rosário (**Praça João Pinheiro**)- 05; Rua 01 de Março- 06; Rua do Duque de Caxias- 07; Rua Visconde do Itaboraí- 01; Rua do Mandú- 02.¹⁸⁷

Contudo, as ruas da cidade citadas acima passaram a ser iluminadas por 60 lâmpadas de querosene presos em postes. Eram acesos ao anoitecer mantendo sua luminosidade até às 23 horas, e em noites de lua cheia, ou quando a noite era desprovida de claridade suficiente, os lâmpadas não eram acesos.¹⁸⁸

Nesta primeira década percebemos os primeiros passos dados pela Câmara para a organização do núcleo urbano. Com a manutenção das estradas, pontes e pontilhões mantinha-se em bom estado as vias para a circulação dos produtos que vinham de localidades rurais pertencentes a Pouso Alegre para serem comercializados na praça do Mercado local, atendendo a concorrência das pessoas que moravam na cidade, distritos e cidades próximas, e a saída desses produtos para as regiões circunvizinhas e outras províncias. As ruas ganhavam novos traçados e formas, sendo nomeadas para melhor localização e organização da povoação. Elementos básicos para a vida cotidiana como a implantação e manutenção de chafarizes, abertura de regos d'água e a conservação de prédios e espaços públicos eram feitos periodicamente. A sociedade da ordem e do espetáculo aos poucos caminhava para o alvorecer do século XX, com a construção de um Teatro, espaço este dedicado para animar e trazer mais vida as noites da população local, e o projeto da construção de uma cadeia, que se concretizará nos primeiros anos da década de 1880.

Normatização e organização espacial (1880-1900)

O estudo destas duas décadas nos ajuda a entender como a cidade de Pouso Alegre se inseria a seu modo na transição do século XIX para o XX. Para muitos historiadores este período significou o início de um processo rápido de transformação para o Sul de Minas devido o aumento da produção cafeeira, a sua inserção nos parâmetros do progresso se dava com a instalação da ferrovia, a imigração e a modernização urbana. Podemos observar que o processo de urbanização das cidades sul mineiras se dá no contexto em que a economia brasileira era estritamente agrícola e mercantil.¹⁸⁹

Mesmo se limitando a cidades pequenas, a construção de teatros, instalação de cine-

187 Proposta sobre a Iluminação da Cidade, 1875. Coleção Documentos Soltos. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

188 Cf: GOUVEA, Octávio Miranda. A História de Pouso Alegre. Borda da Mata: Art's Gráficas e Editora, 1998, p. 122.

189 Cf: SAES, Alexandre Macchione; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado; CURI, Luiz Felipe Bruzzi. O processo de urbanização no Sul de Minas em transição: uma proposta de interpretação. In: Sul de Minas em Urbanização: modernização urbana no início do século XX. São Paulo: Editora Alameda, 2016.

mas, o embelezamento constituído pelas praças e a mentalidade higienista, processos estes que ocorriam com maior intensidade nos grandes centros urbanos, se instalavam na mentalidade e no cotidiano da população interiorana.

Compreendemos assim que o espaço da cidade pode ser entendido como um lugar em que os sujeitos e interesses plurais, públicos ou privados, coexistem, no qual as histórias são marcadas pela provisoriedade e pelos deslocamentos contínuos de sentidos, intrínsecos à modernidade capitalista¹⁹⁰, lugar marcado pela guerra de símbolos¹⁹¹ que se trava entre diferentes classes sociais. Nesta perspectiva, as práticas em torno dela trazem consigo toda uma rede de representações, de memórias que se entrelaçam construindo o saber e a visão de mundo que envolve os diferentes sujeitos.

O Brasil, nos fins do século XIX, vivenciou momentos de transformações sociais e ideológicas. Com o fim da escravidão e a inserção de imigrantes, o país passa a vivenciar novas dinâmicas sociais e econômicas. Este momento, o país vivenciou uma crise política, que por meio de diversos fatores fora afastada a monarquia, que esteve no poder por muitos anos no país. Em primeiro lugar, ressaltamos a presença do **exército**, com o episódio do 15 de novembro, pressionando a queda da Monarquia e de **um setor exclusivo da burguesia cafeeira de São Paulo**, organizado politicamente no PRP, oferecendo uma base social estável. **A doença do Imperador**, retirou de cena das disputas um importante elemento estabilizador, colocando o exército em disputa com a elite imperial, a quem eles faziam muitas restrições. A elite por sua vez não abriu mão de sua crença no predomínio da autoridade civil, revelada entre tantos exemplos na nomeação de civis para o Ministério da Guerra, em momentos em que a prudência não recomendava esse procedimento. **A falta de uma perspectiva animadora para um terceiro reinado**, pois com a morte de Dom Pedro, subiria ao trono sua filha Izabel, cujo marido- Conde d'Eu, era francês, e no mínimo, uma personalidade muito discutível. Outros dois fatores foram importantes: **disputa entre a Igreja e o Estado e a Abolição**. O primeiro deles contribuiu para o desgaste do Regime, pois a queda da Monarquia restringiu-se a uma disputa entre elites divergentes, e nem entre os Monarquistas nem entre os Republicanos a Igreja tinha forte influência. Em relação à **escravidão**, as iniciativas do Imperador de extinguir gradualmente a mão de obra escrava provocaram fortes ressentimentos entre os proprietários rurais. Os fazendeiros de café do Vale do Paraíba desiludiram-se do Império, de quem esperava uma atitude de defesa de seus interesses.¹⁹² Com isso, o regime perdeu sua principal base social de apoio instaurando-se em seu lugar a República, em 1899. A partir deste momento, o Brasil passaria por uma série de reformas idealizadas por esta nova forma de governo, tanto urbanísticas, como também civilizatórias, na qual as pessoas foram se enquadrando nos moldes ideológicos republicanos. “*O Brasil não*

190 BENJAMIN, Walter. Paris do segundo Império - A boêmia; Flâuner; A modernidade, 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 125.

191 DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Trad. Estela dos Santos Abreu. RJ: Contraponto, 1997, p. 84.

192 Cf: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 2ª Edição. São Paulo: EDUSP, 1995, p. 235-236.

tem povo”¹⁹³ era assim referida a uma falta de organização que o país se encontrava, diferentemente de seu país de origem. Com isso, a mentalidade da época se dá através de uma busca desenfreada pelo progresso e civilização, principalmente, no início do século XX, tendo como modelos inspiradores os europeus.

O município de Pouso Alegre, no ano de 1890, contava com 37.422 habitantes.¹⁹⁴ Notamos uma queda populacional de 18,94% de 1870 para 1890, devido à emancipação de Ouro Fino anteriormente pertencente a este território. Com a promulgação da lei nº 2658 de 04 de novembro de 1880, Ouro Fino passa a ser município, estabelecendo as suas divisas com o distrito de Borda da Mata. De acordo com o primeiro parágrafo da lei, o novo município seria composto pelas seguintes freguesias: *Ouro Fino como sede, e elevada à categoria de cidade; Jacutinga e Monte Sião, desmembradas do município de Pouso Alegre; Campo Mystico, demembrada do município de Jaguary*¹⁹⁵, sendo instalado oficialmente o município em 16 de Março de 1881.¹⁹⁶ A extensão municipal ficou compreendida pela sede (Pouso Alegre), Congonhal, Estiva, Borda da Mata e Sant’Anna do Sapucaí.

O Almanaque Sul Mineiro para o ano de 1884, mantendo um estilo corográfico, mas também literário e poético, assinala a cidade de Pouso Alegre como a “*mais bela povoação do Sul de Minas (...) como a beleza de suas ruas e praças, o capricho e asseio que se nota nas edificações,- indicando tudo que alli vive um povo inteligente e civilizado*”¹⁹⁷, sendo estas as impressões registradas por Bernardo Saturnino da Veiga ao passar pela localidade. Neste período, a sede distrital possuía 4 praças, 26 ruas e cerca de 400 casas, 80 a mais construídas nos últimos 10 anos. Na esfera educacional, apenas a sede e o Distrito de Sant’Anna do Sapucaí possuíam instrução pública, existindo na cidade “*duas aulas públicas para o sexo masculino e uma para o feminino, aquelas frequentadas por mais de 80 alunos e esta por 30 e 40 (...) existe uma aula nocturna particular com frequência superior a 12 alunos*”, e um liceu com diversos cursos preparatórios para o ensino superior. Os cereais continuavam sendo uma das principais culturas, assim como a cana, o fumo e o algodão. Na década de 1880 eram sete fazendeiros que manifestavam a presença em suas terras do café, mas que certamente não eram cultivos representativos perto das plantações realizadas em outros municípios próximos e da produção de cereais que caracterizavam o perfil agrícola do município. O trabalho no campo se dava principalmente nos bairros dos Afonsos,

193 CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados- O Rio de Janeiro e a República que não foi. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz, 2005, p. 10.

194 De acordo com o censo de 1890, especificamos o número populacional por distrito: Pouso Alegre (Sede) e São Sebastião da Bela Vista- 5707; Congonhal- 2385; Estiva- 7202; Borda da Mata- 8066; Sant’Anna do Sapucaí- 14062. Synopse do Recenseamento de 31 de Dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898, p. 62.

195 Livro da Lei Mineira, Tomo XXXVII, Ouro Preto, 1880, p.11.

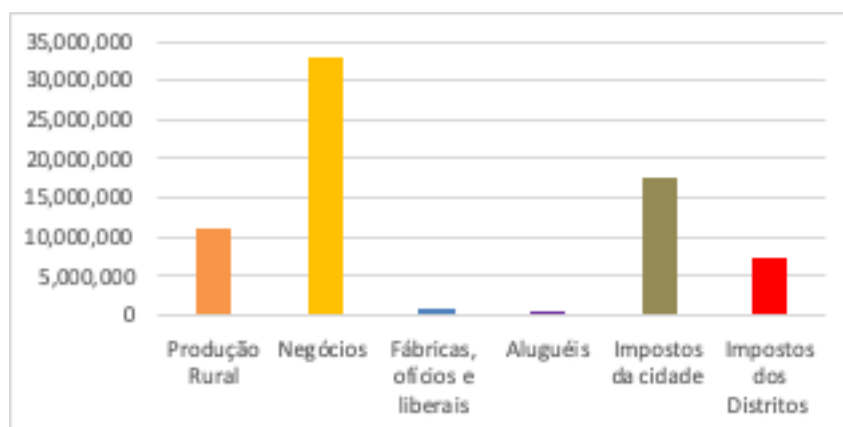
196 Cf.: ROSSI, Pompeu. História de Ouro Fino: seus registros, sua gente e suas lendas. Belo Horizonte, 1981, p. 144.

197 VEIGA, Bernardo Saturnino da. Almanack Sul-Mineiro. Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1874, p. 366.

localizado no vale do Cervo, sendo na época o principal celeiro da cidade e também nos bairros da Rozeta, Pantano e Anhumas.

Durante o período de 1880 a 1890, a arrecadação municipal resultou na quantia de 67:851\$071, podendo notar grande diferença na distribuição dos impostos, como no caso do comércio e dos tributos sobre a produção rural, podendo observar um relativo aumento para esta década ilustrados pelo gráfico abaixo:

Gráfico 03: Arrecadação da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1880-1889 (conto de réis)

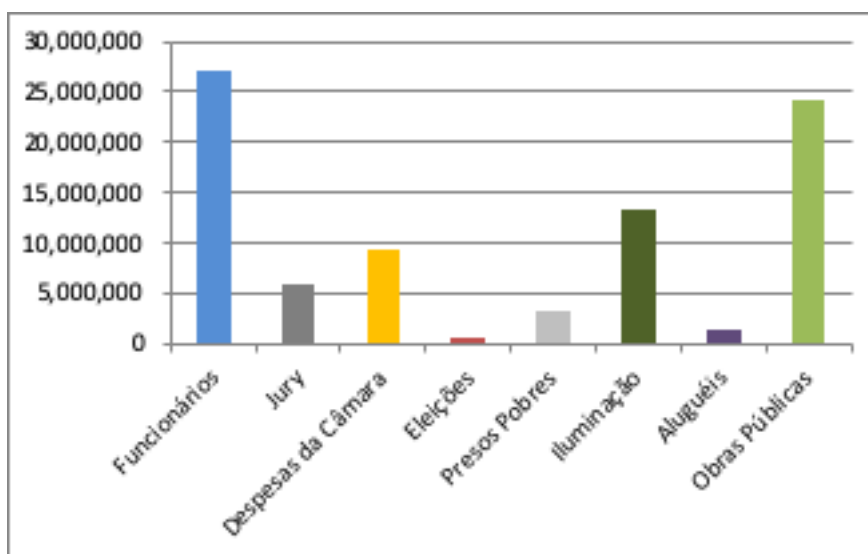


Fonte: Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, Câmara Municipal de Pouso Alegre, Livro de Receita e Despesa (1880-1889)

Os tributos que mais geraram rendas no município eram referentes aos negócios (47% da arrecadação, tendo um aumento de 6% em relação ao período anterior) e impostos diversos recolhidos no município. (35%, sendo 25% recolhidos na sede e 10% nos distritos). Para esta década, estimava-se em torno de 113 casas comerciais, sendo 48 localizadas na sede. Estes comércios se caracterizavam pela venda de carnes, gêneros produzidos na terra, fazendas secas e molhadas, devendo pagar impostos mensais para a Câmara. A produção rural (lavoura, corte de carne, vacas de leite, aguardente, café, açúcar e banha) correspondia a 16% da arrecadação, tendo um aumento de 11% em relação a anos posteriores. Estes valores correspondem a uma possível expansão, tanto no comércio como na produção local, pois não percebemos, na leitura do corpus documental algum reajuste em relação aos impostos.

Os gastos da Câmara foram maiores que a receita na década de 1880, dispendendo a quantia de 85:106\$584 mil réis. Podemos observar os detalhes desta despesa no gráfico abaixo:

Gráfico 04: Despesas da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1880-1889 (contos de réis)



Fonte: Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, Câmara Municipal de Pouso Alegre, Livro de Receita e Despesa (1880-1889)

Em relação à década de 1870, notamos que os gastos continuam se concentrando no pagamento dos funcionários da Câmara, enquanto que a despesas de obras públicas obteve um considerável aumento. Com a instalação da iluminação, os gastos com o funcionamento, a manutenção e conservação dos postes e lâmpões, tanto como a compra de querosene, despendeu da Câmara 15,62% do cofre público. Enquanto que os outros gastos contemplavam o funcionamento e execução do júri, a compra de materiais para as sessões, a realização de eleições municipais e provinciais e os aluguéis que a municipalidade pagava com o prédio que servia de cadeia e a Praça do Mercado.

Mediante a leitura das Atas e dos Relatórios emitidos pelos Fiscais do Município, percebemos que grande parte das obras públicas se destinou a melhorias da cidade, diferentemente da década de 1870, que a atenção foi voltada para a abertura e reparos de estradas que ligavam a sede municipal a seus distritos ou a outros municípios. As reclamações e críticas à ausência dos serviços eram publicadas, muitas vezes ironicamente e em forma de versos no periódico local, em estilo de folhetim:

“-Vai em páz nossa cidade
formosa entre as mais formosas
ruas sujas, é verdade,
quasi todas escabrosas.
O culpado deste mal
É sem dúvida o fiscal.
-As praças cheias de mato
o calçamento estragado.
Si morre um cão ou um gato,
é nas ruas atirado...

Quem sofre com esta graça
É o nariz de quem passa.
-Casas velhas, pequeninas,
Por toda parte escoradas!...
Não são mais de que ruínas
Por milagre equilibradas
Si alguém passar por ali
Que tenha cuidado em si.
-O gado vive nas ruas
Em congresso numeroso;
Fazendo sempre das suas,
Isto é triste realmente
Mas... a Câmara consente.
-Si fordes ao Cemitério
Ficareis surprehendidos!
Em vez de um lugar funéreo,
Vereis muros destruídos;
Animaes calcando os ossos
D'aquelles que foram nossos!...
-Do Theatro quem não zomba?
A todos inspira dó,
Por dentro muita farremba,
Por fora mulambo só!
Si alguém não lhe der a mão,
Adeus, Theatro- União!...
-Contemplamos a Matriz,
De Deus a casa sagrada:
Eil-a ahi, triste, infeliz
Pelo tempo maltratada.
Nem ao menos frontespício
Se vê naquelle edificio.
-Logo adiante o chafariz
Mirrado, seco, sem água
Recorde o homem feliz
Que sem remorso, sem mágoa,
Comeu o cobre ao coitado
E deixou-o neste estado!...
A nossa illumination
Não dá luz desejada
Embora digam que não
Eu acho-a muito safada:
A luz é muito pequena,
Isso sim não vale a pena!¹⁹⁸

As críticas apresentadas no periódico apontam para os serviços de primeira necessidade, sobre os quais a municipalidade deveria tomar providências. As principais obras realizadas neste período foram: conserto em pontes (principalmente as do Rio Mandú e Sapucaí, importantes por estabelecer passagens para os distritos e outros municípios), limpeza e asseio do espaço público (extinção de formigueiros, fiscalização quanto a animais soltos nas ruas ou manutenção de chiqueiros nos terreiros das casas, carpir praças e ruas), consertos nos aterrados, abertura e manutenção das ruas da cidade, serviços de encanamento e conservação dos chafarizes, construção de calçadas entre outros serviços necessários para a configuração do centro urbano.

Algumas obras foram consideradas com maior importância para esta década, como a reforma do Cemitério Municipal e a conclusão da construção da Cadeia Pública. Como explicitou o texto acima, o cemitério municipal, construído em 1873, se achava em situação de ruínas e abandono, exposto a “*animaes que alli pisão e pastão livremente, e à voracidade dos cães famintos, que o envadem arrombando as catacumbas mal construhidas, em demanda dos ossos e restos de nossos irmãos!*”¹⁹⁹. Este serviço merecia certa atenção, por se tratar da organização do espaço público e de questões de salubridade e higiene. Por alguns anos foram discutidas pela Câmara questões referentes à obra,

A ilustre Câmara nomeará uma comissão para dar o seu parecer e orçamento na parte aberta do mesmo cemitério, sendo esta comissão composta de profissionaes ou pessoas habilitadas para esse fim. Em segundo lugar uma outra comissão solicitando dos nossos municipes, depois de aberta uma subscrição, a pequena quantia de 500 mil réis, em que talvez não montará a obra de que vou tractar, e a Câmara auxiliando, se bem que não esteja nas atribuições della; mas assim procedendo será um beneficio que se faz a nossa cidade, onde que mais tarde, com o auxilio da Assembléia Provincial possamos concluir com mais decência²⁰⁰.

O orçamento passado para a diretoria de Obras Públicas da Província tinha como previsão de gastos a quantia de 4:821\$920, destinados aos seguintes reparos:

3400 tijollos para as collunas e assentamento de um gradil de ferro; 60 m de gradil de ferro com 1,80 de altura; um portão de ferro com a largura de 2,50 m a 3,50 m de altura; construção de paredes de adobo sobre alicerces de pedras, rebocada, coberta e caiadas; assentamento de tijolos para a collocação na frente do gradil de ferro.²⁰¹

Apenas em 1887, de acordo com as atas das Sessões, é que as obras de reforma foram executadas, contando com auxílio do governo, da Câmara Municipal e da população em geral. O cemitério estava localizado em um ponto mais alto da cidade, denominado morro das Cruzes. Em seu entorno habitavam as pessoas mais pobres, ex-escravos, sendo afastados do núcleo urbano.

199 Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1878-1881, Sessão Ordinária de 23 de Agosto de 1881, p. 147. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

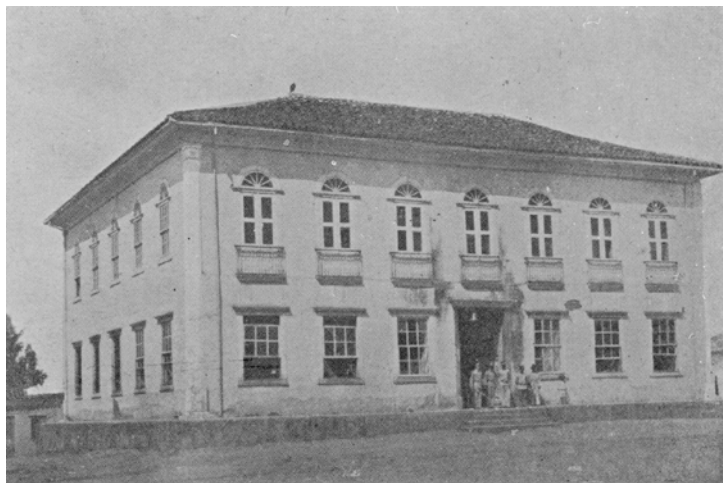
200 Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1881-1887, Sessão Ordinária de 09 de Abril de 1883, p. 79. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

201 Idem, p. 44-45.

Mesmo sendo iniciadas na década de 1870, as obras da cadeia somente foram concluídas em 1883 e entregues no segundo semestre do ano de 1885, após a confirmação da petição enviada ao executor da obra. Após ter sido examinada a obra pelo Engenheiro do distrito, pedia-se que os vereadores atestassem a obra sobre os seguintes pontos: 1º. Se o novo edifício da Cadeia e Casa da Câmara, ultimamente construído encontrava-se terminado e em condições de ser entregue a municipalidade; 2º. Se o prédio oferecia comodidades e seguranças necessárias para o fim a que estaria sendo destinado; 3º. Se o empresário contratado desempenhou bem as obras, observando não só a solidez e segurança, mas também a elegância e bom gosto de modo ser considerado senão com o mais importante ao menos como um dos melhores edifícios do Sul de Minas, e a opinião da Câmara sobre esta construção. Em resposta, os vereadores, pelo parecer emitido pela Comissão de Obras Públicas declararam:

1º. Que o novo edifício da Cadeia e casa de Câmara, ultimamente construído pelo Tenente Fernando de Barros Cobra, acha-se terminado e em condição de ser entregue a esta Municipalidade; 2º. Que o edifício oferecendo as comodidades, ao prazo da Câmara, parece estar convenientemente ao fim a que é destinado; 3º. Que em vista das dificuldades que costumão aparecer em empresas desta ordem, desempenhou satisfatoriamente d'esse encargo dando não só solidez como elegância; 4º. Finalmente que o Sr. Tenente Fernando de Barros Cobra na qualidade de empresário, merece (...) desta municipalidade²⁰²

Imagem 04: Cadeia Pública de Pouso Alegre, 1885



Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo

Podemos observar o tamanho da construção com base na imagem acima, era um edifício imponente e bem arquitetado, sua divisão interior foi bem detalhada pelo Almanaque de 1884:

Está concluída uma grande e excelente cadeia, sólida e elegantemente construída,

202 Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1881-1887, Sessão Ordinária de 09 de Abril de 1883, Sessão Ordinária de 07 de julho de 1885, p. 199.

tendo dous pavimentos. No pavimento térreo existem 4 enxovias, 1 enfermaria e 1 xadrez para presos que tenham de ficar retidos por pouco tempo. As enxovias contão, cada uma 2 janellas para o exterior e 1 porta para uma área que occupa o centro do edificio e onde existe uma fonte; as janellas, voltadas para o nascente, tem grades de ferro singelas, as do occidente grades dobradas, sendo todas essas prisões assoalhadas de pranchões de peroba, de que igualmente são revestidas as paredes internas. Na entrada do edificio há um vasto saguão que serve também de corpo da guarda e de onde parte uma escada dupla com gradil e corrimão envernizado. No pavimento superior existem salões para as sessões do jury e da camara municipal, ambos com galerias, sala secreta para o jury, quartos para testemunhas, archivo da camara, gabinete para o juiz de direito e commodo para o carcereiro. O edificio mede 100 palmos de frente sobre 80 de fundos, tendo na fachada principal, que está voltada para uma praça regular, 7 janellas com sacadas e grades de ferro, medindo de altura 42 palmos.²⁰³

O edificio não era utilizado apenas como prisão, ele continha enfermaria, prisões temporárias, salas do Júri e da Câmara Municipal. Sendo edificado em plena época de desenvolvimento da cidade, ele foi pensado como um espaço com diversas funções e inteiramente aproveitado.

Nos últimos anos da década de 1880, foram supridas as necessidades de renomear as ruas da cidade, sendo este trabalho feito em 1873, e que estavam sendo “*raríssimos os letreiros que se encontram, por que foram todos elles apagados, com as caiações dos prédios particulares, bem como existem muitas Ruas novas sem denominação, que se criaram nos quinze anos decorridos*”²⁰⁴, tendo em vista o asseio e organização do espaço público. Novas ruas são abertas na cidade, sendo nomeadas pela Câmara mediante o documento expedido pela Comissão de Redação:

1°. O Largo onde está edificada a Igreja de Santa Cruz- Praça do Conego Vicente; 2°. A Rua que parte da Praça do Conego Vicente até a Rua da Imperatriz- Rua do Joaquim Nabuco; 3°. A Rua do Payssandu, Rua da Liberdade; 4°. A Rua paralela a do Tiradentes, Rua de José Bonifácio; 6°. A Rua paralela a do Mandu, Rua do Sapucahy; 7°. A Rua paralela a esta, Rua do Senador Eusébio; 8°. A rua paralela a esta, Rua do Regente Feijo; 9°. A rua paralela a esta, Rua de Antonio Prado; 10°. A rua paralela a do Gonçalves Dias, Rua do Comendador José Garcia; 11°. A Rua paralela a esta, Rua 25 de Março; 12°. Da Praça 07 de Setembro até o fim, Rua Conselheiro Dantas; 13°. Rua do Amazonas, desde a Chacara do Tenente Coronel Leonel, Rua do Matadouro; 14°. A casa dos agachados, Rua do José do Patrocinio; 15°. Rua paralela a de Gonçalves Dias, Rua do Cesario Alvim; 16°. A Rua do Sitio, Rua de São Sebastiao; 17°. A Rua paralela a esta, Rua da Abolição; 18°. A Rua paralela a esta a Rua paralela a do Imperador, Rua de Santa Cruz; 19°. Rua da América e Rua das Flores, Rua do Cavaleiro Joao Alfredo; 20°. Rua da Boa Vista, Rua Dr. Silvestre Ferraz; 21°. A Travessa Municipal, Travessa da (...); 22°. A Travessa do Bom Jesus, Rua do Bom Jesus; 23°. Tra-

203 Almanak Sul-Mineiro de 1884, p. 369. Disponível no Acervo do Museu Histórico Tuany Toledo.

204 Relatório do Fiscal da Câmara, 09 de janeiro de 1888. Coleção Documentos Soltos. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Percebemos que as obras públicas nesta década se concentraram ainda mais na constituição e organização do espaço citadino, com reparos e preservações de espaços já constituídos e o estabelecimento de novas estruturas que estavam compondo o núcleo urbano. A abertura do “Livro de Ouro”, em 1887, marcou o sentimento patriótico que aqueles homens do poder e a elite queriam transparecer para a sociedade, antecipando a liberdade dos cativos antes mesmo da promulgação da Lei Áurea. Neste livro foram registradas as cartas de liberdade (alforrias), gratuitamente concedidas, ou as que foram obtidas por liberdade de terceiros e os donativos feitos pelos particulares para esse fim. Seria ele um dos primeiros passos para a Abolição de Escravidão? Pelo que observamos no próprio Livro, constam poucos registros, levando-nos a concluir que o Discurso da libertação do trabalho servil estava apenas na palavra, visto que a sociedade ainda estava muito apegada à escravidão.

Outro ponto que merece ser destacado, a partir da leitura das Atas da Câmara, são algumas providências que os Vereadores nesta época estavam tomando em relação ao comércio, principalmente no que tangia à Praça do Mercado. Ao analisar as atas da Câmara Municipal de Pouso Alegre, percebemos que neste período há um aumento na arrecadação municipal, e paralelamente há uma reorganização em relação à cobrança dos tributos. Quanto ao Mercado, nos primeiros dias de 1883, os vereadores questionam sobre a forma como estavam sendo desempenhadas as funções fiscais e tributárias daquele estabelecimento, chegando a sugerir que o serviço fosse arrematado por particulares, tendo em vista que aqueles nomeados pelo poder público não estavam prestando bons serviços, conforme observam:

Não sendo regular inconveniente que a arrecadação do imposto da tabella da praça do mercado seja feito como até o presente, visto como **não se pode verificar com certeza de sua pontual execução por feita de escripturação e documentos são tomadas as contas pelo simples balancete apresentado a arbítrio do Inspector.** Por isso proponho, que com a comissão composta dos Srs. Capitaio Joaquim Augusto de Moreira Queiroz, Juliao Florencio Meyer e Joaquim L. Gomes Teixeira para que em vista dos balancetes do ano que lhe serão ministrados pelo secretario e o movimento que tiveram presenciado na Praça do Mercado deem sua opinião de como ser postas as (...) em hasta publica ao ser feita a cobrança por algum meio mais regular que se tenha certeza de sua necessidade (...) o rendimento (...). ²⁰⁶ **(Grifos meus)**

205 Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1887-1890. Sessão Ordinária de 26 de maio de 1888, p. 95. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo. Algumas ruas conseguimos identificar a localização atual: Largo onde está edificada a Igreja de Santa Cruz: região do bairro Santo Antônio, nas proximidades da Prefeitura Municipal; Praça do Cônego Vicente: região entre o Mercado Municipal e Rua Cel. Octávio Meyer, próximo à casa da família Meyer; Rua da Imperatriz: imediações da Avenida Duque de Caxias; Rua do Matadouro: atual Rua Santa Catarina. As outras denominações antigas não encontramos vestígios que possam nos ajudar a localizar atualmente.

206 Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1881-1887, Sessão Ordinária de 22 de Janeiro de 1883, p. 59. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Percebendo a situação vigente, a comissão nomeada para inspecionar e solucionar o caso emite o parecer sobre ser desnecessária a arrematação para este serviço, bastando que a Câmara Municipal escolhesse “*um cidadão inteligente e probo para inspecionar e arrecadar os impostos que se cobrar na Praça do Mercado desta cidade*”²⁰⁷ “deixando de acarretar desnecessários convenientes entre os comerciantes, e que a edilidade oferecesse ao nomeado inspetor do mercado “cadernos de talloes e livros em que sejam escripturados minuciosamente a entrada, vendas e sobras dos gêneros que alli calcarem (sujeito a impostos), tornando-se mais fácil a reunificação da arrecadação e tomada de contas (...)”²⁰⁸. A este funcionário é sugerido pela Câmara uma gratificação relativa a porcentagem da arrecadação obtida. Outros critérios foram adotados pelos Vereadores na forma de se fiscalizar e tributar impostos, como a revisão da tabela de preços do Mercado, que há anos se encontrava defasada, a organização para que se conservasse naquele espaço a venda dos gêneros alimentícios, ficando assim mais organizada a cobrança de impostos e porcentagens relativas às vendas.

Com a proclamação da República, em 1889, o país passou por diversas mudanças, alterando principalmente alguns pontos da constituição. Em relação ao poder público, o município, teoricamente, passa a ter mais autonomia. As Câmaras Municipais são substituídas pelos Conselhos de Intendência e o Presidente da Câmara, geralmente indicado e nomeado pelo governo, passa a exercer a função de chefe do executivo, ou seja, do prefeito municipal. Este conselho era composto por cinco membros, os quais exerceriam as mesmas funções dos vereadores. Os membros escolhidos para exercerem o cargo se manifestaram da seguinte maneira:

“(...) esta Intendência aceitou tão árduo o cargo em épocas inteiramente anormaes, porquanto, com a transformação de novo regimem de governo, reinava por toda parte grande consseção e anarchia, aceitou somente levada por patriotismo e abnegação não tendo outro intuito senão continuar o nosso município no mesmo par e ordem pública costumada, como felizmente tem acontecido, e sem o decurso desses 2 longos annos tem soffrido uma ou outra acusação, as nossas consciências estão tranquilas, pois esta intendência sempre teve por norma de conducta o cumprimento dos seus deveres, fazendo a possível justiça, e zelar pelos seus interesses”.²⁰⁹

O primeiro relatório apresentado pelos conselheiros, no ano de 1892, nos traz informações precisas do município em relação a manutenção das vias públicas, salubridade e instrução pública. As praças, ruas, pontes e avenidas vinham sendo constantemente consertadas para o conforto e mobilidade da população. Discussões sobre a construção de um prédio para Mercado, uma nova edificação para o matadouro e uma casa para o Lazareto, em virtude do contágio de doenças, fizeram parte deste relatório. Em relação à instrução, o município contava nesta década com 17 cadeiras de instrução primária, com matrícula de 508 alunos e frequência de 360.

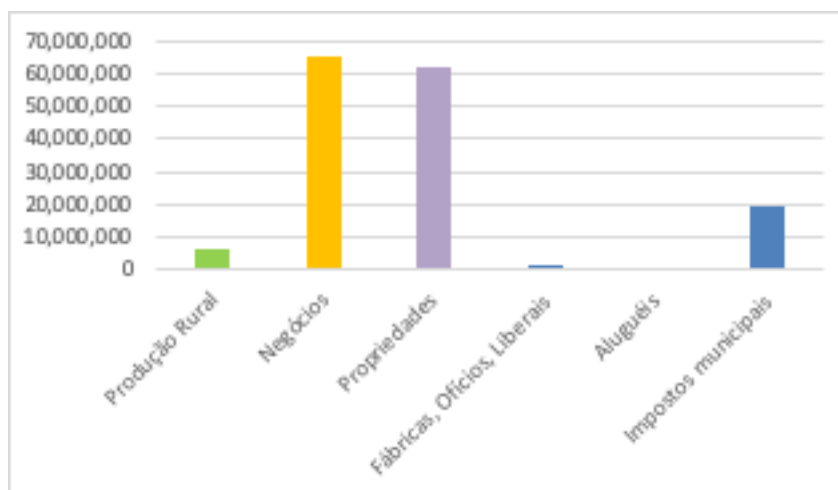
207 Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 6ª Sessão Ordinária em 26 de Janeiro de 1883, Livro 12, p. 69, disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

208 Idem.

209 Relatório apresentado pela Intendência à Câmara Municipal de Pouso Alegre em 07 de março de 1892. Coleção Documentos soltos. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Para a década de 1890, o imposto sobre as propriedades urbanas e rurais, uma nova categoria de cobranças estabelecida pela municipalidade, elevou a receita municipal, e em conjunto com a cobrança sobre os negócios (ambos em torno de 40% da arrecadação local), efetuaram as maiores arrecadações, como podemos observar no gráfico abaixo:

Gráfico 05- Arrecadação da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1890-1898 (réis)



Fonte: Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, Câmara Municipal de Pouso Alegre, Livro de Receita e Despesa (1890-1898)

Nesta década é elaborada a Lei nº 1, contendo os Estatutos do Município de Pouso Alegre, substituindo o Código de Posturas de 1859. Composto de 13 títulos²¹⁰, os quais se aproximavam da compilação anterior, e o que nos chama mais atenção é o que trata da renda municipal e sua forma de arrecadação. Diferentemente das leis anteriores, em que se tratava de diversos impostos, esta que entrou em vigor dividia apenas em quatro pontos:

Art. 8º São fontes de renda municipal os seguintes impostos: 1º De indústrias e profissões; 2º De aferições de pesos e medidas; 3º De imóveis rurais e urbanos; 4º De transmissão de propriedade imóvel, intervivos (antiga sisa) a partir de 1º de janeiro de 1893²¹¹

Estes impostos foram tabelados conforme o valor da propriedade existente, como

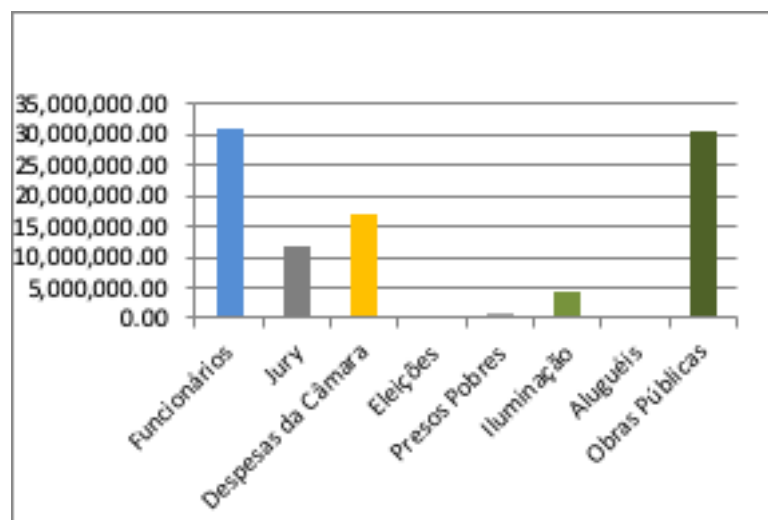
210 Os títulos são os seguintes: Título I- Da Organização Municipal; Título II- Do Patrimônio Municipal; Título III- Da renda municipal e sua arrecadação; Título IV- Das Leis e Resoluções; Título V- Das infrações e das penas; Título VI- Dos Serviços Municipais; Título VII- Da tranquilidade e segurança pública; Título VIII- Do decoro e moral pública; Título IX- Dos Tapumes ; Título X- Medidas preventivas do dano; Título XI- Da pesca e da caça; Título XII- Da aferição de pesos e medidas; Título XIII- Do orçamento municipal.

211 Lei Nº 1 de Agosto de 1892: Estatutos do Município de Pouso Alegre. Tipografia Silva Cabral, Ouro Preto, 1892, p. 01. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

podemos observar na tabela 03 em anexo. Nos gráficos relacionado a Receita da década de 1890, observamos que a maior arrecadação estava concentrada nas propriedades urbanas²¹² (impostos prediais) e rurais (propriedade agrícola e produtores de café) passando a ser cobrado nesta década em conformidade com a Lei nº 1, e logo em seguida, os negócios (comércio e aferição), como consta nos anos anteriores, tendo em mente que Pouso Alegre obteve um considerável aumento na área do comércio, como podemos observar no gráfico.

Em relação às despesas, as obras públicas despenderam do cofre municipal nesta década a quantia de 30:537\$845, correspondendo a 31% dos gastos efetuados naquele período, como consta no gráfico abaixo:

Gráfico 06- Despesas da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1890-1897 (em contos de réis)



Fonte: Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, Câmara Municipal de Pouso Alegre, Livro de Receita e Despesa (1890-1897)

Nos primeiros anos, não são especificadas nas rubricas do livro de contas da Câmara

212 Art. 1 Para arrecadação do imposto predial de que trata o § 2º do art. 1º da lei n. 2 de 5 de agosto do corrente ano, serão observadas as disposições seguintes: § 1 De cada uma casa de morada na cidade ou freguesias, três por cento sobre o valor locativo, exceto as que tiverem parte ocupada com negócio que pagarão somente metade da taxa; § 2 De cada propriedade agrícola cujo valor não for menor de um conto de réis nem maior de dois contos 2\$000; § 3 De cada propriedade agrícola de valor maior de dois contos até três contos 3\$000; § 4 De cada propriedade agrícola de valor maior de três contos 3\$000; § 5 De cada um cafelista, cuja colheita não seja inferior a 750 quilos 10\$000. Lei Nº 1 de Agosto de 1892: Estatutos do Município de Pouso Alegre. Tipografia Silva Cabral, Ouro Preto, 1892, p. 14. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

as obras que foram realizadas, contudo, conseguimos detectá-las por intermédio da leitura dos Relatórios do Fiscal da cidade. Consertos e reparos na cidade continuavam sendo a prioridade da Câmara nesses primeiros anos da década, como podemos observar nas informações prestadas aos Vereadores:

Effectuou-se sob a administração do cidadão Presidente desta Câmara, o concerto da Rua do Duque de Caxias, e presentemente ainda acha-se em concertos a ladeira da Rua do Marques do Herval, serviços estes que tem sido feitos com grande economia e a possível segurança. Torna-se urgente um concerto na Rua Duque de Caxias, próximo a casa de D. Vitalina e Silva, em cujo ponto existe um grande fosso cavado pelas águas pluvias. É também urgente um serviço entre os fundos da casa do cidadão João Pedro da Silveira, e a casa do cidadão João Manoel da Silva Amorim na Rua 01 de Março. Deve-se ali fazer uma persinta de pedra, afim de evitar o estrago da mesma rua ocasionado pelas enchoradas que já tem feito grande escavação. Entre a casa do cidadão Balbino Amaral e a de D. Anna Caldas, torna-se também preciso um concerto, pois a rua acha-se ali em estado bastante ruinozo²¹³

Nesta década de 1890, a cidade passou a ter um prédio próprio do Mercado Municipal e uma estação ferroviária, a qual recebia o ramal da Estrada de Ferro Sapucaí, sendo dois feitos que contribuíram ainda mais para a dinâmica econômica da cidade.

Como o comércio estava se intensificando no espaço do Mercado Municipal, a construção de um novo prédio se fazia necessária, pois uma pequena casa alugada já não abrigava mais tantos produtores, vendedores e consumidores. Nesse intuito, a administração adquire da Igreja Matriz, no ano de 1893, um terreno com uma casa e benfeitorias, pelo valor de 2:000\$000 mil réis, aquele mesmo terreno em que se encontrava a casa, localizado no Largo e ruas do Visconde do Rio Branco e Rua da Princesa Imperial, dividindo com o cidadão Julião Florêncio Meyer e com Dona Maria do Carmo Silveira e outros e inicia assim a construção daquele estabelecimento.

O valor orçado pela comissão nomeada para a construção deste novo edifício foi de 5:200\$000²¹⁴, dispondo de todo material necessário e da mão de obra empregada. O prédio, segundo o orçamento apresentado, deveria possuir as seguintes características:

Depois de aceitar para a situação do edifício o mesmo local, com mais centro da cidade, foi de parecer que a nova casa tendesse a posição longitudinal de preferência à transversal do velho mercado, sendo a extinção d'aquella 152 palmos com 66 transversalmente e 20 de altura além de uma platibanda de 3 ½ palmos, tendo duas grandes portas de ingresso, sendo uma do lado da Rua da Princesa Imperial, e outra da do Visconde do Rio branco, ambas no meio do plano do edifício. Com 10 palmos de largura e 20 de altura, sustentados por columnatas de 3 palmos

213 Relatório do Fiscal Municipal. Coleção Documentos soltos, 1890. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

214 Não conseguimos encontrar informações suficientes de como e por qual instância foi liquidado este valor. Os Relatórios dos Presidentes da Província não trazem informações para este período a respeito da construção do Mercado Municipal. Há uma lacuna na série dos Livros de Receitas e Despesas da Câmara Municipal de Pouso Alegre para os anos de 1892, 1893 e 1894. Os subsequentes não trazem informações referentes a esta construção.

quadrados, seguido-se à estas os claros em forma de porta terminando em semicírculo. Com 6 palmos de largura e 15 de altura, estendendo por todo peripheriado do prédio, à excepção dos cantos que terão de cada lado 10 palmos de parede e as respectivas columnatas intermediárias, que terão as mesmas dimensões das primeiras, já descriptas, adentrando tudo sobre um alicerce de 4 palmos, sendo 2 de terra socada e 2 de tijollos. Assim constará o edificio de duas grandes portas terminando em semicírculo, 38 vão terminando do mesmo modo; com 6 palmos sobre 15 de alto, e 36 columnatas. Todos os vãos e portas são guarnecidos por um gradil de madeira de 10 palmos de altura. O centro será sustentado por 12 columnas paralellas, nas quaes se adaptarão as 2 bancas de 60 palmos casa uma. O telhado será dividido em 3 secções, de 22 palmos cada uma, para evitar-se deffeito dos grandes telhados. Para attender as condições thécnicas, e econômicas, bem como a elegância, solidez e duração, a Comissão entende ser mais apropriada a construcção de tijollos sendo as juntas tomadas, nas faces externas, à cimento²¹⁵

No mesmo ano de 1893 é erigido o prédio do Mercado Municipal, possuindo dois lances laterais, que permitiam os comerciantes disponibilizarem hortaliças, frutas, aves, carnes, etc. Era um edificio dotado de elegância para a época, repousando sobre bases rígidas e construído em tamanha solidez para perdurar longos anos. Em estilo neoclássico, possuía diversas arcadas abertas, conservando os costumes das feiras livres, e detalhes em seus beirais lambrequinados. As suas laterais possuíam *“dous passadiços ladrilhados e separados do pavimento por uma grande madeira, servindo para a descarga e para a venda de gêneros que não eram permitidos no interior do edificio”*²¹⁶ permitindo os diversos tipos de comércio.

Imagem 06: Mercado Municipal de Pouso Alegre, 1893



Fonte: Arquivo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo

215 Orçamento para construção do prédio do Mercado Municipal. Pouso Alegre, 1888. Coleção de Documentos soltos, disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

216 OLIVEIRA, Antônio Marques de. Almanack do município de Pouso Alegre. Rio de Janeiro: Casa Mont'Alverne, 1900, p. 90

Para manter ainda mais organizada a dinâmica do comércio, foi elaborada a Lei nº 9 de 09 de setembro de 1893, estabelecendo aditamentos ao Regulamento estabelecido na Praça do Mercado. O conjunto de leis previa desde a organização do espaço físico ao tipo de comércio que poderia ser realizado em seu interior, como também a forma que o Fiscal deveria agir perante os cuidados com o prédio. Após o expediente comercial, o lugar era utilizado para realização de leilões de vivos e assados como também abrigava apresentações de circos que vinham de fora.

No segundo quinquênio da década de 1890, Pouso Alegre assiste à chegada dos trilhos da Rede Sul Mineira, possibilitando a ligação com os grandes centros do país, São Paulo e Rio de Janeiro. Na década de 1870, já se discutia a instalação de um ramal férreo com origem em São Paulo seguindo para Bragança e com um ramal para as cidades da região, culminando em Pouso Alegre:

Foi lido um officio da Câmara Municipal da cidade de Jaguary, declarando que aquella corporação esta deliberada e solicitou do Corpo Legislativo a construção de um ramal da estrada de ferro pelo sistema susderno, devendo partir do Bellenzinho atravessando Atibaia e Bragança a Jaguary, venha ao desta cidade de Pouso Alegre, terminar no Rio Mandu ou Sapucahy, conforme a indicação do cidadão Hygino Carlos de Carvalho, inserto no Diario de São Paulo, para que esta Câmara o seu apoio igualmente no referido Corpo Legislativo solicitando que o mesmo favor, posto em discussao foi aprovado, e que se responda neste sentido aquella Câmara²¹⁷

Este officio enviado à Câmara Municipal de Pouso Alegre fazia parte de uma discussão que se estabelecia na Assembleia da Província de São Paulo. Esta é a estrada que segue para o centro do Sul de Minas, servindo para o abastecimento da cidade de São Paulo e *“ainda chamar outros que com grande sacrificio procurão outros destinos, como seião os do lado de Pouso Alegre, que hoje dirijem-se ao porto de Ubatuba, atravessando duas grandes serras e lugares pantanosos”*²¹⁸. A intenção, como percebemos na notícia veiculada pelo Diário de São Paulo, era que os produtos originados do Sul de Minas não deixassem de sair pelo porto de Santos, ressaltando a importância as Estrada de Ferro para Bragança. A Província de São Paulo tinha o interesse de não deixar que esses produtos de exportação e importação não se desvinculassem de Santos para manter seus laços comerciais internos e com o exterior, *“não só por causa dos impostos, como ainda por que vai grande importância no commércio directo de Santos com exterior, e a importância será conforme o maior ou menor movimento”*²¹⁹. As discussões, porém, ficaram restritas a Província de São Paulo, não sendo mais comentado nas Atas da Câmara Municipal local.

A pesquisa de Marcel Pereira da Silva nos ajuda a compreender as articulações para a implantação de ramais ferroviários na região sul- mineira e seu funcionamento. Para o autor, não apenas o café seria o principal produto a ser exportado, pelo fato de algumas regiões possuírem atividades distintas. Sendo assim, no período por ele estudado (1874-1910),

(...) o café ainda estava em trajetória para ser o principal artigo agrícola de exportação na

217 Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1867-1871, Sessão Extraordinária de 26 de junho de 1871, p. 184. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

218 Diário de São Paulo. 02 de março de 1872, Ano VII, nº 1915, p. 03.

219 Diário de São Paulo. 02 de março de 1872, Ano VII, nº 1915, p. 03.

região sul mineira como um todo, para as estradas de ferro já o era. Elas não chegaram aqui com vistas ao seu transporte, no máximo com expectativas de aumento, como qualquer outro item. Porém, a instalação dos trilhos alimentou e coincidiu com a expansão da atividade cafeeira. Ficou claro também que havia claras diferenças internas no Sul de Minas. O Ramal de Guaxupé pode ser considerado a exceção, pois este sim veio pelo café. Mas as linhas de outras companhias, a diversificação produtiva e comercial deu o tom das exportações²²⁰

A concretização da passagem de uma linha férrea por Pouso Alegre se deu mediante a promulgação da Lei Nº 3484 de 15 de junho de 1886, autorizando a construção de uma estrada de ferro de bitola de um metro partindo da via- férrea “*Minas and Rio*”, terminando em Poços de Caldas, percorrendo pelas cidades de Cristina, Itajubá e Pouso Alegre, em um prazo de 6 anos. A lei ainda previa que a concessionária durante o prazo de privilégio concedido deveria manter a “*navegação a vapor no Rio Sapucahy, (...) desde as imediações de Pouso Alegre até ao ponto mais conveniente, no município da Campanha, designado pelo Governo Provincial*”²²¹. Esta conexão visou atender ao mercado de abastecimento interno, conduzindo gêneros, artigos manufaturados, principalmente

(...) tecidos, armarinhos, calçados, bebidas, remédios, ferragens, querosene, além de café e sal-, oriundos do Rio de Janeiro e de São Paulo, recolhidos em determinadas estações ferroviárias. E a escoar as produções locais de cereais, fumo, laticínios, rapadura, aguardente, toucinho, madeira²²²

A proposta de construção deste ramal surgiu por meio de uma Sociedade anônima denominada “Estrada de Ferro Sapucaí”²²³ que iria usufruir dos privilégios da ferrovia originando da estrada Minas e Rio, partindo da Estação Soledade, e terminasse nos limites da Província de Minas com São Paulo, mais especificamente no município de Ouro Fino, em que estabelecia conexão com a Estrada de Ferro Mogiana, como podemos observar este traçado no mapa abaixo:

220 SILVA, Marcel Pereira da. De gado a café: As ferrovias no Sul de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2012, p. 179.

221 Lei Nº 3384 de 15 de junho de 1886.

222 MARTINS, Marcos Lobato. Uma história da navegação a vapor no Sul de Minas (1880-1960). Diálogos- Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 15, num. 2, maio e agosto de 2011.

223 A Companhia Viação Férrea Sapucaí foi organizada em 15 de Março de 1888, com o objetivo de construir essa estrada, que partindo da Estação de Soledade, na estrada de Ferro Minas e Rio, fosse até os limites de São Paulo, atingindo em 1897, no quilômetro 297, a Estação de Sapucaí (na região de Ouro Fino), em seu ponto terminal, entroncando-se ali com a Estrada de Ferro Mogiana.

Mapa 05: Rota percorrida pela Cia. Viação Férrea Sapucaí

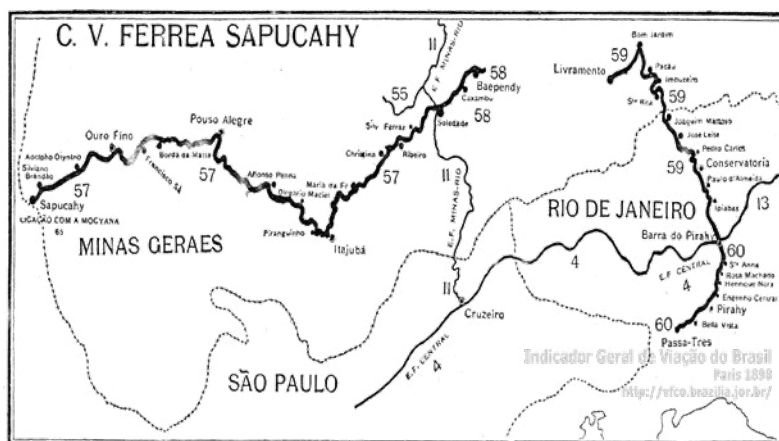


Fig. 4 — A Cia. Viação Férrea Sapucaí que se compunha das duas linhas acima representadas, desapareceu, ao fundir-se com as E.F. FF. Muzambinho e Minas e Rio as quais passaram a constituir a antiga “Rota Sul Mineira”, incorporada na atual “Rota Mineira de Viação”.

Fonte: Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo

A Estação de Pousos Alegre foi inaugurada no ano de 1895. Segundo Antônio Marques de Oliveira, a estação se constituía por uma construção singela e em forma de chalé, com “uma plataforma pequena regular, mas pequena para conter a grande massa de povo, que quasi sempre ahi se agglomera por ocasião da chegada dos trens”²²⁴. O seu interior era composto por um pequeno armazém onde eram depositadas as mercadorias que chegavam ou aquelas que eram escoadas (como o café, fumo e gado suíno). Possuía também “dois gabinetes, communicando-se para o agente e telegraphista, separados do armazém por um corredor que serve de sala de espera; e acomodações no restante do edificio para a familia do Agente”²²⁵. O espaço era constituído por um terreno pequeno, compondo a região central da cidade, no final da avenida principal, o que facilitava a circulação dos produtos pelo comércio e para a Praça do Mercado. Era considerado um espaço de sociabilidade, pois as pessoas se encontravam em festividades solenes, como recepção de autoridades, ou para esperar aqueles que desembarcariam na cidade ou até mesmo para a despedida daqueles que deixariam a localidade.

Na década de 1890 percebemos esta construção do espaço central da cidade, estabelecendo uma nova configuração para o meio urbano. A aquisição e construção de prédios públicos garantiriam espaços mais funcionais para atender as necessidades da população local. As linhas ferroviárias que passaram a transpor o território municipal permitiram maior circulação de pessoas para outras cidades da região e os grandes centros, por se tornar mais fácil e eficiente o meio de transporte, garantindo também a circulação de mercadorias para o comércio local e regional. Mesmo não inserindo nas dinâmicas da expansão do café e das bases econômicas que este tipo de produção ofereceu para outras cidades da região, como produto de exportação, Pousos Alegre estava

224 OLIVEIRA, Antônio Marques de. Almanack do município de Pousos Alegre. Rio de Janeiro: Casa Mont’Alverne, 1900, p. 81.

225 Idem.

seguindo os caminhos da modernização, na transição do século XIX para o século XX, como analisaremos na próxima década, com a instalação da energia elétrica e a implantação de novas vias de comunicação.

Nos trilhos da modernização: o aparecimento da luz elétrica e a comunicação telefônica (1900-1910)

A transição do século XIX para o século XX fez-se marcada por diversas transformações espaciais e sociais, cujas pessoas foram envolvidas em um intenso processo de mudanças, hábitos, convicções e percepções. A República representava para o país a instalação da modernidade, afastando-o da “*letargia da monarquia ou da barbárie da escravidão (...) que levantou aos ares as expectativas brasileiras de alcançar as alturas das nações modernas*”²²⁶. Os grandes centros urbanos investiam em se construir uma realidade em que se transformasse em “cartões postais”. Em cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, centros do poder político e financeiro, casarões e prédios com fachadas em *art nouveau*, iluminados pelos modernos lampiões à luz elétrica, grandes avenidas que se estendiam aos *boulevards* em que se faziam presentes as lojas de produtos importados, tentavam alcançar ou imitar o estilo de vida europeu. Inicia-se nestas cidades um “processo civilizatório”, em que imagens do passado e o que caracterizava pobreza ou insalubridade eram afastadas da região central. Neste período, São Paulo foi o estado brasileiro que mais se desenvolveu economicamente, principalmente pela introdução cafeeira no estado (em especial o Oeste Paulista), o que suscitou atividades comerciais, industriais, das ferrovias e bancos.²²⁷ Em Minas Gerais, a região da Zona da Mata estava em alta na produção cafeeira e também na indústria,²²⁸ sendo a região que mais se desenvolveu neste período, e na região central do estado, se construía a cidade que se tornou a capital de Minas Gerais²²⁹ enquanto que, no Sul de Minas, o processo de modernização e urbanização acontecia cada qual a sua maneira se espelhando nos grandes centros do Brasil, gerando impactos entre o urbano que se constituía e o mundo rural.

Nos primeiros anos da década de 1900, Pouso Alegre se apresentava como uma cidade pacata, mas que dava passos a seu modo para a modernização e evolução urbana. Contava

226 COSTA, Ângela Marques; SCHAWARCZ, Lilia Moritz. *Virando Séculos (1890-1914): No tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 27.

227 CANO, Wilson. *Ensaio sobre a Formação Econômica Regional do Brasil*. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2002.

228 WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 81.

229 A construção da nova capital de Minas Gerais tem seu início no ano de 1894, um ano após da escolha como sede do governo estadual, com ênfase moderna no planejamento e na estruturação do espaço urbano, a cargo da Comissão de construção da Nova Capital Aarão Reis. Inicialmente chamada de “Cidade de Minas”, apenas em 1897 foi nomeada de Belo Horizonte. Fonte: <https://www.thecities.com.br/Brasil/Minas-Gerais/Belo-Horizonte/Hist%C3%B3ria/1763/>, acesso em 11/10/2017.

nesta época o município com a população estimada em 31.863²³⁰ habitantes, e apenas 9.206 na sede²³¹, correspondendo a 29% da população total. Segundo as informações contidas no Almanaque para o Município de Pouso Alegre, apenas alguns pequenos trechos da cidade possuía calçamento, “com pedra tosca; algumas, porém, são macadamizadas com cascalho grosso, e possuem sargetas de pedra para o escoamento de águas pluviais”²³². A cidade não possuía nesta época uma rede de esgotos, como era comum nas cidades sul- mineiras. O abastecimento de água era deficiente, contando apenas com dois chafarizes de uso comum e no quintal de algumas casas cisternas ou fontes. Contava, nesta época, com quase 500 casas, distribuídas em 5 praças e 18 ruas, iluminadas a petróleo em lampeões belgas suspensos em postes de madeira. No campo educacional, a cidade possui um Externato para as primeiras lições, um Seminário Episcopal para a formação dos clérigos católicos, Colégio Diocesano e um Grupo Escolar do Estado, além de mais quatro escolas públicas, duas para o sexo feminino e duas para o masculino.

A Igreja Católica passa a ter maior influência em Pouso Alegre e região no início desta década com a criação da Diocese²³³, o que segundo alguns memorialistas locais, contribuiu para o progresso da cidade e desenvolvimento de toda a região sul-mineira. A ideia da criação surge na década passada, expressa em uma Circular datada de 1891, “partida de Campanha e assignada por uma comissão popular, cujo o assumpto era relativo á criação de um bispado

230 Cf: Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1900. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1905, p.46.

231 Dados obtidos dos “Questionários da sobre as paróquias” realizado pela Diocese de Pouso Alegre: “Qual a população total d’essa parochia? Qual a população da sede parochial? – A população total d’esta parochia, segundo o resultado obtido pelo último recenseamento, é de 9.206 habitantes, pertencendo 4.500, pouco mais ou menos, à sede parochial, onde há 900 casas”. Questionários sobre as paróquias da Diocese de Pouso Alegre, 1901. Acervo da Cúria Metropolitana de Pouso Alegre. Digitalizado pelo próprio pesquisador.

232 OLIVEIRA, Antônio Marques de. Almanack do município de Pouso Alegre. Rio de Janeiro: Casa Mont’Alverne, 1900, p. 90.

233 Segundo o Dicionário Michaelis, o termo Diocese historicamente designava a circunscrição administrativa em certas províncias romanas. Designa uma porção territorial sujeita à administração eclesiástica de bispo, arcebispo ou patriarca. Cf: MICHAELIS. Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. 13ª Impressão. São Paulo: 2007, p. 728. Até o ano de 1900, o território da Diocese Paulista abrangia a extensão percorrendo o Sul do atual estado de Minas Gerais, Pouso Alegre, até as fronteiras com o Uruguai, incluindo os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Cf: Breve História da Diocese de São Paulo, <http://www.rootsweb.ancestry.com/~brawgw/higrejasp.html>, acesso em 10/11/2016. Vale ressaltar sobre a influência do Catolicismo em Pouso Alegre. Nos questionários enviados às Paróquias em 1901, a respeito da Paróquia de Pouso Alegre, obtemos os seguintes dados em relação a presença de alguma outra denominação religiosa: “Existe n’essa parochia algum templo protestante, loja maçônica ou centro espiritista? - Não existe templo algum protestante; mas existe 1 loja maçônica, fraccionada em duas, como é voz pública, com sessenta adeptos, mais ou menos; também não existe, que eu saiba, centro algum espiritista, havendo apenas da parte de três ou quatro pessoas, que se diziam espíritas, uma tentativa mallograda para fundarem um centro, não tendo, porém, o menor resultado nem importância”. Questionários sobre as paróquias da Diocese de Pouso Alegre, 1901. Acervo da Cúria Metropolitana de Pouso Alegre. Digitalizado pelo próprio pesquisador.

na zona sul-mineira, tendo como sede aquela vetusta cidade”²³⁴. Esta comissão era composta por membros da família Veiga, pessoas estas ligadas a movimentos políticos voltados para a cidade da Campanha e para a região do Sul de Minas²³⁵. Devido aos custos elevados e influências políticas internas da Igreja, como a do próprio Arcebispo de São Paulo Dom Antônio Cândido de Alvarenga, Pouso Alegre passou a sediar a sede do poder eclesiástico sul mineiro. Para isso, tornou-se necessário reparos na igreja em que se tornaria a sede episcopal (Catedral), o que despendeu dos cofres da igreja e auxílios do governo a quantia de 40:00\$000 e a aquisição de prédios para a composição do patrimônio da nova Diocese. Os livros de Registros de Imóveis nos trazem informações sobre estas aquisições, sendo constatadas nos primeiros anos 5 aquisições entre casas de morada e um terreno no espaço urbano, totalizando a quantia de 27:800\$000 e um investimento rural, realizado na compra de uma chácara para o Seminário no valor de 14:000\$000. Com a chegada do primeiro Bispo, Dom João Baptista Corrêa Nery, em 1901, e o início de seus trabalhos pastorais, a cidade passaria a contar com mais uma escola de ensino primário para meninas, com a direção das Irmãs da Visitação, uma escola primária para meninos pobres e um estabelecimento dedicado ao ensino das práticas voltadas para a agricultura, denominada Escola Agrícola Francisco Salles²³⁶. Assim se constituía o cenário da cidade na primeira década do século XX, momento este em que a administração pública almejava e idealizava uma modernização em confronto com o antigo, de uma Pouso Alegre que ao seu modo direcionava seus passos para a urbanização e a civilidade, condições prioritárias para o desenvolvimento do município.

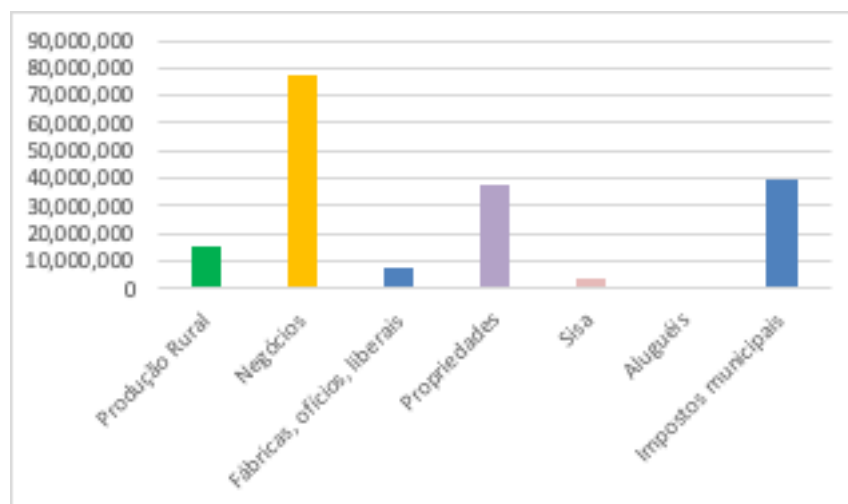
Para esta década temos poucas informações documentais sobre a movimentação econômica do município. Os livros de Receita e Despesa que se encontram nos arquivos do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo demonstram apenas os anos de 1903, 1904, 1905, 1908 e 1910 (apenas o segundo semestre), nos proporcionando uma compreensão parcial da estrutura econômica do município para esta década. A arrecadação trouxe aos cofres públicos neste período a quantia de 182:271\$400, podendo ser discriminadas no gráfico abaixo pelas seguintes categorias de impostos:

Gráfico 07- Arrecadação da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1901-1904 (em contos de réis)

234 Festas Constantinianas: Edição especial em comemoração ao ano santo. Diocese de Pouso Alegre, 1913, p. 97. Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

235 A dissertação de Pérola Goldfeder nos ajuda a compreender melhor a trajetória desta família e seus projetos políticos para a região do Sul de Minas e para a cidade da Campanha. CASTRO, Pérola Maria Goldefeder e. Minas do Sul: Visão corográfica e política regional no século XIX. Dissertação de Mestrado. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

236 Sobre a história da Diocese de Pouso Alegre e de seu primeiro Bispo Diocesano Dom João Baptista Corrêa Nery, Cf. GOUVEA, Octávio Miranda. A História de Pouso Alegre. Borda da Mata: Art's Gráficas e Editora, 1998, p. 77.



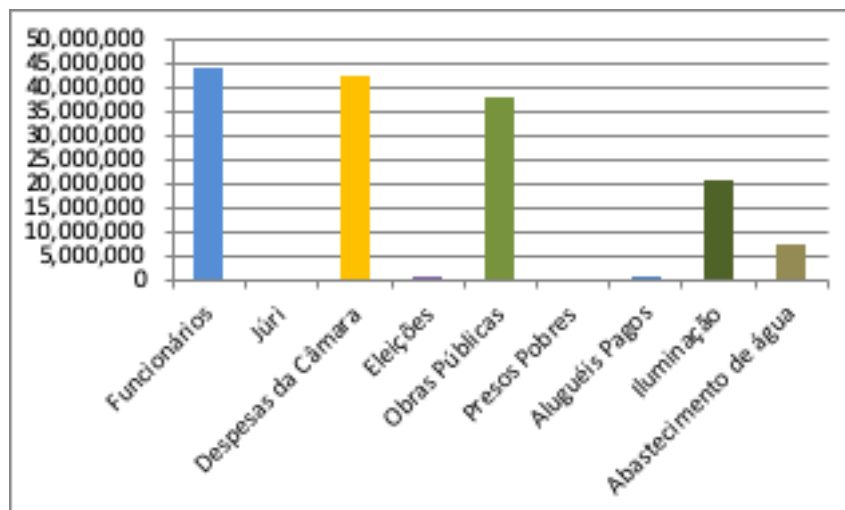
Fonte: Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, Câmara Municipal de Pouso Alegre, Livro de Receita e Despesa (1901-1904)

Os impostos que mais geraram lucro para a municipalidade na década de 1900 continuaram sendo aqueles que se referiam ao comércio, arrecadações municipais (22%, sendo 15% obtidos na sede e 7% dos distritos) e a posse de propriedades urbanas e rurais. As arrecadações feitas sobre o comércio local corresponderam a 42% do total obtido, enquanto que a cobrança sobre as propriedades rurais e urbanas trouxe ao município o rendimento de 21% de todo o montante. Mesmo tomando como análise parcial desta década, podemos notar que houve um crescimento considerável principalmente nos impostos relacionados à produção rural, às fábricas, ofícios e trabalhadores liberais. Uma nova classe de imposto surge com a elaboração das Leis e Resoluções do Município de Pouso Alegre em 1908 em que passa a vigorar no ano de 1909. A sisa²³⁷, imposto este cobrado sobre as transmissões de imóveis, arrecadou 2% da quantia expressa no segundo semestre de 1910.

Em relação às despesas parciais desta década, considerando o ano de 1910, temos no total de gastos a quantia de 182:225\$823. Como no documento consultado não traz as especificações dos custos, trabalharemos apenas com os anos de 1903, 1904, 1905 e 1908, em que a soma resultou em 152:333\$761, distribuídas da forma como nos apresenta o gráfico abaixo:

Gráfico 08- Despesas da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1901-1904 (em contos de réis)

237 Taxa que, pela transmissão onerosa, venda, arrematação, dação em pagamento de propriedade imobiliária, se paga à Prefeitura do Município onde o imóvel está localizado; primitiva designação do denominado imposto de transmissão intervivos. Cf. SANTOS, Washington. Dicionário Jurídico Brasileiro. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2001, p. 229.



Fonte: Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, Câmara Municipal de Pouso Alegre, Livro de Receita e Despesa (1901-1904)

Os valores que mais despenderam dos cofres municipais foram as quantias pagas aos funcionários, as despesas da Câmara e os investimentos em obras públicas. No quadro funcional do corpo legislativo, além dos empregados que já compunham este quadro nas décadas anteriores, foi acrescentado o cargo de professores das escolas criadas no município²³⁸, remunerados em média na quantia de 50\$000 mensais. As despesas ordinárias da Câmara corresponderam a 27,70% do montante gasto nesta década, investidos na compra de objetos para a Câmara e Sessões, em publicações de leis ou comunicados nos periódicos locais (Semana Religiosa e O Sul-Mineiro), envio de telegramas e ofícios para o governo do estado e outras Câmaras. Foram despendidas quantias para auxiliar o Colégio Diocesano e a subvenção de alunos pobres do Seminário Diocesano local, e para os pobres e indigentes foram adquiridos remédios para tratamento de saúde. Foram destinados também auxílios para as obras do Palácio Episcopal e para as festividades de recepção do Núncio Apostólico que realizou uma visita nas Igrejas Católicas da região.

Analisando as quatro décadas, o período que compreende a de 1900 foi o que mais se investiu em obras públicas na cidade e no município, contabilizando 24,98% dos gastos totais. Obras como consertos de pontes e estradas, manutenção de ruas e praças públicas (reparos em buracos, limpeza e extinção de formigueiros), conservação dos aterrados nos Rios Mandú e Sapucaí, para que se evitassem as enchentes e os atoleiros, conservação das redes de abastecimento de água e chafarizes municipais, foram obras realizadas cotidianamente pela Câmara Municipal. Para manter a organização da cidade nos aspectos urbanísticos, foi discutida em sessão da Câmara no ano de 1904 a divisão da área da cidade em áreas urbanas e suburbanas, tomando como

238 Para esta década, são mencionadas no Relatório do Chefe do Executivo de 1911, as seguintes escolas: “Acha-se em funcionamento todas as escolas criadas pela Câmara em número de dezesseis, sendo trez em Borda da Matta, cinco na Estiva, três em Sant’Anna do Sapucahy e cinco no districto da cidade, sendo quatro criadas no exercício de 1910”. Relatório do Chefe do Executivo da Cidade de Pouso Alegre para o ano de 1910, 02 de Fevereiro de 1911, Coleção Documentos Soltos. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

parâmetro a seguinte proposta:

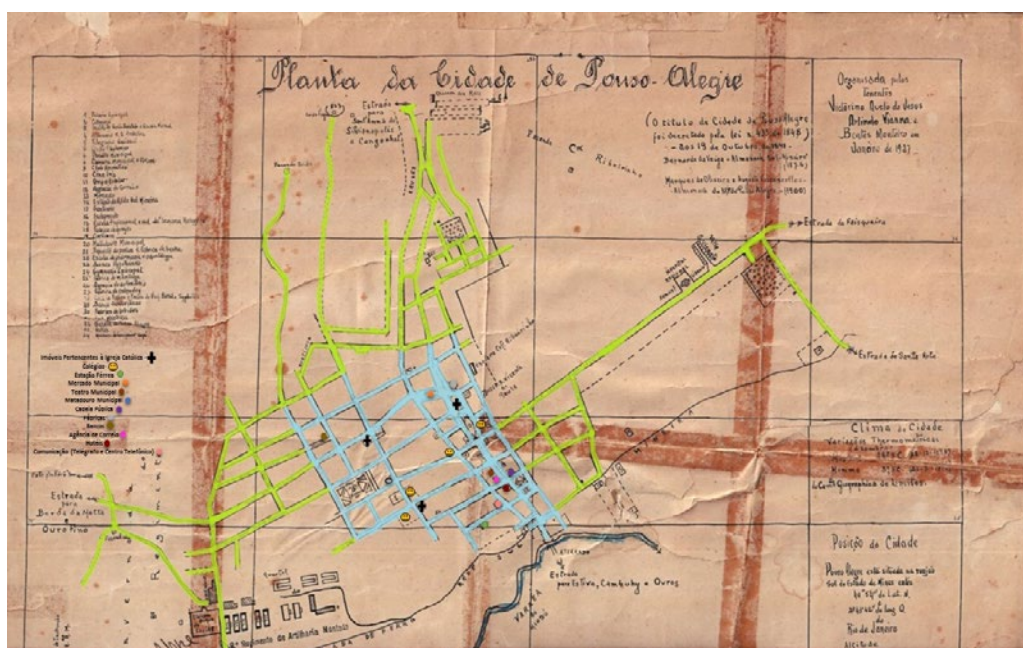
A Câmara Municipal de Pouso Alegre dicta: Art. 1º. Fica o perímetro da cidade dividido em duas áreas: urbana e sub-urbana a parte com parte. §1º. Constitui a área urbana a parte compreendida dentro da seguinte delimitação: Da margem do Rio Mandú, sobre pela Rua Adolpho Olinto até a esquina da rua que for a ela até a Praça 15 de Novembro; sobe por esta Praça até o ponto de encontro com a Rua Adalberto Ferraz; desce por esta até a esquina da Rua Silviano Brandão; segue por esta até a esquina da Travessa Tiradentes pela qual segue passando pela Praça 15 de Junho em direção a Rua Monsenhor José Paulino; Volta por esta até a esquina da Rua Júlio Brandão, segue por esta até chegar a Rua Dom Nery; por esta continua até encontrar de novo a Rua Adalberto Ferraz, pela qual desce até os fundos da Estação da Estrada de Ferro. §2º. Constitui a area sub-urbana o restante do perímetro da cidade, fora d'aquella delimitação²³⁹

Com esta divisão feita podemos ter ideia do que era o núcleo urbano de Pouso Alegre e sua concentração apenas na região central da cidade. As áreas que estão realçadas na cor azul representavam a parte urbana da cidade, espaço este em que eram localizados os principais prédios públicos da cidade: a Igreja Matriz, escolas municipais e particulares, Teatro Municipal, Câmara Municipal e Fórum, Clube Recreativo, Estação Ferroviária entre outros. Já os traçados representados pela cor verde equivaliam as áreas tidas como suburbanas ou periféricas, em que se localizavam o matadouro, o isolamento dos leprosos, a Santa Casa de Misericórdia (Hospital), a caixa de abastecimento de água e as fazendas ou chácaras. Com o passar dos anos, ruas foram sendo abertas, ampliando a área urbana da cidade. Podemos ter uma noção espacial observando o mapa abaixo, sendo o primeiro confeccionado em 1930 retratando a área da cidade de Pouso Alegre, suas ruas e alguns de seus respectivos espaços públicos:

Mapa 06: Planta da Cidade de Pouso Alegre, década de 30.

239 Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1904-1913, Sessão Ordinária de 09 de Março de 1905, p. 28. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Traçado delimitando as zonas urbanas e suburbanas em 1904 (elaborado pelo pesquisador)



Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo

Na segunda metade da década de 1900, quatro obras importantes foram realizadas favorecendo a cidade e o município: a instalação de uma linha de bonde que ligaria a Colônia Francisco Sales aos trilhos da Rede Mineira, localizado na região central, a instituição de transportes públicos, a instalação da luz elétrica e a criação de uma companhia telefônica. Estas transformações se tornaram comuns neste período em outras cidades do Sul de Minas, sendo percebidas quando fazemos a leitura de anuários da época, ainda que, “*possuindo um caráter impressionista de muitas dessas descrições, elas são ilustrativas do processo de urbanização que estava em curso na região*”²⁴⁰ e em outras partes do país.

O projeto de lei sobre a criação de uma linha de bondes para a Colônia Francisco Sales foi aprovado na sessão do dia 18 de setembro de 1905, por intermédio de um ofício enviado do presidente do estado datado de 12 de julho do ano corrente. O seu conteúdo fazia ver que “*naquella dacta estava o encarregado da direção da Colônia “Francisco Salles” autorizado a entregar a Câmara os trilhos e dormentes de ferro alli existente, para a linha de bondes que a Câmara projecta nesta cidade*”²⁴¹, tendo seu despacho autorizado. A presente lei autorizava o Agente do Executivo Municipal a efetivar o contrato com a empresa que oferecesse maiores vantagens para o município na construção de uma linha de bonde movido a tração animal, concedendo privilégio de 15 anos a partir da data em que se fizesse a contratação. Ficou ainda autorizado o emprego de trilhos e dormentes cedidos a municipalidade pelo Governo do Estado. A rota apresentada pela

240 SAES, Alexandre Macchione; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado; CURTI, Luiz Felipe Bruzzi. *O Processo de urbanização no Sul de Minas em transição*. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. *Sul de Minas em urbanização: modernização urbana no início do século XX*. São Paulo: Editora Alameda, 2016, p.44.

241 *Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1904-1913*, Sessão ordinária de 18 de setembro de 1905, p. 48. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

deveria ser a seguinte:

Artigo 2º: O traçado para a linha comeará na Estação da Estrada de Ferro e se estenderá até a “Rua Cantagallo” em frente ao edifício do Collegio da Visitação, passando pela Rua Moreira César, “Praça 24 de Fevereiro”, “Senador José Bento”, “Cônego Vicente”, rua “Dr. Silviano Brandão”, “Júlio Brandão”, “Dom Nery”, “Praça Quinze de Junho” e “Rua Affonso Penna”²⁴².

De acordo com o artigo 2º, temos noção de como se estabeleceu este trajeto, saindo da estação ferroviária, percorrendo as ruas que compunham a parte suburbana e urbana da cidade, na região central e das imediações do Mercado Municipal. Este meio de transporte por muitos anos serviu para que se conduzisse os gêneros alimentícios e tudo mais que era produzido na Colônia Francisco Sales para serem transportados para outras cidades pela ferrovia, como também para abastecer o Mercado local, facilitando e tornando acessível os produtos para sua comercialização na cidade.

A instalação da energia elétrica na cidade também ocorreu neste ano. As primeiras experiências da inserção deste novo tipo de inovação no Brasil ocorreram nas duas últimas décadas do século XIX nos dois principais centros urbanos do país²⁴³. De acordo com Saes,

A incorporação da energia elétrica ao cotidiano brasileiro foi contemporânea com aquela realizada nos países europeus e nos Estados Unidos. Mesmo com as primeiras experiências já no início do século XIX, foi somente durante o decorrer da década de 1880 que a energia elétrica tornou-se realidade na industrial. Inicialmente atendendo aos serviços de iluminação urbana tanto pública como particular (...) ²⁴⁴

Segundo o memorialista Octávio Miranda Gouvêa²⁴⁵, no ano de 1905, Pouso Alegre teria sido a pioneira na implantação dos serviços de luz e energia elétrica no Sul de Minas, sob os esforços do Engenheiro Benjamim Franklin Silviano Brandão²⁴⁶, que tendo se especializado nos Estados Unidos, trouxe para a cidade esta inovação, e em parceria com o Tenente Coronel José Claro de Almeida Ramos Brandão e o Major Augusto Libânio organizaram e fundaram em Pouso

242 *Projeto de Lei Nº145*. Coleção Documentos Soltos. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

243 No Rio de Janeiro no decorrer das décadas de 1880 e 1890 e em São Paulo a lei de regulação dos serviços de força e luz foi promulgada no ano de 1899.

244 SAES, Alexandre Macchione. *Conflitos do Capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927)*. Bauru, SP: Editora EDUSC, 2010, p. 14.

245 GOUVEA, Octávio Miranda. *A História de Pouso Alegre*. Borda da Mata: Art's Gráficas e Editora, 1998, p. 122.

246 Nascido em Pouso Alegre no ano de 1878, pertencia a tradicional família do Presidente Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão, sendo filho do mesmo. Se graduou em Engenharia Metalúrgica e Civil pela Escola de Minas em Ouro Preto. Anos mais tarde seguiu para os Estados Unidos e Europa a fim de aperfeiçoar-se em eletrônica. Com seu retorno ao Brasil, fundou e dirigiu em Pouso Alegre a Companhia de força e luz, realizando as primeiras instalações de iluminação pública elétrica na cidade. Cf. ARAÚJO, Alexandre de. *Pouso Alegre através dos tempos*, sequencia histórica. Pouso Alegre: Grafcenter, 1997, p. 97.

Alegre a Empresa de Força e Luz²⁴⁷ e apresentaram uma petição à Câmara Municipal solicitando os privilégios para a exploração da indústria de eletricidade nesta cidade, e tendo levado o assunto em pauta, “e considerando, que desde antes uma vez consignado nos orçamentos especificados, a verba sempre despendida anualmente com iluminação pública nesta cidade feita até aqui por lâmpêões a Kerosene”²⁴⁸. Em 1904, o Jornal o Clarim, ao realizar críticas ao governo da municipalidade, cita em suas páginas os diversos problemas locais existentes, e entre os citados estava a questão do serviço de iluminação local no presente momento: “há um anno que o Sr. Agente Executivo não despende com Pouso Alegre um real a não ser com empregados e com a porca iluminação pois o ultimo dos grandes melhoramentos foi a canalização d’água”²⁴⁹ e não realizando mais na cidade algum melhoramento.

Os vereadores, em discussão sobre o referido benefício para a cidade, no ano de 1905, elaboraram e decretaram uma lei que dava concessão a esta empresa por 25 anos para realizar seus serviços, autorizando a organização e manutenção do fornecimento da luz elétrica por meio do sistema hidráulico. Sobre este feito, o jornal Correio Sul Mineiro trazia em suas páginas a seguinte notícia:

A Câmara Municipal desta cidade, em reunião extraordinária, concedeu privilégio ao sr. Coronel Ramos Brandão ou a empresa que este organizar, para o abastecimento de luz electrica à nossa cidade. Sabemos que o privilégio foi concedido por vinte cinco annos. Findo este prazo, reverterão em favor da municipalidade todos os materiaes da empresa, sem retribuição alguma. A Câmara pagará à empresa dez contos annuaes pela iluminação da cidade que será de 200 lâmpadas. Procedendo os necessários estudos, acha-se entre nós o hábil engenheiro e nosso distincto conterrâneo, sr. dr. Benjamim Brandão²⁵⁰.

A instalação, troca de lâmpadas, custeio, conservação do material empregado, sua substituição e o que estivesse relacionado ao serviço, seria por conta do empresário sem outro ônus para a municipalidade, além do pagamento relacionado ao fornecimento da iluminação pública. De acordo com o contrato celebrado, ficava a empresa responsável a

I- Installar e montar 200 lâmpadas Edison da força de 32 velas cada uma no perímetro da cidade, comprehendidas (...) e ainda 2 lâmpadas da força de 600 vellas cada uma, todas collocadas de acordo com o plano de distribuição que adoptar o Agente Executivo Municipal; II-Installar e manter a iluminação elétrica no edificio do Governo Municipal, no matadouro que for constituído e somente a installação no Theatro Municipal; III- Manter a iluminação

247 A empresa prestou seus serviços para a cidade até no ano de 1925, quando então se realizou uma reforma na iluminação elétrica, na administração do Prefeito Olavo Gomes de Oliveira, sendo construída no distrito de Borda da Mata uma nova Usina de Força, com linha de transmissão para Pouso Alegre, a qual foi inaugurada em 11 de Agosto do mesmo ano, possuindo um grupo de geradores de 330 cavalos de força, cada um, e com assentamento de novos postes *Manesmann*, em substituição aos de madeira, na Avenida Doutor Lisboa, no centro da cidade.

248 *Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1904-1913*, Sessão ordinária de 16 de Novembro de 1905, p. 71. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

249 *O Clarim*. Ano I, número 05, Pouso Alegre, 09 de Março de 1904, p. 02.

250 *Correio Sul- Mineiro*. Ano II, número 54, Pouso Alegre, 19 de Novembro de 1905, p. 02.

publica das ruas e praças diariamente, do anoitecer ao amanhecer, menos as duas lâmpadas, de força de 600 velas, as que poderão estar acesas somente do anoitecer a meuá noite; IV- Instalar e manter do mesmo modo nas ruas e praças desta cidade, as lâmpadas que a Câmara Municipal, em qualquer tempo julgar necessárias, além das 200 já afixadas mediante o pagamento não excedente de 5 mil réis por cada uma lâmpada de força de 32 vellas. §2º. Revisão para a Municipalidade, findo prazo dos privilégios, de todos os edificios, propriedades, acessórios e material referente à exploração, uso e gozo da Indústria de Eletricidade sem nenhum ônus para a municipalidade. §3. Prazo não excedente, de doze annos apartir da dacta desta lei, dentro do qual deve cotar, concluído todo serviço da instalação e ter começo e fornecimento da luz elétrica, sob pena de caducidade²⁵¹.

Os materiais a serem adquiridos pela empresa deveriam seguir os padrões estabelecidos pelo contrato, sendo as lâmpadas presas em braços de ferro suspensa nos postes de madeira pintados a óleo, com refletores brancos a uma altura mínima de 5 metros a partir do chão. As linhas de transmissão e distribuição deveriam ser de fios de cobre todos isolados para não apresentar risco a nenhuma pessoa. Ao governo do Estado caberia a solicitação da isenção de direitos para o material que fosse adquirido nos países estrangeiros, e municipalidade, a intervenção aos particulares para a passagem das linhas elétricas em seus terrenos. Os custos deste benefício para os particulares não deveriam exceder ao valor de 3\$000 mil réis, sendo que as instituições de beneficência, hospitais, edificios públicos, federais e estaduais, as granjas, edificios do governo da cidade, institutos de ensino, associações literárias e recreativas teriam o abatimento de 15% sobre o preço que for estabelecido para os particulares. A Empresa procurou durante estes annos se empenhar para a realização do serviço.

Por meio da leitura das Atas e de outros documentos da Câmara Municipal, notamos que os serviços estavam sendo prestados adequadamente. No relatório apresentado para o anno de 1908, o Agente do Executivo declarou que a iluminação ocorreu inalterável e sem interrupção na cidade, e a empresa “*cumpriu as novas clausulas impostas pela municipalidade, isto é, a substituição das lâmpadas de 400 velas por 6 de 30, funcionando igualmente a iluminação do theatro municipal*”²⁵². Entretanto, durante o mês de junho deste mesmo anno se realizou uma interrupção devidos os reparos feitos na usina geradora pelo seu proprietário, sendo este empreendimento colocado entre os melhores do estado de Minas Gerais, segundo o mesmo relatório.

No anno de 1908, em Sessão de 08 de fevereiro, mediante um requerimento enviado pela Empresa de Força e Luz de Pouso Alegre pedindo alterações na lei que lhe concedeu o privilegio a exploração da indústria de eletricidade de Pouso Alegre, são realizadas pelos Vereadores algumas modificações nas leis que regulavam os serviços prestados pela Empresa. A presente alteração estava composta de seis cláusulas, o que proporcionou um serviço mais eficiente. Propostas como a redução da força iluminativa (de 32 para 30 velas) nas 200 lâmpadas instaladas pela cidade, diminuiriam os gastos da empresa e da municipalidade e facilitaria a manutenção das mesmas. Na utilização a energia elétrica pelas sociedades teatraes que se servissem do espaço do

251 *Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1904-1913*. Sessão ordinária de 16 de Novembro de 1905, p.73. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

252 *Relatório para o anno de 1908*. Pouso Alegre, 12 de Janeiro de 1909. Coleção Documentos soltos. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Teatro Municipal a empresa poderia “cobrar no máximo 35\$000 mil réis por noite, quando as sociedades theatraes accuparem a luz por mais de um mês, e 300\$00 mil réis mensaes, quando se tratar de maior espaço de tempo²⁵³” contribuindo para os dispêndios municipais. E por fim, uma tabela que regularia e organizaria os preços a serem pagos pelos particulares que usufruíam deste benefício.

Com o advento da iluminação elétrica e outras melhorias feitas no município na década estudada, no ano de 1906, a Câmara Municipal atende o pedido de privilégio para a instalação de linhas telefônicas feito pelo Sr. Euzébio Dias Ferreira, residente na cidade de Poços de Caldas, em setembro do mesmo ano. Segundo a petição, este serviço não geraria ônus algum a municipalidade. Ficaria destinada a votação a Sessão do dia 12 de outubro, sendo que, por falta de número legal de vereadores presentes, a discussão foi realizada no dia 25 de Outubro do ano corrente. As linhas telefônicas deveriam ligar a sede do município aos demais distritos que o compõem, constituindo de uma central telefônica com ligação para as propriedades particulares, tanto as urbanas como as rurais. Ficaria obrigado o peticionário de realizar estes serviços de forma gratuita aos edifícios municipais e distritais, em repartições do ramos executivo, teatro municipal, mercado e matadouro, sendo que, ao final do privilégio todo material empregado deveria ser revertido à municipalidade.

Somente no mês de Março de 1908, após a revisão da petição enviada pelo empresário, pois o mesmo considerou que as cláusulas estabelecidas pela Câmara se encontrava “*demasiadamente onerosas para o suplicante que para a realização do seu ideal terá de empregar não pequeno capital*”²⁵⁴, pedia no entanto a alteração para a realização do serviço, pois o mesmo já havia encomendado na Europa os aparelhos e outros materiais necessários para as instalações. Um dos principais argumentos utilizados pelo concessionário consistia no tempo de privilégio concedido à empresa. A proposta feita inicialmente pela Câmara concedia o prazo de 12 anos para executar e propiciar o serviço à população e ao município. O prazo apresentado pelo peticionário para a concessão do serviço era de 25 anos, tendo em vista que o mesmo possuía mais de uma empresa “*em Poços de Caldas, Botelhos e Cabo Verde e para ellas obteve o suplicante o máximo de privilégio (25 annos) como ainda agora no privilégio que lhe foi concedido para a linha de Santa Rita de Caldas, em 09 de Janeiro de 1907*”²⁵⁵. No documento se encontrava anexo a lista de preços que seriam cobrados dos assinantes, consistindo dos seguintes parâmetros:

1º. A instalação de aparelhos no domicilio ou escritório é paga por uma jura fixa de 30 mil réis; 2º. Os danos causados aos aparelhos, pilhas e fios dentro do prédio, serão pagos pelo assignante, que provenhão de culpa sua, de sua família, ou de qualquer eventualidade involuntária; 3º. O aparelho só poderá ser installado em lugar seco, ao abrigo do sol e do pó, de modo a garantir sua conservação, em perfeito estado; 4º. A empresa se obriga a manter os aparelhos em estado de bom funcionamento, fazendo-as visitar e substituir sempre que julgar necessário; 5º. Fora dos limites urbanos as despesas das construcções correm por conta do assignante,

253 Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1904-1913, Sessão Extraordinária de 08 de Fevereiro de 1908, p.188. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

254 Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1904-1913, Sessão ordinária de 06 de Fevereiro de 1907, p.142. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

255 Idem.

que fornecerá também condição sempre que seja necessário substituir o aparelho. 6º. O preço da assignatura será de 10 mil réis mensaes pagos adiantadamente sendo o primeiro pagamento feito com a respectiva joia; 7º. Fica o assignante com direito de pedir ligação para todas as linhas que a empresa installa dentro do mesmo município; 8º. Não é permitido o uso do aparelho a pessoas residentes na cidade que não sejam assinantes das empresa. 9º. Os assignantes fora da cidade pagarão mais mil réis de cada Kilômetro, de linha, a centrar-se do limite urbano em diante; 10º. O menor preço será de seis meses, mesmo se o assignante desisitir por qualquer motivo, antes de findo esse prazo; 11º. As horas de serviço terão das 7h da manhã as 22h da noite; 12º. Durante as trovoadas, as comunicações serão suspensas. 13º. Quando se utilizar do telephone deve-se fallar com voz suave e devagar. De modo algum deverá o assignante retirar o aparelho, diz, retirar da forquilha a não ser quando precisar mobilizar-se do aparelho; 14º. A falta do pagamento até o dia 10 de cada mês dá direito a Empresa de retirar o aparelho. – Secção- Sant' Anna do Sapucahy. Tabella. Horário. O escriptório desta sescção achar-se-á aberto das 7h da manhã às 21h da noite, nos dias úteis, nos domingos, dias feriados e santificados, até as horas da tarde e durante esse tempos se transmitirão comunicações seobre em ocasiões de trovoadas. (Taxa) Dentro do horário, cada comunicação verbal ou escripta, constará um mil réis- 1000 réis. Não comunicação verbaes poderá o transmittente falar até 10 minutos, e qundo escripta não excederá 40 palavras. O excesso determinará nova taxa. Fora do horário cada comunicação constará mais 5 mil réis além da taxa coomum. Pelas comunicações para fora de Pouso Alegre, Sant' Anna do Sapucahy, pagará o transmittente, além da taxa commum, mais o que convém mencionar para o portador na ocasião²⁵⁶.

A comissão responsável pelas obras públicas e os demais vereadores foram favoráveis ao parecer e autorizaram a instalação da telefonia na cidade. No decorrer do ano de 1908, foram inauguradas as linhas telefônicas dos distritos de Borda da Mata e Estiva, estando ligado todos os distritos com a sede municipal. Para esta década, não são fornecidas mais informações específicas relativas a situação geral da empresa, como número de assinantes, entre outros. Apenas na Sessão de 27 de novembro de 1908 que é apresentada uma indicação do Sr. José Evaristo requerendo que o Agente do Executivo reclamasse da Empresa Telefônica a situação do mau estado e abandono em que se encontrava aquela empresa ao cumprimento das cláusulas presentes no contrato entre ela e a municipalidade. Outra informação que nos apresenta as Atas é que no ano de 1910 a Câmara da cidade de Cambuí firma um acordo com Sebastião Pires Ribeiro, referente a instalação de linhas telefônicas ligando os municípios de Jaguary, Cambuí, São José do Paraíso e Ouro Fino. Este serviço proporcionou a instalação de uma linha dupla direta, onde foi colocado um aparelho receptor em um lugar conveniente, realizando e expandindo a comunicação na região.

Nos últimos anos da década estudada, foram incluídas aos passeios na zona urbana 1906 metros de guias e 263 de sarjetas para o escoamento das águas pluviais. Construções como a dos dois pontilhões no Rio Mandu, ligariam a cidade aos bairros do “Pantano” e “Sertãozinho”,

256 *Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1904-1913*, Sessão ordinária de 06 de Fevereiro de 1907, p.142. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

e foram reparadas as pontes das estradas que vão para o bairro dos Afonsos e distrito do Congonhal, como também retocados os aterros do caminho que vai ter a Sant'Anna do Sapucahy. O abastecimento de água na cidade foi ampliado, atendendo quase toda a população. Em relação aos espaços e prédios públicos,

Theatro Municipal: Foram terminadas as obras de reconstrução e embelezamento do teatro municipal, tendo sido feitos o passeio e dois pequenos jardins lateraes contíguos ao edificio; **Parque Municipal:** No antigo Largo do Rosário, conforme a autorização que me concedestes, foi no exercício que acaba de findar, feito o Parque Municipal, cujo estylo obedeceu à organização esthética de seus congêneres, nas grandes cidades, tendo as suas ruas macadomisadas e profusa arborização de diversas espécimens de nossa riquíssima flora. Seja-me lícito em nome do município patentear os meus agradecimentos ao Exmo. Dr. Porfirio Machado pelo eficaz auxílio que gentilmente dispensou à direcção e feitura do “Parque”; **Mercado:** Em cumprimento, também da vossa autorização- aumentei o mercado municipal, já tendo sido construída uma de suas fachadas, não tendo podido realizar o augmento, que julgo necessário, para o lado da “Praça Quinze de Novembro”, obstado pela presente estação chuvosa. A parte construída foi feita com toda a solidez, obedecendo à moderna architettura, de accordo com a planta gentilmente offerecida a esta municipalidade pelo hábil architetto austriaco Sr. José Piffer; **Casa de Caridade:** Foram feitos os serviços de installação sanitária d’esse Pio Estabelecimento, os quaes foram-me autorizados por vós, concorrendo também a Câmara regularmente com a quota ao mesmo destinado, consignada no orçamento.²⁵⁷

Estas foram as principais obras realizadas nos últimos anos da década de 1910. A criação de uma escola pública e a canalização de água potável e rede de esgotos na cidade²⁵⁸, apesar de terem sido iniciados nos anos finais deste decênio, serão concluídas nos próximos anos. A construção de um novo Grupo escolar sob os auspícios do estado acompanhava dinâmica de criação e reformas de ensino que estavam sendo se realizadas a partir de 1906, a chamada “Reforma João Pinheiro”, como parte do projeto republicano em oposição à monarquia que se instaurava no Brasil. Os grupos escolares deveriam funcionar em prédios próprios, os melhores da cidade, sendo adaptados para os fins educacionais, iniciando no estado, segundo Faria Filho²⁵⁹, “a mu-

257 *Relatório para o ano de 1908.* Pouso Alegre, 12 de janeiro de 1909. Coleção Documentos soltos. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

258 Este projeto já estava sendo tramitado na Câmara Municipal desde 1909. No relatório para este mesmo ano, o chefe do executivo se refere a um empréstimo que foi autorizado, mas não feito para a canalização de um rio. Já a discussão volta a ser feita em 1911, por meio do Projeto nº 3: “*Artigo 1º: É o Presidente da Câmara auctorizado a entrar em acordo com o Estado para, por intermédio desta, realizar neste município obras de saneamento e outros melhoramentos de real necessidades, os quais abastecimento de água, rede de esgotos e encampação da força elétrica*”. No decorrer da documentação, a lei deixa bem claro que as obras somente poderiam ter início a partir do momento em que fosse liberado o empréstimo, sendo realizada no percurso desta década. Cf. *Projecto de Lei nº3*, Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1911. Coleção Documentos Soltos. Disponível no Arquivo Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

259 Cf.: FILHO, Luciano Mendes de Faria. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República.* Passo Fundo, RS: UPF. 2000, p. 38.

dança das escolas dos pardieiros para os palácios”. Tendo como base o decreto n. 1960 de 16 de Dezembro de 1906²⁶⁰, conforme o disposto no artigo 22 combinando com o artigo 45, é criado o Grupo Escolar na cidade de Pouso Alegre em 23 de Março de 1909, mediante o decreto n. 2480 sancionado pelo então presidente do Estado Estevão Magalhães Pinto. Até então, a cidade possuía como centros educacionais o Seminário Diocesano, Colégio Diocesano São José (para meninos) e o Colégio da Visitação (para meninas), de confissão católica, atendiam os filhos de membros da elite local e de outras cidades²⁶¹, além de professores que eram pagos pelo município e ministravam aulas em suas casas²⁶². O recém-criado grupo escolar atenderia as crianças mais necessitadas da cidade, em comunhão com o programa educacional estabelecido em Minas. Sua construção iniciou-se no mesmo ano sendo concluído apenas em 1912. Como estava previsto no decreto para a criação de grupos escolares, o governo do estado não arcaria com o valor total das obras executadas, contribuindo apenas com algumas quantias mensais, como podemos observar na fala do chefe do executivo para o ano de 1911 presente no Relatório, em que “do Governo do Estado recebi a importância de 6:000\$000, primeira prestação do auxílio ao Grupo Escolar desta cidade, cuja quantia, conforme autorização do mesmo, entreguei à comissão constructora, que já deu inicio aos trabalhos do Grupo”²⁶³. Com auxílio limitado do governo, criou-se a “Caixa Escolar de Pouso Alegre” presidida pelo Monsenhor Antônio Furtado de Mendonça, no intuito de auxiliar as crianças pobres que ali estudavam. Percebemos a influência da Igreja Católica nesta instituição, pois na mesma eram ministradas aulas de ensino religioso e inspecionada pelo Cura da Catedral local²⁶⁴.

Imagem 07: Grupo Escolar de Pouso Alegre

260 **Artigo 22:** Poderão, porém, ser creados grupos escolares nas localidades onde a população escolar for suficiente para a instalação, no mínimo, de quatro escolas com a matricula de alunos exigidas pelo art. 81(mínimo 45 alunos matriculados), na parte que se refere às escolas de cidade. **Parágrafo único:** Neste caso serão organizados com tantas escolas mixtas quantas forem necessárias, preferindo-se para estas os alunos dos anos inferiores. **Artigo 45:** Na execução de seu plano de ensino, o governo, para a instituição de escolas de qualquer espécie, grupos escolares, etc., dará preferências às localidades que o auxiliarem eficazmente já por somas em dinheiro, já por dadivas de prédios, terrenos ou materiais. *Collecção da Leis e decretos* do Estado de Minas Geraes. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas Gerais, 1906, p. 156.

261 Nomes como Menotti del Pichia e Guilherme de Almeida (poetas e literatos), Plinio Salgado (idealizador do partido Integralista no Brasil) e Aureliano Chaves (politico) estudaram no Colégio São José em Pouso Alegre.

262 No livro de receitas e despesas da Câmara Municipal encontramos a seguinte rubrica: “*Importância paga a Felizardo José de Souza de seu ordenado como professor de 04 de novembro a 04 de dezembro-50\$000. Receitas e Despesas da Câmara Municipal de Pouso Alegre*, Livro 43, 1905, p. 02. Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

263 *Relatório do Chefe do Executivo à Câmara Municipal de Pouso Alegre*, 1911. Coleção Documentos Soltos, acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

264 Cf. *Pouso Alegre* e seus institutos de ensino e de caridade. São Paulo: Oficina Gráfica Ave Maria, 1941, p. 39.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo

Ao longo das quatro décadas estudadas percebemos que Pouso Alegre passou por relevantes transformações em sua estrutura urbana. As atas da Câmara Municipal, os documentos soltos do legislativo, periódicos e memorialistas nos detalham muito bem a respeito destes trabalhos exercidos em benefício da construção e melhoramentos do espaço urbano local. Como são extensas as atas do poder legislativo e a documentação pública, selecionamos aquelas que julgamos conter as principais informações sobre os principais acontecimentos para a formação da cidade, traçando um perfil para cada década que estudamos.

O conserto de estradas, a organização de ruas e praças, construção de prédios públicos em um breve período da transição para o século XX demonstrava o caráter da dinâmica econômica local, a municipalidade assumiu estes empreendimentos, o que em outras cidades da região observamos terem sido empreendidas por personalidades locais. O início do funcionamento de meio de transporte feito por bondes, a inserção da energia elétrica e a instalação de linhas telefônicas trouxeram inúmeros benefícios para o município de Pouso Alegre, sendo importantes marcas das melhorias urbanísticas realizadas no período estudado. Os financiamentos destas obras geralmente eram feitos com verbas dispendidas pelo estado ou pela própria Câmara Municipal. Com o levantamento feito destas quatro décadas podemos perceber as transformações realizadas no espaço público, sejam elas estruturais, sociais e econômicas características estas que inseriram Pouso Alegre, a seu modo, na dinâmica de transformações que estavam ocorrendo a nível regional e nacional. Estes empreendimentos possibilitavam que o projeto de urbanização local avançasse, e “*ao se modernizar estimulou que sua sede atraísse novos cidadãos, tornando-se, assim, a maior cidade da região nos anos 1920*”²⁶⁵.

Nos aspectos econômicos, por meio do estudo dos livros de receitas e despesas, identificamos por intermédio das diversas rubricas durante as décadas estudadas a pujança do comércio

265 VALE, Fernando Henrique; SAES, Alexandre Macchione; CARVALHO, Rafaela Rodrigues da Silva. *Pouso Alegre: uma economia de abastecimento numa sociedade exportadora (1880-1920)*. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. *Sul de Minas em urbanização: modernização urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016, p. 309.

no município. Os impostos cobrados correspondiam às casas comerciais presentes e as rendas obtidas no Mercado local, os quais forneciam produtos abastecendo os distritos e as regiões próximas que se dedicavam a produção cafeeira. Sendo assim, reforçamos a nossa tese de que a economia de Pouso Alegre, diferentemente de outras regiões que aderiram à produção do café, manteve-se como importante produtora de bens voltados ao abastecimento, ao circuito mercantil regional com produtos como milho, arroz e feijão e a riqueza urbana local se fortaleceu com o crescimento do comércio e dos investimentos empreendidos pela municipalidade.

3

Evolução e valorização do espaço urbano: uma análise dos Registros de Imóveis



Neste capítulo, trataremos da valorização do espaço urbano e rural, podendo observar a transformação espacial do núcleo citadino e municipal. O memorialista Amadeu de Queiroz²⁶⁶ nos dá uma visão da cidade da época de sua infância, correspondendo o período inicial de nossos estudos. Nesta época, o alto das Cruzes²⁶⁷ abrigava o cemitério local e uma capela próxima a um cruzeiro antigo fincado no chão, e “na chapada do monte, ajuntavam-se entre matos rasteiros as espeluncas e casebres das Cruzes, bairro de caboclos, negros, perdidas, pinga e desordem”²⁶⁸. Descendo pela via principal, chamada de Rua do Morro²⁶⁹, a qual dava acesso à região central da cidade, encontrava-se o espaço denominado de Largo do Mercado, por ali se concentrar o comércio local de gêneros de primeira necessidade, e o Largo da Matriz, “arborizados de cinamomos

266 O livro *Memórias- Dos 7 aos 77*, é uma autobiografia de Amadeu de Queiroz em que retrata bem a sua trajetória de vida, cuja infância e juventude passadas em Pouso Alegre. Na obra, são relatados diversos detalhes ligados aos costumes da época e a realidade espacial da época.

267 Localidade em que atualmente é situado o bairro Santo Antônio e o centro do poder administrativo da cidade.

268 QUEIROZ, Amadeu. *Memórias dos 7 ao 77*. São Paulo: Editora Cupolo, 1956, p. 11.

269 Atuais Praça Garcia Coutinho e Avenida Getúlio Vargas.

*e casuarinas (...) fechada ao fundo pela velha igreja de taipas*²⁷⁰. Aqueles que habitavam estas regiões, membros da elite e da classe média local, eram caracterizados por possuírem escravos, terem alguma vaca leiteira e poucas criações. Percorrendo o núcleo central em direção a região sul da cidade, estabelecia-se a Rua do Imperador, o Largo da Cadeia seguindo até a Rua da Ponte²⁷¹, “*onde ficavam as melhores casas e residiam os mandantes e possidentes, os juizes, o vigário, o médico a gente do Fóro e da Câmara (...) a Matriz, o bilhar, o mercado, o teatro e o Curral do Conselho*”²⁷². Partindo para a região leste, encontrava-se um aterro denominado Rua dos Coqueiros, seguindo pelo Morro da Outra Banda por “*uma rua semiestrada, formando com a sua fileira de miseráveis casebres*”²⁷³ até culminar ao Bairro das Taipas²⁷⁴. A região oeste, conhecida por bairro do Rosário²⁷⁵, possuía ao seu centro um largo com diversas espécies de arvoredos, uma capela e próximo a Casa de Misericórdia. Segundo Amadeu de Queiroz, havia uma divisão entre aqueles que habitavam os arredores do Rosário e os moradores do Largo, separados por um córrego, que segundo o autor, “o divisor de classes”:

Os habitantes do Largo, miolo da sociedade, gente de sapatos, bailes, pianos, jogos de prendas e roupas de alfaiate, afastavam-se afetadamente do povinho do Rosário. O povinho era a casca anônima da população: pedreiros e costureiras, vadios e engomadeiras, lavadeiras e toda a sorte de gente que vive do trabalho vário e miúdo. Numerosa gentinha, pobre e desarrumada, infalível em festas de rua e circo de cavalinhos, que não mandava nem era mandada²⁷⁶.

Percorremos por uma breve explanação da constituição espacial urbana de Pouso Alegre das primeiras décadas de nosso estudo por meio do ponto de vista e das memórias de uma pessoa que vivenciou este tempo. É interessante notar que não há referências em seus escritos sobre o meio rural, talvez por não ter obtido acesso pelo distanciamento e a escassez de meios de transportes na época, sendo os mesmos feitos a cavalo ou carroças. Para uma análise mais profunda referente à constituição do espaço urbano em Pouso Alegre, trabalharemos os registros

270 QUEIROZ, Amadeu de. *Dos 7 aos 77: Recordações e comentários 1880-1950*. São Paulo: Editora Cupolo, 1956, p. 11. Neste trecho encontramos duas palavras muito utilizadas na época, achando necessário esclarecer seus significados. Os cinamomos e casuarinas eram dois tipos de árvores de ornamentação. O *Cinamomo* é um tipo de arbusto de canella aromática. Já a *Casuarina* é uma árvore de grande porte caracterizada pela madeira de tom avermelhado, pela casca tanífera e pela boa qualidade de sua lenha. Cf.: PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832, p. 273. MICHAELIS. *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. 13ª Impressão. São Paulo, 2007, p. 450.

271 Respectivamente a Avenida Doutor Lisboa, cujo largo não existe mais desde a década de 1930, e a Avenida Olavo Gomes de Oliveira, bairro São Geraldo, cortada pela ponte sobre o Rio Mandú.

272 QUEIROZ, Amadeu. *Memórias dos 7 ao 77*. São Paulo: Editora Cupolo, 1956, p. 12.

273 Idem.

274 Atual Rua Comendador José Garcia.

275 Região em que atualmente abriga a Praça João Pinheiro e adjacências.

276 QUEIROZ, Amadeu de. *Memórias dos 7 aos 77*. São Paulo: Editora Cupolo, 1956, p. 13-14.

de imóveis local, o que nos ajudará a ter uma visão dos dois espaços. Este corpus documental²⁷⁷ é ainda pouco trabalhado pelos historiadores como forma de análise, por diversas razões, entre elas a dificuldade enfrentada ao acesso, pois se encontram geralmente em Cartórios de Registros locais. Mas quando nos é permitido ter o contato com estes registros, percebemos a riqueza de informações que podemos extrair, como a estrutura da riqueza local, a valorização e formação espacial local constituída durante os anos.

A prática de registrarem-se imóveis no Brasil surge timidamente na primeira metade do século XIX por meio da lei que colocava em prática o registro de hipotecas²⁷⁸. No entanto, com os regulamentos 1.318 de 30 de Janeiro de 1854 e 3.453 de 26 de Abril de 1865 tornava-se oficial a criação do Registro Geral²⁷⁹, como prática oficial “*abrangendo a inscrição de hipotecas convencionais e legais especializadas, lado a lado com as transcrições dos títulos translativos da propriedade por entre vivos, ou constitutivo de ônus real*”²⁸⁰. A transcrição dos imóveis tornou-se algo importante para a realização da transmissão dos mesmos.

No município de Pouso Alegre, o ato de assentamento de alguma propriedade iniciou-se no ano de 1855 por meio do Registro de terras. Esta prática era realizada pelo vigário local²⁸¹, procurando caracterizar a finalidade das terras (*huma fazenda de terras de culturas e campos de criar...*), a localização e os limites, a procedência anterior e o valor pela qual foi adquirida.

277 Feito um breve levantamento, constatamos que este tipo de registro é mais trabalhado por pesquisadores da área de direito, negócios imobiliários ou até mesmo para se fazer uma construção histórica a respeito da constituição destes registros.

278 A Lei nº 317 de 21 de outubro de 1843 fixava as despesas e orçava as receitas do Império para os exercícios de 1843-1844 e 1844-1845. No artigo 35 encontramos a seguinte cláusula: “*Fica creado um Registro Geral de hypothecas, nos lugares e pelo modo que o Governo estabelecer nos seus regulamentos*”. *Collecção das Leis do Império do Brasil* de 1843. Tomo V, parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867, p. 63. Já o Decreto de 14 de novembro de 1846 estabeleceu o Registro Geral das hipotecas, executando o que se instituiu no artigo citado acima. Cf: *Collecção das Leis do Império do Brasil* de 1846. Tomo IX, parte II. Decreto nº 482 de 14 de novembro de 1846- Estabelece o Regulamento para o Registro geral das hipotecas. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1847, p. 153.

279 Antes mesmo de ser regulamentada a prática de registros de imóveis por oficiais de cartórios, era comum se registrar as propriedades. A responsabilidade cabia ao vigário da igreja local, possuindo caráter meramente declaratório, com a finalidade de discriminar o público do particular. Podemos também afirmar que a Lei de Terras de 1850 no Brasil tornou-se uma forma inicial de registro de propriedade imóvel. Cf.: LOUREIRO, Waldemar. *Registros de propriedade imóvel*, vol. 1, 6ªEd. Rio de Janeiro: Editoria Forense, 1968, pp. 20-30.

280 LAGO, Ivan Jacopetti do Lago. *História da publicidade imobiliária no Brasil*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2008, p. 52.

281 O livro de registro de terras do município de Pouso Alegre contém 430 notações. A atribuição do vigário local a esta prática é notada na nota de abertura do livro: “*Há de servir este Livro para o Registro das Terras possuidas nesta Paróchia de Pouso Alegre em virtude da Lei 601 de 18 de setembro de 1850. Este livro vai (...) numerado e rubricado com a minha rubrica que deve Teixeira de Andrade tendo no fim o termo de encerramento. Pouso Alegre, 01 de junho de 1854. O Vigário Barnabé Teixeira de Andrade*”. *Livro de Registros de Terras do Município de Pouso Alegre, 1854*, termo de abertura. Disponível no acervo do Arquivo Público Mineiro.

Contudo, as primeiras notações de imóveis²⁸² realizadas por um cartório oficial transcorreu no dia 20 de Maio 1869, atestando sobre uma propriedade rural na *Ponte do Sapucahy* na freguesia de Sant'Anna, transmitida por Pedro Augusto Vieira, residente na cidade do Rio de Janeiro a Vicente de Brito, morador local, assim escriturada:

Huma fazenda denominada Ponte do Sapucahy, conta com quatrocentos e setenta alqueires mais ou menos comprada pela quantia de doze contos de réis por escriptura pública passada pelo escrivão João Rodrigues de Oliveira na data de sete de março de 1869 com todas as benfeitorias, no valor de £941,10 (12:000\$000). Luiz Rodrigues de Miranda²⁸³.

No final desta mesma década foram escriturados pelo oficial responsável por esta prática oito registros, sendo dois imóveis no distrito de Sant'Anna do Sapucaí (fazendo parte da zona rural, uma fazenda e duas casas- parte da sede de outra propriedade) e sete em Pouso Alegre (sendo três propriedades na zona urbana- moradas de casas- e duas na zona rural- parte de terras).

Esses tipos de registros nos informam detalhadamente sobre as propriedades rurais e urbanas que eram inscritas no cartório. O assentamento era feito em um livro específico dividido em colunas com as seguintes informações: *Número de ordem e data*, espaços em que se ordenavam os registros de acordo com o dia e o mês que eram assentados; *Freguezia do Imóvel*, localização em que se encontrava a propriedade; *Denominação, ou rua e número do imóvel*, caracterizava a natureza do imóvel (se o mesmo era rural ou urbano), descrevendo a sua localização (distrito ou bairro) e o seu logradouro; *Nome do Proprietário e do Adquirente*, registrando o nome daquele que vende, compra, ou faz doação de uma propriedade. Em determinados anos, percebemos nos registros de Pouso Alegre o costume de ser mencionado o nome da esposa/marido e a profissão de ambos; *Característica*, coluna esta em que se descrevia o imóvel como se encontrava, se fosse terreno, colocando suas medidas e divisas e se possuísse uma construção, detalhando suas medidas, como era construído, o material utilizado, entre outras informações precisas; *Ônus ou Título*, especifica-se aí a natureza da aquisição do bem (compra, compra/venda, compra condicional, fiança, permuta, doação, doação in solutem²⁸⁴, carta de adjudicação²⁸⁵, demarcação de bens, herança, cessão de direitos hereditários ou arrematação); *Título do ônus ou forma do título*,

282 Os primeiros registros em Pouso Alegre nos livros que se encontram em posse do Cartório Amaral foram realizados pelo Oficial Luiz Rodrigues de Miranda, designado por portaria Imperial de 22 de setembro de 1868. Cf. *Noticiador de Minas*, 21 de janeiro, Ano II, nº 62, 1869, Capa. A instalação de um cartório oficial na cidade ocorreu em 11 de janeiro de 1917 sendo dirigida até os dias atuais por oficiais pertencentes a família Amaral.

283 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo 01, p. 01. Disponível no acervo do Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, Mg, digitalizado pelo pesquisador no ano de 2016.

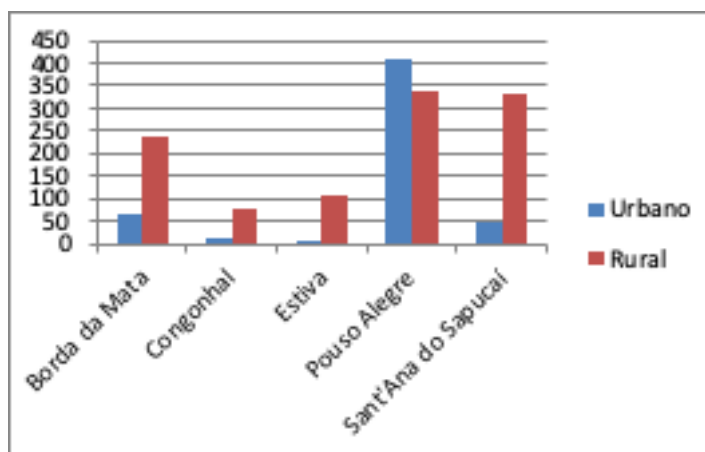
284 Pode ser denominado também como dação em pagamento (ou do latim: *datio in solutum*). Segundo o dicionário jurídico, é aquela em que, com o consentimento do credor, é permitido ao devedor a substituição financeira por uma determinada coisa como pagamento de dívida. SANTOS, Washington dos. *Dicionário Jurídico Brasileiro*. Belo Horizonte: Livraria del Rey Editora, 2001, p. 69.

285 O termo adjudicação se refere ao ato de transferir àquele que promoveu a execução judicial os bens penhorados, ou os respectivos rendimentos, para pagamento de seu crédito. *Dicionário Jurídico Brasileiro*. Belo Horizonte: Livraria del Rey Editora, 2001, p. 31

geralmente se registrava de forma pública ou particular, apropriação, carta de arrematação, carta de adjudicação, forma de partilha ou certidão de pagamento; e por fim as *Averbações*, local este à margem de um título ou registro de alguma coisa inerente a ele. Assim eram registrados os imóveis em livros que se encontram arquivados nos cartórios.

Por meio de uma análise geral²⁸⁶ tomando como base o objeto de nossa pesquisa, o município de Pouso Alegre, percebemos durante as décadas estudadas, que os imóveis rurais eram mais transacionados nos distritos, enquanto que os urbanos tomam destaque na sede do município, como podemos observar no gráfico abaixo:

Gráfico 09: Imóveis Rurais e Urbanos por localidade (1870-1910)



Fonte: Dados estimados a partir dos Registros de Imóveis do Município de Pouso Alegre. Acervo do Cartório Oficial do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, Mg

Mesmo nosso olhar estando voltado para o desenvolvimento e transformações do espaço citadino, da dinâmica do comércio e dos serviços públicos, como foi abordado no capítulo anterior, ressaltamos a importância do campo, lugar este em que se destinavam os maiores investimentos da elite. Por mais que no decorrer de nosso trabalho, delimitamos a economia em rural e urbano, percebemos que as duas formas se desenvolveram em conjunto. Autores como Castells²⁸⁷ e Wanderley²⁸⁸ afirmam que entre estas duas categorias existem um *continuum*, relações de aproximação e integração, e principalmente não anulando a presença do rural. Por meio da

286 Em Pouso Alegre, sede do município, e no distrito de Sant'Ana do Sapucaí, os registros de transações (presentes no cartório pesquisado) tiveram início no ano de 1869. Nos distritos Borda da Mata e Estiva a datar de 1874; e em Congonhal a partir de 1881. Encontramos registros de outras localidades como: Ouro Fino, Jacutinga, Bueno Brandão, Monte Sião, Ouros, Cachoeiras e Bom Retiro, localidades estas que pertenciam a Pouso Alegre no período que corresponde aos anos iniciais de nossa pesquisa. Jaguaray, Vargem Grande e Itajubá compunham a Comarca do Jaguaray, a qual era sediada nesta época por Pouso Alegre.

287 WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas- o "rural" como espaço singular e ator coletivo. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº 15, edição de outubro. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2000, p. 87-145.

288 CASTELLS, Manuel. *Problemas de investigação em sociologia urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

análise das fontes, percebemos que algumas pessoas, em geral membros da elite, possuíam propriedades na cidade e no campo, conciliando a vida urbana com a produção rural pertencente às suas propriedades.

Nossa proposta neste capítulo é analisar a questão das transformações ocorridas nas áreas rurais e urbanas, tendo em vista a sede do município e seus distritos, e por meio das transações feitas durante o período estudado teremos ideia das características dos imóveis, da localidade mais valorizada e até mesmo de quem estava investindo. Neste sentido voltaremos nosso olhar para o perfil dos sujeitos que estavam transacionando imóveis e seus investimentos, a finalidade do uso destes espaços para um determinado perfil econômico e o tipo de imóvel existente, podendo constatar qual espaço estava sendo valorizado em determinada época. Para o estudo dos imóveis urbanos, concentraremos nosso olhar para a sede do município, analisando separadamente dos distritos, podendo ser observadas questões como modificações do espaço urbano, crescimento da cidade durante as décadas e valorizações de um determinado espaço, os diversos usos do imóvel e se houve um deslocamento significativo do meio rural para a cidade, configurando novas dinâmicas para Pouso Alegre.

Características dos imóveis urbanos e rurais presentes no município de Pouso Alegre

O corpus documental composto pelos registros de imóveis nos trazem diversas informações sobre as propriedades registradas, sejam elas rurais ou urbanas, indicando diversos aspectos referentes ao período estudado, como o perfil das pessoas que estavam operando as transações e o contexto espacial que estava sendo sistematizado. A fonte de informações que obtemos para as quatro décadas que se concentra nosso estudo é composta por 2025 registros²⁸⁹ agrupados nos livros cartoriais da Comarca de Pouso Alegre. Por meio de informações como o nome do comprador e devedor e o valor da transação, podemos avaliar a dinâmica dos negócios que foram feitos ao longo do período estudado e qual setor estava sendo mais investida, a concentração de propriedades e suas finalidades.

A partir da segunda metade década de 1890, mais especificamente em 1897, os documentos detalham a profissão ou os ofícios daqueles que estavam transacionando imóveis. Das atividades exercidas no município, podemos destacar: lavradores, comerciantes, capitalistas, proprietários, fazendeiros, membros da igreja católica (padres e bispos), médicos, engenheiros, professores, arquitetos, artistas, entre outros ofícios presentes no cotidiano da sociedade²⁹⁰. As pessoas que possuíam certo destaque ou influência no corpo social eram caracterizadas pelos títulos que comumente apareciam

289 Foram analisados 1675 registros de imóveis pertencentes ao município de Pouso Alegre (Distrito da Borda da Mata- 310, Distrito de São José do Congonhal- 91, Distrito de Nossa Senhora da Estiva- 115, Distrito de Sant'Ana do Sapucaí- 380, Pouso Alegre- 779). As outras 350 anotações de imóveis registrados no primeiro livro são de cidades que pertenciam a Comarca de Jaguary, pertencentes aos termos de Pouso Alegre e Jaguary (Jacutinga- 95, Ouro Fino- 82, Jaguary- 79, Campo Mystico- 30, Monte Sião- 18, Cambuhy- 16, Santa Rita de Extrema- 16, Vargem Grande- 4, Itajubá- 2, São João Batista das Cachoeiras- 2, São José de Toledo- 2, Santa Rita- 1, São José do Paraíso- 1, Ouros 1, e São Gonçalo- 1).

290 Entre estes ofícios damos destaque aos carpinteiros, pedreiros, empreiteiros, marceneiros, ourives, jornalistas, jornaleiros, alfaiates, sapateiros, seleiros, costureiras e aqueles que se dedicavam aos serviços domésticos.

nos registros, como: Coronel, Capitão e Major. Estes cidadãos possuidores de títulos²⁹¹ ocupavam certo lugar de destaque na cidade, ora exercendo cargos políticos (presidente da Câmara ou vereador) e administrativos (Justiça- Juiz de direito, Juiz Municipal de órfãos, Curador, Escrivão, Oficial e Suplentes-, Polícia- Delegado, Escrivão, Carcereiros e suplentes-, Coletoria- Coletor Geral e Provincial- e Correio). Poderiam ocupar também cargos na Instrução Pública e Particular, ou serem negociantes, fazendeiros e capitalistas, pessoas estas que faziam parte da elite local ou possuíam uma renda financeira significativa. Analisando as décadas estudadas por meio da documentação, temos a seguinte ordem de transações feitas por pessoas que exerciam diversos tipos de atividades, tanto no meio urbano como no rural, como nos mostra a tabela abaixo:

Tabela 06: Transações feitas por pessoas identificadas por diversos ramos de atividades e instituições, 1896-1910

Atividades²⁹²	Adquirente	Transmissor
Lavradores	570	527
Comerciantes	222	188
Ofícios Diversos	51	57
Proprietários	20	63
Fazendeiros	05	05
Capitalistas	09	04
Profissionais Liberais	24	14
Instituição Pública	09	-
Instituição Eclesial	15	05

Fonte: Livro de Registros de Imóveis da Comarca de Pouso Alegre. Disponível no Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral)- Pouso Alegre, Mg

A predominância das transações realizadas no município que se encontram descritas nos livros de registros foram feitas por lavradores e comerciantes, correspondendo a 93% daqueles que movimentavam os negócios de imóveis. Contudo, a série documental das décadas estudadas nos mostra, que em relação ao município, a dinâmica transacional se dava principalmente no

291 No Almanaque Sul Mineiro (1874/1884), ao encerrar a sessão em que se trata da história de uma certa cidade ou distrito, encontramos a relação completa dos cargos exercidos em cada localidade, o nome completo das pessoas e os títulos que possuíam.

292 Relacionamos como Ofícios diversos as seguintes atividades realizadas: Alfaiates, artistas, carpinteiro, costureira, empreiteiro, empregados públicos, ferreiro, industriais, jornalista, jornaleiros, marceneiro, oleiro, ourives, pedreiro, sapateiro, serviços domésticos e serralheiros. Como Profissionais liberais, denominamos as seguintes atividades exercidas: Advogado, arquiteto, dentista, engenheiro, magistrados, médicos, professores e tabeliães. Por Instituição Pública agrupamos os bens do Governo do Estado de Minas Gerais e da cidade de Pouso Alegre, como também aqueles adquiridos por empresários para o fornecimento de algum serviço público, como no caso do fornecimento de energia elétrica. A Instituição Eclesial é representada pelos bens transacionados pela Diocese, paróquias, padres e bispos.

meio rural²⁹³, sendo observada uma elevação considerável na década de 1890, pelo fato do surgimento de novos distritos, como no caso de Congonhal, com sua elevação a condição distrital no ano de 1880, passa a registrar oficialmente seus imóveis. Não podemos deixar de lado o crescimento de aquisições e vendas de imóveis urbanos, que com o trânsito das décadas se elevaram no município como um todo, como podemos constatar no gráfico abaixo, que nos mostra as tendências presentes em cada década:

Gráfico 10: Registros de Imóveis realizados no município por década

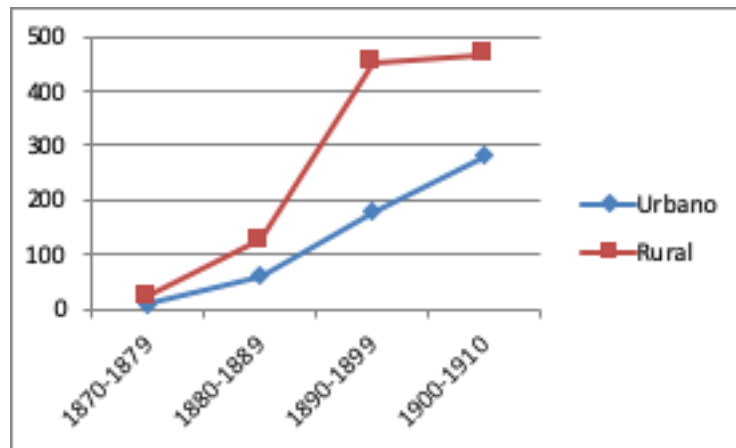


Gráfico elaborado a partir da documentação Disponível no Acervo do Cartório Oficial do Registro de Imóveis (Cartório Amaral)- Pouso Alegre, Mg

Por meio do gráfico 02, constatamos o crescimento de negócios imobiliários em ambos espaços, principalmente entre as décadas de 1870 e 1890, quando o número de transações de imóveis rurais passa de 128 para 453, e as propriedades urbanas de 62 para 179. Com a abolição da escravidão no Brasil, os investimentos passam a se direcionar para outros tipos de bens, e um desses seria o mercado imobiliário. No início do século XX, observamos que o movimento de transações sofre alterações, enquanto que no espaço rural há uma estagnação das transações de imóveis, o movimento referente as propriedades urbanas continuam em constante crescimento (de 179 transações feitas na última década, na transição para o século XX, este número passa

293 Por meio da análise do corpus documental constante dos registros de imóveis, percebemos que os valores mencionados referentes ao meio rural eram maiores em relação aqueles que se localizavam no espaço urbano. Não por serem grandes propriedades rurais (fazendas) constantes de extensos hectares de terras, casas amplas, benfeitorias e por serem bem equipadas, mas a riqueza da sociedade no período que estudamos se concentrava na terra. Possuindo bens rurais, os membros da elite poderiam diversificar ainda mais sua riqueza, adquirindo também imóveis na área urbana, constituindo o seu patrimônio. Nos primeiros anos das décadas percebemos que as transações se davam mais no meio rural, e com o passar do tempo, o número referente aos imóveis urbanos aumentam, demonstrando a manutenção de imóveis nas duas áreas pela elite e a migração de mais pessoas do campo para a cidade.

para 281). Este fator nos leva a refletir sobre o processo de urbanização²⁹⁴ mais intenso em que as cidades estavam passando na mudança de século. A construção de praças, teatros, instalação de colégios e grupos escolares, abertura de ruas, o início de um projeto de saneamento, seguiam gradualmente as transformações ocorrida nos grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro. Em busca destas novas dinâmicas, os investimentos aumentam no meio citadino, lugar este em que se oferece padrões de consumos diferenciados.

Dentre as aquisições feitas por lavradores, constatamos que a maioria eram as propriedades rurais, caracterizadas por sorte, parte ou porção de terras, sítios ou fazendas, que poderiam ser em partes ou inteiras compostas de suas benfeitorias, sendo mais valorizadas que os imóveis urbanos²⁹⁵. No município de Pouso Alegre²⁹⁶, temos em grande número transações por sorte, partes e porções de terras, geralmente originárias das fazendas que eram divididas por herdeiros ou pelo proprietário que possuía uma grande quantidade de terras, constando de diversos valores, especificamente entre 20\$000 a 15:000\$000, dependendo da localização, da extensão e da composição das mesmas. As menos valorizadas, em grande parte dos registros, continham poucas informações, sendo subscritas como no exemplo do registro a seguir da aquisição feita pelo comerciante Coronel Octávio Meyer: “*Uma parte de terras no Cantagallo havidos por herança de Joao Evangelista de Freitas, pai da transmitente*”²⁹⁷, sendo transacionado na área rural de Pouso Alegre, no ano de 1910 pelo valor de £2,01 (30\$000 réis). Já na área rural do Distrito de Borda da Mata, na região conhecida como Copa do Mogy, a aquisição feita por Marcolino Meyer Teixeira no ano de 1901 consistia em:

Uma sorte de terras que foi desmembrada do sítio que fora hipotecado, com todas as benfeitorias constantes de casa de morada, coberta de telhas, forrada e assoalhada, com uma porta e três janelas envidraçadas, com moinho e monjolo, paiol e engenho com dependências e acessórios, menos tachos e alambiques, com dez mil pés de café aproximadamente. Seguem

294 Em relação ao processo de urbanização do Sul de Minas, os autores do capítulo afirmam que este movimento de urbanização teria sido conduzido também pelo estado, por meio de iniciativas municipais e estaduais, sendo que em alguns municípios existiam a participação, ainda que limitada, do grande capital local. SAES, Alexandre Macchione; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado; CURI, Luiz Felipe Bruzzi. O processo de urbanização no Sul de Minas em transição. In: *Sul de Minas em urbanização: modernização urbana no início do século XX*. São Paulo: Editora Alameda, 2016, p. 36.

295 Renato Marcondes e Jorge Henrique em um estudo sobre as transações de imóveis em Ribeirão Preto, nas décadas de 1870-1930, com foco no meio rural, compara os bens imóveis rurais com os urbanos, demonstrando que as transações que se referem ao meio rural “*representaram, em termos de valor real, para todo o período estudado, cerca de três quartos das negociações. O valor médio dessas escrituras atingiu quase quinze contos de réis para as escrituras urbanas, reforçando o caráter rural da sociedade daquela época. Essas diferenças de médias mostraram-se compreensíveis, dado que, no meio urbano, as negociações restringiam-se a casas e terrenos, e no meio rural, os negócios envolviam muitas vezes terras com mais de 100 alqueires e culturas valorizadas (...)*” (p. 273). MARCONDES, Renato Leite; OLIVEIRA, Jorge Henrique Caldeira de. *Trocando de mãos: o mercado de imóveis rurais em Ribeirão Preto (1874-1930)*. Revista Economia e Sociedade, v. 22, nº 1(47). Campinas: abril 2013, p. 263-285.

296 A tabela com a descrição das propriedades e porcentagens das mesmas se encontra em anexo.

297 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo III, p.117, reg. 1904. Disponível no Acervo do Cartório Oficial do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

as divisas: Principia no correguinho que vem do monjolo a frente da morada; segue por este acima até o alto e divisas das terras da Fazenda da Palma; volta a esquerda pelo espigão dividindo com terras que pertencem hoje ao Capitão Francisco M. da Costa, que foram de Antônio Garcia Machado, herdeiro do falecido Comendador José Garcia Machado, até as divisas das terras da Fazenda Bom Sucesso, aí, volta à esquerda, descendo e passando uma baixada e desta sobe a um espigão e desce pelo mesmo até o correguinho que nasce antes da Fazenda Bom Sucesso e que faz bacia ao Rio Mogy e por este segue até o ponto de partida²⁹⁸

O valor registrado desta propriedade era de £473,57 (10:000\$000 réis), devido a composição do imóvel, constando de casa acompanhadas de suas benfeitorias e uma área constante de um monjolo, paiol, engenho e uma lavoura de café. Notamos ser uma propriedade de grande extensão pelas divisas descritas. As partes de terras valorizadas acima de 1:000\$000 consistiam sempre de propriedades, plantações ou equipamentos, podendo conter uma ou mais quantidades de terras.

As fazendas e os sítios correspondiam 8% das transações no município de Pouso Alegre. Eram propriedades mais valorizadas, possuindo grandes extensões, muitas delas plantações, benfeitorias e bem equipadas. Os sítios registrados no período que estamos estudando possuíam valores entre 20\$000 a 106:000\$000 (correspondendo aos valores de £1,90 a £7.200,00 em libras esterlinas), nos chamando atenção a grande diferença em questão de números. O menor valor registrado (£1,88- 20\$000 réis) corresponde a uma transação de partes de terras²⁹⁹ no ano de 1890 no Borda da Mata. O livro de registros nos traz apenas as informações acerca do adquirente (João Pedro de Almeida) e do transmissor (Antônio Baptista de Almeida). Era comum, ao que percebemos durante a análise deste corpus documental, que quando se tratavam de pequenas propriedades, não se detalhasse o bem transmitido. A mais valorizada encontrada em nossa análise constava do valor de £7.100,88 (105:796\$000), propriedade adquirida por José Botelho do Couto, em sociedade com outras pessoas, residentes em Santa Rita de Caldas, no ano de 1910. Consistindo em sortes de terras pertencentes as fazendas do Barreiro e Pouso Frio, sendo composta por grandes proporções de terras (constando da junção de três fazendas) e uma casa de morada e benfeitorias na fazenda denominada Mata dos Chiqueiros. Pela descrição do registro³⁰⁰, observamos que seu território que se iniciava no Distrito de Congonhal, passava por terras, cruzando valos e morros, pertencentes ao distrito de Sant'Ana do Sapucaí.

A fazenda, no contexto do corpus documental analisado, era o imóvel mais valorizado, estando geralmente em posse de pessoas que faziam parte da elite, ou seja, os fazendeiros, grandes comerciantes, instituições (Governo do Estado e Igreja), médico, advogado, professor, político e até mesmo lavradores que ascendiam por meio de sua produção ou que formavam sociedades entre si. Este tipo de transação era realizado pelo sistema de compra e venda, por meio de escritura pública registrada por um tabelião, sendo a forma de pagamento sempre a vista. Temos presente nos registros para o município de Pouso Alegre, ou se referir a este grupo de proprie-

298 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo III, p.117, reg. 1904. Disponível no Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

299 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo I, p.50, reg. 629. Disponível no Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

300 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo III, p.47, reg. 1886. Disponível no Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

dades, valores transacionados em torno de 5:000\$000 a 105:000\$000 (em libras esterlinas, estes valores sofriam variações de £180,00 a £11,580). Dentre os valores inferiores, temos registrada a transação feita no ano de 1896 no Tijuco Preto, localizado no Distrito de Sant'Ana, pelo valor de £225,00 (6:000\$000 réis), consistindo apenas de uma casa e suas benfeitorias. Consta-se também nos registros a aquisição feita por um grupo de lavradores no distrito de Congonhal. A Fazenda do Cervo, em sua descrição, possuía uma grande extensão de terras, valorizadas em £3.753,75 (60:000\$000 réis), como podemos observar por meio da transcrição do documento:

Fazenda do Cervo que os transmitentes houveram por compra a Francisco Duarte, em pagamento na divisa da Fazenda das Palmeiras e por compra ao Dr. Gabriel Pereira da Silva, com todas as benfeitorias. Divisas: Principia no Ribeirão dos Metaes, na estrada que segue pelo ribeirão acima até a barra do córrego do Cervo de baixo, por este acima até onde começa um valo e banquetas até o espigão fazendo divisas com a Fazenda de Brumado, até encontrar o valo que divide com o mesmo Cervo, por ele abaixo voltando a esquerda até o Ribeirão dos Metaes; pelo ribeirão acima alagando todas as vertentes até na cabeceira; deste em rumo ao alto da serra dos Metaes; volta a esquerda até ganhar as vertentes do córrego d'Água Parada dividindo com José Lopes e Joao Messias, sempre pelo córrego abaixo até a estrada d'Água parada onde tem uma porteira, volta a esquerda pela estrada de Congonhal a Ouro Fino, e pelo Ribeirão dos Metaes onde principiou e finda. Ficando compreendidas na demarcação todas as benfeitorias que os transmitentes possuíam a esquerda da referida estrada³⁰¹

Eram nas fazendas que se concentravam geralmente uma determinada fonte de riqueza, por manter uma dinâmica em suas produções. Muitas delas possuíam campos de pastos para a criação, algum tipo de cultura, engenhos de moenda e monjolos. Pela diversificação da produção agrícola e pecuária no município de Pouso Alegre, não detectamos uma só cultura predominante³⁰², como era comum em diversas cidades da região do sul de Minas. Por meio da análise do corpus documental referente aos registros de imóveis nas décadas estudadas, em relação ao meio rural, os bens mais transacionados eram as partes, porções e sortes de terras, muitas delas com terras para cultivo, adquiridas por lavradores autônomos ou em grupos formando sociedades entre parceiros ou familiares, constituindo grande número de pequenas propriedades produtivas. Notamos também eram poucas as propriedades com grandes extensões de terras, as fazendas³⁰³,

301 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo III, p.102, reg. 2315. Disponível no Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

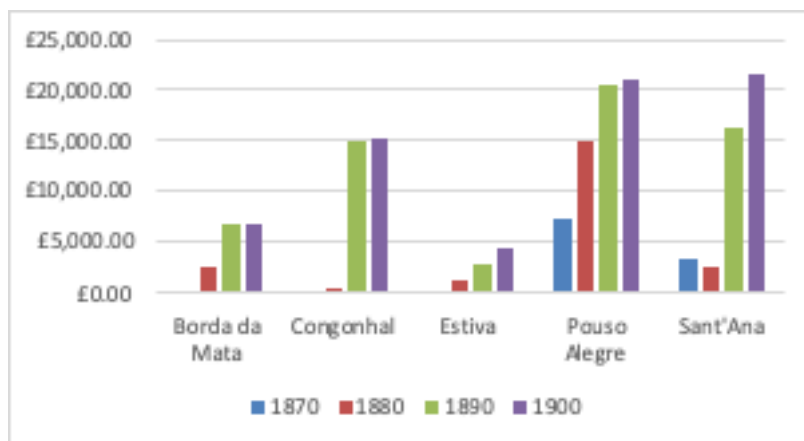
302 Percebemos essa diversificação nas culturas na leitura dos inventários, sendo que nosso próximo capítulo, ao discutir e examinar este corpus documental, faremos uma análise sobre cada ativo declarado nos inventários.

303 Dos 1112 registros de imóveis rurais, 96% correspondiam a sortes, partes ou pequenas porções de terras, enquanto que apenas 4% eram fazendas que possuíam maiores extensões de terras.

o que não era sinônimo de uma grande lavoura de produção³⁰⁴, sendo que muitas delas com o tempo foram divididas em decorrência de heranças e se tornaram partes de terras que foram transacionadas.

O gráfico abaixo nos traz informações sobre os valores investidos durante as décadas estudadas:

Gráfico 11: Valores totais de imóveis rurais transacionados por décadas (em libras esterlinas)



Fonte: Dados estimados a partir dos Registros de Imóveis do Município de Pouso Alegre. Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, Mg

Conforme o censo realizado nos primeiros anos da república³⁰⁵, 85% da população de Pouso Alegre estava localizada nos quatro distritos que constituíam o município, o que correspondia a 54% das transações de imóveis locais, sendo em sua maioria constituída no meio rural. De acordo com o gráfico, os maiores investimentos em imóveis rurais se encontravam na sede do município, sendo que o crescimento nas entre as décadas são similares. Na década de 1870, o dis-

304 No folheto publicado sobre o Congresso do Norte no ano de 1878, Henrique Augusto Milet apresenta a distinção entre “grande lavoura” e “grandes extensões de terras”, pelo fato de que um certo Sr. Sinimbu havia entendido que *grande lavoura* era sinônimo de *grande propriedade*. Não se conformando com esta distinção, Milet se refere sobre a proteção dos poderes públicos a grande lavoura e não às grandes extensões de terras, o que se torna fatores distintos. A grande lavoura seria, independente das grandes extensões de terras, não é apenas o cultivo massivo de uma só cultura, mas sim, o número de exportação que é realizada, prestando-se muito bem em pequenas propriedades. MILET, Henrique Augusto. *A lavoura da canna de assucar*. Pernambuco: Typographia do Jornal do Recife, 1881, p.59.

305 O Recenseamento de 1890 foi realizado utilizando-se boletins, ou listas de famílias, nos quais se perquiriam as condições da população: quanto às características dos habitantes isoladamente considerados – nome, sexo, idade, estado civil, cor, filiação, naturalidade, nacionalidade dos pais, defeitos físicos e residência; quanto à família – nome de cada um dos cônjuges, ano de casamento, número de matrimônios, grau de parentesco do casal e número de filhos vivos e já falecidos, segundo o sexo e também relativamente aos defeitos físicos; quanto à sociedade – nome, nacionalidade, relação com o chefe da casa, instrução, culto professado, profissão, título científico, literário ou artístico, e renda. Fonte: <http://memoria.ibge.gov.br/sin-teses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos.html>, acesso em 20/04/2017.

trito de Congonhal não havia sido oficializado, sendo que nos registros não encontramos alguma menção. Como Sant'Ana era um território mais antigo, nesta década havia mais transações feitas em comparação com os outros distritos, observando uma queda para a década seguinte. Os efeitos do encilhamento não influenciaram diretamente nas transações de imóveis rurais. Das décadas de 1880 a 1890, há um aumento nos valores de transações em toda região de Pouso Alegre que se mantém na transição para o século XX, sendo que apenas o distrito de Sant'Ana possui uma valorização neste período, acompanhando o capital de investimentos imobiliários da sede municipal. Na sessão abaixo acompanharemos a movimentação de investimentos realizados em cada uma das regiões que compõem o município de Pouso Alegre.

A Dinâmica de transações em cada distrito

Distrito de Borda da Mata

O distrito de Borda da Mata foi a primeira região a ser inserida nos territórios de Pouso Alegre, segundo consta a Lei nº 128 de 14 de março de 1838³⁰⁶, em que se desmembrava da região pertencente a Ouro Fino, passando a pertencer a Pouso Alegre na categoria distrital, possuindo a segunda maior concentração populacional do município³⁰⁷ correspondendo a 20,18% da população total. A dinâmica econômica e produtiva desta localidade estava em torno da fabricação de velas destinadas principalmente para Pouso Alegre e distritos, plantação de fumo e cana, o cultivo de milho em feijão nas várzeas e um cultivo expressivo de café (tendo em vista ser o único distrito em que encontramos a menção “cafezais” nos registros de imóveis para as décadas por nós analisadas). A criação de gado e suínos completavam a dinâmica produtiva do distrito de Borda da Mata³⁰⁸.

306 *Livro da Lei Mineira*, Lei nº 128 de 14 de março, tomo V, parte 1ª, folha nº 5, 1839.

307 A população constante para o distrito de Borda da Mata, de acordo com o censo de 1872, era de 5.563. Cf. *Recenseamento do Brasil em 1872- Minas Geraes II*, p. 604. Com o recenseamento de 1890, este número sobe para 8.066 habitantes. Cf. *Synopse do Recenseamento* de 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1900, p. 62.

308 BERTOLACCINI, João. *Borda da Mata e sua história*. Borda da Mata: Gráfica Imagem, 2000, p. 72-74.

Imagem 08: Distrito da Borda da Mata- Capela Nossa Senhora do Carmo, década de 20



Fonte: Disponível no site <http://www.portaldaborda.com.br/foto/fotos-antigas-de-borda-da-mata>, aceso em 22/11/2017.

Em relação as transações de imóveis feitas nesta localidade, grande parte se concentrava no meio rural, constantes de 238 registros inscritos. Destes, grande parte se concentrou nas negociações de “partes de terras”, valorizadas entre £1,40 a £1.150,00 (50\$000 a 10:000\$000 réis). Os valores mais altos se concentravam em mais de uma parte das terras, constante de benfeitorias, como pode-se observar no registro feito em 1894 em propriedade da Fazenda São Joaquim, adquirida a título de compra e venda no valor de £418,01 (10:000\$000) pelo lavrador José Francisco Pereira residente no mesmo distrito:

Duas partes de terras, casa, paiol, engenho, monjolo, rego d’água e todas as mais benfeitorias, sendo uma parte dividida, havida por compra Manoel Rodrigues Moreira e mulher e seus herdeiros e Maria Francisca de Oliveira. A outra parte é na mesma fazenda e em comum e da mesma procedência. Divisas: Principia na barra do Córrego do Jacú com o Córrego do Bexiguento, e por este acima até na cabeceira, desta em rumo dividindo com José Luclero de Camargo, até um pau de mico que se acha na beira do valo em divisa com Joaquim Lopes Pinheiro, e ao pé de cujo pau de mico acha-se uma cova, desta pelo valo acima dividindo com Joaquim Lopes Pinheiro até o espigão mais alto, deste pelo mesmo espigão abaixo, dividindo com José Caetano de Camargo, até o córrego do Jacú, e por este acima, divisando com o mesmo José Caetano, até a barra do córrego do mourão furado, deste a divisa pelo espigão acima, divisando com Manoel Rodrigues Moura, até uma cova, desta desce a esquerda dividindo com os vendedores, até a lavrado do referido córrego do mourão fundo, deste pelo córrego da barqueta acima, divisando com os mesmos vendedores até o espigão em divisa com José Nunes Garcia até o valinho do preto abaixo até o córrego do Jacú por este abaixo até o referido córrego e lavra do Bexiguento onde principiou e finda esta demarcação³⁰⁹.

309 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo II, p.31, reg. 1155. Disponível no Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

Já a de menor valor, registrada no ano de 1907 na região rural do Sertãozinho, constava apenas de meio alqueire das partes de terras adquirida pelo lavrador Domingos Luiz Pereira a título de compra e venda por £3,14 (50\$000), não possuindo nenhuma benfeitoria ou construção. As transações feitas a título de sorte e porção de terras e partes em fazenda englobavam parte significativa dos registros, podendo chegar a valores de 7:000\$000³¹⁰. Geralmente eram terrenos em que se constavam pastos, algum tipo de cultura produzida, casas de morada e benfeitorias adquiridos por lavradores, individuais ou em grupos e comerciantes locais. Na série documental, foram localizados apenas 5 registros para sítios constantes de casas e culturas, valorizados entre £49,66 a £193,53 (1:000\$000 a 5:000\$000 réis). As plantações que aparecem na maioria dos registros para os sítios eram as de café, como observamos na propriedade transacionada no ano de 1903, adquirida pelo Padre Letício Maria Loureiro a título de compra e venda, pelo valor de £49,66 (1:000\$000 réis):

Um pequeno sitio contendo um cafezal entregues com suas benfeitorias. Divisas: Principia em barra de um corguinho dividindo com terras de Antônio Correa e por este acima dividindo com o mesmo até o caminho que vae para o cafezal, abeirando pelo cafezal pelo fundo, volta a direita pelos fundos, dividindo sempre pelo rumo até os cortadores de café, deste subindo pelo mesmo café até o alto, sempre com o mesmo e deste volta a esquerda dividindo com terras dos filhos M. até encontrar as divisas de Sebastiao Ribeiro; daqui por um espigão abaixo até o fim do espigão, deste ao córrego por este abaixo até onde principiou.³¹¹

Quanto as fazendas, identificamos apenas 2 registros, sendo uma propriedade, em 1889, localizada na região da Palmeira do Ribeirão São Paulo no valor de £1.160,83 (10:534\$568 réis), constante de casa e culturas e, em 1909, no lugar denominado “Soares” vendida pelo valor de £438,98 (7:000\$000 réis) por José Machado Corrêa, comerciante na cidade do Rio de Janeiro ao lavrador João Batista do Nascimento, residente no mesmo distrito. Eram poucas propriedades registradas com grandes extensões de terras, o que caracterizava a presença massiva dos pequenos produtores rurais que exerciam atividades típicas voltadas para a subsistência.

Os primeiros imóveis urbanos registrados no distrito de Borda da Mata datam o ano de 1888, sendo duas casas no valor de £18,94 (180\$000 réis) transmitidas pelo Padre Letício Maria Loureiro. Durante as décadas empreendidas em nosso estudo foram inscritos 68 títulos, valorizados entre £1,95 a £202,00 (50\$000 a 5:000\$000 réis) e negociados em sua maioria entre lavradores e comerciantes. O que nos chama atenção é a figura do Padre Letício Maria Loureiro, sacerdote residente no distrito, durante 30 anos realizou oito transações de propriedades urbanas, em sua maioria de casas na região principal. As primeiras casas surgem no lugar denominado Largo da Matriz, região que para as décadas levantadas concentrou-se maior parte de propriedades registradas, sendo as mais valorizadas do local, tendo em vista a aquisição feita por Manoel Félix de Andrade, oriundo do mesmo distrito, constando de *“uma casa coberta de telhas, quintal, cercada de muros no largo, do lado esquerdo da Igreja Matriz (...) a uma rua que vae para Ouro*

310 Estes valores, dependendo da desvalorização da moeda, estavam em torno de £200,00 a £760,00 libras esterlinas.

311 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo III, p.16, reg. 2022. Disponível no Acervo do Cartório Oficial do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

Fino”³¹² no valor de £125,40 (3:000\$000 réis). A partir de 1897, novas ruas vão sendo habitadas, expandindo aos poucos a área do distrital. Nos subúrbios de Borda da Mata foram registrados dois pastos, uma casa a terreno e quatro chácaras, todos estes realizados entre 1900 a 1910. Por meio do Almanaque Sul Mineiro para o ano de 1884, tomamos conhecimento de que as atividades se concentravam mais no campo, sendo que alguns em suas propriedades possuíam engenhos, enquanto outros estavam começando a plantação e o cultivo do café. As atividades do comércio local no distrito eram relativamente pequenas, sendo cinco comerciantes de fazendas secas e seis de molhados, devido à proximidade com a sede do município.

Distrito de Sant’Ana do Sapucaí

A região de Sant’Ana do Sapucaí, uma das localidades mais antigas da região sul mineira, foi o segundo território anexado a Pouso Alegre, pela lei provincial nº 429 de 19/10/1848³¹³, no mesmo ano em que Pouso Alegre é elevada à categoria de cidade. Em seu território estavam alocadas as povoações do Retiro e Espírito Santo do Dourado, possuindo grande extensão territorial e sendo o distrito que contava com maior número de habitantes³¹⁴, dedicava-se a produção do fumo, cana, café em pequena escala e cereais, estes produtos “*mandados para Pouso Alegre e outros lugares circunvizinhos (...) há também criação de gados e porcos, destinados ao mercado do Rio de Janeiro*”³¹⁵, o que caracterizava a dinâmica econômica do distrito.

312 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo II, p.30, reg. 1150. Disponível no Acervo do Cartório Oficial do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

313 A Paróquia de Sant’Ana do Sapucaí foi criada a 13 de julho de 1748. Desmembrada do município de Campanha para o de Pouso Alegre em 1848 retorna aos territórios campanhenses por lei 515 de 10/09/1851. Com a lei nº 575 de 04 de maio de 1852, o distrito de Sant’Ana passa novamente a pertencer ao município de Pouso Alegre. Anos mais tarde, por lei nº 2454 de 19/10/1878, incorpora-se ao município de São Gonçalo do Sapucaí. Perante diversas reivindicações da Câmara Municipal de Pouso Alegre ao Governo Provincial, o distrito novamente passa a compor a municipalidade no ano de 1880. Cf: DUTRA, Carlina de Moraes. *Sant’Ana do Sapucaí*: atual Silvianópolis. Pouso Alegre: Gráfica Amaral, 2006, p. 28.

314 Tomando como base o *Recenseamento do Brasil em 1872- Minas Geraes*, o distrito de Sant’Ana do Sapucaí contava com 9.698 habitantes, correspondendo 35,24% da população total do município (Pouso Alegre, neste mesmo censo, contabilizava 7.339 habitantes). Em 1890, a *Synopse do Recenseamento* nos aponta um significativo crescimento para o distrito de Sant’Ana, passando para 14.062, enquanto que para Pouso Alegre uma queda populacional, registrando neste recenseamento 5.707 habitantes.

315 VEIGA, Bernardo Saturnino. *Almanak Sul- Mineiro* para 1884. Campanha: Typographia do Monitor Sul- Mineiro, 1884, p. 384.

Imagem 09: Distrito de Sant'Ana do Sapucaí- Praça central, década de 1930



Fonte: Enciclopédia do Municípios Brasileiro, 1959, p. 321

Foi a localidade em que mais se realizou transações de imóveis rurais, constante de 17 fazendas e 301 ocorrências de outras categorias de registros, sendo o bairro do Coroado a região mais expressiva em venda de terras e casas de morada. A região urbana do distrito contava com 49 imóveis atestados, constante de duas chácaras, casas e terrenos valorizados entre £1,17 a £502,00 (30\$000 a 8:000\$000 réis), negociados em sua maioria por lavradores e comerciantes, por cinco pessoas que exerciam algum tipo de ofício, um sacerdote, um médico e uma aquisição feita pelo governo do estado, constante de uma casa de morada e um terreno localizada no Largo do Rosário “coberta de telhas, assoalhada, forrada, envidraçada”³¹⁶ sendo a de maior valor (£501,35- 8:000\$000 réis). Contava este distrito com grande número de fazendeiros, sendo que alguns deles possuíam plantações de cafês em suas terras, engenho de cilindro, movido por animais ou de serrar. A prática comercial exercida no distrito era pequena, sendo 23 pessoas que se dedicavam a este ramo, se dividindo em negociantes de fazendas e molhados que atendiam as primeiras necessidades do distrito. Temos em mente que para o município de Pouso Alegre, Sant'Ana do Sapucaí possuía certa importância econômica e social, por ser diversa e dinâmica sua produção e por possuir maior concentração populacional.

Distrito de Nossa Senhora da Estiva

Mesmo sendo conhecida a região próxima do Ribeirão Três Irmãos, estrada de passagem dos tropeiros que circulavam entre a região de Pouso Alegre e a Província de São Paulo, a formação do povoado de Nossa Senhora Aparecida de Estiva se efetiva a partir da década de 1850 quando são doados quatorze hectares de terras para a formação do povoado. Com a Lei provincial nº 1654 de 14 de setembro de 1870, o curato de Estiva é elevado à Paróquia, anexando oficial-

316 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo III, reg. 2394. Disponível no Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

mente como distrito de Pouso Alegre. Abrigando em torno de 19% da população do município³¹⁷, o território compreendido exercia predominantemente atividades voltadas para o meio rural, não sendo apresentada nenhuma atividade específica, mantendo pequenas lavouras e criações para consumo local, sendo apenas mencionada exportação considerável de fumo e porcos³¹⁸. Foram contabilizados vinte e oito fazendeiros nesta região distrital, sendo que ao contrário das localidades mencionadas anteriormente, nenhum deles possuíam engenhos ou moendas. Na área urbanizada do distrito, as atividades comerciais locais eram escassas, constantes de quatro negociantes de fazendas secas e apenas um que se dedicava ao comércio de molhados.

Imagem 10: Pintura Distrito de Estiva- Década de 1920



Fonte: Imagens e fatos antigos de Estiva

A documentação referente aos registros de imóveis, iniciada na década de 1870, nos indica a existência de 116 escrituras de transações realizadas nas décadas empreendidas neste estudo, sendo de predominância no meio rural, contabilizando 108 propriedades, e para a área urbana apenas oito escrituras. Destes imóveis presentes no campo, constatamos que a maioria das transações executadas foram de parte, sorte e de divisão de terras, valorizadas entre £2,50 a £830,00 (60\$000 a 20:000\$000 réis). Em geral, os imóveis registrados neste distrito que possuíam maior valor possuíam terrenos e pastos, sendo identificadas poucos terrenos de culturas nas propriedades, mesmo assim não identificados, em contrapartida, os que foram avaliados abaixo de 1:000\$000 réis possuíam alguma casa ou benfeitoria de pequeno porte. Em 1899 se registrou duas transações na região da Fazenda Grande, propriedades adquiridas em título de compra e venda por meio de escritura pública pelo lavrador Francisco Xavier Pereira, residente no mesmo distrito, de uma sorte de terras valorizadas em £12,28 (400\$000 réis) e outra constante de “*uma parte de terras de cultura de campos em sociedade e uma pequena casa de morada na mesma*

317 O censo de 1872 constatava que a população do distrito da Estiva estava estimada em 4.967 habitantes, tendo um pequeno aumento em 1890 para 7.202 em números populacionais.

318 Cf. VEIGA, Bernardo Saturnino. *Almanak Sul- Mineiro* para 1884. Campanha: Typographia do Monitor Sul- Mineiro, 1884, p. 381.

*fazenda*³¹⁹ pelo valor de £4,61 (150\$000 réis). Era de costume pessoas adquirirem terras em uma mesma propriedade para constituir seu patrimônio, sendo que alguns obtinham as propriedades em conjunto, como o caso acima, quando as condições financeiras permitiam, ou a aquisição era feita com o passar do tempo, como é o caso do negociante José Pinto Pimentel, que por meio de três transações, sendo uma em 1898 e duas em 1905, constituiu sua propriedade na região do Itaim no valor total de £58,18 (1:000\$000 de réis). A negociação mais valorizada nesta categoria de imóveis se consolidou no ano de 1895, a título de compra e venda, transmitida a Felício Antônio Pascoal, em propriedade denominada Três Irmãos, sendo “*Pasto da Fazenda Três Irmãos que houveram por herança de seu pae e sogro Capitão Manuel Moreira da Costa, e todas as benfeitorias existentes, casa de morada, paiol, duas casas menores feixes existentes*”³²⁰ ao valor de £824,00 (20:000\$000 réis), adquirida da parte de uma grande fazenda. O que diferencia este dos outros distritos, são as transações de casas realizadas no meio rural. Estas pequenas propriedades, em sua maioria, estavam abaixo de 1:000\$000 réis, constando sempre de uma propriedade edificada e uma ou outra com alguma benfeitoria.

Ao se tratar de fazendas e sítios, encontramos apenas duas inscrições de imóveis em uma mesma localidade. A fazenda Monte Alegre foi adquirida pelo comerciante da cidade de Bragança João Baptista Lisboa no ano de 1895 por título de compra e venda no valor de £824,00 (20:000\$000 réis). Sua propriedade era constante de “*benfeitorias, servidões, duas bestas de carga, terras de carpir, canaviais e roça de milho por colher*”³²¹, sendo que seus limites faziam divisas com os transmitentes do bem transacionado. Algumas das propriedades vendidas (percebemos apenas em alguns dos registros rurais anotados para o período que delimitamos), como no caso desta, constava de animais como mulas, cavalos e criações, além das outras propriedades negociadas como de costume. O sítio transacionado no ano de 1898 pelo mesmo Lisboa, foi adquirido pelo lavrador José Silveira Taveira, da cidade de Cambú, pelo valor de £297,00 (10:000\$000 réis), contendo “*casa de morada, engenho de cana, moinho e mais benfeitorias*”³²². Como é perceptível, esta propriedade foi repassada pela metade do valor inicialmente pago, o que nos leva a entender que apenas parte da fazenda estava sendo transacionada neste momento, o que estava era comum, como nos aponta Caio Prado Júnior sobre as pequenas propriedades “*constitui-se depois da grande, e em regra às suas expensas. Primeiro vem a grande propriedade; depois retalhando-se esta, surge a média e a pequena*”³²³, sendo perceptível neste distrito e nos outros, em que as grandes propriedades e fazendas estavam sendo divididas em sítios ou parte de terras, fruto de divisões por meio de inventários ou de comercialização de propriedades.

Constando apenas de sete registros no meio urbano, o primeiro foi subscrito no ano de 1890. Destes assentamentos contam imóveis localizados no Largo da Matriz, Rua da Direita, Largo da Cadeia, Rua dos Agachados, Capela do Sagrado Coração e na estrada que dava acesso

319 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo II, p. 109, reg. 1614. Disponível no Acervo do Cartório Oficial do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

320 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo II, p. 45, reg. 1240. Disponível no Acervo do Cartório Oficial do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

321 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo II, p. 42, reg. 1224. Disponível no Acervo do Cartório Oficial do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

322 *Idem*, p.94, reg. 1572.

323 PRADO JUNIOR, Caio. *Distribuição da propriedade fundiária rural no estado de São Paulo*. Boletim Geográfico, ano III, nº 29, agosto de 1945, p.696.

para Cambúí, fruto de transações feitas entre lavradores, negociante a proprietária, por valores em torno de £5,62 a £220,00 (150\$000 a 2:000\$000 réis), sendo esta última mais valorizada, a título de doação. Eram casas em geral cobertas de telhas com valores estabelecidos de acordo com a localização ou construção, a exemplo da propriedade adquirida no ano de 1894 pelo capitalista Cândido Coelho Ribeiro Porto pelo valor de £41,80 (1:000\$000 réis), sendo “*uma casa coberta de telhas, assoalhada na rua que faz fundo com o Largo da Matriz, no Largo da Matriz*”. Percebemos, no entanto, mediante a análise da documentação que a área urbana deste distrito era relativamente pequena, povoada por alguns lavradores, que mantinham propriedades no meio rural ao mesmo tempo, poucos comerciantes e capitalistas.

Distrito de São José do Congonhal

No quadro dos distritos pertencentes ao município de Pouso Alegre, Congonhal foi a última região criada e anexada por meio da lei nº2650 de 04 de novembro de 1880. A mais nova região incorporada, segundo o recenseamento de 1890³²⁴ possuía 2385 habitantes, correspondendo a 6,37% da população municipal. Originária das terras do fazendeiro e político local José Ferreira de Matos por meio de doação feita para a construção da capela e constituição do patrimônio local. Segundo o Almanaque Sul Mineira, publicado quatro anos após a elevação do distrito, não “*havia nada no lugar, que possui um grande patrimônio (...) tem um só chafariz (...) uma escola pública para o sexo masculino, tendo a frequência de 20 alunos*”³²⁵. Como era comum na região, havia a exploração de madeiras, e como cultivo a cultura da cana de açúcar, fumo e cereais. Já se observava, nesta época, “*em começo uma plantação de café, que já excede 20,000 pés (...) exportação de porcos e algum gado para a corte, fabricando-se alguma cera para o consumo do lugar*”³²⁶. No espaço distrital, estavam presentes em torno de vinte fazendeiros, sendo que três destes possuíam engenho de serrar, enquanto que os outros dispunham de engenhos movidos por animais. A praça comercial era formada por sete comerciantes voltadas apenas para negócios de molhados, caracterizando o início da localidade.

324 *Synopse do Recenseamento* de 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1900, p. 62.

325 VEIGA, Bernardo Saturnino. *Almanak Sul- Mineiro* para 1884. Campanha: Typographia do Monitor Sul- Mineiro, 1884, p. 389.

326 *Idem*.

Imagem 11: Distrito de São José do Congonhal, década de 1920



Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo

Para o distrito de Congonhal foram registrados noventa e um imóveis, sendo que destes setenta e oito estavam localizados no meio rural e treze no espaço urbano. As transações realizadas no campo, em sua maioria, foram realizadas por meio de partes, sortes e alqueires de terras, em sua maioria originadas de propriedades maiores (fazendas, sítios e terrenos), constando ou não de benfeitorias, culturas e pastagens, valorizadas entre £1,00 a £7.200,00 (25\$000 a 105:796\$000 réis). A que consta de menor valor foi subscrita como uma propriedade pequena e com uma localização inferior, fatores estes que influenciava na valorização do imóvel, como percebemos na transcrição da propriedade, adquirida em 1898 pelo lavrador Joaquim Luiz Franco do transmitente Joaquim Lúcio Ferreira dos Santos, comerciante, ambos residentes no distrito, a título de compra e venda, sendo “*uma pequena parte de terras, que sita nos fundos do pasto do comprador Joaquim Lopes Franco e em sociedade com outros*”. Era comum, como percebemos nesta subscrição, a compra de terras para anexá-las a propriedade já existente, constituindo um patrimônio maior. Já a propriedade mais valorizada, nesta modalidade de divisão, constava de uma sorte de terras presentes nas fazendas do Barreiro e Pouso Frio, adquirida em 1910 por um grupo de treze lavradores, sendo que cinco destes pertenciam a mesma família, alguns residentes em Santa Rita de Caldas e outras no distrito local no valor de £7.100,88 (105:796\$000 réis). Esta propriedade constava de uma grande extensão de terras que fazia divisas com diversos proprietários de outros terrenos. Já a outra propriedade, constante no mesmo registro e adquirida em conjunto, também possuía uma grande extensão de terras e anexa a elas “*uma casa de morada e benfeitorias na fazenda denominada ‘Matta do Chiqueiro’*”³²⁷. Algumas propriedades possuíam edificações, como casas cobertas e terras de culturas valorizadas entre £20,00 a £120,00 (500\$000 a 3:000\$000 réis), como a que encontramos subscrita na transação realizada localizada na região do Cervo entre os lavradores Joaquim Lopes do Prado, residente em Congonhal e Joaquim Venâncio, morador da cidade de Pouso Alegre, a título de compra e venda:

327 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo II, p. 88, reg. 1544. Disponível no Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

Uma pequena casa de morada e mais benfeitorias constantes de fechos e uma sorte de terras divididas com as seguintes divisas: Principia em um brejo na ponta dum cerca de arame dividindo com os herdeiros do finado Manoel Rodrigues pelas antigas até a ponte de um valo em divisas com Mariano Silva e que pelos mesmos antigas divisas, isto é, pela cerca de arame depois seguindo por uma cerca de cascas até o pico do espigão, dobra o espigão e desse em divisas com Gertrudes até uma valeta que se fez desta valeta atravessa o morro em direção a outra valeta perto da cabeceira da grotta desta em rumo a outra valeta dividindo com os herdeiros do finado Ignácio da Silva desta valeta pela, digo, valeta volta pela cerca de arame em divisas com José Vicente Martins até a cabeceira do córrego das Pitangueiras volta córrego abaixo e em divisa com o mesmo Martins até a porta da cerca de arame onde principiou, no valor de £44,55 (1:500\$000 réis)³²⁸.

Os sítios e fazendas localizados neste distrito possuíam valores mais altos, inclusive dos registros analisados nas localidades anteriores pertencentes ao município de Pouso Alegre, constando de montantes superiores 10:000\$000 réis no caso de transações referentes aos sítios e a 100:000\$000 réis para as fazendas. Grande parte destas propriedades eram oriundas das divisas das grandes extensões de terras denominadas Engenho, Cervo e Cascata São Domingos. De uma destas porções, foi negociada no ano de 1899 “*um sitio de campos e matto denominado Engenho com as mesmas divisas constante na Escritura que houveram de Firmino José Muniz e sua mulher*”³²⁹ proprietários da Fazenda do Engenho, no valor de £767,51 (25:000\$000 réis) a título de permuta³³⁰. A fazenda mais valorizada pertencia ao capitalista Major João Basílio da Costa Pinto, residente na cidade de Pouso Alegre, sendo vendida em duas partes, entre os anos de 1893 e 1894, ao lavrador José Cândido Franco, pelo valor total de £9.428,92 (210:000\$000 réis), constando de “*duas fazendas divididas*”³³¹ e a outra propriedade que principiava no lugar denominado Ribeirão de São Domingos. Suas divisas eram extensas, conforme o relato abaixo:

328 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo II, p.85, reg. 1523. Disponível no Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

329 *Idem*, p. 110, reg. 1679.

330 O termo permuta é derivado do latim *permutare* (permutar, trocar, cambiar) e na significação técnica do Direito exprime o contrato, em virtude do qual os contratantes trocam ou cambiam entre si coisas de sua propriedade. Ela realiza, sem dúvida, o mesmo fim que a venda, desde que uma das partes contratantes dá (transfere a propriedade da coisa), para que obtenha ou receba da outra parte uma outra coisa equivalente. Ocorrem na permuta, simultaneamente, duas transferências ou duas transmissões de propriedade: os contratantes ou permutantes fazem, entre si, recíprocas transferências de coisas, que se equivalem. Em síntese, é a troca de coisa por coisa. Na permuta, a troca de valores é firmada por sua equivalência, pelo que dela se extrai qualquer obrigação que resulta na entrega de soma em dinheiro. Portanto, na permuta, não há uma contraprestação em dinheiro, de modo a se identificarem comprador e vendedor e em consequência, a coisa vendida em comprada. Nela ocorrem a entrega de duas coisas de igual valor, ou que se equivalem. POLONI, Antônio Sebastião. *Permuta de imóveis*. Universo jurídico, Juiz de Fora, ano XI, 20 de maio de 2003. Disponível em: http://uj.novaprolink.com.br/doutrina/1373/permuta_de_imoveis. Acesso em: 16 de maio de 2017.

331 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo II, p. 18, reg. 1018. Disponível no Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

(...) de seu início, a uma lavrinha que vem do laguinho próximo por terra daquela entre a morada de Joaquim Rodrigues Barreiros da fazenda ora vendida; subindo pelo brejinho, dividindo com o velho Barreiros, por uma casa até a estrada e por um valo que vem do córrego da Lagoinha, por este valo baixo ao córrego e por este abaixo a barra do córrego da Lagoinha, daí seguindo por um valo, dobrando o espigão no córrego de Bento, por este abaixo até o Ribeirão de São Pedro; por este abaixo até o Ribeirão de São Pedro; por este acima até a primeira lavra d'uma vertente que vem da esquerda, subindo pelo córrego até o alto do espigão, dividindo com Pouso Frio, soltando a direita pelo espigão do Taquaraçu, águas vertentes até o alto da serra; e seguindo pelo alto da serra; e seguindo pelo alto da serra até o espigão, dividindo com Joaquim Luiz Franco, seguindo pelo alto, dividindo por terras que foram de João Cesário até frontear a cachoeira de uma vertente onde existe uma pedra, e pela vertente abaixo até o ribeirão de São Domingos em um cape de Jabuticabeiras; e pelo ribeirão acima até frontear o espigão da pedra que se acha próxima a estrada; por este espigão até a estrada que vae para o campo e por esta abaixo até uma porteira em um valo; descendo a esquerda do valo e finalmente até o ribeirão onde principiou e finda.

As terras denominadas como Fazenda do Machado, tinha seu marco inicial em um ribeirão que levava o mesmo nome, tendo como ponto referencial uma cruz que dividia a região do Machado a do Cajurú. Seguia a propriedade

(...) voltando a esquerda pela estrada até a porteira da baixada onde divide com Joaquim Luiz Franco; voltando a direita por alto, digo, pelo valo à cabeceira do córrego do Adolpho; e por este abaixo até o açude velho, atravessando a estrada até a cabeceira do córrego e por este abaixo até o ribeirão do Machado; por este abaixo até a fossa do ribeirão da figueira e por este acima, dividindo com Joaquim Rodrigues Barreiro até a estrada, seguindo pelo mesmo córrego com divisas com José Bernardino Franco e outros, até a primeira barra, que sai da direita, por esta acima, a primeira barra que vem da direita; e por esta acima ao alto, na estrada, atravessando esta e seguindo por um valo que tem até a cabeceira de uma gro-tinha seca, por esta abaixo ao ribeirão do Machado, e por este abaixo até a barra onde teve princípio e finda esta demarcação³³².

Os imóveis vendidos por meio da descrição acima eram constantes das Fazendas Ribeirão de São Domingos e Machado, propriedades contendo grandes extensões de terras, que em muitos casos, uniam regiões distintas, tiveram seus registros de transações com valores mais altos.

Na área urbana do distrito, como já mencionamos, são poucos os registros de transações. Em algumas notações aparecem logradouros denominados “Rua do Comércio”, “Rua Duque de Caxias” e “Rua Silviano Brandão” ou imóveis registrados nos subúrbios da centralidade do distrito, não ultrapassando a quantia de 1:000\$000. Das pessoas envolvidas nas negociações constavam lavradores, comerciantes e um farmacêutico. Todas as casas, segundo a documentação, eram cobertas por telhas e apenas algumas eram assoalhadas. As duas propriedades mais valorizadas

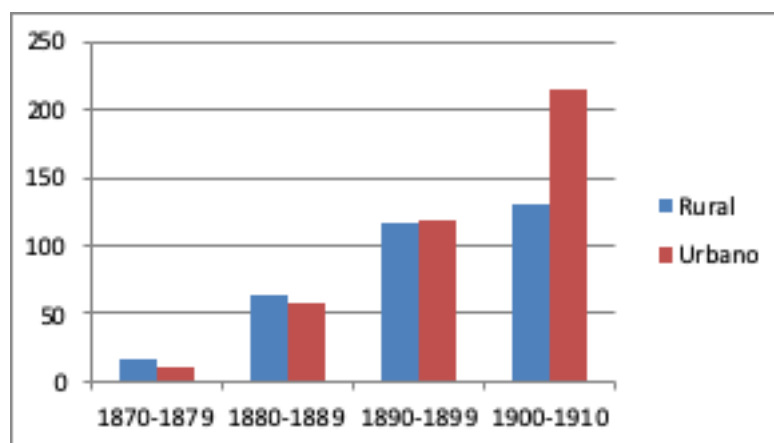
332 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo II, p. 28, reg. 1132. Disponível no Acervo do Cartório Oficial do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

estavam localizadas na Rua do Comércio, sendo transacionadas por negociantes, como percebemos em escritura feita em 1900, em que o comerciante João Pedro da Silveira Júnior adquiriu de José Cândido Pereira do Prado, ambos residentes no mesmo distrito, constando de “*uma casa de morada coberta de telhas e todas as suas benfeitorias, sita na Freguezia de Congonhal, à Rua do Comércio*”³³³ pelo valor de £39,00 (1:000\$000 réis). Nesta mesma rua, no ano de 1901, a Guimarães Jr e Cia, proveniente da cidade do Rio de Janeiro, adquiriu do comerciante Joaquim Gomes, da localidade denominada Sertãozinho, “*uma casa coberta de telhas, forrada e assoalhada, com cômodo de negócio, à Rua Direita, esquina da Rua Duque de Caxias*”³³⁴, constituindo na região central da localidade uma pequena praça de Comércio no recém criado e anexado distrito.

Cidade de Pouso Alegre

Para Pouso Alegre, em que foram subscritas 727 notações de imóveis, tanto no espaço rural como no urbano, observamos o movimento de transações feitas no decorrer das décadas por meio do gráfico abaixo:

Gráfico 12: Movimento das transações na cidade de Pouso Alegre por décadas



Fonte: Dados estimados a partir dos Registros de Imóveis do Município de Pouso Alegre. Acervo do Cartório Oficial do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, Mg.

Observamos um movimento crescente de transações em ambos os espaços registrados na sede do município. Para as duas primeiras décadas, da totalidade dos imóveis registrados, constatamos que 2% das transações feitas durante o período estudado faziam parte do meio rural e nas edificações escrituradas no espaço urbano (1870-1879), enquanto que para os próximos anos (1880-1889), este número tende a crescer para o ambiente campesino, sendo que 9% das compras feitas contemplavam o rural, enquanto que 3% subscritavam os imóveis urbanos. As diferenças

333 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo II, p. 119, reg. 1733. Disponível no Acervo do Cartório Oficial do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

334 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo II, p. 135, reg. 1826. Disponível no Acervo do Cartório Oficial do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

de negociações estabelecidas nestas duas décadas constavam de 7% na aquisição de terras e apenas 1% a favor do comércio imobiliário rural. As ocorrências referentes ao decênio de 1890 nos deixam claro o contínuo crescimento nas transações, em que ambos atingem 16% de transações realizadas. Já no advento do século XX, 29% dos imóveis foram escriturados no meio urbano e 18% contemplavam as transações registradas de bens rurais, em uma diferença de 11% em favor das edificações negociadas na cidade. Este crescimento referente aos registros urbanos nas duas últimas décadas, se devem em parte aos investimentos no meio citadino que vinham sendo realizados pela Câmara Municipal, a aquisição de imóveis pelos membros da elite, que mantinham propriedades nas duas áreas. Contudo, de acordo com o gráfico, em Pouso Alegre, esta passagem do campo para a cidade se acentuará especificamente na transição dos séculos, o que impulsiona o Governo Municipal a realizar certas melhorias e a busca de elementos ligados a modernização para atender a população que se instalava no meio urbano.

Os registros de imóveis rurais em Pouso Alegre, para as décadas propostas nesta pesquisa, consistem de 331 transações escrituradas, sendo a maior de todo município. A maioria dos títulos, o que correspondem 79% dos bens, eram partes, sortes e alqueires de terras vendidas ou permutadas. Estas categorias de imóveis constavam de valores entre £1,00 a £1500,00 (2\$500 a 25:000\$000 réis), sendo negociadas em sua maioria entre lavradores e comerciantes, residentes no próprio município ou em outras regiões como São Paulo e Rio de Janeiro, como se registrou no ano de 1899, a transação feita entre o adquirente Fidelis Marques da Silveira, residente neste distrito e Antônio Joaquim Barbosa, proveniente do estado de São Paulo, a título de compra e venda no valor de £30,70 (1:000\$000 réis) de “*uma sorte de terras na Fazenda das Limeiras*”³³⁵ ou como no registro anotado no ano de 1890 da transação celebrada entre Anardino Borges de Almeida, da cidade do Rio de Janeiro e Belisario Borges de Almeida, oriundo de Mutuca em Minas Gerais, a título de compra e venda, sendo “*terras pelo valor de cento e cinquenta mil cento e sete réis*”³³⁶ na zona rural desta cidade. Entre as terras mais valorizadas, encontra-se lançada a negociação de terras na região conhecida como Cajuru no ano de 1894, adquirida pelo lavrador Antônio Ildelfonso Teixeira de Paiva do capitalista Candido Antônio de Barros a título de compra e venda pelo valor de £1.045,02 (25:000\$000 réis) destinados a

Uma sorte de terras. Divisas: principia na barra do Mandu, com o córrego do Pantano, sobe por este divisando com José Garcia Machado, até a barra do córrego da Pedra e com terras de Candido de Castro Coutinho, sobe por este córrego até a sua cabeceira e deste vae no rumo do espigão do rumo indicado por duas covas, a primeira a beira do caminho debaixo e a segunda um pouco acima, desse espigão à grotta do córrego do Cajuru, passando por uma terceira cova a esquerda de um jacarandá de campo, desce pela grotta à cachoeira do córrego já citado e por este até barra do espigão digo, do ribeirão do Pantaninho, desce por este dividindo com os herdeiros do Tenente Pinheiro, adiante com Joaquim Elias, finalmente com o Major Joao Basílio, até a barra do Mandu, sobe por este deixando com José Joaquim Vieira de Carvalho e adiante com a fazenda do Cajuru (...) até a barra do Pantano onde principiar e finda a esta demarcação notoriamente conhecida. Uma casa de morada e todas as benfeitorias³³⁷.

335 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo II, p. 103, reg. 1631. Disponível no Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

336 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo I, p. 52, reg. 669. Disponível no Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

337 *Idem*, tomo II, p. 45, reg. 1123.

Pelo que percebemos na descrição acima, a sorte de terras mencionada possuía grande extensão, constantes na mesma propriedade de uma casa de residência e benfeitorias anexas. Nas anotações referentes às características dos imóveis nas categorias apresentadas, não encontramos mencionadas as culturas ou criações existentes nas propriedades localizadas em Pouso Alegre.

Os sítios e fazendas, conforme o corpus documental estudado foram propriedades transacionadas em sua maioria por lavradores e negociantes, alguns fazendeiros e capitalistas. Alguns desses patrimônios foram adquiridos pela Igreja Católica e pelo estado para o estabelecimento de instituições e expansão da influência por meio da aquisição de terras e edificações. Os sítios foram transacionados por valores entre 1:000\$000 a 11:000\$000 réis (£100,00 a £700,00), dependendo da localização, características e pertences. No ano de 1887, na região conhecida como Cantagalo, o negociante Manoel Vieira Bittencourt adquiriu do lavrador José Pereira da Silveira, ambos residentes em Pouso Alegre “*Um sitio dividido com casa de morada, engenho no Canta Gallo 1:100\$000 (£102,84)*”³³⁸ a título de compra condicional. Pelo valor de 9:000\$000, foi adquirido em 1898 um sítio na região das Limeiras, pelo lavrador Carlos José de Almeida da Costa do transmitente e também lavrador Joaquim Pereira da Silva e seus familiares em forma de permuta, um

Sítio e benfeitorias na Fazenda das Limeiras. Divisas: principia na porteira do ribeirão, na estrada junto a casa de Joaquim Adão Pereira, segue pela estrada até a outra porteira no espigão, em divisas com José Bonifácio Tosta; desta a esquerda até uma figueira; à direita, pela divisa de José Bonifácio no confim onde tem uma valeta, desta ao córrego; por este acima até a cabeceira; segue pelo valo até o alto, a direita, águas vertentes até frontear as cabeceiras do córrego, desce procurando e beirando córrego e por este abaixo até o ribeirão, parte acima até o fundo da casa de Elias Alves; torce pelo Corguinho da esquerda; por este acima até frontear abaixo da casa de José Borges; pela caixa acima, torcendo, atravessa a entrada e vae descer na cabeceira do brejo, na grotinha mais para cima à ponta do valo e potreiro que foi de Barbosa, por este até abaixo, pelo córrego, até pontear o espigão da figueira, para baixo da estrada, torce a esquerda pelo espigão e corta do mato mais fino e pelo espigão até a estrada; da estrada em meio ao Acerta-Cavallo na beira do ribeirão, por este abaixo até a porteira na entrada, onde principia³³⁹.

O sítio mais valorizado foi fruto da negociação entre o lavrador Alfredo Custódio de Paula e a proprietária Dona Emiliana de Barros Duarte, ambos residentes em Pouso Alegre pelo valor de £691,87 (11:000\$000 réis). Esta propriedade constava possuía uma grande extensão, fazendo divisas com várias outras terras particulares e as benfeitorias que pertenciam³⁴⁰.

As fazendas, patrimônios estes mais valorizados, registraram valores entre £500,00 a £2.230,00 (5:000\$0000 a 75:000\$000 réis). Pelos registros, percebemos as propriedades valorizadas a menos de 10:000\$000 réis não possuem muitas especificações no campo em que era destinado a descrever as características do bem transacionado. Apenas era preenchido como “uma

338 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo I, p. 39, reg. 471. Disponível no Acervo do Cartório Oficial do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

339 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo II, p. 82, reg. 1508. Disponível no Acervo do Cartório Oficial do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

340 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo III, p. 48, reg. 2227. Disponível no Acervo do Cartório Oficial do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

fazenda constante de suas benfeitorias” e o valor fechado no ato da negociação. Foi identificada duas propriedades vendidas a 50:000\$000 réis, transacionada entre negociantes, lavradores e uma proprietária. No ano de 1901, realizou-se a venda do “Fazenda Palmital”, pelo Tenente Coronel Joaquim Cândido Rodrigues ao negociante Bernardino José Rodrigues Torres, ambos residentes sem Pouso Alegre, no valor de £2.367,87 (50:000\$000 réis) com a seguinte descrição:

Uma Fazenda de cultura e pastagens, situada no distrito desta cidade, dividido e denominada Palmital havida por compra feita a Antônio Oliveira Fagundes e mulher e Joao Bernardes de Carvalho e mulher e filhos; composta de casa de vivenda, coberta de telhas, forrada, assoalhada e envidraçada, paiol, moinho, monjolo, telheiro, tulhas para café e cereais, dependências para camaradas, casa no cafezal coberta de telhas, casas para colonos, cafezal formado, roças de milho e todas as mais benfeitorias existentes na mesma fazenda, um carro para seis bois armados e as terras assim divididas: Principia pelo Rio Sapucahy, onde existe uma valeta antiga em divisas com a Fazenda Vintém, que foi de Manoel Pereira da Costa, corre pela vargem a atravessar a via férrea Sapucahy a um valo cortado por esta via férrea e segue pelo valo acima até o fim do mesmo e deste ponto (...) aguas vertentes até o alto do espigão; volta a esquerda pelo espigão aguas vertentes até o alto, faz canto, salta à direita e pelo mesmo alto, achando as mesmas vertentes até o campo do cupim, dividindo até aqui com a dita Fazenda que foi de Manoel Pereira da Costa, segue em divisa com Antônio Moreira da Costa, sempre aguas vertentes, furando os cafezais e pelo espigão até um pinheiro no alto, pinheiro esse divisa das partes cedida pelos outorgantes Antônio Moreira da Costa, do pinheiro volta à esquerda à uma pedra-preta, destas aguas vertentes, sempre em rumo à grota, onde tem uma pedra perto de um lagrimal, atravessando a estrada e procurando sempre a grota e córrego abaixo até a estrada de ferro Sapucahy, deste em rumo a lagoa, desta sempre em direção a mesma valeta, que esta na beira do Rio Sapucahy e desce por este rio até a valeta, onde principiou³⁴¹.

A propriedade descrita acima constava de uma casa bem edificada, benfeitorias costumeiras, roças de algumas culturas, como o milho e o café, dependências para abrigar os empregados e um carro de bois, e tendo uma extensão de terras considerável, a tornava mais valorizada. A Fazenda Santa Laura, transacionada no mesmo ano e pelo mesmo valor, adquirida pelo negociante Pedro Vieira Bittencourt da proprietária Dona Lina Muniz, sendo residentes em Pouso Alegre, já não se especificava muitos detalhes, se referindo apenas que sua extensão territorial estabelecia divisas com a estrada que se direciona à Borda da Mata³⁴². No ano de 1898, encontra-se escriturada a propriedade de mais alto valor negociado. O Governo do Estado de Minas Gerais adquire de um grupo de lavradores e negociantes locais a Fazenda Faisqueira, um patrimônio que dispendeu dos cofres estaduais a quantia de £2.227,50 (75:000\$000 réis) a

Fazenda contendo 838, 53 ares ou 346 e meio alqueires de terras, com todas as benfeitorias havida por compra feita ao Banco Predial por escritura do 2º Ofício, termo escrito sobre

341 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo II, p. 127, reg. 1780. Disponível no Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

342 Cf. *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo II, p. 139, reg. 1845. Disponível no Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

nº 448 ao registro hipotecário em 23 de março de 1897. Divisas: Principia na porteira da estrada da cidade, em divisa com Thomas Ribeiro de Carvalho; desce pela cerca de arame, até o Rio Sapucahy margem por este abaixo até a lavra do Ribeirão do Frutuoso; desta em linha reta até o espigão; deste ao córrego do Pratutal; deste ao Córrego do Cristal; por este acima até o valo; por este acima até a cerca de arame; por esta até o fim; desta sobe pelo espigão em divisas com João M. da Fraga até o valor; deste seguindo sempre em divisas com João M. da Fraga; pelo mesmo valor em divisas com Thomas Ribeiro de Carvalho até o córrego; por este abaixo até a porteira onde principiou³⁴³.

O bem acima adquirido pelo Estado foi destinado a constituição da Colônia Francisco Sales, local este que abrigou os colonos vindos da Europa e outros continentes. Tendo feito uma análise dos distritos que compunham o município de Pouso Alegre (sua área urbana e rural) e a própria sede destinando o olhar para área campesina, percebemos que as transações de imóveis se davam em sua maioria com a venda de parte, sorte ou pedaço de terras, sendo adquiridas em grande número por lavradores, que provavelmente as utilizavam como moradia e espaço de trabalho, com o cultivo da agricultura de subsistência. Não havia concentração de um produto cultivado, como a região de Varginha ou Guaxupé que se dedicavam massivamente ao café. Os registros nos apontavam, em algumas de suas anotações, que regiões como Borda da Mata ou Estiva possuíam poucos pés de cafés. As terras possuíam algum tipo de cultura, mas na maioria dos títulos não são especificadas. Em propriedades maiores, alguns sítios e fazendas, além de edificações como casas de morada ou para os empregados, tomamos conhecimento da presença de engenhos ou moinhos, utilizados na produção de farinhas, provindas dos cereais, e para moer canas, ingrediente essencial para a produção da cachaça. No tópico a seguir, analisaremos as transformações ocorridas no espaço urbano da cidade de Pouso Alegre, metamorfoses estas ocorridas mediante determinados valores, sendo que um destes o deslocamento das pessoas do meio rural, procurando se estabelecer na cidade, ou como no caso da elite, mantendo propriedades nos dois espaços, tendo no rural a fonte do trabalho e da produção que alimentaria a sua riqueza, e na cidade a presença nos meios sociais, como o exercício da política ou de algum cargo e privilégio.

Expansão e valorização do espaço urbano de Pouso Alegre

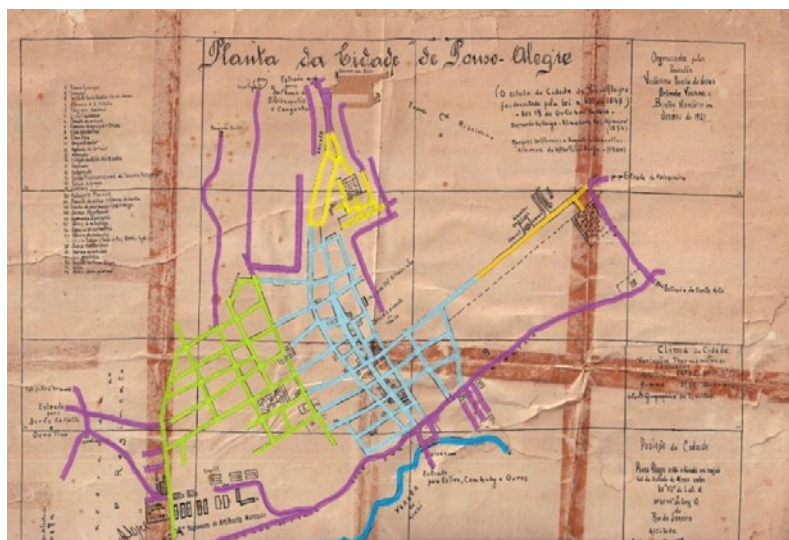
Na sessão anterior, refletimos sobre a formação e dinâmicas espaciais da composição dos distritos e da área rural do município de Pouso Alegre. Tomaremos neste ponto como objeto de análise o corpus documental que compõe 406 registros realizados entre as décadas de 1870-1910 voltando nosso olhar para a área urbana de Pouso Alegre. Se tomarmos como base o gráfico 04 analisado anteriormente, aplicando os dados obtidos a partir dos registros, para as primeiras décadas (1870-1880), foram transacionados mais imóveis rurais do que urbanos, contudo, o crescimento de investimentos na cidade é crescente com o passar dos decênios. Torna-se perceptível o aumento de aquisições de imóveis na cidade a partir da primeira década do século XX, o que correspondia na década anterior 29% dos registros feitos para o espaço urbanos, passa a contabilizar 53% das transações totais. Se por um lado, as propriedades registradas nas primeiras

343 Cf. *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo II, p. 139, reg. 1845. Disponível no Acervo do Cartório Oficial do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

décadas estavam localizadas na área central³⁴⁴ e do Rosário a partir da década de 1890 surgem novas regiões (fazendo parte dos subúrbios) e expandem as que já existiam, por intermédio da abertura de novas ruas.

Para nossa análise, decidimos dividir a cidade em 5 núcleos tendo como base a planta da cidade confeccionada em 1927:

Mapa 07: Planta da Cidade de Pouso Alegre 1927 (adaptado com cores para a realidade estudada)



Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo (Original)

Núcleo central (cor azul): Composta pelas ruas que se originam no largo da Matriz (atual Praça Senador José Bento);

Núcleo do Rosário (cor verde): Delimitamos como marco a igreja do Santuário e suas adjacências à leste;

Núcleo das Taipas: Tendo seu início com a Rua dos Coqueiros, percorria toda extensão denominada Taipas, limitando-se com a estrada que dava acesso a saída para a cidade de Santa Rita.

Núcleo das Cruzes (cor amarela): Região ao norte que se encontra ao norte da Igreja Matriz e abrigava o Cemitério Paroquial;

Núcleo do Subúrbio (cor roxa): Área sul da cidade, localizada ao redor da linha ferroviária e as margens do Rio Mandú.

Por meio da divisão destas regiões podemos tornar mais compreensível a nossa análise. A riqueza de informações contidas na fonte que estamos estudando nos possibilita analisar o objeto de

344 Para estas primeiras décadas, os registros apresentaram as seguintes localizações: 1870-1879, duas casas no Largo da Matriz e uma na Rua Gonçalves Dias; 1880-1889, três casas na Rua do Imperador, quatro na Rua Primeiro de Março, três na Rua Visconde do Rio Branco, duas na Rua Boa Vista, uma na Rua Duque de Caxias, uma na Rua Princesa Imperial e uma na Rua Marques do Herval, sendo todos estes logradouros localizados no núcleo central. Os outros registros não mencionaram os nomes das ruas, ou apenas traziam denominadas o nome das regiões, como Rosário.

estudo em foco em termos de espacialização e os sujeitos sociais que compunham este ambiente. Os imóveis mais valorizados se encontravam no núcleo central com valores entre £200,000 a £600,000 (valores estes que variavam entre 6:000\$000 a 12:000\$000, dependendo da taxa de câmbio e do valor da moeda brasileira em relação a libra esterlina). Geralmente eram propriedades maiores, que compreendia um quarteirão, construída em anos posteriores ao período que delimitamos, algumas com características de chácaras e outras mantendo o padrão de “sobrado”, com a casa familiar em cima ou ao lado e em anexo um cômodo destinado ao estabelecimento comercial. As transações eram feitas geralmente por pessoas ligadas ao comércio, negociantes de fazendas, armarinhos, ferragens, donos de bilhares, açougues e padaria, ou aqueles que concentravam alguma fonte de riqueza, como os proprietários e capitalistas. Também estavam presentes médicos, professores, magistrados, fazendeiros e lavradores, que possuíam além de propriedades rurais, imóveis na cidade, o que não os deixavam restritos apenas ao campo, presença massiva da elite local.

Das aquisições feitas³⁴⁵ durante as décadas estudadas, grande parte foram realizadas pelos comerciantes, ora fazendeiros ou proprietários que mantinham esta função como uma outra forma de renda, ou pessoas que vinham de outras cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro ou da própria região, adquirindo propriedades e se instalando no meio urbano. Os imóveis obtidos por esses negociantes possuíam valores em torno de £4,00 a £450,00 (em torno de 100\$000 a 9:000\$000 réis), investidos em propriedades como chácaras, terrenos e casas, podendo conter em anexo um cômodo que serviria como estabelecimento comercial. Percebemos que nas décadas de 1870 a 1890, as propriedades dos negociantes se localizavam nas ruas do núcleo central da cidade³⁴⁶, e a partir da primeira década do século XX, com a abertura de novas vias, há um deslocamento significativo para o núcleo do Rosário, principalmente na via denominada Silviano Brandão. Estas propriedades em geral eram registradas, conforme o exemplo de uma transação realizada no ano de 1893, fruto da aquisição de um imóvel feita pelo comerciante Francisco Augusto Fernandes: *“Uma casa de morada com cômodo para negócio, sita à Rua Duque de Caxias, com fundos até a Rua Amazonas, esquina da Rua Gonçalves Dias, dividida pelo lado esquerdo com José Escapulatempo”*³⁴⁷ localizada na Rua do Imperador, principal via do núcleo citadino.

345 Para esta análise utilizamos de informações parciais, pois muitos os registros que compõem o corpus documental das décadas que estudamos não nos oferecem informações completas da posição social e dos ofícios das pessoas que estavam envolvidas nas transações. Para complementar os dados das certidões de imóveis, utilizamos das referências que nos oferecem os Almanques Sul Mineira (1874 e 1884) e Almanaque do Município de Pouso Alegre.

346 Nas escrituras presentes em nosso corpus documental, são mencionados os seguintes logradouros para os bens adquiridos pelos comerciantes: Rua do Imperador (Avenida Central, Avenida Doutor Lisboa), Rua Duque de Caxias, Travessa Bom Jesus, Rua da Princesa Imperial, Rua Primeiro de Março, Rua Júlio Brandão, Rua Visconde do Rio Branco, Rua Moreira César, Praça Quinze de Junho, Praça 25 de Junho, Rua dos Quatro Cantos, Rua da América, Rua Cantagalo e Largo do Mercado. Já em 1900, há transações em logradouros que estavam sendo abertos: Rua Adolfo Olinto, Rua Adalberto Ferraz, Rua Afonso Pena, Rua Dom Nery, Avenida Abreu, Rua São José e Rua Monsenhor José Paulino. No núcleo do Rosário, a Rua Silviano Brandão, pavimentada neste período, se torna a mais procurada a nível de investimentos pelos comerciantes, ocorrendo a implantação de uma área comercial naquela localidade. Já nos subúrbios, as transações realizadas foram em chácaras, pastos, terrenos e pequenas casas de morada.

347 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo 02, p. 78, reg. 1429. Disponível no acervo do Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, Mg.

A região central também abrigava fazendeiros, proprietários, capitalistas, advogado, médicos e pessoas que exerciam algum cargo público, como juiz, tabelião, políticos locais e funcionários da municipalidade. Algumas destas pessoas, principalmente os proprietários e capitalistas, adquiriam diversos imóveis e com o passar dos anos dinamizavam suas vidas financeiras transacionando os mesmos, como podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 07: Transações e valores de imóveis realizadas durante o período estudado

Nome	Imóveis adquiridos	Valor Total (de réis)	Imóveis vendidos	Valor total (réis)
Major João Basílio da Costa Pinto (Capitalista)	08	26:200\$000	03	2:300\$000
Coronel Saturnino Vilhena de Alcântara (Proprietário)	06	26:000\$000	08	31:800\$000
Coronel Octávio Meyer (Proprietário)	05	10:700\$000	03	450\$000

Fonte: Livro de Registros de Imóveis da Comarca de Pouso Alegre. Disponível no Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, Mg

Percebemos, por meio desta tabela, a movimentação feita entre aquisição e venda de imóveis, sendo que a documentação aponta que estes cidadãos estavam inseridos neste mercado de transações, constituindo como parte de suas riquezas a dinâmica de compra e venda de propriedades, sendo que a constituição de um patrimônio assegurava a estabilidade financeira própria e de sua família durante a vida.

A propriedade mais valorizada no núcleo central é fruto de uma transação realizada em 1902, aquisição feita pela recém criada Diocese de Pouso Alegre, pelo valor de £544,20:

Duas casas com o respectivo terreno, com fundo para a Rua Dom Nery dividindo pelo lado de cima com a Rua Júlio Brandao, antiga do Ipiranga, e pelos fundos com a Rua Henrique Diniz, antiga General Câmara e pelo lado de baixo com o córrego até os bambus e por estes até sahir na dita Rua Henrique Diniz, avaliadas em 11:000\$000³⁴⁸.

Nesta região, localizamos diversos imóveis adquiridos pelo governo, instituições e Igreja. As escrituras que traziam especificadas “Patrimônio do Bispado” ou “Bispado Sul Mineiro”, se referiam a constituição de bens patrimoniais pertencentes a Igreja Católica, devida a instalação da Diocese no ano de 1900. Foram transacionados 10 imóveis entre os anos de 1899 a 1904 na cidade, sendo 7 aquisições no valor de £1.603,89 (34:950\$000 réis) e 3 transmissões valorizadas em £515,84 (10:500\$000 réis). Destes bens patrimoniais adquiridos, oito são casas de moradas, sendo uma localizada na Rua Afonso Pena, cinco na Praça Quinze de Novembro, duas na Rua Dom Nery, e dois terrenos, um “com 150 palmos de frente para à Rua São José e 86 metros de

348 Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre, tomo II, p. 143, reg. 1870. Disponível no acervo do Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, Mg.

*fundos até a Rua Júlio Brandão*³⁴⁹ e outro “*com 85 palmos de frente e com fundos, até à Rua Henrique Diniz dividindo por um lado com os herdeiros de Francisco José de Paiva e por outro com Joao Carlos*³⁵⁰”, todas estas localizadas em ruas próximas a igreja matriz. As casas adquiridas pelo Bispado possuíam grandes extensões, como a propriedade adquirida no ano de 1899 no valor de £138,15 (4:500\$000 réis):

Casa de morada à Rua Affonso Penna, esquina da Rua Júlio Brandao com 14 metros de ponte e 184 de fundo com 4 janelas e 1 porta para fora e Rua Affonso Penna e 4 janelas e 2 portas para a à rua Júlio Brandao e o respectivo terreno todo murado com 83 metros de fundo e 23 de largura, casa em que reside F. da Costa Braga pelo fundo com a Rua Silviano Brandao³⁵¹.

Além destes imóveis, o Bispado adquiriu em 1901 duas partes de uma chácara para abrigar o Seminário e o Colégio Diocesano destinados aos meninos, todos eles pertencentes a esta instituição. Estas propriedades estavam localizadas no núcleo dos subúrbios, sendo vasto o seu terreno, como nos apresenta a descrição do imóvel valorizado em £663,00 (14:000\$000 réis):

Duas partes na Chácara do Seminário, nesta cidade, sendo havida por compra feita aos herdeiros de Antônio Francisco Furtado de Mendonça Filho e outra que lhe foi adquirida no inventário amigável que o procedeu do falecimento de D. Maria Constança de Oliveira, todas as benfeitorias existentes e os terrenos assim divididos. Principia perto da casa de Antônio de tal na Rua Henrique Diniz, onde começa uma cerca de arame, por esta até encontrar outra cerca de arame em divisas com o Doutor Augusto Cesar de Vasconcellos, volta à esquerda e por este até encontrar outra, que forma com aquela um deserto, volta a direita a direcionar ao mesmo até o pasto seguindo por um fecho de gravatás em divisas com Ignácio de Paula até encontrar o valo dividindo o terreno da chácara com os fundos dos quintais das casas da Rua da Palha, e por este valo atravessa a linha férrea- Sapucahy e seguindo ainda por um valo, antes até o Rio Mandu, volta a esquerda e debaixo até encontrar as divisas com Manoel Joaquim Gonçalves de Amorim e seguindo por este rasgão onde tem cerca de arame até apanhar a ponta da banqueta e por esta até um valo de divisas com o Coronel Saturnino Vilhena de Alcântara, atravessa a linha férrea Sapucahy e por uma cova de divisas até a boca de um valo e por este acima rumo direita até o canto da casa onde principiou e finda, ficando compreendida dentro desta demarcação a parte que já foi adjudicada à Fábrica da Matriz de Pouso Alegre no inventário de Dona Maria Vicentina de Queiroz³⁵².

349 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo III, p.06, reg.1960. Disponível no acervo do Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, Mg.

350 *Idem*, p.20, reg. 2045.

351 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo III, p.113, reg.1692. Disponível no acervo do Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, Mg.

352 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo II, p.129, reg.1787. Disponível no acervo do Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, Mg.

Imagem 12- Núcleo central, Rua do Imperador (Avenida Central, Dr. Lisboa) 1910



Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo

Em conjunto com os prédios eclesiásticos, instalaram-se na região central instituições como Casa de Caridade e a Loja Maçônica, registrando suas propriedades no início do século XX. Em 1906, instala-se na cidade uma entidade voltada para práticas de caridade, composta do Hospital São Vicente de Paulo e em anexo o Orfanato Nossa Senhora de Lurdes. A aquisição constante de *“uma casa de morada e respectivo terreno n’esta cidade à Rua Adolpho Olinto que foi do Major Joao Olinto”*³⁵³ foi realizada a título de compra e venda no valor de £332,05 (5:000\$000 réis), estando localizada próxima a Igreja Matriz. Já a maçonaria se instala no município por meio da aquisição de *“Um terreno com vinte e um metros de frente para o Largo do Rosário e trinta e quatro metros de fundos, dividindo de um lado e pelo fundo com os transmitentes e de outro lado com a casa do finado José Feliciano de Paiva”*³⁵⁴ em forma de doação de um membro maçom, imóvel este valorizado em £13,28 (200\$000 réis). Estas instituições estabelecidas no primeiro decênio do século XX em Pouso Alegre proporcionaram novas configurações no centro da cidade e no meio social.

O que nos chama atenção nos registros é o surgimento e pavimentação de ruas no núcleo central da cidade. As vias pavimentadas proporcionaram maiores aquisições de propriedades nestas vias, fator que contribuiu para a expansão e povoamento desta região. Adjacente à avenida principal, neste mesmo período, é aberta a Avenida Abreu, em terras pertencentes à família Abreu Lima, estabelecida entre o centro citadino e a região do Rosário. Foram registrados pelo tabelião de imóveis local entre os anos de 1904-1905 a transação de treze terrenos e quatro casas de morada, sendo uma com terreno anexo. As pequenas propriedades eram constituídas por pequenos

353 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo III, p. 46, registro 2200. Disponível no acervo do Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, MG.

354 *Idem*, tomo II, p. 132, reg. 1804.

terrenos, geralmente “*cinquenta palmos de frente e 43 metros de fundo*”³⁵⁵ avaliados em torno de £5,00 a £27,00 (100\$000 a 400\$000 réis), dependendo da localidade onde se encontrava estabelecido. Já aqueles que possuíam maiores extensões, ou que possuíam um ou mais lotes, foram vendidos a preços acima de 1:000\$000 réis (entre £5,07 a £6,53), como a transação realizada no ano de 1904, propriedade adquirida por Silva da Rocha, comerciantes local, pelo valor de £7,60 (1:500\$000 réis):

Dois terrenos, um com 34,50 de frente para a Avenida Abreu, com fundos até o córrego dividindo por um lado com Joao V. C. e por outro com C. Pedroso; 1 terreno com 11 m de frente para a Rua Adalberto Ferraz, dividindo por um lado com Manoel Ferreira de Abreu e Lima e por outro com Anardino de Paula e pelos fundos até o meio do terreno em divisa com terrenos do nosso (...) que faz frente para a rua que desce para a Estação, terrenos esses havidos por compra feita a Capitão Manoel Ferreira de Abreu e Lima e sua mulher³⁵⁶

As casas edificadas nesta região foram transacionadas em valores que atingiam a 5:000\$000 réis (a variação deste valor em libras esterlinas era de £155,00 a £326,50). Edificações com características de chácaras, constantes de terrenos que englobavam vários lotes, e algumas possuindo benfeitorias. A transação realizada em 1909 nos exemplifica a extensão que estas propriedades possuíam, sendo esta em específico fazendo divisa com o Largo da Cadeia localizado na avenida principal, adquirida pelo negociante João Bertolacine, a título de compra e venda, pelo valor de £156,67 (2:500\$000 réis):

Uma casa nesta cidade à Avenida Abreu, esquina da Rua que vae ter ao Largo da Cadeia e o respectivo terreno, medindo dez metros de frente com fundos correspondentes a vae até o córrego de divisa com Vicente Ferreira Rodrigues, casa e terreno que eles transmitentes, houveram por escritura de dação in solutum de 06 de fevereiro de 1906, no 2º ofício e transcrita no registro hipotecário desta comarca sob o nº 2148, escritura essa em que eram outorgantes João Pedro Coimbra e sua mulher³⁵⁷.

A região do Rosário possuía um certo hibridismo em relação as classes que ali habitavam. Localidade antiga, no século XIX espaço em que se encontravam os escravos da cidade, era constituída por pessoas de diversas classes sociais, distribuídas pelas Ruas do Rosário (logradouro paralelo ao Largo do Rosário, que passa a ser denominado Praça João Pinheiro já na primeira década do século XIX), Júlio Brandão, logradouro que não possuía imóveis até o período que analisamos na documentação, e Silviano Brandão. No entorno da praça, nossa documentação registra sete imóveis transacionados entre os anos de 1885 a 1907 consistindo em casas edificadas valorizadas

355 Cf: *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo III, registros 2105, 2106, 2147, 2205, 2208, 2279, 2352, 2355, 2362, 2363 e 2409. Disponível no acervo do Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, MG.

356 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo III, p. 22, reg. 2056. Disponível no acervo do Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, Mg.

357 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo III, p. 99, registro 2200. Disponível no acervo do Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, Mg.

Idem, p. 99, registro 2200.

entre £11,00 a £206,00 (1:000\$000 a 5:000\$000). Este espaço era habitado por professor, advogado, engenheiro e alguns comerciantes. A mais valorizada no entorno do largo caracterizava-se por ser “*uma morada de casas com terreno respectivo, dependências e benfeitorias, inclusive uma pequena casa existente no mesmo terreno*”³⁵⁸ tendo como limites a rua Ipiranga e a rua General Câmara (pelos fundos), estas pertencentes a região central da cidade, adquirida pelo capitalista e negociante Saturnino Vilhena de Alcântara, no valor de £206,00 (5:000\$000 réis).

Imagem 13- Vista parcial do núcleo do Rosário- Largo que leva este mesmo nome



Fonte: Revista Fon Fon, ano II, nº 49, Rio de Janeiro, 14 de março de 1908

A Rua Silviano Brandão, anteriormente denominada Duque de Caxias, se tornou a partir da década de 1900 o logradouro mais populoso do núcleo do Rosário. O primeiro registro datado de 23/03/1900 documentou a transação de uma casa e terreno comprados pelos negociantes Barros Vieira & Cia, da cidade do Rio de Janeiro, no valor de £58,50 (1:500\$000 réis). O imóvel adquirido possuía “*Uma casa de morada sita à Rua Silviano Brandao, abrangendo terreno e armação de negocio, casa coberta de telhas, forrada e assoalhada*”³⁵⁹ fazendo divisas com o centro, pelas esquinas das Ruas Amazonas e Quatro Cantos. Dos vinte e seis registros identificados em nosso corpus documental, constatamos que dos adquirentes de patrimônios neste logradouro treze eram pessoas que se dedicavam aos negócios, seis lavradores, um médico, proprietário, arquiteto, artista, empregado publico e apenas três não possuíam identificação de algum ofício ou trabalho. As propriedades transacionadas estavam valorizadas entre £39,00 a £507,00 (200\$000 a 10:000\$000 réis) entre casas com terrenos ou cômodos de negócios, prédios e lotes de terrenos. Os lotes foram vendidos entre £11,00 a £50,00 (200\$000 a 400\$000 réis), conforme sua extensão, como a compra realizada em 1907 pelo comerciante Rodolpho de Barros Cobra, referente a “*Um terreno à Rua Silviano Brandao, esquina da Travessa que ao Largo do Rosário, com sessenta*

358 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo II, p. 38, reg. 1197. Disponível no acervo do Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, Mg.

359 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo II, p. 116, registro 1712. Disponível no acervo do Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, Mg.

palmos de frente e cento e oitenta de fundos (...) desmembrado imóvel dito no Largo do Rosário e com fundos até a rua Silviano Brandao”³⁶⁰. Os demais imóveis, com casas construídas, foram transacionados a preços acima de £50,00 (800\$000 réis). Os mais valorizados constavam de morada bem construída ou alguma benfeitoria, como a aquisição feita em 1904 por Joaquim Mariano Campos do Amaral no valor de £507,00:

Uma casa de morada à Rua Silviano Brandao esquina da Rua Júlio Brandao e Francisco Salles e nos fundos com a viúva e os herdeiros do Major Américo Marques Teixeira e Mello, com o herdeiro do Tenente Pinheiro, com José Joaquim Vieira de Carvalho e com o herdeiro de Miguel Constantino Almeida Faria, imóvel esse que foi havido por compra feita a Affonso Telles do Nascimento e sua mulher e transcripto no registro hipotecario d’esta comarca sob n° 98 em 04 de Dezembro de 1877, com todas as benfeitorias inclusive a parte acrescida e duas servidões d’agua³⁶¹.

Por ter sido um logradouro em que identificamos grande numero de negociantes, temos em mente que a partir de 1900, o comércio se expandiu para esta parte da cidade, rua esta também que até os dias atuais dá acesso ao caminho que segue para Borda da Mata, na época distrito de Pouso Alegre.

A região das Taipas e Cruzes possuíam poucas propriedades registradas, o que nos dá um panorama melhor do tipo de imóvel constante naquela localização. O bairro da Cruzes, região antiga da cidade, posicionado em um ponto mais alto da urbe, caracterizava-se por imóveis com preços mais baixos. Pelos registros percebemos a presença de pequenos comerciantes e lavradores, em propriedades de £4,18 a £31,28 (100\$000 a 500\$000 réis), contando apenas nas notações cartoriais de duas casas de morada e um terreno valorizado em £52,78 (950\$000 réis) No núcleo denominado Taipas, os valores de transações atingiram o valor de £500,00 (em torno de 8:000\$000 réis), sendo escrituradas duas chácaras vendidas a £125,60 e £503,18 (4:000\$000 e 8:000\$000 réis), duas casas de moradas nos valores £12,56 e £19,50 (400\$000 e 500\$000 réis) e um terreno “*de extensão quarenta e oito metros e por outro trinta e três metros*”³⁶² adquirido pelo valor de £9,60 (200\$000 réis). Esta região, na segunda década do século XX, abrigaria o Cemitério Municipal, transferido do Alto das Cruzes e um hospital, sendo construído com o apoio do então diretor de higiene pública do estado de Minas Gerais Samuel Libânio e da Fundação Rockefeller, sendo dirigido inicialmente por membros da Igreja Católica, as irmãs da Congregação da Divina Providência.

Os núcleos dos subúrbios possuíam casas simples na região do aterrado e Rio Mandú, terrenos estes que já sofriam pelas cheias do rio em tempos de chuvas torrenciais, chácaras e grandes extensões de terras em regiões que delimitava o núcleo mais habitado da cidade. Ao delimitarmos a localidade, tomamos como parte deste núcleo as terras que seguiam além do

360 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo III, p. 58, reg. 2264. Disponível no acervo do Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, MG.

361 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo III, p. 20, reg. 2044. Disponível no acervo do Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, MG.

362 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo I, p. 07, registro 879. Disponível no acervo do Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, Mg.

traçado férreo da Rede Mineira de Viação. Neste sentido, regiões conhecidas como aterrado, estradas que dava acesso para o Distrito de Estiva e o estado de São Paulo, parte da Rua Coronel Pradel, que abria caminho para o bairro da fazendinha e cidade de Ouro Fino e o final das Rua das Taipas, direção esta que conduzia a Colônia Francisco Sales e a cidade de Santa Rita. A planta da cidade contida no mapa 01, nos mostra que estas regiões eram compostas por chácaras ou fazendas, como a Fazenda do Ovídio, do Coronel Ribeirinho e a Chácara dos Reis, estas mais próximas do espaço citadino, não registradas na documentação de imóveis para as décadas que estamos estudando.

Imagem 14- Núcleo das Cruzes tendo vista para a região central e subúrbios, 1910



Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo

Dentre estas grandes propriedades, nas notações cartoriais, identificamos duas pequenas propriedades edificadas, composta por casas, com valores de £12,51 e £25,07 (200\$000 e 400\$000 réis), adquiridas por lavradores, e pastos, que equivaliam de £15,21 a 16,72 (300\$000 a 400\$000 réis), localizadas no aterrado do Rio Mandú. Ao final do núcleo do Rosário, no ano de 1903, foi realizada a transação de uma propriedade para abrigar o Colégio da Visitação, instituição de ensino voltada para meninas dirigida pela Igreja Católica, no valor de £297,97 (6:000\$000 réis). O patrimônio era constituído por

Uma chácara com todas as benfeitorias com frente para a antiga Rua do Cantagalo. Divisas: principia na mesma rua em divisas com Alfredo Ferreira de Paula e desce dividindo com este até o chanfrado em divisas com os transmitentes, depois de atravessar o córrego, seguindo pelo referido chanfrado até o córrego seguindo pelo valo pelo convexo córrego até as divisas com a Via Férrea Sapucahy; volta a esquerda em divisas com a mesma Via Férrea até alcançar as divisas da Chácara do Seminário Episcopal, segue por estas divisas até a Rua da Palha e dividindo com a dita rua até o canto da do Cantagalo e segue pelas divisas com Alfredo Ferreira de Paula. Fica incluído em pequeno terreno onde existe uma casa da preta Vinícia Leal, o qual terreno mede esteio da casa ao rego d'água que remete ao Seminário³⁶³.

Como percebemos em nosso mapeamento espacial da cidade, por meio da documen-

363 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo III, p. 52, registro 1971. Disponível no acervo do Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, Mg.

tação, as propriedades pertencentes a Igreja Católica estavam relativamente próximas, como o Colégio da Visitação, estabelecido em frente ao Ginásio e Seminário Diocesano.



Imagens 15 e 16- Patrimônios da Igreja Católica: Colégio Diocesano e Colégio da Visitação



Fonte: Revista Fon Fon, ano II, nº 49, Rio de Janeiro, 14 de março de 1908.

No corpus documental analisado, encontramos também registros realizados pela municipalidade e empresa pública. Por estas instituições foram adquiridas nove propriedades, para o estabelecimento de prédios destinados a serviços, destacando o terreno em que se construiu o prédio do Mercado Municipal no centro da cidade, obtido por compra de propriedade da Igreja Matriz local, constando de “*uma casa e benfeitoria, a título público de compra e venda, no valor de 2:000\$000 (£96,00)*”³⁶⁴ e o espaço de dois terrenos “*um com vinte metros de frente e com de fundos e o outro com dois mil setecentos e quatorze metros quadrados e oito décimos*”³⁶⁵, na Rua do Mandú, destinados a edificação das instalações da Estação Ferroviária no final da principal avenida local, obtido por compra em 1895 pela Companhia de Via Férrea do Sapucahy com sede no Rio de Janeiro no valor de £103,00 (2:500\$000 réis).

Por meio desta sessão, buscamos analisar a cidade de Pouso Alegre mediante a divisão de núcleos e da documentação de registro de imóveis para as décadas estudadas, verificando os valores transacionados em determinadas regiões e os sujeitos sociais envolvidos nos atos de negociações. As aquisições feitas pelo estado e municipalidade visavam melhorias locais, como a aquisição

364 *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo II, p.06, reg.871. Disponível no acervo do Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, MG.

365 *Idem*, tomo II, Reg. 1196.

de um espaço próprio para o Mercado, em que se construiu um prédio amplo para abrigar esta forma de comércio, a compra de terrenos pela Via Férrea Sapucaí, destinado a edificação de uma estação, proporcionando facilidade na comunicação de Pouso Alegre com os grandes centros e as cidades da região e a Colônia Francisco Sales, local este em que abrigou por alguns anos os colonos vindos da Europa. Já a Igreja Católica, com a criação da Diocese mantendo sua sede na cidade, procurou ampliar seu patrimônio local, por meio da construção de colégios e instituições de caridade voltadas para a educação e saúde, exercendo certa influência tanto no espaço urbano como nas vivências do dia a dia da cidade. As metamorfoses espaciais estavam ocorrendo, com o surgimento de novas ruas e espaços sociais que de certa forma influenciaram no cotidiano da população pouso alegreense.

Entre o campo e a cidade: breve análise sobre aqueles que mais transacionaram imóveis no município

Tendo analisado os registros de imóveis que compõem o corpus documental para as décadas estudadas neste trabalho, direcionamos nossas análises para o meio urbano e rural, observando as dinâmicas das transações de imóveis nos quatro decênios propostos, para os distritos, analisando cada localidade em sua especificidade, e em seguida voltamos nosso olhar apenas para a cidade de Pouso Alegre, utilizando da mesma metodologia de análise, tomando de forma separada o rural e o urbano, possibilitando observar os investimentos que estavam sendo feitos no campo e na cidade. Em Pouso Alegre constatamos que o deslocamento do meio rural para a cidade possui um relativo aumento na primeira década do século XX, quando a cidade passa por melhorias em sua infraestrutura, abertura de novas ruas e surgimentos de novas regiões. Geralmente, as pessoas que possuíam melhores condições financeiras, aquelas que constituíam a elite local, mantinham propriedades no campo concentrando a produção agrícola em fazendas, sítios ou porções de terras, e na cidade mantendo seus casarões como forma de expressar sua influência. Este costume já era observado desde os tempos da colônia, como é observado por Manolo e Florentino, em seus estudos que permeiam o século XVIII, lançando olhares para certo domínio das estruturas agrárias tradicionais, características do Antigo Regime, em que “a aristocracia controlava, direta ou indiretamente, metade das terras e seus pares eclesiásticos cerca de 30%”³⁶⁶. No caso de nosso estudo, que abrange século e localidade diferente, percebemos de forma similar,

366 FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 41. Nas páginas seguintes, da seção denominada “Em busca de uma nova abordagem”, os autores se referem ao arcaísmo dessa estrutura mantida em terras brasileiras em que se diferiam dos padrões que delineavam as sociedades do Antigo Regime, com o exemplo que citamos: “Durante o século XVI, o panorama agrícola era de atrofia tecnológica e demográfica, estimando-se que o campesinato somasse apenas 1/3 da população- dado estranho até mesmo das economias do tipo antigo. Em contrapartida, os segmentos formados pelo clero (no século XVII havia um membro da Igreja para cada grupo de 36 habitantes), fidalgos e mercadores abarcavam outro terço, cabendo a parcela restante a artesãos, trabalhadores manuais, marinheiros, pescadores, servidores e ociosos”. Cf. Idem, p. 42. Para a região que estudamos, em uma analogia, percebemos que parte das terras estavam concentradas nas mãos dos “mais ricos”- elite, e outra parte daqueles que pertenciam a uma classe média e aos que constituíam a base (estes possuindo pequenas propriedades, em que trabalhavam a terras para atividades de subsistência e venda da produção que excedia).

Das nove transações realizadas por Barros Cobra, duas foram vendas de propriedades e as outras foram aquisições identificadas em sete registros. No distrito de Borda da Mata, são adquiridos terras e cafezais em uma fazenda denominada Paiol do Campo e uma parte de terras neste mesmo distrito. No entanto, seus maiores investimentos se realizaram na cidade de Pouso Alegre, patrimônio avaliado em £1.713,65 (15:700\$000 réis), consistindo em duas chácaras, uma no valor de £526,04 (5:000\$000 réis), localizada na Rua Primeiro de Março, comprada em duas metades valorizadas em £263,02 (2:500\$000 réis) e a outra chacara, localizada na cidade, a £205,68 (2:200\$000 réis). Na cidade, foram adquiridas também mais duas casas, sendo uma constante de grande extensão de terreno, no valor de £638,39 (7:000\$000 réis) e a outra, localizada no núcleo do Rosário, valorizada em £157,81 (1:500\$000 réis). Neste sentido, por meio das transações realizadas por Barros Cobra, percebemos a valorização e a busca de investimentos imobiliários na cidade, sendo que muitos destes que outrora se dedicavam as suas fazendas, com a vinda para o universo urbano, passarão a se ocupar também de atividades comerciais, mantendo propriedades no campo e na cidade.

Possuidor de grandes extensões de terras no distrito de Congonhal, na região denominada Cascata de São Domingos e Machado, o Major João Basílio da Costa Pinto fazendeiro e capitalista, colocou a venda seus patrimônios neste mesmo distrito na década de 1890, em valor correspondente a £9.428,92 (210:000\$000 réis)³⁶⁸. Com esta importância, passou a adquirir imóveis na cidade de Pouso Alegre, tanto no meio rural como no urbano, realizando dezessete transações nesta localidade e uma no distrito de Sant'Ana do Sapucaí, como consta na tabela abaixo:

Tabela 09: Transações feitas pelo Major João Basílio da Costa Pinto

Década	Propriedade	Local	Tipo de transação	Valor em Réis	Valor em Libras
1888	Parte de terras na Fazenda Paraíso	Pouso Alegre	Compra	6:000\$000	£631,25
1888	Parte de terras na Fazenda Paraíso	Pouso Alegre	Compra	2:000\$000	£210,42
1888	Parte de terras Fazenda Paraíso	Pouso Alegre	Compra	2:000\$000	£210,42
1889	Parte de terras Fazenda Paraíso	Pouso Alegre	Compra	1:534\$000	£169,04
1889	Parte de terras Fazenda Paraíso	Pouso Alegre	Compra	880\$000	£96,97
1894	Sorte de terras (Paraíso)	Pouso Alegre	Compra	4:000\$000	£167,20
1894	Chácara à Rua Primeiro de Março com terreno e todas as benfeitorias	Pouso Alegre	Compra	6:000\$000	£250,80
1894	Sorte de terras (Cajurú)	Pouso Alegre	Compra	25:000\$000	£1.045,02
1895	Casa de morada com muros à Rua Ipiranga	Pouso Alegre	Compra	2:000\$000	£82,40
1896	Sorte de terras (Cajurú)	Pouso Alegre	Compra	1:500\$000	£56,25
1896	Sorte de terras (Paraíso)	Pouso Alegre	Venda	1:500\$000	£56,25
1897	Casa de morada e terreno à Rua da Boa Vista	Pouso Alegre	Compra	600\$000	£18,84

368 Percebemos aqui a desvalorização de moeda nacional (contos de réis) de um ano para o outro. As duas propriedades foram vendidas por João Basílio pelo mesmo valor (105:000\$000). Em 1893, este valor, em libras esterlinas era de £5.039,84, e no ano de 1894, o mesmo valor em réis registrou-se em £4.389,08 libras esterlinas.

1899	Casa de morada pequena com terreno de 180 palmos à Rua Silvestre Ferraz	Pouso Alegre	Compra	400\$000	£12,28
1899	Casa de morada com terreno murado à Rua da Boa Vista	Pouso Alegre	Compra	13:000\$000	£399,10
1901	Duas casas de morada à Rua Boa Vista com respectivos terrenos	Pouso Alegre	Compra	1:200\$000	£56,83
1902	Casa de morada coberta de telhas e terreno à Rua Silvestre Ferraz	Pouso Alegre	Compra	800\$000	£39,58
1902	Casa de morada e terreno à Rua Júlio Brandão	Pouso Alegre	Compra	2:200\$000	£108,84
1903	Sítio de culturas na Fazenda Santa Bárbara	Sant'Ana	Compra	9:000\$000	£446,96

Fonte: Livro de Registros de Imóveis da Comarca de Pouso Alegre. Disponível no Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral)- Pouso Alegre, Mg.

Os primeiros investimentos realizados pelo Major João Basílio se concentraram na compra de partes de terras da Fazenda Paraíso, localizada na região do Cajurú com extensões que se aproximavam às margens do rio Mandú. De acordo com a nossa documentação, várias pessoas adquiriram terras pertencentes a esta Fazenda, em que se produziam culturas diversas, como plantações de cana, mandioca, feijão e gêneros de primeira necessidade. Contudo, por João Basílio foram realizadas seis transações de aquisição correspondentes cinco partes e uma sorte de terras entre os anos de 1888-1894, dispendendo o valor total de £ 1.485,30 (16:414\$000 réis) sendo os primeiros imóveis que constituíram o seu patrimônio. No meio rural, realizou em 1894 a compra de uma sorte de terras no Cajuru, valorizada em £1.045,02 (25:000\$000), e anos mais tarde, em 1903, um sítio de culturas no distrito de Sant'Ana do Sapucaí, no valor de £446,96 (9:000\$000). As aplicações feitas em aquisições de bens rurais pelo Major resultaram na quantia total de £3.089,78 (50:414\$000 réis), correspondendo a 65% de seus investimentos.

Já na cidade, foram realizadas oito transações, correspondendo a nove imóveis, entre chácaras e casas com terrenos. A maioria destas propriedades se localizava no núcleo central, sendo quatro casas com respectivos terrenos na Rua Boa Vista, duas na Rua Silvestre Ferraz e uma chacara na Rua Primeiro de Março, e uma casa e terreno no núcleo do Rosário, localizada na Rua Júlio Brandão. No núcleo citadino, João Basílio dispendeu com aquisições de imóveis a quantia total de £968,67 (26:200\$000 réis), correspondendo a 34% de todos os seus bens. Nestes anos todos em que foram realizadas transações, identificamos apenas uma venda realizada pelo Major no ano de 1896, constante de uma sorte de terras, no valor £56,25 (1:500\$000 réis), daquelas que ele havia adquirido na Fazenda do Paraíso. Constatamos que o João Basílio procurou concentrar seus investimentos na cidade de Pouso Alegre, quando mesmo decide vender suas propriedades no distrito de Congonhal e passa a adquirir imóveis na sede do município. Seu objetivo conservar e aumentar seu patrimônio imobiliário, permanecendo com seus trabalhos rurais, como podemos observar por meio dos investimentos no campo (tendo negociado apenas uma parte de suas terras da considerável extensão adquirida por ele da Fazenda do Paraíso), e manter imóveis na cidade, no intuito de movimentar o capital por meio de aluguéis ou por transações futuras.

Nascido em berço de família tradicional integrante da elite local, o Coronel Saturnino Vilhena de Alcântara foi aquele que obteve o maior número de transações, entre compra e venda de imóveis. No ambiente urbano, exerceu na municipalidade a função de primeiro suplente de

delegado de policia e nas práticas comerciais foi capitalista e proprietário de negócios, além de ser mencionado no quadro daqueles que plantam café³⁶⁹. Realizou 35 transações entre os anos de 1890 a 1910, sendo a sua maioria de imóveis localizados no meio rural, no qual manteve boa parte de seus investimentos patrimoniais, mencionados no quadro abaixo:

Tabela 10: Transações feitas pelo Coronel Saturnino Vilhena de Alcântara

Déca-da	Propriedade	Local	Tipo de transação	Valor em Réis	Valor em Libras
1884	Parte de terras e benfeitorias	Sant'Ana	Compra	100\$000	£8,62
1891	Terras	Pouso Alegre	Compra	3:000\$000	£185,39
1894	Casa, terreno e benfeitorias à Travessa Bom Jesus	Pouso Alegre	Compra	6:000\$000	£250,80
1895	Casa de morada, dependências, benfeitorias, terreno à Rua do Rosário	Pouso Alegre	Compra	5:000\$000	£206,00
1896	Fazenda do Tijuco Preto	Sant'Ana	Venda	6:000\$000	£225,00
1896	Fazenda Agua Quente	Sant'Ana	Venda	5:000\$000	£187,50
1897	Casa de morada à Rua Adolfo Olinto	Pouso Alegre	Compra	1:000\$000	£31,40
1897	Casa de morada à Rua Adolfo Olinto	Pouso Alegre	Venda	1:000\$000	£31,40
1898	Casa e respectivo terreno à Rua Adolfo Olinto	Pouso Alegre	Compra	4:000\$000	£118,80
1902	Pasto das Éguas	Pouso Alegre	Venda	2:000\$000	£98,95
1902	Duas casas e respectivos terrenos à Rua Dom Nery (Pertencia ao Saturnino)	Pouso Alegre	Permuta (Bispado)	11:000\$000	£544,20
1902	Duas casas e terrenos à Rua Quinze de Novembro (Pertencia ao Bispado)	Pouso Alegre	Permuta (Bispado)	8:000\$000	£395,78
1902	Chácara e benfeitorias nos Subúrbios	Pouso Alegre	Venda	4:000\$000	£197,89
1904	Sorte de terras "Pasto das Éguas"	Pouso Alegre	Venda	6:000\$000	£304,20
1905	Chácara, com casa e benfeitorias na Vendinha	Pouso Alegre	Venda	1:200\$000	£78,36
1905	Morada de casas de dois chalés à Rua Adalberto Ferraz	Pouso Alegre	Venda	2:500\$000	£163,25
1906	Sítio de pastagens às margens do Rio Cervo	Pouso Alegre	Compra	8:000\$000	£531,28

369 Cf. VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanak Sul- Mineiro* para 1884. Campanha: Typographia do Monitor Sul- Mineiro, 1884, p. 365. OLIVEIRA, Antônio Marques de. *Almanack do Município de Pouso Alegre*. Rio de Janeiro: Casa Mont'Alverne, 1900, p.107.

1907	Casa e terreno à Rua Silviano Brandão	Pouso Alegre	Venda	800\$000	£50,32
1908	Parte de terras em sociedade no bairro da Roseta	Pouso Alegre	Compra	60\$000	£3,75
1908	Casa e terreno à Rua Mons. José Paulino	Pouso Alegre	Venda	2:000\$000	£125,13
1909	Quatro alqueires de terras no Brejal	Pouso Alegre	Compra	200\$000	£12,53
1909	Quatro alqueires de terras Brejal	Pouso Alegre	Compra	200\$000	£12,53
1909	Cinco alqueires de terras “Ribeirão da Lavra”	Pouso Alegre	Compra	200\$000	£12,53
1909	Uma parte de terras “Córrego do Brejal”	Pouso Alegre	Compra	100\$000	£6,27
1909	Cinco alqueires de terras “Córrego do Brejal”	Pouso Alegre	Compra	200\$000	£12,53
1909	Parte de terras “Brejal”	Pouso Alegre	Compra	200\$000	£12,53
1909	Parte de terras “Fazenda Jatuba e Ribeirão da Lavra”	Pouso Alegre	Compra	40\$000	£2,51
1909	Parte de terras “Brejal”	Pouso Alegre	Compra	600\$000	£37,60
1909	Parte de terras “Ribeirão da Lavra”	Pouso Alegre	Compra	200\$000	£12,53
1909	Parte de terras “Ribeirão da Lavra”	Pouso Alegre	Compra	100\$000	£6,27
1909	Parte de terras “Ribeirão da Lavra”	Pouso Alegre	Compra	200\$000	£12,53
1909	Restante de parte de terras “Brejal”	Pouso Alegre	Compra	200\$000	£12,53
1909	Parte de terras nas vertentes “Ribeirão da Lavra”	Pouso Alegre	Compra	160\$000	£10,03
1909	Parte de terras “Brejal”	Pouso Alegre	Compra	200\$000	£12,53
1910	Sorte de terras “Pasto das Éguas”	Pouso Alegre	Venda	300\$000	£20,14

Fonte: Livro de Registros de Imóveis da Comarca de Pouso Alegre. Disponível no Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral)- Pouso Alegre, Mg

Com a experiência na área comercial, Saturnino de Alcântara soube bem aplicar na área de transações de imóveis. Analisando a tabela, tomamos conhecimento, pelo corpus documental que compõem as décadas estudadas, que o Coronel Saturnino manteve apenas uma propriedade fora de Pouso Alegre, no distrito de Sant’Ana do Sapucaí, constituída de partes de terras e benfeitorias adquiridas no ano de 1884, no valor de £8,62 (100\$000 réis). Neste mesmo distrito, foram vendidas duas fazendas no ano de 1896, a do “Tijuco Preto” por £225,00 (6:000\$000 réis) e a da “Água Quente” por £187,50 (5:000\$000 réis). Em Pouso Alegre, no ano de 1891 adquire uma parte de terras pelo valor de £185,39 (3:000\$000 réis), e realiza algumas vendas de partes de terras nas

décadas seguintes no lugar denominado Pasto das Éguas, tendo um lucro de £ 423,29 (8:300\$000 réis). Pelas escrituras encontradas nos registros de imóveis, tomamos conhecimento que a concentração de terras se deu por meio de aquisições de propriedades, entre os anos de 1906 a 1909, na região conhecida como Brejal, localidade que fazia limites com o Cervo e abrigava a propriedade denominada Ribeirão da Lavra. A constituição de patrimônios rurais do Coronel Saturnino de Alcântara neste território se consolidou por meio de 16 transações, de parte, sorte e alqueires de terras, dispendendo em forma de investimento o valor total de £710,48 (11:160\$000 réis).

No espaço urbano de Pouso Alegre, foram negociados, entre os anos de 1894 a 1908, treze imóveis, sendo cinco aquisições, seis vendas e uma permuta entre duas casas, localizadas nos núcleos Central, do Rosário e nos subúrbios da cidade, sendo casas com terrenos anexos, algumas com benfeitorias e duas chácaras. Até o final do período estudado, Saturnino de Alcântara preservou apenas um imóvel na cidade de Pouso Alegre, e com a venda das outras residências obteve como lucro a soma de £1.042,13 (19:500\$000 réis).

Com o estudo de caso desses três cidadãos, tidos pela nossa análise como os que mais transacionaram imóveis durante o período que compõe o nosso recorte temporal, percebemos que, de forma particular, houve um crescimento dos investimentos na área urbana, principalmente na sede do município, a cidade de Pouso Alegre. Aqueles que antes se dedicavam apenas às suas fazendas (como nos dois primeiros casos, Coronel José Ignácio de Barros Cobra e Major João Basílio da Costa Pinto) passaram a investir no meio urbano, se tornando capitalistas e comerciantes, porém, mantendo uma ou outra propriedade rural. No caso do Coronel Saturnino Vilhena de Alcântara, a dinâmica de transações é bem maior, forma de negócio que ele encontra não apenas acumulando bens patrimoniais, mas fazendo-os circular por meio de compra e venda principalmente os imóveis localizados no meio urbano. Constituiu seu patrimônio mantendo uma casa na cidade, local em que se dedicava a municipalidade e ao meio comercial, e uma propriedade no meio rural, em que iniciou uma pequena lavoura de café. Entre o campo e a cidade, estes homens, como tantos outros, obtinham seus ganhos e constituíam um legado para sua família.

Por meio deste capítulo, estudo dedicado aos registros de imóveis, tivemos a oportunidade de estabelecer outra visão sobre a trajetória histórica de Pouso Alegre, até hoje não investigada, dada a dificuldade de acesso a presente documentação. A riqueza de dados presentes contribuiu para que analisássemos a valorização dos imóveis, primeiramente nos distritos, em seu meio urbano e rural, e logo em seguida na sede do município, a inserção de comerciantes no meio urbano, com a aquisição de casas e cômodos de negócios e a procura de bens imobiliários pelas pessoas que residiam apenas no campo, passando a manter propriedades nos dois espaços ou se mudando definitivamente para a cidade, e que a partir da década de 1890, percebemos um aumento de transações imobiliárias no espaço citadino.

Percebemos que a cidade passa por metamorfoses, principalmente no início do século XX, os trilhos da modernização recebiam a luz fornecida pela energia elétrica e a comunicação via telefone encurtava a distância em que antes era percorrida a pé, a cavalo ou pelas linhas férreas conduzida pela locomotiva. Novas ruas surgiam, as antigas recebiam infraestruturas, e até mesmo o centro comercial, que antes era localizado apenas no núcleo central, passa a ter significativa concentração na região do rosário, especificamente na rua Silviano Brandão. A presença da Igreja trazia consigo um arcabouço ideológico cristão que fará parte do imaginário da população durante longos anos. A partir desta instituição, fundam-se escolas, internatos, orfanatos e centros de Caridade, estabelecendo em imóveis adquiridos na região central e nos subúrbios. Já o governo adquire as terras que abrigariam os imigrantes vindos de outras partes do mundo, área esta

rural, mas que denominamos como subúrbios por estar próxima à cidade. A cidade se transforma para acolher e oferecer serviços para aqueles que passam a habitá-la.

O que nos chama atenção é o fator que torna o município de Pouso Alegre singular. Algumas cidades da região sul mineira, como Varginha, Três Corações, entre outras, adquiriram forças econômicas por meio da plantação e cultivo do café, sendo observada a existência de extensas propriedades pertencentes a fazendeiros. Os registros nos mostram, para Pouso Alegre, que muitas destas grandes propriedades, muitas vezes fruto de partilhas de heranças, foram vendidas em partes, sorte ou alqueires de terras, pequenos sítios e roças, adquiridas em grande parte por lavradores, fator este que corresponde a pouca concentração de extensas propriedades de terras em que se mantinham a grande lavoura, e sim propriedades menores com pequenas produções de subsistência e abastecimento local.

4

Formação da riqueza local: um estudo da Elite Pousoalgreense



Neste capítulo buscaremos entender como os habitantes do município de Pouso Alegre se inseriram de certa maneira no processo urbanístico, analisando os *inventários post mortem* compreendidos entre 1870 a 1920. Este tipo de fonte, documentos ricos em detalhes que requer do pesquisador trabalho árduo e paciente, nos oferecem pistas para análises econômicas e sociais mediante a catalogação dos bens, aos quais podemos obter informações sobre as pessoas e suas vidas, constituição familiar, estrutura habitacional e objetos pessoais, podendo analisar o conjunto de uma sociedade. O Juiz responsável pela municipalidade “*nomeia dois louvados, que eram encarregados de levantar os bens possuídos pelo falecido, além de apontarem o valor desses bens de acordo com a declaração do inventariante e dos preços praticados no mercado*”³⁷⁰ seguindo uma ritualística em que o inventariante (aquele que fica responsável pelo bens do arrolado até a finalização do processo de inventário) se comprometia declarar todos os bens e espólios deixados pela pessoa que havia falecido,

370 ALMICO, Rita de Cássia da Silva. Uma discussão metodológica sobre o crédito no século XIX. *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. Ano 3, vol. 3. Rio de Janeiro: setembro-dezembro 2011, p. 468.

Debaixo de juramento aos Santos Evangelhos, posta a mão direita sobre um livro deles, e, na falta, sobre um missal ou sobre a cruz de vara, insígnia da judicatura, o cabeça do se compromete a declarar tudo o que ficou por morte e falecimento do defunto: “bens e fazenda... assim móvel como de raiz, dinheiro, ouro, prata, peças escravas, encomendas e seus procedidos, açúcares e outros quaisquer bens que por qualquer via ou maneira a este a este inventário pertençam, dívidas que ao defunto se davam ou que por consequência a ele outrem for devedor, conhecimentos, papéis, sentenças ou qualquer cousa que haja de fazer monte”³⁷¹.

Sumariamente, Alcântara Machado nos apresenta a estrutura de um inventário. Mesmo que seu trabalho, elaborado na primeira metade do século XX, contemple a documentação dos séculos XVI e XVII, percebemos que a estrutura dos arrolamentos se manteve a mesma em relação as nossas fontes que percorrem a segunda metade do século XIX e o início do século XX. Para entendermos melhor a estrutura de um inventário e a constituição de suas partes mais comuns, utilizaremos de uma ficha de coleta de dados, que desenvolvemos para esta pesquisa, reproduzindo de forma adequada os principais aspectos desta fonte. Em um primeiro momento, são preenchidas as informações iniciais, com a localização do documento, data do início do processo, nome do inventariado e inventariante e a data e local do falecido. São também fornecidos os dados dos herdeiros, constando o nome, idade e estado civil, sendo possível por meio destes dados observar se a riqueza acumulada pelo falecido inventariado continua na mesma família e as informações gerais que nos ajuda a localizar o sujeito inventariado na sociedade.

Em seguida, especificamos os bens descritos na documentação, a quantidade possuída e os valores atribuídos. Esta categoria divide-se em bens imóveis (que podem ser subdivididos em terras, casas, benfeitorias, culturas, mantimentos e roças), semoventes, bens móveis, dívidas, títulos, ações e terrenos, dados estes essenciais para nosso trabalho de pesquisa. Nas páginas finais da ficha de pesquisa, são anotadas a data de partilha, a somatória de todos os ativos, que nos remete o monte- mor, ou seja, o total da riqueza possuída pelo inventariado. São especificadas também as dívidas passivas e as custas (de enterro, testamento, taxas, impostos), resultando o monte- menor ou partível, ou seja, valores que seriam repartidos entre os herdeiros.

É interessante afirmar que em seu trabalho, Alcântara Machado, mesmo pertencendo a uma tradição de historiadores que escreviam sobre os grandes feitos e fatos ocorridos, ou construíam a biografia de algum herói ou ilustrado, sua linha de pesquisa se torna inovadora ao tentar compreender a dinâmica da população, sem se prender a determinada classe social, desde os bandeirantes, que por meio de suas atividades exploratórias não acumulavam grandes fortunas e bens, a pessoas simples, ligadas ao campo ou a alguma atividade comercial. No decorrer de nosso estudo, neste capítulo, ao classificar a categoria de bem encontrada nos inventários, poderemos observar como se inseriam os sujeitos nos espaços sociais e físico do município de Pouso Alegre.

Outro estudo clássico que nos oferece grandes contribuições é o de Zélia Maria Cardoso de Mello. Em sua tese de doutorado *Metamorfoses da riqueza. São Paulo, 1845-1895*, com base em estudos dos inventários *post mortem*, faz uma análise de São Paulo do início do século XIX, momento em que estava sendo introduzido o cultivo do café. A sociedade, neste período, passa por transformações “na qual as formas tradicionais de riqueza começam a ceder espaço para as

371 MACHADO, José de Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Livraria Martins editora, 1965, p. 21.

*chamadas formas modernas de riqueza*³⁷². A partir da segunda metade do século XIX, por volta dos anos 70, tornam-se mais perceptíveis estas mudanças, o mercado imobiliário passa a ser mais valorizados, principalmente com a queda da participação dos escravos como um bem constituinte do patrimônio acumulativo. Outros ativos, chamados pela autora como abstratos, como o dinheiro, dívidas ativas, hipotecas, letras bancárias, principalmente nas capitais, constitui nova forma do desenvolvimento da economia capitalista³⁷³.

Para as décadas que compreendem nosso estudo, serão utilizados 466 processos de inventários³⁷⁴ arrolados no município nos 1º e 2º Ofício da Comarca de Pouso Alegre. Por meio do conjunto que compõe o corpus documental deste capítulo, teremos condições de analisar nosso objeto de pesquisa nos âmbitos econômico e social, lançando nosso olhar para cada categoria de bens que constituem o monte-mor dos inventariados. Devemos levar em conta as limitações presentes neste corpus documental analisado. É importante salientar que o inventário nos dá conta de um indivíduo, e para análise da sociedade em que este está inserido, torna-se essencial a inserção das informações obtidas dos outros inventários e quantificá-las. Neste sentido, os ativos agrupados *dão-nos um olhar sobre as formas de acumulação e de constituição de fortunas no tempo, possibilitando-nos acompanhar as mudanças que influenciam na constituição e diversificação destas fortunas*³⁷⁵, dando-nos condições de refletirmos sobre a parcela da sociedade que estão inseridas e as transformações ocorridas com o tempo. Outro cuidado que devemos ter ao analisar o período que estudamos é a quantidade de inventários correspondentes as décadas propostas.

Com a documentação em mãos, percebemos que alguns inventários são mais detalhados em informações e descrições de bens, principalmente quando a pessoa inventariada possuía uma fortuna significativa, o que nos ajuda a compreender certos padrões de consumo de determinado período. Ao identificar a estrutura da riqueza da população pouso alegreense, por meio do montante maior resultante no arrolamento, poderemos entender o destino em que se aplicava os investimentos locais em determinada década, identificando também as atividades que permitiram a acumulação das fortunas constituídas no município. Neste sentido, concordamos com Marcos Ferreira de Andrade, ao definir termo fortuna no “*sentido de haveres, de bens, riqueza acumulada por algumas gerações (...) associadas a um leque diversificado de atividades, destacando-se o*

372 LOPES, Luciana Suarez. A economia e a alocação de riqueza bruta em Ribeirão Preto (1899-1900). *Revista História Econômica & História de empresas*. Vol. 19, nº 1, 2016. p.62. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path%5B%5D=249>. Acesso: 01/08/2017.

373 Cf.: MELLO, Zélia Maria Cardoso. *Metamorfoses da riqueza: São Paulo, 1845-1895*. Editora Hucitec, São Paulo: 1985, p. 89-90.

374 Na sessão dos anexos, se encontram especificados todos os inventários colhidos para o período estudado, identificando o ano em que se deu entrada no processo, nome do inventariado e o monte-mor dos bens ativos constituídos. O recorte temporal deste estudo está compreendido entre as décadas de 1870 a 1920, sendo que o levantamento deste corpus documental se estende até a década de 1920, por entendermos que a constituição de riqueza e bens especificados nos arrolamentos foram concebidos anteriormente ao ano abertura do processo.

375 ALMICO, Rita de Cássia da Silva. Uma discussão metodológica sobre o crédito no século XIX. *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. Ano 3, vol. 3. Rio de Janeiro: setembro-dezembro 2011, p. 471.

*tipo social fazendeiro/negociante, que comercializava parte de sua produção*³⁷⁶. Contudo, devemos ficar atentos quanto a definição de elite, pois a mesma pode possuir uma série de significados, fatores e situações, como por exemplo, um membro desta classe social não necessariamente poderia dispor de grandes quantidades de valores e bens, mas poderia estar inserido em alguma camada da sociedade que lhe concedesse prestígio.

Neste intuito, buscaremos traçar o perfil da ocupação do arrolado, estando ele presente no campo ou na cidade. Sendo notória grande parcela inserida na área rural, para esta classificação, utilizaremos do método aplicado por Marcos Ferreira de Andrade em seu trabalho referente a cidade da Campanha. Este dispositivo de investigação adotado pelo autor permite “*perceber que tipos de atividades eram mais recorrentes entre os proprietários, indicando também o padrão das fazendas sul- mineiras*”³⁷⁷, e no caso do município de Pouso Alegre, das médias propriedades rurais. Como base dos critérios adotados por Andrade,

Foram considerados como agricultoras aqueles indivíduos que tinham arrolado entre seus bens algum tipo de produção de alimentos (milho, feijão, arroz, mandioca); como pecuaristas, todos os que se dedicavam exclusivamente à criação de animais (gado, cavalos, bestas, porcos e ovelhas); e como agropecuaristas, todos os proprietários que aparecem claramente envolvidos com as duas atividades, ou seja, que se dedicavam à plantação e coleta de alimentos bem como à criação de animais³⁷⁸.

Seguindo estes parâmetros de análises, poderemos traçar o perfil das atividades econômicas rurais que eram exercidas no município de Pouso Alegre, e em qual ramo da produção agrícola se destacava. Já para a área urbana, ao analisarmos os comerciantes, adotaremos como base investigativa os registros de dívidas ativas e a declaração de bens móveis que poderia caracterizar certa atividade comercial, tomando conhecimento daqueles que exerciam a função de capitalistas.

Dividimos este capítulo em três sessões. Em “Bens móveis e padrões de consumo local” observaremos, nas diferentes camadas sociais, as diversas formas de aquisições realizadas no período estudado, sejam elas no interior de uma propriedade (móveis, adereços, utensílios); a constituição de patrimônio imóvel (casas, terrenos e chácaras no espaço urbano ou rural, fazendas, sítios e benfeitorias); a formação de culturas e cultivos; a criação de animais e a constituição das dívidas ativas e passivas contidas no arrolamento dos bens. Já na segunda sessão, buscaremos entender a formação do patrimônio constituído pela elite do município de Pouso Alegre, o lugar de sua concentração, as formas de investimentos, por meio da concentração de bens durante a vida do inventariado. Na terceira e última sessão, faremos o estudo de alguns casos que possuíam padrões de consumo diferenciados, pessoas estas que de alguma forma se destacaram na localidade, buscando exemplificar as diversas atuações destes sujeitos na municipalidade. De nosso corpus documental composto pelos 466 processos inventariais, obteremos uma amostra de como se estruturava a riqueza dos moradores do município de Pouso Alegre, percorrendo na próxima sessão pelas categorias de bens encontradas em nossa documentação.

376 ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro*: Minas Gerais- Campanha da Princesa (1799-1850). Belo Horizonte: Fino Traço, 2014, p. 21.

377 Idem, p. 40.

378 Idem, p. 40-41.

Formação da riqueza: os diversos tipos de bens

Como já afirmamos ao iniciar um processo o inventariante declarava os bens que o arrolado acumulou durante toda a sua vida, fruto de aquisições ou heranças de familiares. Por meio de cada rubrica acompanhada de seus valores somados se obtinha o monte maior, e sendo subtraída as dívidas passivas e as custas processuais se constituía o monte menor que se repartiria com os herdeiros. A tabela abaixo nos traz informações sobre a porcentagem de riqueza dos moradores do município de Pouso Alegre em cada categoria de bens e a evolução da porcentagem ao longo das décadas estudadas.

Tabela 12: Investimentos nas categorias de bens presentes nos inventários *postem- mortem* do município de Pouso Alegre (1870-1920)

DESCRIÇÃO	PERÍODO				
	1870-1879	1880-1889	1890-1899	1900-1909	1910-1920
Bens Móveis	2%	2%	6%	6%	4%
Bens Imóveis Rurais	25%	73%	65%	63%	81%
Bens Imóveis Urbanos	2%	2%	6%	18%	14%
Culturas	1%	1%	2%	0,4%	0,1%
Animais	5%	10%	8%	8%	6%
Escravos	22%	10%	-	-	-
Dinheiro	1%	-	3%	-	4%
Ouro e Prata	0,2%	-	0,1%	-	0%
Dívidas Ativas	34%	12%	17%	14%	3%
Dívidas Passivas	7%	8%	7%	12%	5%
Monte-Mor	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Inventários post-mortem da Comarca de Pouso Alegre 1870-1920. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo e no Arquivo do Foro de Pouso Alegre (2ª e 3ª Varas Cíveis). Elaboração do autor.

Podemos caracterizar o município de Pouso Alegre como uma sociedade agrária, a partir da observação dos dados apresentados na tabela 12. Para a década de 1870, a porcentagem dos investimentos apresentavam valores baixos principalmente no ativo constante dos bens imóveis rurais, sendo observado para outros decênios um crescimento de quase 50% nos valores constantes. As dívidas ativas assinalavam 34% dos valores encontrados na documentação para este

decênio³⁷⁹, ocupando o primeiro lugar de nossa tabela, tal fato que nos leva a refletir a importância do crédito e financiamento local no período estudado. Já em segundo lugar se apresenta a posse de cativos, contando de 22% dos investimentos. Este valor apresentará queda na década de 1880, período este em que ocorrerá a abolição da escravatura, quando os investimentos passarão a ser realocados em outros ativos (sendo notados principalmente nos bens móveis). É importante observar, no tocante à vida no campo, a superioridade da criação de semoventes em relação ao cultivo de culturas. As diferenças de investimentos chegam a quase 10% entre as duas formas de atividades exercidas no município, constituindo como base da produção rural como subsistência e para o mercado.

A estrutura da riqueza nos aponta que a maior concentração de propriedades se encontram no espaço rural, tendo em vista que para o espaço urbano há um aumento 12,29 % a partir da década de 1900. Na primeira década estudada, observamos que Esta evolução nos investimentos se torna perceptível também nos registros de imóveis, momento este em que o meio urbano recebe maiores cuidados e melhoramentos em sua infraestrutura. Contudo, torna-se interessante observar que a manutenção de propriedades rurais permanece predominante e possui um aumento 22,31% nas duas primeiras décadas do século XX, o que mantém o aspecto de ruralidade no município.

Em relação a outras localidades, podemos traçar alguns paralelos. Quando observamos os municípios de Campanha, Pouso Alegre e Varginha³⁸⁰, observamos os ativos que apresentavam maiores números de ocorrências entre os três municípios:

Tabela 13: Número de ocorrências por tipo de ativos (1880-1899)

Ativos	Campanha		Pouso Alegre		Varginha	
	Ocorrências	%	Ocorrências	%	Ocorrências	%
Bens Móveis	126	95,45%	210	76,64%	76	93,83%
Semoventes	114	86,36%	216	78,83%	59	72,84%
Escravos	84	63,64%	39	14,23%	15	18,52%
Imóveis Rurais	110	83,33%	253	92,34%	64	79,01%
Imóveis Urbanos	56	42,42%	66	24,09%	31	38,27%
Culturas	61	46,21%	59	21,53%	31	38,27%
Dívidas Ativas	74	56,06%	110	40,15%	29	35,80%
Dinheiro	12	9,09%	17	6,20%	9	11,11%

379 Se observarmos as outras décadas, percebemos que a porcentagem de dívidas ativas apresenta quedas de mais da metade dos valores apresentados para o decênio de 1870. Contudo, analisando o corpus documental para a respectiva década, temos que apenas uma pessoa concentrava um pouco mais de 30% do valor de dívidas ativas. Se subtrairmos o valor encontrado em seu inventário, temos que o total deste ativo corresponde a 8% dos investimentos para esta década. Na sessão relativa as dívidas ativas exploraremos este assunto.

380 PINHEIRO, Rafaela Carvalho. *Trabalho, terra e capital no Sul de Minas em transição*. Dissertação defendida no programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

Dívidas Passivas	108	81,82%	140	51,09%	42	51,85%
-------------------------	-----	--------	-----	--------	----	--------

Fonte: PINHEIRO, Rafaela Carvalho. *Trabalho, terra e capital no Sul de Minas em transição*. Dissertação defendida no programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017, p. 148.

Ao observar os três municípios percebemos que a concentração da riqueza no município de Pouso Alegre estava concentrada nos imóveis rurais e na criação de animais, e logo em seguida, a posse de bens móveis. As dívidas ativas também era um ativo de destaque entre as três localidades, o que nos demonstra a movimentação financeira por meio de empréstimos e a presença de negócios comerciais no município. A mão de obra escrava se concentrava mais na cidade da Campanha, cidade em que o apego à escravidão persistiu até a abolição. Em relação ao espaço urbano, a tabela acima nos apresenta Pouso Alegre com o maior número de ocorrências (66), em seguida Campanha (56) e Varginha (31).

Mesmo possuindo quantidade um pouco maior de imóveis urbanos, os investimentos deste ativo no município de Pouso Alegre em valores (8% do valor da riqueza) ainda eram pequenos. O caráter rural é percebido nas três localidades, por meio da concentração de investimentos em propriedades no campo. Esta concentração também é percebida nos estudos empreendidos por Luciana Suarez Lopes³⁸¹ sobre o município de Ribeirão Preto e de Fernando Antônio Abrahão³⁸², ao abordar Campinas e região. Com referência a cidade de Lavras e seus distritos, Eduardo Vieira aborda em sua pesquisa que a acumulação de propriedades rurais se encontrava em sua maioria nas mãos da elite e que a maior concentração de riquezas, segundo o corpus documental levantado por este pesquisador, estava alocada nas dívidas ativas³⁸³.

Para entendermos como se estruturava a riqueza por meio da acumulação de patrimônios dos inventariados na transição dos séculos abordados nesta pesquisa, lançaremos nosso olhar sobre cada categoria de bens que constituíram o valor do monte mor contidos nos inventários *post mortem* que compõem nosso corpus documental e em algumas rubricas traçaremos paralelos com outras localidades da região.

381 LOPES, Luciana Suarez. *Um estudo sobre a composição da riqueza de Ribeirão Preto com base nos inventários post mortem (1866-1888)*. Disponível em http://members.tripod.com/~Historia_Demografica/pesquisadores/luciana/index.htm, acesso em novembro de 2017.

382 ABRAHÃO, Fernando Antônio. *A composição da riqueza em Campinas, 1870-1940*. Artigo apresentado no XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12ª Conferência Internacional de História de Empresas. Vitória: ABPHE, 2015.

383 VIEIRA, Eduardo José. *Produção, comércio e acumulação de riqueza em um município escravista mineiro: Lavras/MG (1870-1888)*. Dissertação de mestrado em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, 2015.

Bens móveis e as múltiplas formas de consumo

Na maior parte dos processos³⁸⁴ que estamos analisando referentes ao período proposto encontramos mencionados os bens móveis que constituíam o patrimônio da pessoa que havia falecido. Em algumas documentações são bem detalhados, constando a quantidade das peças, as características e qualidade (“uma panela de ferro nova”, “taxo grande usado” ou até mesmo “uma mesa de madeira tosca”, teares, rodas de fiar, fornos de cobre ou de barro) e o valor correspondente discriminada para cada objeto. Atentos a esta rubrica, podemos classificar em um primeiro momento se a vida do inventariado era dedicada ao campo ou a cidade, pela frequência em que se descrevia cada objeto. É interessante observar por meio da documentação certa divisão de classes. As pessoas que possuíam menos posses descreviam e apresentavam maiores detalhes de seu patrimônio móvel, enquanto que os detentores de maiores fortunas apresentavam as minúcias de suas extensões territoriais, propriedades imóveis rurais e urbanas, quantidade de trabalhadores braçais cativos, culturas plantadas e semoventes.

Os bens móveis descritos em nossa documentação se caracterizava por objetos de uso pessoal ordinário, que compunham a residência ou uma benfeitoria, utilizados no trabalho ou comercializados, em algumas declarações entre estas peças, poderiam conter bens em ouro e prata. Com as memórias do viajante Saint- Hilaire³⁸⁵, ao detalhar os aspectos por ele observado da região de Minas Gerais, podemos notar que as habitações mantinham características sóbrias e rústicas, sendo em muitos casos reduzidas poucas mesas, bancos e algumas cadeiras. Percebemos nos documentos estudados que estas características permaneceriam por longos anos, principalmente nas habitações das pessoas mais simples. Era comum no arrolamento de bens serem descritas as mobílias que faziam parte de uma casa, como mesas e cadeiras, talheres, panelas, tachos de cobre ou de ferro, catres³⁸⁶, rodas de fiar ou de tear, entre outros objetos. Já na documentação em que o monte-mor correspondia a valores maiores, a forma de consumo era tida como diferenciada: marquesas a óleo, pianos, livros e estantes para os mesmos, talheres e utensílios em ouro e prata, relógios de parede ou de armário, etc. No inventário de Belmira Cândida de Souza, falecida no distrito de Congonhal no ano de 1879, cujo monte- mor totalizava o valor de 2:466\$900 réis, foram declarados os seguintes bens:

01 taxo pequeno (3\$200), 4 panelas de ferro, sendo duas menores e uma pequena (5\$400), 2 caldeirões pequenos (3\$400), 2 cassarolas (2\$400), 1 chaleira (1\$600), 1 chocalateira (\$600), 1 armário de pinho (5\$000), 3 catres (7\$500), sendo de cedro, pinho e forrado de

384 Para nosso corpus documental composto de 466 processos inventariais, 76% da documentação declararam a presença de bens móveis em seu arrolamento de bens.

385 Cf. Saint- Hilaire, Augusto de. *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. O viajante descreve regiões interioranas a cidade de Vila Rica, principalmente as que compõem a Comarca do Rio das Mortes, na parte III em seu trajeto do Rio de Janeiro a entrada da Província de Minas Gerais, o que nos leva a entender como era o cotidiano da população mineira.

386 Leito de lona com pés que se cruzão, dobrão e apertão com cintas de couro. Leito pequeno. Cf. PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

tábuas, 1 par de canastras³⁸⁷ (18\$000), 1 mesa grande de cedro (6\$000), 1 silhão³⁸⁸ para senhora (25\$000) e 1 carro ferrado com os competentes arreios (150\$000), totalizando o valor de 228\$100 réis³⁸⁹.

Por meio do fragmento da documentação acima, percebemos os bens que frequentemente se encontravam descritos nos inventários. Eram objetos estes que a maioria das pessoas possuíam dentro de suas casas ou propriedades. Entretanto, algumas pessoas dispunham de objetos diferenciados, ou seja, mantinham um padrão de consumo díspar do que era usual na sociedade, influência esta causada com a chegada da corte no Brasil, no início do século XIX, mantendo-se ao longo da segunda metade deste mesmo século. Estas pessoas poderiam se encaixar em uma classe mais elitizada ou possuir grandes fortunas, como no caso do Engenheiro Augusto César de Vasconcelos, falecido em Pouso Alegre no ano de 1908, deixando monte- mor contabilizado em 65:140\$240 réis, observando que entre os bens que compunham sua residência caracterizava uma forma de consumo diferenciada:

1 Piano pleyel preto em bom estado (1:200\$000), 12 cadeiras austríacas em bom uso (100\$000), mobília com 12 peças usadas (250\$000), 1 lampião de sala (30\$000), 1 lavatório com pedra de mármore (70\$000), 4 malas usadas grandes e pequenas (45\$000), 1 criado mudo com pedra mármore (25\$000), 4 camas, sendo 3 de solteiro (75\$000), 2 cômodas com gavetas (80\$000), 2 mesas de pinho, sendo uma para jantar e outra para engomar (30\$000), 1 guarda vestidos de pinho (100\$000), 1 guarda louças com tampa de vidro (120\$000), 1 relógio de parede (30\$000), 1 cama ordinária para criança (10\$000), 4 quadros a óleo (60\$000), 1 espelho quadrado (80\$000), meio aparelho de porcelana branca para jantar (50\$000), meio aparelho de porcelana pintada para jantar (80\$000), 1 aparelho para chá (50\$000), diversas peças de louças, copos, cálices, xícaras e pratos de vidros para doces (200\$000), 1 livreiro com pé de metal branco (20\$000), 1 salva³⁹⁰ de prata pequena (40\$000), 1 paliteiro de prata (20\$000), uma fruteira (30\$000), 1 jogo de porcelana para lavatório (40\$000), 1 caixa para roupa (8\$000), 1 batina para coroinha (50\$000), 2 tachos de cobre, sendo um pequeno (45\$000), 1 binóculo (20\$000), 1 cômoda pintada com duas gavetas (20\$000), 1 lampião a óleo (20\$000), 1 armário para livros (15\$000) e 1 estante com 500 volumes diversos sendo em maioria de engenharia e em inglês (600\$000), totalizando o valor de 3:613\$000 réis³⁹¹.

387 Cesto do feitio de caixa com tampa. Cf. PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

388 Espécie de sella grande, em que as mulheres montão a cavalo, com encosto semicircular e hum estribo. Cf. PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

389 Inventário de Belmira Cândida de Souza, 1879. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

390 Peça de vidro de prata ou outro metal em que se põem copo, taça, etc. Cf. PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

391 Inventário de Augusto César de Vasconcellos, 1908. Disponível no Acervo do Fórum da comarca de Pouso Alegre.

Eram poucas as residências, em Pouso Alegre, que possuíam bens como piano, mobiliários europeus, porcelanas ou aparelhos para jantar. No caso específico do inventário citado acima, constatamos que o arrolado, possuindo padrões de consumo diferenciados, possuía ainda uma biblioteca ligada ao seu ofício de engenheiro, e uma batina de coroinha que deveria pertencer a algum de seus filhos, o que denota que a família pertencia a Igreja Católica. Com o exemplo citado acima, podemos notar um padrão de consumo diferenciado compartilhado por alguns membros que compunham a sociedade pouso alegreense, como móveis austríacos (cadeiras, mesas, marquês, lavabos), piano, livros, louças importadas ou artisticamente adornadas, talheres de prata, bens estes que não estavam presentes em todos os inventários, sendo trazidos das capitais (Rio de Janeiro e São Paulo) que eram as maiores importadoras.

Outro investimento mantido pela elite, característica de um certo prestígio social, era a posse de joias em ouro ou prata, sendo mais identificados nas décadas que compõem a segunda metade do século XIX. Estes objetos poderiam ser adereços, talheres, relógios ou objetos de uso religioso e diário. O Capitão Manoel Moreira da Costa, falecido no ano de 1870 no distrito de Sant'Ana do Sapucaí, além dos bens móveis, possuía peças, moedas em ouro e prata e dinheiro em espécie equivalendo a quantia de 24:144\$270 réis, o que correspondia a 4% de sua fortuna. Entre estes objetos estavam contabilizados 100 talheres, 2 castiçais, 1 copo, 2 sabras de prata e 424 ativas de prata velha, e em ouro, cordões com ou sem crucifixo, cordão com medalhas e outro para relógio (também de ouro), 1 rosário, 1 trancelim, 14 vernicas e medalhas, 13 oitavas de ouro velho e mais dois relógios de ouro (um usado e outro desmanchado)³⁹². Entre os bens do proprietário Américo Marques Teixeira de Mello, falecido em Pouso Alegre no ano de 1887, foram levantadas peças como “*brincos usados com pedras de brilhantes (400\$000), brincos com brilhantes (60\$000), relógio de ouro para colete com corrente de piloque (80\$000) e um copo de prata com peso de 340g para viagem (20\$000)*”³⁹³. Estas ocorrências apareciam com frequência em inventários que possuíam um montante superior a 5:000\$000 réis, ou seja, pessoas que possuíam valores de acúmulo durante a vida.

Em referência ao vestuário, poucas pessoas declaravam no inventário, ou se apareciam, eram em pequenas quantidades. De caráter simples, eram vestuários usados no dia a dia na vida laboral e algumas peças para o meio social, como alguma festa ou a participação das missas dominicais. A documentação de Joaquim Alves Siqueira, do distrito de Estiva, nos apresenta uma série de roupas e acessórios a ele pertencentes. Dentre elas,

Huma calça de homem (16\$000), hum terno (4\$000), hum ponche usado, hum chapéu de pano (5\$000), huma calça de casimira (10\$000), quatro calças de lã usadas (16\$000), huma calça nova de lã (8\$000), três calças de chita (6\$000), huma calça forrada (5\$000), hum paletó de alpaca usado (2\$00), hum colete de pano usado (2\$000), huma calça de casimira usada (3\$000), huma calça de algodão (3\$000), huma calça de baim da Angola (6\$000), hum paletó de baim de angola (8\$000), totalizando o valor de 94\$000 réis.

Por intermédio de alguns documentos inventariais se torna possível identificar a profissão ou

392 Inventário de Augusto César de Vasconcellos, 1908. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

393 Inventário de Américo Marques Teixeira de Mello, 1887. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

o ofício do inventariado por meio dos bens mencionados no arrolamento. No caso dos comerciantes, apenas em 15 arrolamentos aparecem a declaração de produtos para venda, podemos constatar o tipo do comércio que possuía entre pequenos e grandes negociantes. Em 1875, no inventário do Alferes Severiano Dias Ferraz da Luz, entre os bens móveis, estava declarado com o título “Botica” os objetos e produtos que se encontravam em sua farmácia: diversos potes de louças, vidros e bacias em vários tamanhos, balanças, caldeirões, máquina de fazer pastilhas e remédios como “*um kilo de emplasto de contaredas, 500 gramas de emplasto foalativo, 120 gramas de celeformia, 500 gramas de cabeças de dormideiras, 30 gramas de balsamo de mica, 30 gramas de extrato de ópio, 2 caixas de pastilhas vechy*”³⁹⁴ entre outros compunham a variedade de remédios presentes em seu estabelecimento. Já no processo de Maria Pinto Mayor, aberto no ano de 1919 na cidade de Pouso Alegre, nos deixa claro o ramo comercial em que era proprietária, de uma livraria e armarinhos (principalmente em gênero de papelaria) em geral. Entre a variedade de produtos descritos constavam

Grande quantidade de livros (gramáticas, cartilhas, atlas, história, matemática, catecismos), cadernos (caligrafia, desenho, cartografia, música), livros de ponto, cadernetas de negócio, protocolos, conta corrente, livros caixa, blocos de papel para carta, folhas pequenas, lousas, envelopes, estojos, litros de tintas para canetas e penas, lápis, borracha, régua, medalhas, cartolinas, coroas para defuntos, como também, máquinas de imprimir tipos e pertencesse para o impressor³⁹⁵.

Os bens constantes de sua casa comercial totalizavam o valor de 8:020\$000 réis, sendo 70% do valor do monte- mor declarado. No decorrer do levantamento de nosso corpus documental, fomos percebendo no decorrer de leituras e análises das declarações de bens a presença de objetos que caracterizavam o ofício da pessoa declarada, como por exemplo no inventário de Luiz Honorato Padilha, do distrito de Estiva, o qual exercia a função de homeopata, possuindo na classificação de seus bens “*9 caixas com remédios homeopáticos e diversos livros respectivos*”³⁹⁶. Entre os bens móveis mencionados nos autos de João Pereira Goularte, da cidade de Pouso Alegre, contamos com os indícios de seu ofício de carpinteiro, pois o mesmo possuía “*hum serrote braçal, huma ferramenta para carapina, dois machados, dois foices, hum banco de carpinteiro, hum banco de carpinteiro ordinário, uma tábua de óleo, hum pau de óleo e huma foice grande nova*”³⁹⁷. Em termos de pequenas indústrias na parte urbana, temos um registro feito em 1918 do processo de Ernestina Teixeira Rezende. A inventariada possuía na cidade máquina de beneficiar arroz e uma fábrica de manteiga localizada no núcleo do Rosário, na travessa que culmina para o largo. Em sua declaração de bens móveis, o inventariante viúvo Antônio Augusto Coutinho Rezende declara uma “*fábrica de*

394 Inventário de Augusto César de Vasconcellos, 1908. Disponível no Acervo do Fórum da comarca de Pouso Alegre.

395 Inventário de Maria Pinto Mayor, 1918. Disponível no Acervo do Fórum da comarca de Pouso Alegre. O montante maior de seu inventário é de 11:520\$000 réis.

396 Inventário de Luiz Honorato Marques Padilha, 1886. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

397 Inventário de João Pereira Goularte, 1876. Disponível no Acervo do Fórum da comarca de Pouso Alegre.

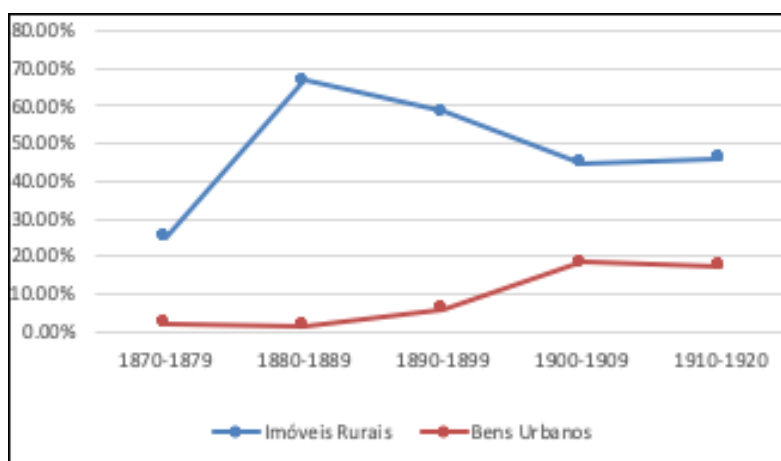
manteiga com todos os seus pertences (4:000\$000)”³⁹⁸, sendo este empreendimento 94% do valor constante dos bens móveis.

Neste sentido, com a análise feita referente aos bens móveis, percebemos que os bens de consumo comum se davam em objetos que supriam a necessidade de todos, como aqueles que encontramos em uma sala convencional, cozinha e quarto, o vestuário e os instrumentos de trabalho. As casas comerciais possuíam mercadorias para atender as necessidades locais, como remédios, mantimentos, fumo, armarinhos, alguns modelos de vestuário e peças destinadas ao meio rural. Uma pequena fração da sociedade possuíam formas de consumo que se diferenciavam, com o acúmulo de joias e objetos importados, presentes nas residências daqueles que detinham certo poderio econômico, ou seja, uma “minoría modernizada” que não dependia apenas de produtos oriundos meio local, mas que iam em busca da novidade modernizadora e do requinte proporcionada pela importação.

Valorização dos espaços: os imóveis rurais e urbanos

No capítulo anterior, ao trabalhar com os registros de imóveis, realizamos uma análise mais detalhada dos imóveis que compunham o meio rural e urbano do município de Pouso Alegre, sendo um dos objetivos deste trabalho de pesquisa entender o movimento de urbanização e a valorização do espaço urbano. Como constatamos, a aquisição de bens imóveis rurais se manteve predominante até a década de 1880, momento este em que o mercado imobiliário urbano vai ganhando um relativo crescimento, como podemos observar no gráfico, agora a partir dos inventários *post-mortem*, feito com a porcentagem dos valores dos imóveis a partir do montante maior:

Gráfico 13: Patrimônio declarado nos inventários referente aos bens imóveis rurais e urbanos durante as décadas de 1870-1920



Fonte: Inventários post-mortem da Comarca de Pouso Alegre 1870-1920. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo e no Arquivo do Foro de Pouso Alegre (2ª e 3ª Varas Cíveis).

Elaboração do autor.

398 Inventário de Ernestina Teixeira de Rezende, 1918. Disponível no Acervo do Fórum da comarca de Pouso Alegre.

O acúmulo de imóveis rurais chega a 70% na década de 1880, enquanto as propriedades na zona urbana não ultrapassam os 5%. A elevação de bens acumulados na cidade só terá uma elevação considerável a partir da década 1890, fator este que pode estar relacionado à abolição da escravidão em 1888, momento este em que as pessoas passam a investir em outros bens ou outras formas de se obter rendas, como abertura de comércios ou pequenas indústrias. Podemos observar este deslocamento de investimentos por meio da tabela abaixo:

Tabela 14: Composição da riqueza do município de Pouso Alegre, 1870-1899

	1870-1879		1880-1889		1890-1899	
	Valor em réis	%	Valor em réis	%	Valor em réis	%
Ativos						
Dinheiro	31:115\$180	1,59	3:248\$800	0,30	78:415\$113	3,15
Bens Móveis	64:709\$920	3,30	32:086\$602	2,97	145:622\$097	5,84
Cultura	11:606\$700	0,59	7:373\$200	0,68	61:216\$000	2,46
Animais	110:216\$600	5,62	98:383\$354	9,11	194:262\$300	7,80
Escravos	459:220\$684	23,42	104:046\$000	9,64	-	-
Imóveis Rurais	528:557\$816	26,95	696:903\$427	64,56	1.451:771\$207	58,26
Imóveis Urbanos	47:361\$000	2,41	15:218\$000	1,41	151:272\$706	6,07
Dívidas Ativas	711:640\$748	36,29	122:277\$931	11,33	409:435\$483	16,43
Total	1.961:149\$078		1.079:537\$314		2.491:994\$906	

Fonte: Inventários post-mortem da Comarca de Pouso Alegre 1870-1920. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo (1870-1899).

A tabela acima referente à composição da riqueza do município de Pouso Alegre para as décadas de 1870 a 1899 nos chama atenção para os números referentes aos ativos imóveis rurais e dívidas ativas na década de 1870. Como mencionamos anteriormente, apenas uma pessoa possuía valor de dívidas que somam em torno de 70%, e se retirarmos os dados obtidos da documentação desta pessoa, esta porcentagem cai para 8%, demonstrando assim que os imóveis rurais possuíam os maiores investimentos.

Com a assinatura da Lei Áurea, decretando a libertação dos escravos no Brasil, percebemos uma mudança, principalmente entre as décadas de 1880-1890, na tabela acima que se refere a composição da riqueza no município de Pouso Alegre entre as décadas de 1870 e 1890 a partir da análise de 376 inventários. Mesmo que os investimentos se concentrassem mais em imóveis rurais, o que caracteriza o município como produtor de gêneros de abastecimento, com a ausência da rubrica escravos dos autos de composição patrimoniais, estas aplicações passam a ser destinadas a outros bens, como neste caso o aumento da participação da composição da riqueza entre os bens imóveis urbanos. Se entre as décadas de 1870 e 1880 há uma queda de 1% sobre a posse de imóveis urbanos, no decorrer do decênio de 1890, este investimento passa por um crescimento de 4,66%, demonstrando a tendência ao investimento da riqueza da sociedade pouso alegreense em bens urbanos no final do século XIX.

Já a partir da década de 1900, este aumento na composição de bens no meio urbano chega a uma variação positiva de 12,30%, enquanto que os investimentos nas propriedades rurais atingem a uma variação negativa de 13,8%, o que nos chama atenção a respeito da busca pela

cidade que aos poucos estava se urbanizando, ganhando novos traços de infraestrutura, como mencionamos nos capítulos anteriores. Contudo, para as décadas seguintes, a posse dos bens imóveis rurais e urbanos irão se estabilizar, demonstrando o caráter rural, voltada a produção de gêneros de abastecimento destinados ao mercado regional, e urbano, por meio do crescimento do comércio e investimentos empreendidos pela municipalidade.

Cultivo da terra: as culturas e os mantimentos existentes no município

O município de Pouso Alegre traz em sua história a diversidade de gêneros cultivados em suas terras, não se apegando apenas um tipo de lavoura, produção esta que caracterizou a economia de abastecimento. Segundo consta no almanaque para o ano de 1874, as principais culturas produzidas no Sul de Minas eram o fumo, o algodão, a cana de açúcar e o café, produtos estes que satisfaziam as necessidades locais ou exportados para fora da província de Minas Gerais (no caso, para a Província de São Paulo e do Rio de Janeiro). Sobre o fumo, considerado pelo autor o principal produto de exportação da região, era cultivado em todos os municípios da região, “*especialmente nos de Pouso Alegre, Jaguary (onde fabrica-se o de excelente qualidade, denominado piranchim), Baependy, Itajubá, Christina, Campanha e Lavras- onde seu plantio se faz em elevada escala*”³⁹⁹ sendo que 100 mil arrobas supriam as necessidades locais e 400 mil eram exportadas, totalizando uma produção anual de 500 mil arrobas. Já o algodão, na maioria das localidades, atendia o consumo próprio. A cana, produto essencial para o fabrico do açúcar e da aguardente, era cultivada em todos os municípios da província, sendo que “*do assucar faz-se apenas commercio interno, mas a aguardente é já exportada, embora em porção diminuta*”⁴⁰⁰ e o café, que o autor nos chama atenção, afirmando em suas descrições que esta produção se dava em modo excelente em Pouso Alegre e Alfenas.

Para as décadas subsequentes, além das culturas acima mencionadas, são elencadas pelas obras corográficas para a região do Sul de Minas posteriores as plantações de “*mandioca, milho, pinhão, jacotupê, feijão, arroz, batatas de diversas qualidades, araruta, inhame, centeio e o trigo*”⁴⁰¹, sendo que para o município de Pouso Alegre se encontrava plantios de chá e vinha e batatinhas inglesas. Notamos a diversidade da produção exercida no Sul de Minas significativo pela sua variedade de culturas trabalhadas em seu solo.

Com o levantamento feito separadamente para Pouso Alegre e seus distritos, segundo Saturnino da Veiga, temos que o fumo era o produto mais cultivado no município, principalmente no distrito de Borda da Mata, Congonhal e Sant’Ana do Sapucaí, onde o autor denomina como cultura mais usada. Já as plantações de cana se encontram em todos os territórios do município, o que nos leva a entender a presença de engenhos e alambiques em diversas propriedades rurais declaradas nos inventários. Em Congonhal e Estiva não se plantavam café, sendo encontrado nas demais regiões do município. A cultura dos cereais era produzida em Congonhal e Sant’Ana, tendo maior vigor na cidade de Pouso Alegre. No início do século XX, são registradas plantações

399 VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul- Mineiro para 1874*. Campanha: Thytopographia do Monitor Sul- Mineiro, 1874, p. 31.

400 Idem.

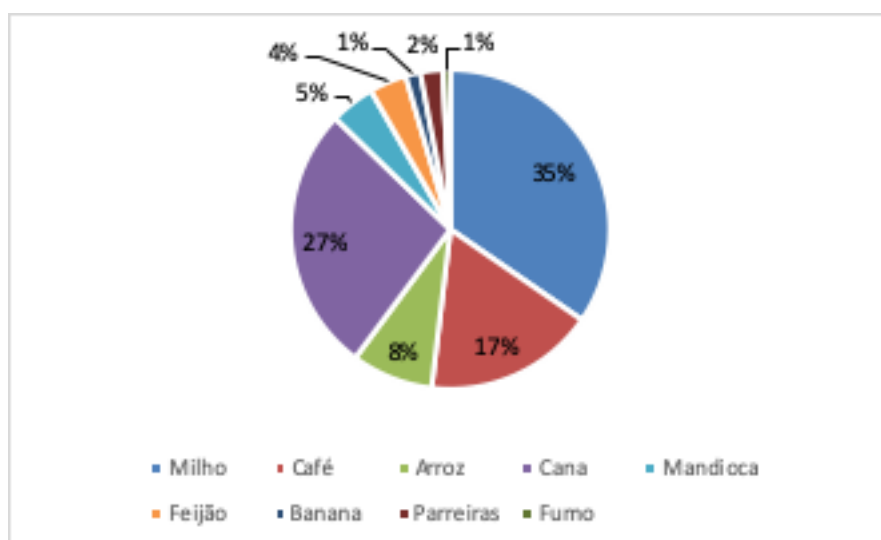
401 Idem, p. 45.

de videiras (para o fabrico de vinho) e mandioca (especialmente destinado para a farinha).

Pelas declarações feitas nos inventários, percebemos que mesmo em pequena escala, se fazia presente no município outros tipos de produtos, geralmente para serem atendidas nas necessidades locais. Tivemos cuidado ao analisar estas informações, pois as mesmas, na maioria das vezes, eram declaradas juntamente com os bens móveis rurais, se passando despercebidos, a categoria “culturas” não teriam talvez grande expressão na economia do município de Pouso Alegre. Como observamos na tabela 02, a presença destes cultivos nas declarações de bens obteve um crescimento positivo de 1,87% pontos percentuais entre as décadas de 1870 a 1890. Com o início do século XX, há uma queda, sendo que o valor declarado para esta primeira década correspondia a 0,36% do montante maior.

Com os inventários, identificamos as seguintes culturas no município expressa no gráfico abaixo:

Gráfico 14: Culturas presentes no município de Pouso Alegre



Fonte: Inventários post-mortem da Comarca de Pouso Alegre 1870-1920. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo e no Arquivo do Foro de Pouso Alegre (2ª e 3ª Varas Cíveis). Elaboração do autor.

Por meio deste gráfico, obtido a partir das declarações dos inventariantes, conseguimos fazer algumas comparações com os dados colhidos nos Almanques. Segundo os arrolamentos, a cultura mais presente é a do milho, o que fazia do município um celeiro cerealista, destinados para o comércio e alimentação do gênero animal. Em seguida, o cultivo da cana, assim como destacou o autor do almanaque, e como já afirmamos fator este da expressiva presença das benfeitorias dedicadas ao refinamento e destilamento presentes nas grandes e médias propriedades

rurais. Com base na mesma documentação, tomamos conhecimento que o plantio rubiáceo⁴⁰² era praticado principalmente no distrito de Borda da Mata. O plantio do arroz, que não é mencionado nos escritos de Veiga, também fazia parte da produção municipal, tanto que sabemos da existência de beneficiamentos presente na Colônia Francisco Salles⁴⁰³ e na cidade de Pouso Alegre, como declarou Antônio Augusto Rezende no inventário de sua esposa Ernestina Teixeira Rezende, possuir “*parte na máquina de arroz em sociedade dom o herdeiro Bernardino Salles, no valor de 1:500\$000*”⁴⁰⁴ instalada na região do rosário na sede do município. Em pequena escala, pois há poucas declarações, encontramos as plantações banana, feijão, parreiras e fumo, compondo assim as principais culturas existentes no município.

Os maiores investimentos observados nesta categoria podem ser exemplificados com os exemplos a seguir. Na década de 1870, no inventário de Marciana Maria da Conceição, residente no distrito de Borda da Mata, foi declarada a existência em suas terras de “*dois cafezais, dois alqueires de roça de milho e meio alqueire de planta de arroz*”⁴⁰⁵ no valor de 4:344\$000 réis. Já na década de 80, foram feitos os maiores investimentos. Também no distrito de Borda da Mata, José Caetano de Camargo tinha em meio a seus bens um investimento de 6:000\$000 réis em pés de cafés⁴⁰⁶. Contudo, o valor mais alto depositado em culturas foi o da inventariada Josephina de Andrade Cobra da cidade de Pouso Alegre. Entre os seus bens, foram declarados “*parte em cafezal, seis mil pés de parreiras formadas e benfeitorias para fabrico de vinho, três mil e oitocentos pés de parreiras, cinco mil pés de parreiras e quatro mil pés de café*” avaliados na quantia de 10:385\$000 réis.

Neste sentido, observamos que o município de Pouso Alegre não se concentrava no cultivo de uma cultura apenas, o que correspondia a dinamicidade e variedade de produtos em seu comércio local. Podemos também preencher algumas lacunas mediante os escritos dos Almanques, que se limitavam apenas a especificar e dar maior ênfase apenas em algumas culturas. Mesmo não sendo a maior fonte de riqueza acumulada durante os períodos estudados, os bens cultivados possuíam um certo espaço na economia do município.

De gado que sacia a fome à mula que movimenta o comércio: os bens semoventes

402 Por meio dos inventários daqueles que declararam especificamente, contabilizamos para o período estudado a plantação de 37.796 pés de cafés, sendo destes, 27.169 no Distrito de Borda da Mata, 4.000 no Distrito de Estiva, 3.500 em Sant’Ana do Sapucaí e 2.100 em Pouso Alegre. Este número pode sofrer alterações, pois em alguns arrolamentos não foram declarados a quantidade de pés de cafés cultivados, tendo aqui uma ideia parcial desta cultura.

403 Segundo as pesquisas do memorialista Octávio Gouvêa, na região onde foi instalada a Colônia Francisco Salles no final do século XIX (atualmente lugar conhecido como bairro da Faisqueira), existiam extensas várzeas onde se pretendeu fazer a cultura do arroz. Para este fim, “importou-se da Itália uma máquina de beneficiar arroz, movida a vapor, tão grande e pesada que foi preciso construir-se uma carreta especial para transportá-la da estação para a colônia, sendo esta instalada num prédio construído especialmente para aquele fim. Cf. GOUVÊA, Octávio Miranda. *A História de Pouso Alegre*. Borda da Mata: Art’s Gráfica e Editora, 1998, p. 135.

404 Inventário de Ernestina Teixeira de Rezende, 1918. Disponível no Acervo do Fórum da comarca de Pouso Alegre.

405 Inventário de Marciana Maria da Conceição, 1871. Disponível no Acervo do Fórum da comarca de Pouso Alegre.

406 Idem.

A criação de animais no município de Pouso Alegre correspondia a 7% dos investimentos durante as décadas estudadas, em números, tendo mais valor que as culturas⁴⁰⁷, sendo que dos 466 processos examinados para esta pesquisa 80% continham alguma criação. Em suas descrições, encontramos as seguintes espécies: suínos, muar (a que classificamos como mulas, bestas e burros), bois de carros (utilizados como meio de locomoção, nem sempre destinados ao abate), gado bovino (destinados ao abate ou a produção de leite), caprino e cavalari. Saturnino da Veiga em seus almanaques faz a relação das espécies de criação existentes no território do Sul de Minas: o gado vacum, como espécie de importante exportação, sendo sua criação “*próspera em todos os municípios (...) avalia-se a exportação annual do gado, que desta parte da provincia, segue para o Rio de Janeiro e São Paulo, em 70.000 cabeças, no valor de 4.000:000\$000*”⁴⁰⁸, o gado lanígero, existentes em todos os municípios, fazendo-se exportação e o suíno, com grande escala de criação em todos os pontos da região sendo “*sua exportação não inferior a 30.000 cabeças annualmente, n’uma importância de 1.000:000\$000, pouco mais ou menos*”⁴⁰⁹. Já para o ano de 1884, o mesmo autor se refere sobre a notável criação de animais domésticos destinados a alimentação, ao serviço e as pequenas indústrias “*como serão bois, cavallos, bestas, carneiros, cabras, porcos, etc., entre os quadrúpedes; gallinhas, patos, perús, gansos, marrecos, etc., entre os bípedes*”⁴¹⁰, sendo, segundo o autor, quase todas essas espécies exportadas, tendo destaque para o gado, porcos e galinhas. Para o município de Pouso Alegre, encontramos informações com os dados de Marques de Oliveira. Em toda região observa-se a criação do gado vacum; a engorda dos suínos também era praticada na cidade e distritos, porém com maior intensidade em Borda da Mata e Estiva. Já a criação de galinhas, que segundo o autor, já se fazia pequena exportação, se concentrava em Pouso Alegre e Estiva⁴¹¹. Confrontando os dados do Almanaque para o Município de Pouso Alegre e os dados obtidos nos inventários, temos a tabela 15. Este quadro nos mostra em números a criação de animais, quantificadas nas décadas estudadas, no município de Pouso Alegre a partir dos dados obtidos nos arrolamentos de bens, aproximando das referências apresentadas pelos autores dos almanaques utilizados. Totalizando 15.033 animais entre os bens declarados, o maior número provinha da criação de gados bovinos, presente em toda região do município, porém estando mais concentrados no distrito de Sant’Ana e na cidade de Pouso Alegre. O gado bovino servia para o abastecimento local e para o comércio exportador, sendo para venda de carne ou a produção de leite. Em grande quantidade, também para comércio e exportação, a criação de “gado suíno”, cevados ou porcos (como eram nominados) estava presente nos distritos de Pouso Alegre, e nos bens de grande maioria que possuíam os semoventes.

407 As culturas correspondiam 4% dos investimentos feitos pelos inventariados.

408 VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul- Mineiro para 1874*. Campanha: Thypographia do Monitor Sul- Mineiro, 1874, p. 32.

409 Idem.

410 Idem, 46.

411 VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul- Mineiro para 1874*. Campanha: Thypographia do Monitor Sul- Mineiro, 1874, p. 46. Contudo, não encontramos mencionados em nenhum inventario galinhas ou aves.

Tabela 15: Quantidade bens semoventes por distritos do município de Pouso Alegre

Animais	Localidades											
	Borda da Mata		Congonhal		Estiva		Sant'Ana		Pouso Alegre		Município	
	Soma	%	Soma	%	Soma	%	Soma	%	Soma	%	Total	%
Suínos	660	4%	467	3%	1023	7%	420	3%	1213	8%	3783	25%
Muar	98	1%	57	0,4%	129	1%	71	0,5%	203	1%	558	4%
Bovino	891	6%	929	6%	913	6%	2666	18%	2582	17%	7981	53%
Caprino	296	2%	144	1%	263	2%	237	2%	419	3%	1359	9%
Cavalo	167	1%	148	1%	242	2%	230	2%	565	4%	1352	9%
Total	2112	14%	1745	11,4%	2494	18%	3624	25,5%	4982	33%	15033	100%

Fonte: Inventários post-mortem da Comarca de Pouso Alegre 1870-1920. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo (1870-1899).

Tabela 16: Quantidade de animais que compõem os inventários por décadas (1870-1920)

Espécie	Quantidade				
	1870-1879	1880-1889	1890-1899	1900-1909	1910-1920
Suínos	943	1385	1050	180	224
Muar	203	143	171	18	23
Bovino	2025	2164	2484	599	710
Caprino	672	424	249	8	6
Cavalar	308	514	390	38	102

Fonte: Inventários post-mortem da Comarca de Pouso Alegre 1870-1920. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo e no Arquivo do Foro de Pouso Alegre (2ª e 3ª Varas Cíveis).

Elaboração do autor.

Além de concentrar a criação na sede municipal, o distrito de Estiva possuía grande número destes animais, concentrando 7% dos suínos, tanto que “a peste, que dizimou a raça suína o ano passado, muitos prejuízos causou aos lavradores desta freguesia (Estiva)”⁴¹². Nesta região também eram criadas cabras (principalmente em Pouso Alegre, Sant'Ana e Estiva), bois para carro, o qual faziam transportes de produtos para comércio, os muares, utilizados frequentemente pelos tropeiros e vendedores locais e os cavalos, como meio de locomoção utilizado na época.

Como mencionamos acima, foram declarados 15.033 animais pelos inventariantes durante as quatro décadas estudadas. Em relação ao município, e a posse destes animais, podemos observar as aplicações e investimentos nestes bens por meio da demonstração feita pela tabela 16. Com este quadro, notamos certo crescimento na criação de animais, apresentando quedas apenas nas duas primeiras décadas do século XX, principalmente as espécies de caprinos, que durante o período estudado vinha deixando de ser investido. Estes eram os principais animais criados pelos

412 OLIVEIRA, Antônio Marques de. *Almanack do Município de Pouso Alegre*. Rio de Janeiro: Casa Mont'Alverne, 1900, p. 152.

habitantes do município. Percebemos uma queda brusca na década de 1900 por ser de menor número a documentação encontrada no fórum de Pouso Alegre.

Em comparação aos municípios de Varginha, Lavras⁴¹³ e Campanha, em diferentes décadas (para Lavras analisamos as décadas de 1870-1888, Varginha 1880-1920 e para Campanha 1880-1888), percebemos que Pouso Alegre mantém posição de destaque na criação de gado bovino, entre os municípios de Varginha e Lavras, estando Campanha um pouco mais a frente, enquanto que para a criação de suínos estes três municípios se aproximam. Constatamos que os investimentos feitos nos bens moveis semoventes em Pouso Alegre possuía certa relevância entre os municípios da região. Como os períodos dos três municípios que iremos analisar são distintos, faremos as comparações separadamente com Pouso Alegre de acordo com as décadas específicas.

Nos municípios de Pouso Alegre e Lavras (1870-1888), temos registrados nos inventários 20.488 animais, estando 73% desta soma no território pouso alegrense, que se destacava na criação de gado bovino, e nas espécies muar e cavalari. Em Lavras, a criação de bois destinados aos carros era maior, devido à dinâmica comercial e de produção local. Em ambas cidades, a criação de suínos se destacava, e se diferenciava apenas em uma espécie: enquanto em Pouso Alegre dedicava a criação de cabras, em Lavras, entre os semoventes, estava a criação de ovelhas, que provavelmente se destinava para a confecção de lã. Em relação a Varginha, o período comparado abrange as décadas de 1880 a 1920. Utilizando da mesma metodologia, temos 21.827 animais nos dois municípios, sendo que deste total 69% estavam registrados nos inventários do município de Pouso Alegre. Em relação a estas duas localidades, percebemos que ambos se dedicavam a criação de suínos, bovinos e animais da espécie muar, e, em contrapartida, Pouso Alegre possuía criações maiores dos caprinos e cavalares. A cidade da Campanha mantinha números maiores de bens semoventes. Para o período em que comparamos com Pouso Alegre, verificamos que em torno de 60% do total de animais entre os dois municípios pertenciam ao território de Campanha. Em espécies, percebemos que os números relativamente se equiparam entre os dois municípios, notando-se que a criação de gado vacum e bovino era mais forte nesta cidade.

Comparando com estas três cidades sul mineiras, percebemos que Pouso Alegre possuía maiores investimentos nos bens semoventes, sendo que a parcela do monte mor correspondia em torno de 9,5%. Em relação aos criadores, dividimos em pequenos (os que possuíam em suas propriedades de 1 a 50 animais), médios (de 51 a 500 criações) e grandes proprietários (aqueles que detinham quantia superior a 500 animais), como podemos observar na tabela 17:

Tabela 17: Quantidade de criadores e de animais por distrito (1870-1920)

	De 1 a 50		De 51 a 500		Acima de 500	
	Nº de criadores	Nº de animais	Nº de Criadores	Nº de animais	Nº de criadores	Nº de animais
Borda da Mata	36	539	09	1002	1	591
Congonhal	27	452	12	1285	-	-
Estiva	56	1696	11	1207	-	-

413 Em anexo se encontra duas tabelas comparando a quantidade de animais entre Pouso Alegre e cada um dos municípios mencionados, baseando-se em Lavras no trabalho de Eduardo José Vieira e para Varginha na pesquisa de Natania Silva Ferreira.

Sant'Ana	50	685	12	1627	2	1265
Pouso Alegre	102	1425	32	3246	-	-
Total	271	4797	76	8367	3	1856

Fonte: Inventários post-mortem da Comarca de Pouso Alegre 1870-1920. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo e no Arquivo do Foro de Pouso Alegre (2ª e 3ª Varas Cíveis).

Elaboração do autor.

Na primeira coluna denominamos os pequenos criadores, aqueles que se dedicavam principalmente a agricultura familiar e ao pequeno comércio do excedente. O número de pessoas que se encaixavam nesta classificação era maior (271 indivíduos), detendo 32% dos semoventes identificados na documentação estudada. Percebemos que estes criadores se concentravam na sede municipal e nos distritos de Estiva e Sant'Ana. A maioria destas pessoas possuíam poucas criações concentradas em diversas espécies, como percebemos na documentação de José Mariano Nunes⁴¹⁴, falecido no ano de 1885 em Pouso Alegre. O arrolamento de bens deste inventariado nos aponta características de um típico pequeno produtor rural. Foram declarados 168\$640 em bens móveis, sendo estes utensílios domésticos, catres e objetos de uso cotidiano (como esporas e um carro pequeno de bois), um campo de cana e três quartos de milho a 55\$000 e dois imóveis rurais, sendo uma pequena casa velha com algumas benfeitorias e roça de pasto, sendo o ativo de maior investimento. Os semoventes de sua propriedade eram em número de vinte, sendo seis porcos, dois bois para carro, três gados bovinos, seis cabras e três cavalos, avaliados em 227\$000.

Aqueles a quem denominamos “médios criadores” (detentores de 51 a 500 animais), estavam em número de setenta e sete, sendo bem distribuídos entre a sede e os distritos, proprietários de 56% do total de semoventes encontrados na documentação analisada. Estas pessoas possuíam quantidade maior de animais, servindo para o consumo próprio e o comércio de abastecimento local e pequena exportação para outras províncias, como no caso do distrito da Estiva, em que parte da criação suína era conduzida para o interior da Província de São Paulo, cidades como Bragança Paulista e Pindamonhangaba, conduzida por tropas a pé ou pelo próprio dono da criação. Na documentação de José Pereira Garcia⁴¹⁵, falecido no distrito de Estiva em 1881, encontramos como monte mor deixado pelo finado a seus herdeiros a quantia de 4:467\$000, sendo os ativos mais valorizados os bens semoventes, com 185 animais (2:305\$000) e os bens imóveis rurais, constando de uma propriedade e em anexo uma benfeitoria e campos de pasto a 1:400\$000. Constatamos que José Garcia se encaixava naqueles que criavam porcos para o comércio. No conjuntos dos animais pertencentes a ele foram contabilizados 110 suínos, 6 bois para carros, 45 gados bovinos, 20 cabras e 4 cavalos, possuindo o caráter de diversidade na produção, característica esta percebida na maioria dos inventários pertencentes ao corpus documental analisado.

A última coluna apresentada na tabela encontram-se os grandes proprietários, pessoas que detinham em suas propriedades quantias superiores a 500 animais, correspondendo a 12%

414 Inventário de José Mariano Nunes, 1885. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

415 Inventário de José Pereira Garcia, 1881. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

dos bens semoventes catalogados na documentação para o período estudado. Encontramos apenas três indivíduos possuidores dos maiores números de animais, localizados nos distritos de Borda da Mata e Sant'Ana do Sapucaí. Em Borda da Mata, Bárbara Ormindia Garcia⁴¹⁶, falecida no ano de 1876, que fora casada com o Capitão Antônio Coutinho Penna, acumulou durante sua vida a quantia de 86:838\$000 em bens. Entre os ativos se encontravam uma propriedade urbana no valor de 600\$000, e ativos com maiores investimentos como a posse de 17 escravos a 19:700\$000 e seis imóveis rurais (parte de terras na Fazenda Agua Limpa, pasto e benfeitorias na mesma fazenda, fazenda de campos e culturas e mais benfeitorias na Fazenda Boa Vista, distrito de Pouso Alegre, terras em sociedades nas fazendas do Descalvado e Areias, distrito de Borda da Mata). Os semoventes, cujo totalizava 16:829\$000 constava de 47 suínos, 12 muares, 10 bois de carro, 426 bovinos, 86 caprinos e 10 cavalos instalados em suas terras. No distrito de Sant'Ana do Sapucaí, a Fazendeira Maria Modesta Marques Teixeira⁴¹⁷, deixou para seu marido o Major Feliciano José Teixeira e herdeiros a fortuna equivalente a 265:966\$000, constando de 7 propriedades rurais, um plantel composto por 50 escravos, 2 imóveis urbanos, bens moveis, ouro e prata e dinheiro. A criação de animais de sua propriedade continha 569 animais, sendo 10 suínos, 13 muares, 9 bois de carros, 492 bovinos, 38 caprinos e 7 cavalos. Neste mesmo distrito, na década de 1890, encontramos o maior criador de animais presente no grupo de documentos analisados. O delegado e capitalista Antônio da Costa Rios⁴¹⁸ (cujo monte mor equivalia a 466:695\$714), proprietário de 19 propriedades rurais e 2 propriedades urbanas, dispunha em suas terras a quantidade de 703 animais, sendo 84 suínos, 7 muares, 4 bois de carros, 574 bovinos e 49 cavalos. O que nos chama a atenção nesses três grandes proprietários, é que além de possuir certa diversidade em suas criações, possuíam grande rebanho de gado bovino.

Entre as cidades que comparamos anteriormente, Pouso Alegre possuía os maiores investimentos nos ativos constituídos pelos semoventes. Em Campanha foram investidos 6,7% e Lavras 4,7%. Já para Varginha, os investimentos aplicados em animais, comparados aos de cidades da região sul mineira como Pouso Alegre e Campanha, eram ainda baixos⁴¹⁹.

Bens humanos: a presença do trabalho escravo no município

Como o período proposto para este estudo tem seu início em 1870 passando pela década de 80, momentos estes marcados pela força do trabalho escravo e pelo fim do mesmo com a Lei Áurea, um dos ativos encontrados nos arrolamentos dos bens era escravos ou cativos. Nos inventários eram descritos a matrícula geral ou municipal do cativo, o nome, a cor, idade, estado civil e observações acerca estado de saúde. Os valores dados a esta mão de obra humanas variavam de acordo com o gênero, as condições

416 Inventário de Bárbara Ormindia Garcia, 1876. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

417 Inventário de Maria Modesta Marques Teixeira, 1876. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

418 Inventário de Antônio da Costa Rios, 1897. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

419 Cf. SAES, Alexandre Macchione; FILHO, Antoniel Avelino. Escravidão e trajetórias das elites locais: Campanha de Pouso Alegre no ocaso da escravidão. In: *Cultura Histórica e Patrimônio*. Universidade Federal de Alfenas, vol. 1, nº 1, 2012.

físicas, mentais e etárias do cativo, podendo variar entre 200\$000 réis a 2:500\$000 réis.

Entre as décadas de 1870 e 1880, foram identificados em 100 processos que fazem parte de nosso corpus documental para o município de Pouso Alegre, o que corresponde a 45% da população inventariada, a quantia de 630 escravos. As escravarias pertencentes ao município neste período eram pequenas, geralmente não passavam de vinte cativos.

Tabela 18: Plantéis de escravos presentes no município de Pouso Alegre (1870-1888)

	1870	1880
1 a 5	33	25
6 a 10	12	09
11 a 20	16	01
21 a 30	01	-
Acima de 30	01	-

Fonte: Inventários post-mortem da Comarca de Pouso Alegre 1870-1920. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo e no Arquivo do Foro de Pouso Alegre (2ª e 3ª Varas Cíveis). Elaboração do autor.

Com base nos inventários, ao analisar a tabela 18, temos que apenas dois inventariados possuíam escravarias acima de 20 cativos, identificados em arrolamentos da década de 1870. Na documentação de Maria Modesta Marques Teixeira⁴²⁰, casada com o Major Feliciano Marques Teixeira, falecida em Sant'Ana do Sapucaí em 1876, foram contabilizados 50 escravos, o que correspondia a 18% de sua riqueza. Já Ana Francisca de Guimarães⁴²¹, proveniente do distrito da Borda da Mata, falecida em 1877, possuía um plantel com 26 cativos, o que equivalia a 48% de sua fortuna acumulada. Nas documentações observadas, constatamos que os maiores investimentos se encontravam em posse de terras e escravos, características que marcam o perfil da elite agrária.

Os arrolamentos nos indicam também que dois inventariados possuíam investimentos acima de 90% em bens cativos, seis entre 50% a 80% e o restante de 2% a 49%. Observemos, por exemplo, Dona Mariana Ignácia da Silva⁴²², falecida no ano de 1876 em Borda da Mata. Em seu inventário, cujo monte maior foi avaliado em 1:1939\$200 réis, foram descritos apenas algumas peças de bens móveis existentes e dois escravos, Cassiano (45 anos) e Theodoro (26 anos), ambos do sexo masculino e respectivamente preto e pardo, avaliados na quantia total de 1:900\$000 réis. Manoel Gomes de Lima⁴²³, também falecido em Borda da Mata, teve o arrolamento totalizado em um monte mor de 4:815\$666 réis. Seus maiores investimentos estavam direcionados para a posse de quatro escravos

420 Inventário de Maria Modesta Marques Teixeira, 1876. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

421 Inventário de Ana Francisca Guimarães, 1877. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

422 Inventário de Mariana Ignácia da Silva, 1876. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

423 Inventário de Manoel Gomes de Lima, 1876. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

(Maria, de 55 anos; Maria, 26 anos, ambas pretas; José, pardo, de 15 anos e Norberto, preto, 14 anos), avaliados em 4:700\$000 réis (correspondendo a aproximadamente 98% de seu arrolamento) e nos bens imóveis rurais. Pela análise da documentação, percebemos que possuir escravo correspondia a uma certa necessidade ligadas aos afazeres domésticos e no trabalho com a terra.

A população escrava no município de Pouso Alegre neste período era constituída por um pouco mais de quatro mil almas, estando na média das cidades da região e circunvizinhas, como consta na tabela abaixo:

Tabela 19: População escrava nos municípios da região sul- mineira

Municípios	1873		1883		1885	
	Nº de Escravos	%	Nº de Escravos	%	Nº de Escravos	%
Alfenas	4.170	5,6	5.022	8,0	4.495	7,7
Ayruoca	3.564	4,8	3.092	4,9	2.654	4,5
Baependy	7.248	9,7	6.306	10,0	3.877	6,6
Cabo Verde	1.510	2,0	1.510	2,4	1.385	2,4
Caldas	2.391	3,2	2.720	4,3	2.492	4,3
Campanha	6.750	9,1	3.379	5,3	5.422	9,3
Carmo do Rio Claro	-	-	1.227	1,9	1.227	2,1
Christina	4.547	6,1	5.599	8,9	4.610	7,9
Dores de Boa Esperança	4.764	6,4	2.455	3,9	2.477	4,2
Itajubá	4.496	6,0	3.960	6,3	4.048	6,9
Jaguary	1.070	1,4	1.172	1,8	1.069	1,8
Lavras	8.380	11,2	6.322	10,0	5.417	9,3
Passos	4.065	5,4	5.623	8,9	4.792	8,2
Pouso Alto	-	-	2.439	3,9	2.282	3,9
Pouso Alegre	4.075	5,4	3.465	5,5	2.227	3,8
São José do Paraíso	4.164	5,6	1.890	3,0	1.778	3,0
São Gonçalo	-	-	37	0,05	151	0,2
São Sebastião do Paraíso	3.598	4,8	3.814	6,0	3.537	6,1
Três Pontas	5.997	8,1	2.817	4,4	2.313	4,0
Ouro Fino	3.574	4,8	-		1.694	2,9
Total	74.363	100	62.849	100	57.947	100

Fonte: DELFINO, Leonara Lacerda. *A família negra na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: incursões em uma demografia de escravidão no Sul de Minas (1810-1873)*. Juiz de Fora: Dissertação de Mestrado- UFJF, 2010.

Contando com 18,5% da população total, o município de Pouso Alegre mantinha uma proporção média da região. Em seu trabalho de pesquisa sobre a presença dos cativos no município de Pouso Alegre, Leonara Delfino afirma ser “uma localidade eminentemente escravista”, pois em sua análise que compreende as décadas de 1820 e 1888, foram identificados 55,6% dos processos contendo em seus arrolamentos a rubrica escravos, estando alocados em pequenos e grandes plantéis. Dos 678 inventários em que abrangiam o município, 377 registravam os bens cativos, sendo que apenas a declaração de bens do Capitão João Pinto da Fonseca, apresentava mais 100 escravos, sendo a média de cada propriedade era de 8,8. A autora observa que no município “*de 3.340 escravos arrolados ao longo do período de 1820-1888, 49,7% destes concentraram-se em grandes propriedades, situadas no plantel entre 11 a 49 escravos (...) 6,4% do total da escravaria pertenciam a plantéis menores*”⁴²⁴, sendo padrão comum de estrutura de posse, como Delfino observa, se comparando com cidades como Campanha e Itajubá. Por meio de nossa coleta de dados⁴²⁵, identificamos a estrutura de posse de escravos em Pouso Alegre nas décadas de 1880-1888, expressa pela tabela 20:

Tabela 20: Estrutura de posse de escravos de Pouso Alegre (1880-1888)

Faixas da Escravaria	Nº de Escravos	%	Nº de Ocorrências	%
0	-	-	92	48,4
1 a 5	144	22,9	58	30,5
6 a 10	164	26,0	21	11,1
11 a 19	205	32,5	15	7,9
20 ou mais	117	18,6	4	2,1
Total	630	100	190	100

Fonte: Inventários post-mortem da Comarca de Pouso Alegre 1870-1888. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo e no Arquivo do Foro de Pouso Alegre (2ª e 3ª Varas Cíveis). Elaboração do autor.

Devemos ter em mente para a análise da tabela acima que na década de 1870 74% dos inventariados possuíam em seus bens arrolados a categoria escravos, e na década seguinte, até

424 DELFINO, Leonara Lacerda. *A família negra na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: incursões em uma demografia de escravidão no Sul de Minas (1810-1873)*. Juiz de Fora: Dissertação de Mestrado- UFJF, 2010, p. 86.

425 Os dados coletados para a elaboração da pesquisa de Leonara Delfino corresponderam a análise de 14 inventários contabilizando a existência de 73 inventários. No capítulo escrito para o livro “Sul de Minas em urbanização”, ao fazer uma análise dos anos finais da escravidão, utilizamos os dados a partir do estudo de 36 inventários com o registro de 138 escravos. No decorrer desta pesquisa, um novo levantamento foi feito na documentação relacionada ao município de Pouso Alegre. Para as décadas estudadas, foram analisados 98 inventários contendo 630 cativos (sendo 63 documentos para a década de 1870, com 491 escravos e 35 para a década de 1880 com 139 escravos).

o ano de 1888, cerca de 29% possuíam cativos entre seus bens declarados. Examinando as duas décadas, percebemos que a sociedade local não possuía grandes escravarias, ou seja, que excedia a 20 cativos (este número ultrapassa a 80% dos inventariados, em sua maioria possuindo de 1 a 5 escravos). Já uma pequena parcela, composta por 18,6% da população inventariada declarava fazer parte de seus bens um grupo maior de 20 cativos. Se formos analisar a partir do tamanho das escravarias, percebemos que estes números nos levam a pensar em um padrão de escravidão ligada ao mundo urbano, ou seja, dedicado ao trabalho doméstico (estimados em aproximadamente 31%). Já os 19% das ocorrências correspondiam a escravarias com 6 a 19 cativos, podendo caracterizar um tipo de trabalho voltado para o campo, porém, em pequenas produções e propriedades. Isto nos leva a considerar que, ao contrário de municípios como Lavras, Itajubá e até mesmo Campanha, o apego a mão de obra escrava teve menor intensidade no município de Pouso Alegre⁴²⁶.

Notamos, no entanto, que nas duas décadas estudadas em que constavam a categoria “escravos”, investimentos em bens móveis, culturas e animais eram relativamente bem menores, sendo que a soma da porcentagem das três rubricas não atingiam a totalidade dos investimentos feitos nos cativos pelos inventariados, que correspondia a 23,7% dos investimentos totais para década de 1870. Já no próximo decênio, prestes ao fim do trabalho escravo, os investimentos começam a ser distribuídos, tendo aumento nos já citado acima, e mais considerável nos imóveis rurais, tornando mais diversificados os investimentos das riquezas nas décadas seguintes.

Movimento da vida econômica: dinheiro, dívidas ativas e passivas

Analisaremos nesta sessão os ativos referentes à posse de dinheiro, dívidas passivas e ativas, dinâmica que por muito tempo equivaleu às atividades bancárias outrora institucionalizadas. Em São João Del Rei percebemos que estas relações de crédito eram realizadas intensamente. Afonso de Alencastro Graça Filho⁴²⁷, em sua pesquisa sobre as relações comerciais entre a elite mercantil de São João com o Rio de Janeiro, nos apresenta visões e abordagens sobre a história econômica da Comarca do Rio das Mortes a partir da década de 30 do século XIX. Ao se referir sobre as dívidas ativas e passivas, o autor ressalta a frequência das dívidas ativas em decorrência à escassez de moeda. Graça Filho ressalta no capítulo em que trata do crédito e alto comércio que “*a presença de grandes valores em dívida ativa fora frequente nos inventários dos maiores negociantes sanjoanenses até fins do império, podendo ser vista como uma evidência da restrição crônica de numerário em Minas*⁴²⁸”. Em alguns municípios do Sul de Minas que tomamos como parâmetro se torna perceptível maior ocorrência das dívidas em relação ao papel moeda. Em regiões como Campanha, Lavras e Varginha, por meio de dados obtidos das pesquisas realizadas sobre estas localidades, notamos que a posse de papel

426 Cf. VALE, Fernando Henrique do; SAES, Alexandre Macchione; CARVALHO, Rafaela Rodrigues da Silva. Pouso Alegre: uma economia de abastecimento numa sociedade exportadora. In: *Sul de Minas em urbanização: modernização urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016, p.287.

427 FILHO, Afonso de Alencastro Graça. *A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*: São João del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume Editora, 2002.

428 Idem, p. 72.

moeda encontrada em inventários não passava dos 17%, enquanto que as dívidas ativas e passivas estavam registradas em até 87% da população arrolada⁴²⁹.

O caso de Pouso Alegre não se distingue dos municípios acima. De acordo com a documentação levantada, temos que os percentuais relativos ao meio fiduciário nunca ultrapassaram a casa dos 4%, sendo que nos dois primeiros períodos registrou-se 1% para a década de 1870 e 0,3% para a década de 1880. Já a partir da década de 90, a moeda já fazia parte de 3% (1890) e 4% (década de 1910) da população inventariada, constatando a ausência da moeda já mencionada. As dívidas ativas totalizavam 80% dos investimentos totais das décadas estudadas, presentes em 179 inventários integrantes desta pesquisa, enquanto que as dívidas passivas, 40% subtraídos do monte mor das documentações, se encontravam em 181 inventários, sendo que, no entanto, apenas 39% da documentação levantada para o município de Pouso Alegre possuía a categoria de dívidas em seu arrolamento.

A vida bancária se concentrava mais nos grandes centros urbanos⁴³⁰, então era costume que as transações financeiras se concentrassem localmente, através de empréstimos, em que a figura do capitalista (poderiam ser fazendeiros, comerciantes ou pequenos empresários) aparecia como um “pequeno banqueiro”, homens este que possuíam capital que eram colocados em giro, através de empréstimos e investimentos. Renato Marcondes, em seu trabalho sobre o financiamento hipotecário no Vale do Paraíba⁴³¹, nos aponta que anteriormente ao avanço do capitalismo no Brasil, ao qual proporcionou a modernização do mercado de capitais no país (a instalação de bancos, das sociedades

429 As informações podem ser consultadas na tabela contida na sessão dos anexos.

430 Na província de Minas Gerais, o primeiro banco a ser instalado foi em Vila Rica no ano de 1819, uma caixa filial do Banco do Brasil. Em 1838 instala-se a Caixa Econômica em Ouro Preto e em 1856 uma filial do Banco do Brasil na mesma cidade. Contudo, no século XIX, o sistema bancário em Minas Gerais ainda era precário. Cf: GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. Expansão bancária no Sul de Minas em transição. In: *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX*. Bauru, SP: EDUSC, 2012. p. Segundo Wirth, Até o final do século XIX, eram os bancos do Rio de Janeiro que ofereciam créditos e serviços bancários a região mineira. Cf: WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, 100-102. No trabalho de Rodrigo Fontanari, sobre a região de São João da Boa Vista, podemos observar a importância do surgimento de pequenas casas bancárias locais. Segundo o pesquisador, a casa bancária por ele estudada surgiu em função do próprio grau de desenvolvimento da economia cafeeira regional, que ensejou a exploração tanto da atividade econômica urbana quanto a rural. Esta instituição bancária (Casa Bancária Christiano Osório) agia como uma espécie de correia de transmissão do capital bancário, concentrado em um grande centro urbano (São Paulo), suprimindo a necessidade de grandes banqueiros fundarem agências nas diversas localidades do interior. E esses pequenos bancos, atuaram de certa maneira como o entreposto das grandes instituições bancárias das grandes capitais. Cf: FONTANARI, Rodrigo. *Um banqueiro do café: a trajetória empresarial do Coronel Christiano Osório de Oliveira e as teias do crédito na economia cafeeira paulista*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

431 MARCONDES, Renato Leite. *O financiamento hipotecário da cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista (1865-87)*. Revista Brasileira de Economia, vol. 56, nº 1. Rio de Janeiro: Março de 2002.

acionarias, etc.), porém ainda era limitada pelas imperfeições do mercado (como os elevados custos de transação e assimetria de informações, principalmente nas regiões que se encontravam distantes dos grandes centros comerciais). Estas limitações asseguravam a dominância do crédito pessoal, ao qual “*pautado por uma rede de relações de amizade, parentesco e dependência pessoal, facilitava a obtenção de informações sobre o devedor e o monitoramento sobre os pagamentos dos juros e amortizações*”⁴³². O dinheiro em espécie, segundo Luciana Suarez Lopes, estava ligado ao arrolamento de algum bem do espólio direcionado para a manutenção da família enquanto se tramitava o processo do inventário. Poderia estar ligado também a bens, pelo motivo de serem perecíveis, poderiam deteriorar-se, caso os herdeiros esperassem a conclusão do processo para poder realizar a venda⁴³³. Confrontando com a documentação analisada, dos 466 processos para o município de Pouso Alegre, apenas em 36 encontramos declarações de dinheiro em espécie, valores estes em sua maioria que não ultrapassavam a quantia de um conto de réis⁴³⁴. Nos chama atenção o inventário de Herculano Cobra, cujo inventariante declarou existir a quantia de 22:350\$000 réis, proveniente de terras arrematadas em praça ainda em vida pelo inventariado⁴³⁵.

Em uma perspectiva das décadas que compunham o final do século XIX, as dívidas ativas passaram por oscilações. Da década de 1870 para 1880 houve uma queda para esta rubrica, juntamente com os investimentos na mão de obra escrava, tendo considerável aumento somente na passagem para o decênio de 1890, caindo novamente e se mantendo estável nos anos iniciais do século XX. Em contrapartida, os investimentos em imóveis (tanto rurais como urbanos) tendem para uma dinâmica contrária, mantendo crescimento relativo até a década de 1910. Com o fim do trabalho escravo, rubrica esta que era muito valorizada, percebemos que há um aumento de investimentos nas outras categorias, principalmente na constituição do patrimônio voltado para imóveis e na criação de animais.

Quando nos detemos na categoria “dívidas ativas”, percebemos certas particularidades entre as diversas documentações por nós estudadas. O maior valor em ativos encontrado nos inventários para o período que analisamos foi registrado no arrolamento do Capitão Manoel Moreira da Costa. Além de manter residência em Pouso Alegre, possuía comércio de fazendas, ferragens e armarinho em Ouro Fino. Na declaração dos ativos, logo notamos a ligação direta com seus negócios, possuindo um fundo de negócios no valor de 39:165\$750 réis. Em seu espólio foram encontrados 94 registros de dívidas ativas, totalizando a quantia de 541:607\$984 réis, com valores que iam de 28\$240 a 169:000\$000. Pelo quadro descritivo dos ativos, podemos deduzir que era uma casa comercial de porte grande, por fornecer mercadorias a outros comércios (Veiga Pinto

432 Idem, p. 148.

433 LOPES, Luciana Suarez. *Sob os olhos de São Sebastião: a cafeicultura e as mutações da riqueza em Ribeirão Preto 1849-1900*. Tese de Doutorado em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, 2005, p. 64.

434 Valores acima de 1:000\$000 foram encontrados em 13 documentos inventariais.

435 Inventário de Herculano Olegário de Barros Cobra, 1920. Disponível no Acervo do Fórum da comarca de Pouso Alegre.

& Cia- 168:483\$911 e Vilela Azevedo & Cia- 15:113\$032) e pela quantidade de pessoas que a ele devia, além de comerciante, exercer a função de capitalista. Em relação as dívidas passivas, que correspondia ao valor de 33:889\$351 réis, estavam ligadas ao seu negócio (16:889\$078 réis), parte nas dívidas que pertenciam a inventariante como acionária do finado José Alves de Barros (12:144\$533 réis) e parte nas que pertenciam ao sócio Manoel Moreira da Costa Júnior (3:691\$347 réis), sendo em sua maioria custas de dívidas ao comércio das praças do Rio de Janeiro, São Paulo e algumas das regiões próxima, no intuito de liquidar a casa comercial.

Dos bens constantes do inventário de Capitão Manoel Moreira da Costa, as dívidas ativas representavam a maior parte da fortuna acumulada em sua vida, sendo que 88% era formado pelos ativos. Em bens imóveis os investimentos registrados eram de 3,8% (sendo 3% em imóveis rurais, constituídos quatro partes de terras, quatro casas de morada e benfeitorias e 0,8% em imóveis urbanos, sendo duas casas de morada, uma na Rua Direita, em Pouso Alegre, e a outra uma propriedade pequena em Ouro Fino). Já os cativos, cuja quantia era de 18, foram avaliados em 15:600\$000 (correspondendo a 3% de seu espólio). O que leva a este valor reduzido (se formos levar em conta a quantidade de escravos que possuía) era a desvalorização devido à idade, doença ou alguma circunstância empreendida pelo cativo. A escravaria do Capitão Manoel era composta por quatro cativos acima dos 50 anos (cujo valores estavam em torno de 300 a 350\$000 réis), uma cega de um olho (300\$000), uma menina de 8 meses (120\$000) e Severino, de 28 anos, criminoso e preso (300\$000). Já os demais cativos, com idade entre 12 a 30 anos, eram valorizados acima de 1:000\$000 réis. Em relação aos animais, o valor de 3:913\$000 réis correspondiam a 0,6% de sua fortuna, possuindo apenas seis crias de muar (bestas) e 7 cavalos⁴³⁶. Nas páginas finais de seu inventário, são declaradas também 105 apólices de dívidas públicas, no valor de 95:449\$000 réis, correspondendo a 15% dos bens declarados. Por meio dos bens arrolados no inventário do Capitão Manoel Moreira, constatamos que seus maiores investimentos se deram no meio urbano, por meio de suas atividades comerciais e de investimentos em títulos públicos, sendo um típico elemento da elite do século XIX, aquele que também possuía terras no meio rural.

Era comum que nos inventários daqueles que possuíam alguma casa comercial, os investimentos em seu negócio, as dívidas ativas e passivas terem maior peso no arrolamento dos bens. No caso do negociante de molhados Gustavo Gonçalves Lopes, falecido em Pouso Alegre no ano de 1887, pouco foi investido nos bens móveis, em animais (possuía apenas uma égua e uma besta no valor de 120\$000 réis), escravo (Gabriela, de 23 anos, filha de Margarida cozinheira a 500\$000) e bens imóveis (sendo uma sorte de terras no distrito de Sant'Ana do Sapucaí e mais duas casas com benfeitorias, uma no mesmo lugar em que se encontravam as terras e a outra na área rural de Pouso Alegre, no valor de 9:600\$000 réis), totalizando 53% do montante maior. Os bens que constituíam a casa comercial de Gustavo Gonçalves Lopes (composto por fazenda- 4:034\$000, roupas feitas- 563\$090, chapéus- 673\$500, chapéus de sol- 196\$760, calçados- 299\$030, armarinhos e ferragens- 3:359\$880 e

436 Inventário do Capitão Manoel Moreira da Costa, 1870. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

molhados e louças- 348\$070) resultava no balanço de 9:474\$990, correspondendo a 42% dos bens declarados no inventário. Já as dívidas ativas, valor este que deveria ser recebido dos clientes de seu comércio em sua maioria, era de 1:823\$546 réis. Do monte mor de 22:558\$336 réis composto a partir do arrolamento dos bens, 51% do valor (11:484\$180 réis) estava destinado a saldar suas dívidas, como a que encontramos no decorrer do processo, o pagamento da quantia de 1:058\$000 afirma social de Cunha Calouro & Cia, da praça do Rio de Janeiro, pelo filho e herdeiro Alberto Bressane Lopes⁴³⁷.

Entre os documentos inventariais, encontramos outras formas de investimentos, como no caso de títulos públicos e apólices. Em nosso corpus documental localizamos dois processos que fazia menção a estas categorias, sendo um registrado no final da década de 1870 e o outro no século XX, em 1908. Entre os bens de Lázaro Openheim, Alemão radicado na cidade de Pouso Alegre, e falecido no ano de 1879, nesta mesma cidade. O requerente de seu processo foi João José de Barros Cobra Júnior (proprietário da residência em que o inventariado habitava), pois Lázaro possuía no Brasil apenas um sobrinho na idade de 15 anos que morava com ele em Pouso Alegre. Seus herdeiros habilitados estavam residindo em sua maioria na Europa, estando apenas um no Brasil, em outra cidade não referida. O inventariado não possuía nenhum bem imóvel declarado (de propriedade, o que nos leva a entender que alugava imóveis de outro proprietário ou vendeu os mesmos em vida), porém possuía bens móveis em Pouso Alegre e na cidade de Cristina (citado no documento por carta precatória), correspondendo a 6% do montante maior. O maior investimento a partir do espólio deixado pelo finado Lázaro se concentrava em títulos públicos, na quantia de 66:919\$440 réis, correspondendo a 90% de seus bens, sendo *“um cheque ou letra do Banco do Brasil, com o número 880, datado de 20 de julho de 1879 (...) que no verso continha 5 estampilhas no valor de 67\$000 em papel amarelo com letras de água”*⁴³⁸ no valor de 66:709\$650 réis e um outro cheque ou letra no mesmo banco, registrado em 01 de agosto de 1879 no valor de 209\$790 réis.

No processo de inventário do engenheiro Dr. Augusto César de Vasconcelos, falecido na cidade de Pouso Alegre, no ano de 1908, o valor do monte mor era de 65:140\$240 réis. Desta soma final, 42% dos investimentos se encontravam entre os bens móveis (5%- 3:563\$000 réis), bens imóveis rurais (3%- 1:800\$000, sendo um pasto e terreno de um alqueire sito em Pouso Alegre) e urbanos (17%- 11:200\$000, correspondendo a três casas, um terreno e uma olaria na cidade) e dívidas ativas (16%- 10:221\$682), dinheiro este em sua maioria declarado como empréstimos via crédito. A outra parte de seus investimentos, declarados como títulos, ações, aluguéis de casas e bancos, ou depositados em bancos, contabilizavam a quantia de 38:055\$558 réis (correspondendo a 58% do montante maior), sendo 3:563\$000 réis

437 Inventário do Gustavo Gonçalves Lopes, 1887. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

438 Inventário de Lázaro Openheim, 1879. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

em títulos de dívidas públicas e 12:800\$000 réis em ações de Companhia⁴³⁹. Em bancos (União do Comércio, no Rio de Janeiro e Alemão de São Paulo) e caixas econômicas se encontravam o valor de 17:594\$958 réis e na Secretaria de Finanças do Estado a quantia de 3:606\$000⁴⁴⁰. Dos inventários analisados, este foi o que mais investiu em títulos públicos e apólices.

As dívidas passivas⁴⁴¹, como já afirmamos, estavam presentes em torno de 40% dos inventários que analisamos. A maior incidência desta categoria encontra-se presente nos inventários das pessoas mais pobres (enquanto que as dívidas ativas correspondiam a 4% dos investimentos, a passivas contabilizavam o dobro, isto é, 8%), aquelas que possuíam monte mor até a quantia de 2:000\$000. Geralmente os passivos eram menores ou quase equivalentes ao monte mor dos inventariados, salvo alguns casos em que pelos valores das dívidas sobressaíam o total da herança deixando os herdeiros em situação de valores negativos. Mediante esta situação, ao se tratar dos inventários das pessoas mais pobres, Eduardo Vieira chama atenção para a principal motivação da abertura desses processos, em que “*o arrolamento dos bens, mesmo que escassos, servia para atender aos credores ávidos pela recuperação de seus recursos. Mas não havia garantia do pagamento total das dívidas, pois ocorrem casos de riquezas líquidas negativas*”⁴⁴². No município de Pouso Alegre, não encontramos nenhuma documentação a qual apresentavam riquezas negativas. Contudo, as dívidas passivas poderiam chegar a mais da metade do monte mor deixado pelo inventariado. Como é o caso do agricultor Venâncio José Simões⁴⁴³, falecido no distrito de Borda da Mata no ano de 1888. Foram levantados no arrolamento de bens vinte um animais (sendo 16 suínos, 2 bovinos e 1 cavalo), no valor de 254\$000 e uma propriedade rural constante de uma casa de morada coberta com telhas, com um paiol e todas as benfeitorias anexas, situada na fazenda denominada Paiol do Campo, no valor de 150\$000 e mais vinte e seis porcos grandes que foram vendidos no valor de 468\$000, totalizando no monte mor de 872\$000. Como dívidas passivas, acumulou a quantia de 513\$150, sendo que o monte partível destinado a seus herdeiros resultou na quantia de 358\$500. O comerciante Joaquim Roberto Duarte Júnior⁴⁴⁴, falecido em 1894 na cidade de Pouso Alegre, deixou de herança para sua esposa Emília de Barros Duarte (inventariante) e seus quatro filhos a quantia de 37:145\$024 em bens

439 Os títulos públicos obtidos pelo Dr. Augusto César de Vasconcellos eram composto por: Quinze apólices Federais, duas apólices do Bispado de Pouso Alegre e vinte ações na Companhia Jardim Botânico.

440 Inventário de Augusto César de Vasconcellos, 1908. Disponível no Acervo do Fórum da comarca de Pouso Alegre.

441 Grande parte da documentação analisada trazem apenas os valores das dívidas passivas sem especificar a origem que deveria ser paga.

442 VIEIRA, Eduardo José. *Produção, comércio e acumulação de riqueza em um município escravista mineiro: Lavras/MG (1870-1888)*. Dissertação de mestrado em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, 2015, p. 93.

443 Inventário de Venâncio José Simões, 1888. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

444 Inventário de Joaquim Roberto Duarte Júnior, 1894. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

móveis, uma propriedade pequena no bairro das cruzeiras, gêneros de comércio e apólices para cada um dos herdeiros. Como montante líquido a ser dividido resultou na quantia de 12:499\$834, devido ao pagamento do valor de 24:645\$190 em 15 títulos de dívidas passivas a pessoas da cidade, comerciantes de praças do Rio de Janeiro e São Paulo, liquidação de seguro e honorários de sua criada.

As dívidas ativas e passivas registravam o movimento local, e como percebemos, se deve em grande parte à escassez da moeda, sendo que a ocorrência deste ativo apresenta-se com maiores frequência e valores nos inventários dos mais ricos, como percebemos nos inventários do Capitão Manoel Moreira da Costa, em 1870, o valor de 22:583\$060 em dinheiro (4% do monte mor) e de Herculano Cobra, em 1920, a quantia de 22:350\$000 (10% do monte mor), ambos comerciantes e residiam na cidade de Pouso Alegre.

Com este tópico tivemos a oportunidade de observar certas questões que aparecem no decorrer deste trabalho, como um certo desapego da mão de obra cativa no município de Pouso Alegre, principalmente nos anos que antecediam a abolição da escravidão, se comparada com cidades como Campanha e Lavras, a variedade de produção por meio das culturas existentes, demonstrando a inexistência de determinada lavoura predominante e a força na criação de animais, principalmente do gado vacum, suínos e caprinos, comparando com outros municípios, como Campanha, Lavras e Varginha. Após termos analisado as categorias que compõem os bens a partir dos arrolamentos feitos nas décadas propostas em nosso trabalho, observando alguns que se destacavam em certa maneira por possuir determinados bens ou investimentos, iremos observar, na sessão seguinte, a estrutura de riqueza daqueles que possuíam maiores fortunas no município de Pouso Alegre, confrontando com a amostra de nosso corpus documental proposta para o recorte temporal desta pesquisa.

Conceito de elite e faixas de riquezas local

Como já dissemos, a elite pouso alegreense possuía características agrárias, justamente pelos seus investimentos estarem concentrado no meio rural, por meio de compras e manutenção de imóveis e propriedades rurais em grande número, como percebemos na amostra de inventários coletados para esta pesquisa. Ao contrário de algumas cidades da região do Sul de Minas, como Alfenas, Guaxupé, Machado e Três Pontas, as quais se destacavam na produção cafeeira, Pouso Alegre mantinha uma diversificação de culturas. Maria Lúcia Prado Costa, ao se referir sobre a expansão cafeeira nas diversas regiões do sul da Província de Minas Gerais, principalmente em Alfenas e Pouso Alegre, nos aponta ter ocorrido na passagem da década de 1860 para 1870, mantendo investimentos em cafezais de porte considerável, empreendidos por fazendeiros há muito tempo estabelecidos nas terras sul- mineiras⁴⁴⁵. Ao contrário do argumento de Maria Lúcia, em relação ao município de Pouso Alegre, por meio da análise da amostra de inventários, não se nota

445 COSTA, Maria Lúcia P. *Fontes para a história social do Sul de Minas: os trabalhadores de Paraguaçu e Machado (1850-1900)*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002, p.19. A autora se baseia nos dados contidos no Almanaque Sul Mineiro para o ano de 1884.

grandes extensões do cultivo da rubiácea⁴⁴⁶, apenas alguns produtores que mantinham em suas terras plantações que não ultrapassavam a 100 mil pés de café. Contudo, esta produção variada presente no município o torna uma sociedade de produção para abastecimento em meio a cidades que aos poucos investem na exportação.

A partir da definição geral do conceito elite, alguns critérios são adotados para os estudos que se voltam para a região do Sul de Minas. No período da escravidão, Renato Leite Marcondes⁴⁴⁷, ao analisar a economia cafeeira do Vale do Paraíba, e Marcos Ferreira de Andrade⁴⁴⁸, em estudos das elites regionais, voltados para a cidade de Campanha, são amparados pelo conceito de uma elite escravista, ou seja, ambos definiram fazerem parte desta classe pessoas que eram detentoras de 20 ou mais cativos em suas escravarias.

Um outro critério utilizado para a definição de elite foi o de Alexandre Saes e Antoniel Avelino Filho⁴⁴⁹. Ao realizarem um estudo de caso de duas localidades, Campanha e Pouso Alegre, na segunda metade do século XIX, principalmente nas últimas décadas, no período em que se tornava extinto o sistema escravocrata e conseqüentemente este bem estava sendo desvalorizado, os autores não puderam se valer do método e conceito utilizado por Marcos Ferreira de Andrade e Renato Marcondes. Para isso, elaboraram um critério de caráter econômico-financeiro, aplicando na soma de todos os bens encontrados na amostra documental de inventários e dividindo em três partes. Os sujeitos que integraram esta classe da elite foram classificados a partir dos inventários que, tendo as maiores fortunas e suas riquezas somadas entre si, o valor do montante correspondia

446 Como bem sabemos, as pessoas que iniciavam um processo de inventário eram aquelas que possuíam um grupo de bens que resultava em um montante maior a ser repartido. Devemos ainda ter em mente que estes dados são relacionados apenas a pessoas que morreram, nos dando a ideia do número parcial de produção. Nos 466 processos analisados para o município de Pouso Alegre, encontramos registrados pequenas produções de cafés, o que denotava não ser o carro chefe da economia local. Na sede municipal, foram encontrados sete processos em que declaravam a presença de pés de cafés nas propriedades rurais, com a quantia de 2.100 plantações. No distrito de Borda da Mata, haviam dez declarações contabilizando 27.169 pés, sendo o distrito com maior quantidade desta produção. Já em Estiva foram declarados 4.000 pés em seis inventários e no distrito de Sant'Ana dez produtores apontaram a existência de 3500 plantas da rubiácea, totalizando nas declarações dos arrolamentos para as décadas estudadas 36.796 pés de cafés no município de Pouso Alegre. Segundo dados obtidos para a década de 1880 (tabela em anexos), Comarca do Jaguary possuía 254 fazendeiros cafeeiros e 3.370.000 pés de cafés. O município de Pouso Alegre, neste contexto, detinha apenas 4% da produção cafeeira da Comarca, sendo cultivadas por sete fazendeiros. As cidades de Jacutinga e Monte Sião detinham em torno de 80% do cultivo da rubiácea. Cf. FILETTO, Ferdinando. *Trajatória histórica do café na região sul de Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Federal de Lavras. Lavras: 2000, p. 130.

447 MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira: vale do Paraíba, século XIX*. Lorena, SP: Editora Stiliano, 1988, p. 89-91.

448 ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do estão imperial brasileiro: Minas Gerais- Campanha da Princesa (1799-1850)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014, p. 82-83.

449 SAES, Alexandre Macchione; FILHO, Antoniel Avelino. Escravidão e trajetória das elites locais: Campanha e Pouso Alegre no ocaso da escravidão. In: *Cultura histórica & Patrimônio*, Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), vol. 1, nº 1, p. 65-90, 2012.

a terça parte do total⁴⁵⁰. Saes e Avelino nos chamam a atenção a respeito do acúmulo de fortunas em relação a estrutura econômica local, que “*nem sempre o volume de riqueza garante a prosperidade de uma sociedade*”⁴⁵¹. Contudo, nossas observações se direcionarão para os investimentos realizados pelos sujeitos que compõem o corpus documental de inventários levantados para as décadas que correspondem o período deste trabalho a partir da riqueza bruta acumulada⁴⁵². As conclusões mediante os dados obtidos nos darão indícios parciais da sociedade observada, pois nem todos os sujeitos que compunham a localidade possuíam tal documentação, apenas aqueles que detinham bens a serem divididos por seus herdeiros. O critério que utilizaremos para as observações nos ajudará a observar cada década. Utilizaremos de divisão por faixas de riqueza, baseado no método adotado por Thomas Piketty.

Ao definir elites, o autor não estabelece barreiras entre as classes sociais, sendo que

(...) toda representação da desigualdade fundamentada num pequeno número de categorias está fadada a ser esquemática e imprecisa, já que a realidade social subjacente é sempre de uma distribuição contínua. Em todos os níveis de renda e riqueza, há sempre um número de pessoas de carne e osso, cujas características e importância numérica varia de forma lenta e progressiva em função da estrutura de distribuição em uma dada sociedade. Não há rupturas descontínuas entre as diferentes classes sociais, entre o mundo do “povo” e o das “elites”⁴⁵³.

Em seu método, o autor percorre por suas análises com conceitos estatísticos de décimos, classificando as faixas de riqueza em 10% mais ricos, 40% do meio e 50% da base. Com esta or-

450 O critério adotado pelos autores é bem explicado na nota 29 do texto produzido por eles. Saes e Filho apontam que “ao contrário de abordagens como de Renato Marcondes (1998) e Marcos Andrade (2008), o nosso entendimento para as grandes fortunas se baseou somente na questão econômico-financeira. Ao invés de considerar a elite como aquela que possuía plantéis com 20 ou mais escravos, para nosso estudo foram considerados os inventários que, somados, representavam um terço de toda a riqueza avaliada para o período para Campanha. No caso, foram considerados 6 inventários cujos monte mor eram maiores que 40 contos de réis. Isso especialmente para não deixar de considerar aqueles inventários que estivessem diversificando sua riqueza, em que apesar de grandes fortunas, sua escravaria não seria um importante ativo. A verdade é que, para o caso de Campanha entre 1880 e 1888, esse critério alterou pouco o grupo de análise. Mantendo o mesmo número de inventários para Pouso Alegre (6), a riqueza acumulada alcança os 42%. SAES, Alexandre Macchione: FILHO, Antoniel Avelino. *Escravidão e trajetória das elites locais: Campanha e Pouso Alegre no ocaso da escravidão*. In: *Cultura histórica & Patrimônio*, Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), vol. 1, nº 1, p. 84.

451 SAES, Alexandre Macchione: FILHO, Antoniel Avelino. *Escravidão e trajetória das elites locais: Campanha e Pouso Alegre no ocaso da escravidão*. In: *Cultura histórica & Patrimônio*, Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), vol. 1, nº 1, p. 82.

452 Tomaremos como riqueza bruta o resultado da soma de todos os valores obtidos dos bens que constituem o processo de inventário anterior a subtração das custas inventariais e das dívidas passivas contraídas pelo inventariado (o que podemos chamar de riqueza líquida). Nos anexos, poderemos encontrar a relação dos inventários pesquisados com os valores correspondentes (o monte mor, constituído pela riqueza bruta e o monte menor pelo resultado líquido).

453 PIKETTY, Thomas. *O Capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2013, p. 323.

ganização, tornava-se possível realizar comparações no tempo e no espaço, “*sem deixar de lado as complexidades específicas dos povos e, principalmente, o caráter contínuo da desigualdade social*”⁴⁵⁴. Para as análises que faremos durante as décadas, utilizaremos dos valores deflacionados⁴⁵⁵, denominaremos para Pouso Alegre, os “mais ricos” aqueles que possuíam o montante final de seu inventário em valores entre £4700,01 a £56.500,00 libras esterlinas. Já para aqueles que compõem o “meio” (podendo ser chamada de classe média) tomamos como valores aqueles que possuíam o montante maior em torno de £190,01 a £4.700,00 libras esterlinas. A base constituinte da sociedade que estamos analisando se encontra no intervalo de riqueza que correspondem os valores até £19,00 a £190,00 libras esterlinas⁴⁵⁶. Nesta etapa da análise, poderemos observar os diferentes sujeitos sociais que compunham cada faixa de riqueza e suas ocupações na sociedade pouso alegrense. Em seguida, utilizando do critério elaborado por Saes e Avelino, analisaremos apenas a elite local, a partir da composição de suas fortunas, observando em quais ativos mais se investiam, podendo comparar com outras localidades da região.

Afinal, quem eram aqueles que compunham a elite no município de Pouso Alegre? Para entender esta composição, é preciso ter em mente os dados e informações que compõem as especificidades da localidade. Os valores acumulados durante a vida dos inventariados selecionados para este estudo variavam de 345\$000 réis (£32,26 libras) resultantes da soma dos bens de Rita Maria de Jesus⁴⁵⁷, residente no distrito de Borda da Mata, a grande fortuna do Capitão Manoel Moreira da Costa⁴⁵⁸, residente na cidade sede, contabilizada em 617:498\$974 réis (£57.012,18 libras). Tomaremos como base de análise sobre a elite local as pessoas que compunham a faixa de riqueza dos “mais ricos”, identificando aqueles que possuíam valores que estavam acima da metade de Manoel Moreira da Costa, correspondendo a 58% do valor extraído para este grupo, podendo ser observados no quadro abaixo:

454 Idem.

455 A utilização dos valores em libras esterlinas nos dá mais segurança quanto ao trabalho de comparações de riquezas nas décadas que compõem esta pesquisa. A moeda inglesa cobre parte do período que estamos analisando, e suas alterações de valores são menores que a moeda brasileira.

456 Para a elaboração do critério de intervalos de riqueza, tomamos os valores em contos de réis que já havíamos definidos e deflacionamos pela taxa de câmbio (10,638) do ano de 1890, período que ocorria o encilhamento.

457 Inventário de Rita Maria de Jesus, 1887. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

458 Inventário de Capitão Manoel Moreira da Costa, 1870. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Tabela 21: Composição da Elite local por valores de fortunas (1870-1920)

Ano	Inventariado	Localidade	Monte mor em Libras	Monte mor em Réis
1870	Capitão Manoel Moreira da Costa	Pouso Alegre	£57.012,18	617:498\$974
1876	Maria Modesta Marques Teixeira	Sant'Ana	£28.222,39	265:996\$000
1888	Maria Carolina Rios	Pouso Alegre	£22.041,26	209:502\$175
1897	Antônio da Costa Rios	Sant'Ana	£14.662,38	466:952\$714
1918	Bárbara Maria de Oliveira	Congonhal	£11.623,07	216:840\$000
1893	Coronel José Ignácio de Barros Cobra	Pouso Alegre	£10.977,58	228:706\$971
1920	Herculano Olegário de Barros Cobra	Pouso Alegre	£9.788,55	220:350\$000

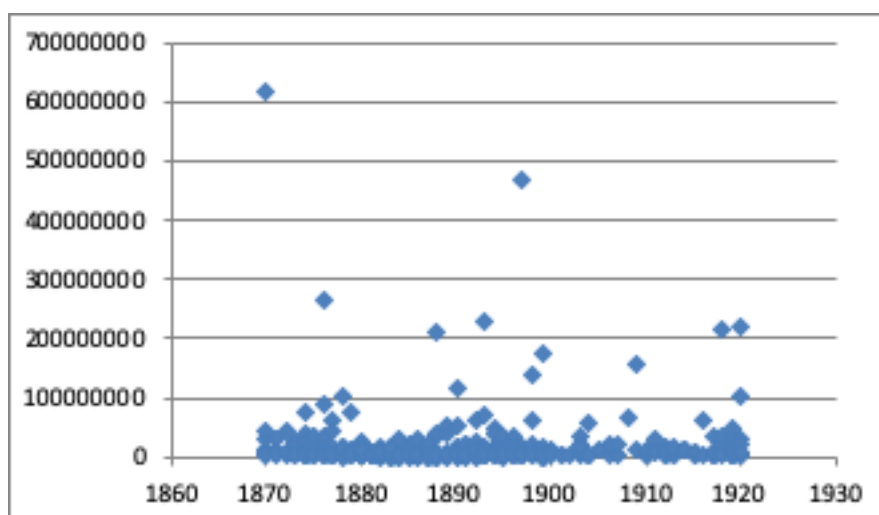
Fonte: Inventários post-mortem da Comarca de Pouso Alegre 1870-1888. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo e no Arquivo do Foro de Pouso Alegre (2ª e 3ª Varas Cíveis).

Elaboração do autor.

A tabela acima nos mostra os valores das fortunas acumuladas durante a vida do inventariado em épocas diferentes, sendo colocadas por ordem de valores em contos de réis. Observamos que há uma variação entre os resultados obtidos em contos de réis e libras esterlinas, devido a inflação ocorrida principalmente com o encilhamento. Se formos considerar os valores da moeda inglesa, o Capitão Manoel Moreira da Costa continua no topo das maiores riquezas. Já a fortuna de Antônio da Costa Rios, falecido na década de 1890 se desvaloriza perante a somatória de bens de Maria Modesta Marques Teixeira. Já Maria Carolina Rios, que se encontra com o valor mais baixo das maiores fortunas acumuladas, ocuparia a terceira posição em valores ingleses.

Para entendermos a composição da riqueza no município de Pouso Alegre, utilizaremos do gráfico de dispersão com os dados obtidos para as décadas estudadas.

Gráfico 15: Composição da riqueza do município de Pouso Alegre 1870-1920 (em réis)

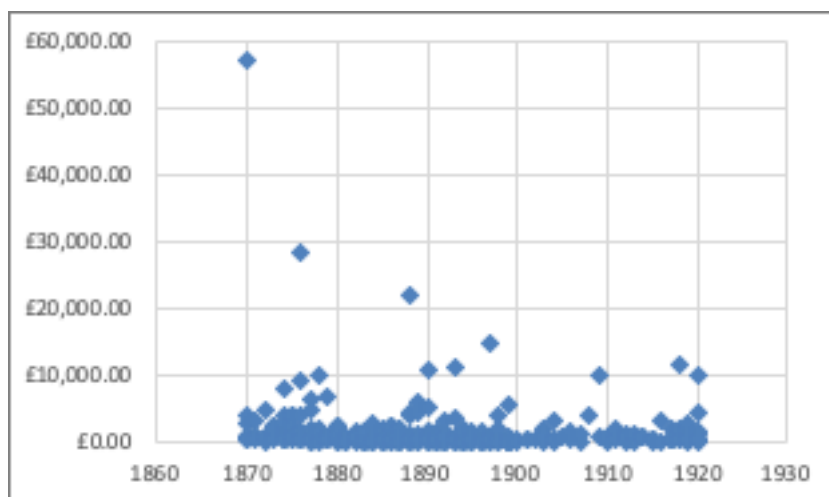


Fonte: Inventários post-mortem da Comarca de Pouso Alegre 1870-1920. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo e no Arquivo do Foro de Pouso Alegre (2ª e 3ª Varas Cíveis). Elaboração do autor.

No gráfico 03 estão contidos os valores em contos de réis em forma de dispersão dos 466 inventários selecionados para este estudo, podendo notar quais os documentos que distanciaram da maioria da amostra. No eixo vertical encontramos os valores na moeda nacional, enquanto que no horizontal são constituídos a documentação de acordo com cada década. A maior concentração de renda dos inventariados no município de Pouso Alegre se encontram abaixo de 100:000\$000 réis, sendo percebidos na linha inicial. As maiores riquezas neste gráfico estão dispostas nas décadas de 1870 e 1890, em valores acima de 400:000\$000 réis, sendo que a faixa de riqueza correspondente pelos mais ricos percorrem por todas as décadas acima de 200:000\$000 réis. No primeiro plano deste gráfico, notamos que o monte mor do Capitão Manoel Moreira da Costa se encontra de forma elevada e logo em seguida em 1897 está a soma dos bens de Antônio da Costa Rios. Em conjunto com estes dois documentos, se encontram mais cinco inventários com riquezas acima estipulada para este grupo que compõem os mais ricos, pois se distanciam da concentração de renda local.

Em seguida, tomamos a mesma ordem da documentação, deflacionando os valores segundo a taxa de câmbio para os anos correspondentes em libras esterlinas⁴⁵⁹, e obtemos o seguinte gráfico:

Gráfico 16: Composição da riqueza da cidade de Pouso Alegre 1870-1920 (em libras esterlinas)



Fonte: Inventários post-mortem da Comarca de Pouso Alegre 1870-1920. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo e no Arquivo do Foro de Pouso Alegre (2ª e 3ª Varas Cíveis).

Elaboração do autor.

Por meio do gráfico 16, em valores da moeda inglesa, percebemos alteração em alguns dados. A concentração de renda se encontram em valores abaixo de £10.000,00 libras esterlinas, onde estão as pessoas que constituem a base social da faixa de riqueza e a classe média, que se

459 A libra esterlina é a moeda que cobre a maior parte do período analisado nesta pesquisa e sofre menos alteração de valores que a moeda nacional (contos de réis). Trabalhar com os valores deflacionados nos dá maior segurança para a realização de comparações ao longo do tempo, devida as alterações mencionadas acima.

localizam entre o eixo inicial ao valor de £20.000,00 libras. Já as pessoas que concentravam a maior riqueza (acima de vinte mil) são em número de três, o que nos leva a entender que ao final da década de 1880, com a crise do encilhamento, suas fortunas se desvalorizaram. Neste gráfico, percebemos que o montante do Capitão Manoel Moreira da Costa se mantém, por seu processo ter sido feito na década de 1870 e o segundo que mencionamos acima, Antônio da Costa Rios, já não faz mais parte no contexto deste gráfico, por seu processo percorrer a década de 1890. Analisaremos na próxima seção o perfil da elite de Pouso Alegre, como também de cada faixa de riqueza composta pelos inventários selecionados.

A composição social dos inventariados e o patrimônio constituído

Com base em nossa documentação analisaremos nesta sessão as faixas de riqueza constituídas no meio social de Pouso Alegre e o patrimônio composto por cada grupo social no decorrer dos anos em que correram os processos, pelo critério dos 10% mais ricos, 60% do meio (representando uma classe média na época) e 30% constituintes da base. Dividiremos em três subseções para melhor nos organizarmos. Em um primeiro momento, trabalharemos com o grupo daqueles considerados os mais ricos, a chamada elite agrária local. Em seguida, observaremos a estrutura formada pelas faixas de riquezas que compunham o “meio” (classe média) e a base do município.

Os mais ricos: a elite agrária e seus investimentos

A documentação analisada nos mostra que a elite por nós aqui proposta⁴⁶⁰ era constituída por um pequeno grupo de pessoas que possuíam padrões de consumo diferenciados, maiores acumulações de bens ou uma dinâmica econômica que possibilitava alguma forma de lucro. Quando obtemos o valor total dos montantes maiores constituídos dos 458 inventários analisados temos como importância a quantia de £261.541,66 libras (7.347:337\$484 réis), sendo que a soma obtida dos documentos da faixa etária dos mais ricos correspondia a 46%, ou seja, quase a metade da riqueza local estava concentrada em dezoito inventariados, 5% da população arrolada que compõe nosso corpus documental. A maior parte residia na cidade de Pouso Alegre, exercendo atividades como fazendeiros (exportador de gado, tropeiro), comerciantes, capitalistas, ou inseridos em alguma função ligada ao poder público, como vereador, juiz de paz e escrivão de órfãos. Títulos como capitão, major, alferes ou coronel eram comum de serem concedidos aos sujeitos que compunham esta faixa de riqueza, demonstrando certa ascensão no meio social, como no caso do Coronel José Ignácio de Barros Cobra, residente na cidade de Pouso Alegre, exerceu funções políticas como chefe do Partido Conservador local e da região, sendo Vereador por diversos anos e Juiz de Paz Municipal, e Herculano Olegário de Barros Cobra, comerciante, proprietário de uma olaria e escrivão do juizado de órfãos da cidade.

Com a tabela abaixo teremos a noção da distribuição de investimentos feitos pelas pessoas que compunham esta faixa de riqueza durante suas vidas:

Tabela 22: Distribuição dos ativos entre os 10% mais ricos do Município de Pouso Alegre (1870-1920)

460 Entenda-se o termo elite por nós empregado mediante os critérios por nós adotados, ou seja, aqueles que possuíam fortunas entre £4.700,01 a £56.500,00, compondo a faixa econômica dos “mais ricos”.

Composição da Riqueza- “Mais ricos”		
Ativos	Valor em Réis	% do Monte Mor Total
Dinheiro	69:999\$755	2%
Bens Móveis	96:579\$332	3%
Ouro e Prata	2:860\$730	0,1%
Cultura	33:070\$000	1%
Animais	182:150\$000	5%
Escravos	143:520\$000	4%
Imóveis Rurais	1.449:142\$662	44%
Imóveis Urbanos	142:810\$000	4%
Dívidas Ativas	966:088\$938	29%

Fonte: Inventários post-mortem da Comarca de Pouso Alegre 1870-1888. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo e no Arquivo do Foro de Pouso Alegre (2ª e 3ª Varas Cíveis). Elaboração do autor.

A tabela 22 nos mostra a distribuição dos ativos entre as pessoas que compunham o grupo dos mais ricos no município de Pouso Alegre. O maior ativo investido por estas pessoas eram as propriedades rurais, sendo 44% dos bens acumulados, estando estas aplicações em sua maioria acima de 150:000\$000 réis. No espólio do fazendeiro e negociante Herculano de Barros Cobra⁴⁶¹, foram contabilizadas oito propriedades rurais no valor de 171:100\$000 réis, o que correspondia a 78% de seus bens. Eram propriedades (tidas como sorte ou parte de terras) que compreendiam a extensão de 44 a 185 alqueires e uma casa, localizadas em sua maioria no distrito de Borda da Mata e Congonhal⁴⁶². A inventariada Bárbara Maria de Oliveira⁴⁶³, falecida no ano de 1917 no distrito de Congonhal, possuía também grandes investimentos em propriedades rurais nas regiões

461 Inventário de Herculano Olegário de Barros Cobra, 1920. Disponível no Acervo do Fórum da Comarca de Pouso Alegre.

462 No distrito de Borda da Mata estavam localizadas as propriedades de terras e culturas de pastagens e uma casa na Boa Vista (185 alqueires no valor de 55:000\$000 e uma casa coberta de telhas e assoalhada e mais benfeitorias que são duas casas de terreno, um monjolo e um moinho no valor de 5:000\$000), parte de terras no Retiro (214 alqueires a 42:800\$000 réis), no Gaspar (44 alqueires 8:800\$000 réis), sorte de terras de qualidade inferior no Areão (27:500\$000 réis), no Ribeirão Fundo e Fazenda do Descalvado (50 alqueires a 15:000\$000 réis e outra sorte de terras e pequena parte de pasto a 6:250\$000 réis). Em Congonhal, eram possuídas uma sorte de terras de culturas de inferior qualidade no lugar denominado Terra Preta, possuindo 45 alqueires de extensão a 10:250\$000 réis. Inventário de Herculano Olegário de Barros Cobra, 1920. Disponível no Acervo do Fórum da Comarca de Pouso Alegre.

463 Inventário de Bárbara Maria de Oliveira, 1918. Disponível no Acervo do Fórum da Comarca de Pouso Alegre.

do distrito em que se estabelecia e em territórios de Pouso Alegre⁴⁶⁴, sendo estes imóveis avaliados em 176:720\$000, correspondendo a 81% de seus investimentos. Se tomarmos o conjunto que compõe esta faixa de riqueza em valores, temos que seus investimentos para esta categoria de imóveis estavam em sua maioria acima de 150:000\$000 réis, nos apontando o perfil de uma elite agrária possuidora de terras.

A segunda categoria em que encontramos maior incidência de valores mencionados em nossa documentação é a de dívidas ativas. Somando-se esta categoria temos que 29% destas pessoas exerciam a prática de emprestarem dinheiro, obtendo um certo lucro quando era feito a juros. Faziam parte deste grupo de credores pessoas que atuavam como capitalistas, no empréstimo de dinheiro e movimentações financeiras, como o Capitão Manoel Moreira da Costa⁴⁶⁵ e Maria Carolina Rios. Na descrição de arrolamento de bens de Moreira da Costa, foram acumulados a soma de 541:607\$984 réis, correspondendo a 88% do montante maior de seu inventário. Foram descritas 75 pessoas que contraíram dívidas do inventariado, dentre elas os fazendeiros Coronel José Ignácio de Barros Cobra (30:115\$901), Francisco da Motta Paes (10:558\$990 réis) e Doutor Antônio Fernandes da Rocha Leão (6:152\$120 réis)⁴⁶⁶. Uma outra dívida encontrada no seu inventário correspondia a um investimento feito na firma de Barros Moreira Filho, este residente em Ouro Fino. Em sua descrição se refere a ser concernente a um capital livre e sujeito a liquidação por meio do último balanço feito no ano de 1870, no valor de 39:165\$750 réis. Já nos autos de Maria Carolina Rios⁴⁶⁷, foram contabilizados 30:263\$631 réis relativos ao recebimento de 17 dívidas de empréstimos a créditos e juros, cuja soma correspondeu a 14% de seus bens, sendo o segundo maior valor encontrado nos documentos que compõem esta faixa de riqueza. Percebemos ainda na documentação a relação de “compadrio” que se mantinham entre as pessoas desta mesma faixa de riqueza. Em ambos os documentos foi citado o nome do Coronel José

464 Em seus autos são descritas propriedades em Congonhal como um sítio de pastagens no lugar denominado Campestre (97 hectares a 9:100\$000 réis), a Fazenda da Grota com culturas regulares (390 hectares a 36:200\$000 réis), um sítio de culturas divididas denominado São Jacintho (95 hectares a 8:600\$000) e uma casa de morada na Fazenda Grota Rica, com todas as benfeitorias com todas as benfeitorias constantes de um paiol, moinho, monjolo, casinha para despejo, cerca e terreno de mangueira (2:500\$000 réis) e uma casa de morada no Córrego dos Barreiros a 120\$000. No território de Pouso Alegre, uma fazenda de pastagens localizada na região do Cervo (1332 hectares a 109:060\$000 réis), um sítio de pastagens e cerrado (68 alqueires a 5:440\$000 réis), quatro casas de morada situadas na mesma propriedade da Fazenda do Cervo (1:600\$000 réis), quatro casinhas para agregados (200\$000 réis) e um engenho de cilindro com alambique assentado e casa (2:500\$000 réis). Inventário de Bárbara Maria de Oliveira, 1918. Disponível no Acervo do Fórum da Comarca de Pouso Alegre.

465 Inventário de Capitão Manoel Moreira da Costa, 1870. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

466 Antônio da Rocha Fernandes Leão nasceu no ano de 1840, em Minas Gerais. Formado em Direito, trabalhou como promotor em sua província de origem. Trabalhou como advogado, foi deputado geral por Minas Gerais e senador. Fazendeiro, desenvolveu em suas terras a criação de gado, plantações de café e vinha. Presidiu a província do Rio de Janeiro no período de julho de 1886 a 29 abril de 1888. Cf. Projeto Identidades do Rio, em: <http://www.pensario.uff.br/texto/1886-1888-antonio-rocha-fernandes-leao>, acesso em 18/09/2017.

467 Inventário de Maria Carolina Rios, 1888. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Ignácio de Barros Cobra com empréstimos altos (do Capitão Manoel Moreira da Costa, a quantia de 30:115\$091 e de Maria Carolina Rios 3:544\$529). Ao tomarmos o processo de Barros Cobra, cuja fortuna equivalia a £10.977,58 (228:706\$971) notamos que seus investimentos estavam localizados nos bens imóveis rurais (30) e imóveis urbanos (11), sendo que no fechamento do seu processo não foram listadas o recebimento da quantia 25:341\$791 e nenhuma dívida passiva. O fato de exercerem a função de capitalistas, esta movimentação de valores, a crédito ou a juros e maior incidência, os diferenciavam das outras faixas de riqueza, em que os valores e números de empréstimos eram menores.

As propriedades localizadas na área urbana eram bens presentes em todos os documentos da faixa que estamos estudando. Era comum que as pessoas mais abastadas possuíssem pelo menos uma propriedade na cidade, como forma de estar presente na dinâmica urbana local. Sendo 4% do montante maior dos inventariados, os valores declarados eram mais baixos em comparação com os imóveis rurais. Na década de 1890, no inventario do Coronel José Ignácio de Barros Cobra, foram descritos 11 imóveis na cidade remetendo ao valor de 34:300\$000 réis, na cidade de Pouso Alegre e no Distrito de Borda da Mata. Herculano Cobra, em 1918, possuía entre seus bens 13 propriedades urbanas, no valor 50:000\$000 réis. Entre suas propriedades, sete casas se localizavam no núcleo central de Pouso Alegre, sendo cobertas de telhas e assoalhadas, algumas contendo terreno anexo, três no núcleo do rosário e uma no distrito de Borda da Mata. Em seu documento não é mencionado a finalidade destas propriedades, porém, este grande número de propriedades nos leva a classificá-lo como um empreendedor imobiliário da época (podendo atuar na compra e venda de imóveis urbanos ou até mesmo em aluguéis como forma de renda), pois o mesmo possuía apenas cinco herdeiros.

Entre os animais e escravos, os ativos constituíam 9% dos bens (sendo 5% de animais e 4% dos cativos) pertencentes aos inventariados estudados. Apenas dois autos se inseriam nos anos da escravidão, o Capitão Moreira da Costa, possuidor de 18 cativos (15:600\$000 réis, 3% dos bens arrolados), e Maria Marques Teixeira, proprietária de um grande plantel de 50 escravos (48:570\$000 réis, 18% de sua fortuna). Nas propriedades constantes na documentação analisada, a criação de animais era variada, porém, o gado bovino se destacava por se encontrar em maior número (3138 cabeças de gado), sendo que as maiores criadoras eram as Fazendeiras Maria Modesta Marques Teixeira (492 cabeças) e Maria Carolina Rios (451 cabeças). Em menores proporções, nas terras desta elite agrária, se encontravam a criação de porcos (400), cavalos (196), muares (136), caprinos (190), e bois de carros (91). Estas criações atendiam o consumo próprio, local ou eram exportadas, porém em pequenas proporções, e os bois de carros, cavalos e muares, serviam para o transporte pessoal ou de alguma produção pertencente às fazendas e propriedades.

Os ativos menos investidos por este grupo eram a presença de dinheiro em espécie, bens móveis, metais preciosos e culturas. Era comum ter em caixa pequenas quantidades de dinheiro em espécie, para saldar custas do inventariado (como alguma dívida pendente, gastos com enterro e com a documentação do inventário). Notou-se em nossas fontes que o Capitão Manoel Moreira da Costa e Herculano Cobra possuíam grandes quantias em espécie (um pouco acima de 20:000\$000), pois ambos, em épocas distintas, pouco tempo antes do falecimento, venderam propriedades que estavam em hasta pública. Em relação ao cultivo de culturas, há apenas duas menções no grupo documental, totalizando o valor de 33:070\$000, 1% da composição dos bens encontrados. Plantações de milho, feijão, cana e café foram as culturas que mais se sobressaíram nas propriedades destes inventariados.

Os bens móveis e metais preciosos aparecem com menores valores por serem menos avaliados. No entanto, percebemos, por meio da presença de alguns desses objetos, hábitos diferenciados de consumo entre as faixas de riqueza. Apenas dois inventários declararam a existência de peças em ouro e prata. No espólio do Capitão Manoel, as peças destes metais preciosos são avaliadas em 1:256\$210 réis, sendo compostas por um jogo completo para refeição (talheres), faca apunhalada e bainha, castiçais, copos, sabra, cetro e material bruto em prata. Em ouro, seis cordões, sendo que quatro acompanhavam de crucifixo e um o relógio, trancelim, medalhas e mais dois relógios, e nos autos de Maria Marques Teixeira apontava a existência de onze libras e doze oitavas de prata velha. A existência de certos objetos nas propriedades também se tornava fatores de luxo e de distinção. Objetos como aparelhos de jantar, móveis decorativos, piano, livros, não faziam parte do cotidiano da maioria da população. Se adentrássemos a residência de Antônio da Costa Rios⁴⁶⁸, falecido no ano de 1897, encontraríamos objetos como mobílias da sala de visita, catres modernos e ordinários, pratos, travessas e sopeiras, aparelho para café e para chá, paliteiros e bacias de louça, escarradeiras, máquina de costura e máquina para água gasosa, objetos estes que atendiam os hábitos de consumo de uma família pertencente a uma classe mais rica.

Percebemos que a dinâmica das pessoas que compunham esta faixa de riqueza era mais diferenciada, como um maior investimento na área rural e maior circulação do capital por meio de empréstimos e títulos públicos. Dos hábitos cotidianos, a começar de suas habitações (seja em suas fazendas ou casas na cidade) a vida dos negócios, eram sujeitos que se destacavam socialmente, por meio de algum título concedido, pelo cargo que dispunham na sociedade ou por possuir numerosas propriedades rurais, os tornavam constituintes de uma elite agrária local.

O perfil econômico da classe média local

O meio social que compunha a faixa econômica do “meio” era composto por pessoas que atuavam em diversos ramos sociais, como fazendeiros, comerciantes, proprietários, sacerdotes, médico, professor, engenheiro, fiscal e alguns capitalistas, pessoas estas que se inseriam no rol dos 287 inventários analisados, o que equivale a 60% de nossa amostra. Constituído por um grupo maior de pessoas arroladas, a soma de seus bens correspondia a 51% da riqueza local distribuídas de forma heterogênea. Mediante a tabela abaixo consideramos os investimentos feitos por este grupo de pessoas durante o período que estamos estudando:

468 Inventário de Antônio da Costa Rios, 1897. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Tabela 23: Distribuição dos ativos entre os mais ricos do Município de Pouso Alegre (1870-1920)

Composição da Riqueza- “O meio”		
Ativos	Valor em Réis	% do Monte Mor Total
Dinheiro	93:118\$838	2
Bens Móveis	169:927\$025	5
Ouro e Prata	3:596\$640	0,1
Cultura	48:051\$900	1
Animais	296:701\$254	8
Escravos	417:221\$684	11
Imóveis Rurais	2.065:169\$041	55
Imóveis Urbanos	321:533\$040	9
Dívidas Ativas	375:502\$010	10

Fonte: Inventários post-mortem da Comarca de Pouso Alegre 1870-1888. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo e no Arquivo do Foro de Pouso Alegre (2ª e 3ª Varas Cíveis). Elaboração do autor.

Como analisamos no grupo anterior, o maior investimento feito por esta faixa de riqueza se concentrou também nos imóveis rurais, variando entre duas a trinte e três propriedades descritas, de pequenas ou grandes proporções. Entre os bens de Manoel da Costa Abreu⁴⁶⁹, falecido no ano de 1870 em Pouso Alegre, foram agrupados quatro imóveis rurais no valor de 2:943\$000 réis, 30% dos bens que possuía. Suas propriedades no meio rural eram constituídas por uma morada de casas coberta com telhas, e em anexo uma venda, rancho, paiol, monjolo e pomar. Esta mesma propriedade constava de noventa e quatro alqueires de terras divididas e cinco alqueires comprados pelo finado posteriormente. Em sociedade com outras pessoas, possuía partes de terras na Fazenda denominada Carioca nos territórios de Pouso Alegre. As características observadas em sua documentação nos mostra ser um típico cidadão do meio rural, possuindo moradia apenas no campo, com culturas de arroz e milho e uma venda que provavelmente atendia a região em que habitava.

Na região denominada Itaim, incorporada na época ao Distrito da Estiva, localizava-se os bens de Cândido de Almeida⁴⁷⁰, falecido no ano de 1890. Suas propriedades estavam valorizadas em 14:583\$720 réis, contemplando 69% de seus bens. Pela descrição de seus imóveis rurais, temos em mente que Cândido possuía pequena produção de derivados do milho e da mandioca, além de algumas casas que provavelmente serviam de aluguel e terras em outras propriedades e regiões. A sua fazenda do Itaim dispunha de casa para paiol no terreiro (onde eram armazenados os milhos colhidos), cortador de milho e monjolo, e uma casa onde tinha o moinho e roda de mandioca, com acepção de das pedras para o mesmo. Em suas terras não foram mencionados os tipos de culturas existentes, porém, pelas descrições dos imóveis, podemos considerar a existência de milharais e mandiocais em seus cultivos.

469 Inventário de Manoel da Costa Abreu, 1870. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

470 Inventário de Cândido de Almeida, 1891. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Os autos de Francisco das Chagas Fagundes⁴⁷¹ nos mostra também variedade de produção em suas terras. Os ativos correspondidos pelos bens imóveis rurais correspondiam a 92% de sua riqueza (58:197\$000 réis). Nas propriedades de Francisco era possível encontrar campos de pastagens de capim gorduras (que serve de alimento de cavalos e muares, e para a engorda do gado bovino), um mangueiro para a engorda de porcos, moinho e uma casa com todo material de uma fábrica de polvilho em abandono. Percebemos que outrora suas atividades se diversificavam entre criação de animais e produção de derivados de mandioca. Em linhas gerais, por meio da análise da documentação que compõem esta faixa de riqueza, percebemos grande presença de produtores rurais que exerciam pequenas atividades em suas propriedades, sejam elas para o comércio ou consumo próprio.

A criação de animais e o cultivo de culturas, por esta faixa de riqueza, correspondia a 9% dos investimentos feitos por esta classe média, tendo aqueles que possuíam maior número para o comércio e exportação, e outros, pequenos rebanhos destinados a consumo próprio. Dos 9128 animais contabilizados (8% de investimentos) a partir da documentação proposta, temos que grande parte se dedicava a criação de porcos (2877) e gado bovino (3904). Como visto anteriormente, em dados mencionados nos almanaques corográficos sobre o Sul de Minas, o município de Pouso Alegre possuía número significativo relacionado ao comércio de porcos e de gado. Maria Thereza Rios⁴⁷², pertencente ao distrito de Sant'Ana, era uma típica criadora de gado. Além das 139 cabeças bovinas presente em sua propriedade, possuía dois muares, nove bois para carro e onze cavalos. Em Pouso Alegre, Josepha Maria Rezende⁴⁷³, dos 218 animais que compunham sua propriedade, 121 eram vacum, 75 suínos, 14 bois para carro sete cavalos e 1 muar. Algumas pessoas possuíam apenas para consumo próprio, e este tipo de ativo se tornava de menor investimento. José Ferreira dos Santos⁴⁷⁴, residente no distrito de Borda da Mata, possuía em suas terras 9 animais, sendo 3 bovinos, 4 cavalos e 2 muares. Compunham também em números o quadro de criação de animais no município por este grupo os caprinos (979), cavalos (911), bois para carro (603) e muares (350). Neste mesmo ambiente rural, o cultivo de culturas possuía o extrato de 1% dos investimentos feitos por 23% inventariados inseridos neste grupo (48:051\$900), entre roças de milho, alqueires de arroz, canaviais e algumas plantações de café (que em muitas declarações apareciam como plantações velhas ou decadentes).

Os escravos correspondiam, no grupo da documentação estudada, a 11% dos investimentos feitos. Entre as décadas de 1870 e 1880, foram registrados como propriedades destas pessoas 488 cativos, sendo que em geral, cada um possuía na média de um a cinco escravos. No primeiro decênio, este número era maior, chegando ao número de 20 cativos. Esta escravaria pertencia a José Alves Fagundes⁴⁷⁵, sendo o maior investimento registrado em seu inventário (99% de sua

471 Inventário de Francisco das Chagas Fagundes, 1916. Disponível no Acervo do Fórum da Comarca de Pouso Alegre.

472 Inventário de Maria Thereza Rios, 1888. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

473 Inventário de Josepha Maria Rezende, 1889. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

474 Inventário de José Ferreira dos Santos, 1894. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

475 Inventário de José Alves Fagundes, 1873. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

riqueza), sendo que no arrolamento de seus bens, poucos bens móveis foram avaliados e apenas dois muarees como animais. Já na década de 1880, as pessoas passam a possuir menos cativos, quantidade que chegava entre dois a cinco escravos por pessoas que possuíam.

As rubricas correspondentes às dívidas ativas para esta faixa de riqueza equivalem a 10% da riqueza deste grupo. A maior parte dos valores eram de 1:000\$000 a 7:000\$000 réis, porém encontramos alguns (fazendeiros, capitalistas, engenheiro) que sobressaíam a esta variação, chegando a valores acima dos 10:000\$000 réis. O proprietário em Major Francisco Paula Duarte⁴⁷⁶, cujos bens foram arrolados em 1877, mencionou-se a quantia de 20:415\$161 réis (46% de seu montante final). Os empréstimos realizados por Francisco foram realizados por créditos, sendo nove o número de credores que lhe deviam determinada quantia. Na documentação do Engenheiro Augusto César de Vasconcellos⁴⁷⁷, falecido no ano de 1908, subscreveu-se 10:221\$682 réis como dívidas ativas, em empréstimos feitos a onze pessoas, por meio de crédito, recibos e títulos. Diferentemente da primeira faixa analisada, onde prioritariamente os fazendeiros que faziam a função de capitalistas, nesta classe, os comerciantes, autônomos e pequenos fazendeiros exerciam esta função em médias e pequenas proporções, como forma de movimentar sua riqueza.

A constituição de patrimônios imóveis no meio urbano seguia uma dinâmica que se opunha a faixa econômica dos mais ricos. Como observado na análise feita anteriormente, as pessoas que faziam parte desta elite agrária, detentoras das maiores fortunas, possuíam bens imóveis tanto no meio rural como no urbano. Dos 287 componentes deste grupo, apenas 80 possuíam alguma propriedade na cidade (28%), em sua maioria entre 2 a 4 propriedades, mantendo imóveis em ambos espaços ou se estabelecendo unicamente no meio urbano. Residente no distrito de Congonhal, Custódia Maria de Oliveira⁴⁷⁸, proprietária de sete bens no meio rural, possuía duas edificações na cidade de Pouso Alegre. Foram declaradas duas casas, sendo uma dividida em duas moradas, com três portas e duas janelas, na Rua Adalberto Ferraz, núcleo central, e outra na mesma rua, com uma porta e duas janelas. Nota-se, pelos inventários, o costume de se manterem diversas casas divididas no mesmo terreno, muitas vezes como forma de moradia de filhos (herdeiros) ou destinadas para aluguel. Haviam aqueles que seus investimentos se direcionavam apenas na cidade, concentrando também todas as suas atividades no espaço urbano. O Coronel José Joaquim Vieira de Carvalho⁴⁷⁹, falecido em Pouso Alegre no ano de 1911, deixou para seu espólio quatro propriedades no meio citadino no valor de 11:000\$000 réis (78% de sua riqueza). Entre as edificações de propriedade do Coronel, contavam de uma chácara nos subúrbios da cidade, lugar denominada como Gambá, com pastos e vargens do Rio Mandú e campos da Vendinha⁴⁸⁰ possuindo anexo outra casa mal construída, uma morada localizada no núcleo central, *“coberta com telhas, assoalhada, forrada e envidraçada, com seis janelas e uma porta principal, com todas as*

476 Inventário de Major Francisco de Paula Duarte, 1877. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

477 Inventário de Augusto César de Vasconcellos, 1908. Disponível no Acervo do Fórum da Comarca de Pouso Alegre.

478 Inventário de Custódia Maria de Oliveira, 1903. Disponível no Acervo do Fórum da Comarca de Pouso Alegre.

479 Inventário de José Joaquim Vieira de Carvalho, 1911. Disponível no Acervo do Fórum da Comarca de Pouso Alegre.

480 O local mencionado como “Vendinha” atualmente é denominado como bairro São João.

*suas dependências e um terreno anexado*⁴⁸¹ e outra na mesma Rua Adalberto Ferraz com o mesmo padrão e estrutura. Em linhas gerais, percebemos que apenas 8% dos inventariados possuíam propriedades apenas no meio urbano, e exerciam atividades como comerciantes, padres, médico, engenheiro e políticos. Os outros 85% se concentravam no espaço rural, e alguns mantinham alguma edificação na cidade, reforçando o perfil agrário do município.

Os ativos expressos como bens móveis, dinheiro e ouro e prata geralmente dispunham de menos investimentos, ou por serem objetos de uso cotidiano, com o tempo se tornavam pouco valorizados. Os metais preciosos equivaliam a 0,1% dos bens encontrados na documentação deste grupo, entre duas a quatro peças, e mesmo aqueles que detinham número maiores destes artefatos, não ultrapassavam a quantia de 500\$000 réis. Já aqueles que detinham posse de determinada quantia de dinheiro em espécie, possuía valores menores do que a faixa anteriormente analisada, com a mesma função mencionada, de saldas dívidas passivas e as custas do enterro e documentação do inventariado, sendo repartido entre os herdeiros a quantia remanescente. Os bens móveis, 5% dos investimentos, eram declarados por esta classe como os bens encontrados em suas residências, gêneros de negócio e mantimentos (carro de milho em casca, rolos de fumo, espigas de milho no paiol). Na residência de algumas pessoas deste grupo analisado era comum encontrar bens que os diferenciavam pelas formas de padrão de consumo. Na residência de Flauzina Maria do Espírito Santo, na zona rural de Pouso Alegre, foram levantados peças como dois catres, sendo um mais velho, uma roda de mandioca, um banco de pinho, uma mesa com duas gavetas, um taxo grande de cobre, carro arreado e um monjolo⁴⁸². No espólio da comerciante Maria José Schimdt, que mantinha residência em vida na cidade de Pouso Alegre, além de bens encontrados em sua residência, como uma cama princesa, um tocador com mesa, armários, um guarda louça, poltrona, lâmpadas belgas, serviços para mesa de cozinha, registrou-se o balanço feito de seu comércio, caracterizado como estabelecimento em que se comercializava produtos secos e molhados, como lenços, armarinhos e ferragens, fósforos, açúcar, sal, caixas de cervejas, garrafas de “*Fernet*” e “*Vermuth*”, licores, vinhos nacionais e estrangeiros, água “*Seltz*” e velas de sebo⁴⁸³, foram calculados como 50% de seu montante final.

Em linhas gerais, esta faixa de riqueza possuía pessoas que se inseriam tanto no campo como na cidade. A maioria dos inventários analisados pertencia a lavradores, que possuíam culturas diversas e criações para o próprio sustento e comércio. Identificamos também pequenos e médios fazendeiros, que possuíam maiores quantidades de terras e animais e pequenos plantéis de escravos (até o final da década de 1880). Encontramos alguns que exerciam a função de capitalista, tropeiro e possuidores de engenhos de cana (movidos ou não por animais) e de serrar.

No espaço urbano, identificamos maior número de inventariados (que exerciam alguma função) do que na primeira faixa. Destes constam o arrolamento de dois sacerdotes, de um proprietário de uma fabrica de velas e um de uma fabrica de arroz, dois farmacêuticos, quatro proprietários (sendo um dirigente de um hotel), cinco capitalistas e quinze comerciantes, alguns profissionais liberais, como dois médicos, um advogado, tabelião, professor, diretor de colégio

481 Inventário de José Joaquim Vieira de Carvalho, 1911. Disponível no Acervo do Fórum da Comarca de Pouso Alegre.

482 Inventário de Flauzina Maria do Espírito Santo, 1891. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

483 Inventário de Maria José Schimdt e Silva, 1904. Disponível no Acervo do Fórum da Comarca de Pouso Alegre.

(Colégio São Sebastião), engenheiro e funcionários da municipalidade, subdelegado, juiz de paz, Fiscal e Agente do Correio. A presença uma elite urbana formada pelos profissionais acima e médios proprietários de terras, se diferenciava pelas grandes fortunas, porém se constituía na manutenção dos bens imóveis, da circulação monetária (a existência de alguns capitalistas) e de padrões de consumo diferenciados. Se na faixa anterior a figura do fazendeiro se sobressaía, a classe média era composta por profissionais autônomos, sacerdotes e comerciantes, pessoas estas que poderiam diferenciar do perfil de elite adotado para a análise anterior (em que nos baseamos pelas grandes fortunas), inseridos na dinâmica econômica local.

A sociedade da Base

A faixa econômica denominada como “base” da sociedade pouso-alegrense era constituída por pessoas que possuíam como montante final do arrolamento de seus bens quantias que estavam em torno de 200\$000 a 2:000\$000 réis, valores encontrados em 153 inventários de nosso corpus documental, correspondendo a 30% da população por nós estudada. De pequenos fazendeiros, roceiros, ao simples homem do campo, faziam parte deste grupo alguns pequenos comerciantes, funcionário público (diretor de instrução), açougueiro, fabricante de velas, sacerdote e um tropeiro. O total dos montes extraídos desta faixa corresponde a 3% da composição da riqueza local, distribuídas conforme a tabela abaixo:

Tabela 24: Distribuição dos ativos das pessoas que compunham a “base” no Município de Pouso Alegre (1870-1920)

Composição da Riqueza- “Base”		
Ativos	Valor em Réis	% do Monte Mor Total
Dinheiro	1:900\$500	1
Bens Móveis	16:603\$752	6
Ouro e Prata	227\$500	0,1
Cultura	2:846\$000	1
Animais	37:876\$000	13
Escravos	2:525\$000	1
Imóveis Rurais	205:089\$320	72
Imóveis Urbanos	11:720\$666	4
Dívidas Ativas	10:989\$525	4

Fonte: Inventários post-mortem da Comarca de Pouso Alegre 1870-1888. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo e no Arquivo do Foro de Pouso Alegre (2ª e 3ª Varas Cíveis). Elaboração do autor.

Os ativos compostos pelos imóveis rurais compunham os maiores investimentos feitos também por aqueles que constituíam a base da sociedade. Estas pessoas, sem sua maioria, possuíam entre dois a seis imóveis, sendo constituídos por partes de terras, casas e algumas benfeitorias. No inventário de Ignácio Francisco Cardoso, residente no Distrito de Sant’Ana, foram encontradas três propriedades rurais no valor de 460\$000 réis (30% dos ativos presentes no seu arrolamento), como uma sorte de terras no sítio do Imburuçú (320\$000 réis), pequena parte de terras no mesmo terreno (80\$000) e uma pequena morada de casas velhas coberta com telhas

(60\$000)⁴⁸⁴. No ano de 1884, o inventariante de Emerenciana Ana de Jesus, residente no distrito de Estiva, declarou existir entre os bens da finada uma morada de casas, monjolo e mais benfeitorias de terreiro, na Fazenda das Cabeceiras do Rio Mogy, no valor de 200\$000 réis e uma sorte de terras na mesma fazenda e distrito de Estiva a 1:200\$000 réis, contando 85% dos bens deixados pela inventariada⁴⁸⁵. Nos autos de Antônia Maria de Jesus, falecida no distrito de Congonhal no ano de 1907, com o monte mor a 900\$000 réis, foram encontrados apenas ativos referentes aos imóveis rurais, constando de uma parte de terras divididas (dez alqueires) no lugar denominado São Pedro, fazendo divisas com a Fazenda de Congonhal a 500\$000 réis e uma parte de terras no lugar denominado São José (com oito alqueires) no valor de 400\$000 réis⁴⁸⁶. Pela nossa amostra, percebemos a existência de poucas propriedades por pessoas, benfeitorias e casas de moradas precárias, sendo que muitos possuíam terras divididas entre os herdeiros ou em sociedade com outras pessoas.

A criação de animais correspondia ao segundo ativo mais investido, correspondendo a 13% do total obtido a partir do monte mor dos inventariados, e sendo contabilizados 1120 animais a partir da documentação analisada para este grupo. Destes, 344 eram os suínos, 267 gados bovinos 195 cavalos, 193 caprinos, 107 bois de carro e 60 muares, valorizados em 37:876\$000 réis. Algumas pessoas se dedicavam a um ramo de criação de animais específicos ou possuíam alguns que auxiliariam no trabalho diário, como observamos na documentação da finada Maria Julia, oriunda de Pouso Alegre, dos quarenta animais pertencentes a sua criação, trinta eram porcos, seis bois de carro, dois gados bovinos (duas vacas, sendo uma leiteira) e dois cavalos⁴⁸⁷. Já Maria Franceline Carolina, do distrito de Sant'Ana, possuía no grupo de suas criações quarenta e um animais, sendo que seu ramo se direcionava na espécie dos caprinos, possuindo quarenta e uma cabras. Além destes, no espólio de Maria, foram contabilizados dez gados bovinos e quatro bois de carro⁴⁸⁸. O tropeiro Manoel Bento de Souza, falecido em Pouso Alegre no ano de 1884, deixou para seus herdeiros apenas os animais que utilizavam em seus trabalhos do dia a dia e para o sustento de sua família, três cavalos preparados para tropas e uma vaca leiteira⁴⁸⁹. Percebemos que, diferentemente das outras duas faixas de riqueza analisadas acima, em que as dívidas ativas apareciam como um dos maiores investimentos feitos, os animais foram os bens que possuíam maior investimento em valores pelas pessoas que compunham a faixa econômica da base.

Os valores obtidos a partir da soma dos bens móveis resultaram em 6% da riqueza total deste grupo, constituídos principalmente por alguns mobiliários mais simples e utensílios utilizados no dia a dia. Os metais preciosos foram encontrados em nove inventários, sendo constitu-

484 Inventário de Ignácio Francisco Cardoso, 1874. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

485 Inventário de Emerenciana Ana de Jesus, 1884. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

486 Inventário de Antônia Maria de Jesus, 1907. Disponível no Acervo do Fórum da Comarca de Pouso Alegre.

487 Inventário de Maria Júlia, 1888. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

488 Inventário de Maria Franceline Carolina, 1887. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

489 Inventário de Manoel Bento de Souza, 1884. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

idos por alguns talheres (facas e colheres prateados) e pequenas peças, como botões, medalhas, alfinetes, relicários, argolas e brincos de ouro ou prata. A distinção desta para as outras faixas de riqueza anteriormente analisadas, em relação aos bens móveis e objetos de metais preciosos, são as formas e padrões de consumos. Enquanto “os mais ricos” e “a classe média” possuíam objetos diferenciados, a maior parte das pessoas que compunham a base social dispunham de bens que atendiam suas necessidades diárias. O espólio de Raimundo José do Couto, falecido no distrito de Borda da Mata no ano de 1901, continha apenas um carro ferrado usado (130\$000 réis), uma canastra velha (15\$000 réis), uma mesa velha (6\$000), uma espingarda de dois canos (15\$000 réis) e um poncho velho de pano azul forrado (20\$000 réis), avaliados em 186\$000 réis. Notamos que os poucos declarados eram utilizados para o trabalho diário de Raimundo⁴⁹⁰. No inventário de Thomé Baptista de Souza⁴⁹¹, são agrupados objetos que compunham o mobiliário de sua casa e dos trabalhos que exerceu durante sua vida. No interior de sua residência, continha um gamelão (1\$500 réis), uma panela grande de ferro (4\$000 réis), um caldeirão grande de ferro (3\$000 réis), um taxo menor fundo (2\$000 réis), um banco pequeno (\$500 réis), uma bacia para banho pequena (1\$5000 réis), duas travessas de ferro batido (1\$500 réis) e três catres velhos (\$400 réis). Já para as algumas atividades exercidas pelo finado e sua família, encontramos objetos para o fabrico de rapadura: dois tachos grandes de cobre de 15 quilos (32\$000 réis), um tacho pequeno com sete quilos (8\$000 réis), uma moenda engendrada de engenho (12\$000 réis), banco para enformar rapaduras (2\$000 réis e alguns utensílios (medida de quartos, duas gamelas pequenas, bacia pequena e mais um taxo velho a 5\$700 réis). Para a confecção de linhas e tecidos, uma roda de fiar (2\$000 réis), um descascador de algodão (1\$000 réis) e duas folhas de pasta (5\$000 réis). Foram mencionados também objetos um carro velho ferrado (contendo quatro cangas de bois e rabos de tiradeiras a 31\$000 réis), instrumentos para marcenaria (uma serra de mão, um graminho e um compasso novo a 7\$800 réis) e 576 telhas guardadas no quintal (11\$000 réis), totalizando em seus bens móveis a quantia de 131\$400. Com os dois exemplos acima, podemos ter a noção das características dos bens móveis acumulados durante a vida das pessoas que faziam parte desta faixa de riqueza. Eram compostos por poucos objetos, mobiliários triviais e em alguns casos instrumentos que indicavam a simplicidade vivida por estas pessoas e os afazeres que o inventariado poderia ter exercido em vida.

As dívidas ativas e a constituição de patrimônios no meio urbano compunham 4% da riqueza calculada para este grupo. Eram poucas as pessoas que detinham imóveis urbanos, e em suas posses concentravam não mais do que quatro propriedades. No legado deixado pelo açougueiro José Ferreira Funchal⁴⁹², falecido em Pouso Alegre no ano de 1913, foram levantadas três propriedades na cidade, sendo uma parte de terras no fim da Rua Silvestre Ferraz, fazendo divisas com o Rio Mandú (três hectares a 1:000\$000 réis), parte de uma casa coberta de telhas e casinha de tijolos situados no mesmo terreno em sociedade com seu irmão e em anexo uma olaria com rancho e forno de queimar tijolos (300\$000 réis). Já entre os bens de Eugênio Fernandes

490 Inventário de Raimundo José do Couto, 1901. Disponível no Acervo do Fórum da Comarca de Pouso Alegre.

491 Inventário de Thomé Baptista de Souza, 1884. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

492 Inventário de José Ferreira Funchal, 1913. Disponível no Acervo do Fórum da Comarca de Pouso Alegre.

de Moura⁴⁹³, além de ser mencionada uma pequena sorte de terras na região do Cantagalo em Pouso Alegre, foi arrolada juntamente uma pequena casa velha coberta de telhas em ruínas na cidade e um terreno em anexo por 800\$000 réis. Como percebemos com estes exemplos e pela documentação analisada, eram propriedades pequenas e que em muitas das vezes se encontravam em ruínas e sua localização (a maioria) estava nos subúrbios da cidade. As dívidas ativas, cuja a soma resultou em 10:989\$525 réis, constituía também 4% da riqueza desta faixa. Dos inventários selecionados, encontramos apenas 20 menções de pessoas que realizavam alguma forma de empréstimo ou circulação monetária em pequenas quantias, observando aqui a ausência de pessoas que exerciam a função de capitalistas.

Os ativos que registraram os menores investimentos da “base” que constituía a sociedade de Pouso Alegre foram a posse de cativos, dinheiro e culturas, sendo que cada um correspondia a 1% do capital acumulado pelos inventariados. Foram mencionados, no grupo da documentação estudada, apenas cinco escravos, entre 200\$000 a 800\$000 réis, totalizando o valor de 2:525\$000 réis. Como os ativos acima, a posse de dinheiro em espécie também era escassa nesta faixa de riqueza, sendo poucos os que possuíam e em menores quantidades, para custear, geralmente, as dívidas deixadas pelo inventariado e as contas burocráticas com o falecimento. As culturas registraram a quantia de 2:486\$000 réis por meio da soma de toda a documentação, o que demonstra que poucos conservavam em suas propriedades rurais algum tipo de plantação ou cultivo (dos 153 inventários, apenas treze menções foram feitas), sendo mencionadas pequenas roças de milho, módicos plantios de mandioca, feijão, cana de açúcar e alguns pés de cafés.

A análise destas três faixas de riqueza (os 10% “mais ricos”, 60% do “meio” e 30% da “base”) nos ajudou a fazer uma leitura e caracterizar de forma sucinta cada grupo e suas peculiaridades. Das poucas pessoas que detinham as maiores riquezas (quase a metade da fortuna local) que realizavam grandes investimentos na posse de terras (imóveis rurais) e mantinham casas na cidade, exercendo a função dos bancos, com empréstimos de dinheiro em forma de crédito e títulos, sustentando padrões de consumo diferenciados e modernizados para o seu tempo, a classe que estava no meio, um pouco mais da metade dos indivíduos analisados, sendo o intermediário dos padrões de riqueza, sujeitos que atuavam na área do comércio, empregados públicos e alguns na função religiosa, aproximavam-se dos mais ricos, o que nos mostra um certo equilíbrio entre estas duas faixas. Aqueles que integravam a base social, se caracterizavam por uma vida mais hostil, caracterizados por possuir pequenas propriedades rurais, se dedicando na criação de animais e as suas pequenas plantações. A formas de consumo que dispunham se limitavam a objetos de primeira necessidade em suas casas ou para algum ofício exercido, não mantendo padrões de ostentação ou certos privilégios mantidos pelas outras faixas analisadas.

Em relação a composição da riqueza, e para fins comparativos com outras regiões, estabelecemos algumas comparações com os municípios de Campanha, Lavras e Varginha, com a

493 Inventário de Eugênio Fernandes de Moura, 1919. Disponível no Acervo do Fórum da Comarca de Pouso Alegre.

finalidade de percebermos as singularidades de cidades que pertencem a uma mesma região⁴⁹⁴. Na tabela 11, organizamos os dados obtidos para Pouso Alegre, Campanha e Varginha. Como a amostra da cidade de Campanha abrangia apenas uma década (1880-1889), tomamos como parâmetros este decênio para a análise destas localidades:

Tabela 25: Composição da riqueza dos municípios de Pouso Alegre, Campanha e Varginha- 1880-1889

Ativos	Pouso Alegre		Campanha		Varginha	
	Valor em Réis	%	Valor em Réis	%	Valor em réis	%
Dinheiro	3:248\$800	0,3%	15:227\$300	1%	4:041\$450	0,4%
Bens Móveis	32:086\$602	3%	99:263\$566	5%	71:803\$980	7%
Cultura	7:373\$200	1%	55:925\$656	3%	52:739\$100	5%
Animais	98:383\$354	9%	127:314\$011	7%	61:173\$600	6%
Escravos	104:046\$000	10%	406:816\$060	21%	90:054\$000	9%
Imóveis Rurais	696:903\$427	65%	902:242\$580	48%	61:306\$4115	58%
Imóveis Urbanos	15:218\$000	1%	77:819\$741	4%	34:902\$000	3%
Dívidas Ativas	122:277\$931	11%	213:162\$140	11%	12:251\$0343	12%
Total	1.079:537\$314	100	1.947:604\$054	100	1.050:056\$628	100

Fontes: Inventários post-mortem da Comarca de Pouso Alegre 1880-1889. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo e no Arquivo do Foro de Pouso Alegre (2ª e 3ª Varas Cíveis).

O Sul de Minas possuía uma economia essencialmente rural, como podemos perceber, os grandes investimentos se davam por meio da posse de terras e propriedades no campo. Já a cidade da Campanha, como pode perceber, manteve um forte apego a mão de obra cativa, mesmo na última década da escravidão. Enquanto que em Pouso Alegre mantinha 9,64% e Varginha 8,58% dos ativos no trabalho escravo, Campanha se destacou por manter 21% do valor total neste bem. Na criação de animais, o território pouso-alegrense se destacava por ter investimentos que chegavam a aproximar dos 10%, Campanha e Varginha possuíam entre os bens arrolados 9,11% e 5,83% respectivamente. Em relação aos outros ativos, as duas cidades que tomamos como comparação apresentam maiores posses, em relação aos bens móveis, culturas, dívidas ativas e propriedades na cidade. Neste sentido, podemos levar em consideração que o município de Pouso Alegre, in-

494 Para fins comparativos com estas três cidades, utilizamos de dados presentes em alguns trabalhos produzidos pelo Projeto Sul de Minas em transição e pelo Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo. Para Campanha: SAES, Alexandre Macchione; FILHO, Antoniel Avelino. Escravidão e trajetórias das elites locais: Campanha de Pouso Alegre no ocaso da escravidão. In: *Cultura Histórica e Patrimônio*. Universidade Federal de Alfenas, vol. 1, nº 1, 2012. Para o município de Varginha: FERREIRA, Natânia Silva. *Elite agrária e processo de urbanização: O município de Varginha- MG (1882- 1920)*. Dissertação de Mestrado em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, 2016. Para o município de Lavras: VIEIRA, Eduardo José. *Produção, comércio e acumulação de riqueza em um município escravista mineiro: Lavras/MG (1870-1888)*. Dissertação de mestrado em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, 2015.

serido nesta economia agrária, se destacava na criação de animais, seja para o próprio consumo ou abastecimento do comércio local e exportação. Em relação ao município de Lavras, a tabela 12 nos apresenta os dados:

Tabela 26: Composição da riqueza dos municípios de Pouso Alegre e Lavras- 1870-1888

Ativos	Pouso Alegre		Lavras	
	Valor em Réis	%	Valor em Réis	%
Dinheiro	34:363\$980	1%	125:070\$115	5%
Bens Móveis	68:886\$352	2%	67:085\$597	3%
Cultura	18:979\$900	1%	103:188\$065	4%
Animais	208:599\$954	7%	126:625\$526	5%
Escravos	563:266\$684	18%	667:485\$104	25%
Imóveis Rurais	1.225:461\$243	39%	702:858\$427	26%
Imóveis Urbanos	62:579\$000	2%	101:050\$243	4%
Dívidas Ativas	833:918\$679	26%	761:971\$506	29%
Total	3.154:118\$696	100%	2.655:334\$583	100%

Fontes: Inventários post-mortem da Comarca de Pouso Alegre 1880-1889. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo e no Arquivo do Foro de Pouso Alegre (2ª e 3ª Varas Cíveis).

O município de Pouso Alegre apresentou, com a soma dos montantes maiores dos inventários para as décadas comparativas, uma quantia um pouco maior do que a de Lavras. Como fator igualitário para todas as cidades, os investimentos em bens imóveis rurais eram tidos como os maiores, porém, no caso do município de Lavras, percebemos que a mão de obra escrava se aproximava do ativo rural. As porcentagens relativas aos outros bens arrolados praticamente se igualavam entre as duas cidades, contudo, percebemos que em relação ao dinheiro em espécie, bens móveis, culturas, imóveis urbanos e dívidas ativas, em Lavras as proporções eram poucos maiores que em Pouso Alegre, porém, o município por nós estudados, mantinha o percentual um pouco maior na criação de animais.

Este capítulo se propôs a observar a sociedade de Pouso Alegre por meio das classes sociais e econômicas que a compunham. A utilização dos inventários, documentação esta rica em informações, nos deu pistas para realizar nossas análises. Percebemos que o perfil dos inventariados da elite era comum, ou seja, ligada ao meio agrário e por possuírem maiores valores em dívidas ativas. As pessoas que possuíam as maiores fortunas e aqueles que faziam parte da faixa de riqueza dos “mais ricos” não realizaram grandes investimentos nos serviços urbanos, frutos estes, em sua maioria, de iniciativas do governo, do município ou empresas privadas, distinguindo de outras cidades da região. Percebemos que ao longo das décadas estudadas, os maiores investimentos estavam alocados nos imóveis rurais, as pessoas, possuindo maiores ou menores posses, direcionavam a maior parte de sua riqueza as propriedades camponesas. Porém, com o passar do tempo, outros ativos começam a ganhar maiores investimentos. Após a abolição da escravatura (observando uma grande queda da década de 70 para 80), as aplicações nos bens imóveis urbanos começam a crescer, sendo a segunda categoria com maiores investimentos no início do século XX, em conjunto com a dinamização da economia por meio de empréstimos notados pelas dívidas ativas, feitos em sua maioria pela “elite agrária” e pelos “mais ricos”, o que os diferenciavam

das outras faixas de riqueza. Percebemos ainda, por meio de nossas análises, que distinguindo-se de outras localidades, que os ativos se voltavam para a produção no campo, por meio do cultivo da terra (plantações de cafés), Pouso Alegre se mantinha na criação de animais, bens estes voltados para o sustento interno e para a exportação.

Os dados obtidos dos inventários exigem do pesquisador um trabalho árduo, e muitas vezes, esta documentação possui suas limitações. Contudo, estas fontes nos oferecem dados valiosos sobre a formação da riqueza local e o perfil econômico da sociedade estudada.

Algumas considerações

No decorrer deste livro, foram levantadas algumas questões que contribuem para a construção histórica do município de Pouso Alegre e complementam o conjunto de estudos realizados sobre o Sul de Minas Gerais. Por meio de leituras realizadas e a observação das fontes documentais levantadas, constatamos a participação da produção sul mineira para o mercado de abastecimento, desde o ciclo minerador, contrapondo os argumentos apresentados pelos clássicos da suposta “decadência da economia mineira” com a escassez dos metais preciosos e o fim da mineração. É o que expomos no primeiro capítulo de nossa pesquisa, apresentando as visões dos teóricos clássicos e confrontando com os estudos realizados a partir do final da década de 1970, em que se procura problematizar a história regional, analisando as especificidades de cada objeto pesquisado. E neste sentido, percebemos que Pouso Alegre se encaixa nesta economia de produção para subsistência, em um primeiro momento, escoando o excedente para o mercado carioca, principalmente com a chegada da corte no início do século XIX.

Já na segunda metade deste século, por meio da análise da documentação, constatamos que o município de Pouso Alegre se inseria em um sistema econômico característico da região: a diversificação da produção agropecuária, que atendia o próprio consumo e abastecia o comércio local, regional e interprovincial. O mercado local fornecia os gêneros às cidades e regiões vizinhas, principalmente aquelas que se dedicavam ao cultivo do café (como Ouro Fino, Jacutinga, Monte Sião). Já o comércio interprovincial, destacamos o exemplo do Distrito de Estiva, que manteve relações comerciais com o interior de São Paulo, Bragança Paulista e Atibaia, e a região do Vale do Paraíba, fornecendo principalmente o gênero suíno. O que diferencia, contudo, o nosso objeto de estudo de outras localidades do sul de Minas, no que concerne à economia de exportação sul-mineira, principalmente na segunda metade do século XIX, é que com a introdução do café na região, mesmo Pouso Alegre não fazendo parte deste complexo cafeeiro, se consolidou com a constituição de um comércio ligado ao abastecimento dos distritos e localidades mais próximas. Com isso, sua dinâmica econômica e seu processo de urbanização não estiveram ligados à produção da rubiácea, pois a mesma era insignificante no município.

Em nosso segundo capítulo, demos atenção para o processo de urbanização e a construção do espaço público de Pouso Alegre na transição do século XIX para o XX, utilizando da leitura de atas da Câmara Municipal, documentos soltos e livros de receitas e despesas, no qual procuramos ressaltar, mediante os registros encontrados, as obras de infraestrutura e as transformações urbanas ocorridas em Pouso Alegre e o movimento financeiro local. Por meio da análise dos impostos cobrados pela municipalidade, constatamos a forte presença do comércio, sejam eles em casas comerciais, nas feiras da praça do mercado ou pelas ruas da cidade realizados pelos mascates.

A modernização e urbanização foram movimentos comuns à realidade do Brasil, principalmente nesta transição de séculos. Neste período, o país passa por transformações em sua economia, o que permitiu a expansão de relações comerciais e financeiras com o centro do capitalismo, e a busca pela modernização influenciou a transformação nos padrões de consumo da elite brasileira, introduzindo aos poucos os costumes europeus no cotidiano e na mentalidade de alguns membros da sociedade brasileira. Contudo, neste processo de urbanização brasileira, a consolidação de um centro comercial traz consigo as figuras dos fazendeiros e grandes comerciantes que se direcionavam para a importação e exportação, o que daria origem ao “grande capital urbano”. Por meio de investimentos criam-se empreendimentos característicos de um uni-

verso capitalista: a criação de rotas ferroviárias, a abertura de bancos, a instalação de empresas de serviços urbanos e o surgimento das primeiras indústrias. Em Pouso Alegre, estes investimentos privados serão destinados principalmente na implantação da ferrovia da região, por meio de cotas, no final do século XIX, na constituição de uma empresa dedicada aos serviços de energia elétrica, a Companhia de Força e Luz, implantada pelo Engenheiro Benjamim Franklin Silviano Brandão e na instalação de linhas telefônicas, pelo Sr. Euzébio Dias Ferreira, empresário este que já estaria implantando este tipo de serviços em cidades da região. Os melhoramentos do espaço urbano ocorreram com maior intensidade após a proclamação da República, quando os municípios adquirem maior autonomia mediante a Constituição de 1891. Contudo, temos em mente que um ponto em comum entre as cidades sul mineiras⁴⁹⁵ é que este processo caminha paralelamente. A construção de teatros, escolas, cadeias, hotéis e os melhoramentos na infraestrutura urbana, como a instalação de energia elétrica, construção de calçadas e a elaboração de uma rede de esgotos fará parte deste processo vivenciado pelas cidades do Sul de Minas, que de certo modo, a seus passos, acompanhava o projeto de urbanização pelo qual o Brasil estava passando.

Pelo capítulo III, utilizando dos registros de imóveis do município, compreendemos as transformações ocorridas no espaço urbano e rural, a valorização dos imóveis, tanto nos distritos como na sede. A partir da década de 1890, há um aumento de transações no meio citadino, sendo que algumas pessoas mantinham propriedades nos dois espaços. Cruzando os dados com outras documentações, temos que as pessoas que compunham a faixa de riqueza dos mais ricos, possuíam fazendas e outras propriedades rurais, e casas na cidade, servindo de moradia, de obtenção de rendas (aluguéis) ou instalada alguma forma de negócio. Já a faixa do meio, possuíam propriedades e ambos os espaços, ou apenas em um deles, e quando na cidade, atuavam de forma mais intensa no comércio ou exercendo algum serviço público.

No início do século XX, a cidade passa por mudanças, novas ruas surgiam, as antigas recebiam infraestruturas, e até mesmo o centro comercial, passando para outras regiões da cidade. Outras instituições como a Igreja e suas propriedades, escolas, internatos e orfanatos, se instalaram no centro da cidade e nos subúrbios, enquanto que a colônia em que acolheu os imigrantes (anos mais tarde escola agrícola) em uma área entre o campo e a cidade. A singularidade de Pouso Alegre está em sua dinâmica econômica. Enquanto que cidades como Varginha, Três Corações, Guaxupé, entre outras, possuíam grandes propriedades cafeeiras e os investimentos partiam desta produção, os registros de imóveis em Pouso Alegre nos indicaram a pouca concentração de extensas propriedades de terras, sendo transacionadas por meio de partes, sorte ou alqueires de terras, sítios pequenos, ranchos e roças, adquiridas por lavradores que mantinham pequenas produções que garantiam a sua subsistência e o abastecimento do comércio local.

Concluindo a nossa análise sobre a dinâmica econômica de Pouso Alegre, a construção do espaço urbano e as metamorfoses ocorridas neste mesmo espaço, coube analisar no quarto capítulo a forma de inserção dos habitantes de Pouso Alegre neste processo de urbanização e na economia local. Para este estudo foram utilizados dos documentos de inventários *post-mortem* que nos ofereceram diversos dados para a construção de nossa pesquisa histórica. Caracterizamos assim Pouso Alegre como uma sociedade agrária, sendo um dos mais altos investimentos observados

495 Os Almanques Sul Mineiro (1874 e 1884), Corografias de Minas Gerais e periódicos, ao se tratarem das cidades sul mineiras, nos apontam algumas semelhanças no processo de construção do espaço urbano. Percebemos que estas cidades seguiam um certo padrão urbanístico, diferenciando-se em alguns aspectos.

entre os ativos nas documentações as propriedades rurais. Em comparação com outras cidades da região, como Campanha e Varginha, os investimentos em Pouso Alegre se concentravam mais nas propriedades rurais e criação de animais. Ao estudar cada ativo, observamos os padrões adotados em cada faixa de riqueza. Em relação os bens moveis, percebemos na maioria ser aqueles bens de primeira necessidade, e apenas uma camada da sociedade (alguns da faixa do meio e os mais ricos) possuíam padrões de consumo diferenciados. Considerando as culturas e os mantimentos, demonstramos, por meio da documentação, a variedade de produção no município, não se concentrando apenas no cultivo de uma cultura, mesmo não sendo uma das grandes fontes de riqueza os bens cultivados possuíam um certo espaço na economia do município. Em relação aos cativos, na primeira década estuda (1870) possuía grande porcentagem de investimento, e com o passar dos anos, próximos à abolição, este numero vai caindo e sendo distribuídos para outros ativos, principalmente nos imóveis e nas dívidas ativas.

Com os estudos das categorias que compõem os bens a partir das anotações nos inventários, cujos processos foram feitos nas décadas propostas em nosso trabalho, observamos algumas pessoas que se destacavam em certa maneira por possuir determinados bens ou investimentos. O perfil da elite em Pouso Alegre era comum, ligada ao meio agrário, e, diferentemente de outras cidades, principalmente aquelas que cultivavam e exportavam o café, os “mais ricos”, tidos como grandes fazendeiros, não realizaram grandes investimentos nos serviços urbanos, que, no caso de Pouso Alegre, notamos ser frutos, em sua maioria, de iniciativas do governo, do município ou empresas privadas que já realizavam serviços pela região. Seus maiores investimentos estavam nos imóveis rurais, escravos e dívidas ativas, atuando como capitalistas, realizando movimentação de dinheiro. Já a classe média, composta por pessoas que atuavam em diversos ramos sociais, possuíam também maiores investimentos em imóveis rurais, constituídas em sua maioria por médias propriedades, em que se dedicavam ao trabalho com a terra, por meio da plantação e criação, ativo este que fazia parte de um dos maiores investimentos desta classe. Na cidade, atuavam como comerciantes, padres, engenheiros ou médicos. Se na elite a figura do grande fazendeiro sobressaía, nesta faixa de riqueza surge a figura do profissional autônomo. Já a população que compunha a faixa que classificamos como “base”, era constituída em sua maioria pelos pequenos fazendeiros e roceiros, o simples homem do campo, pequenos comerciantes e funcionários públicos tendo como maiores investimentos também os imóveis rurais, logo em seguida as dívidas ativas e propriedades urbanas, e os menos investidos, escravos, culturas e animais.

Como parte de um grupo de trabalhos que se propõem a construir uma escrita histórica sobre o Sul de Minas, quando observamos a trajetória histórica de cada município, percebemos a homogeneidade em alguns aspectos, contudo, temos em mente que as cidades apresentaram formação e avanços econômicos distintos, reafirmando a expressão de que “Minas são muitas” e muitas são suas singularidades.

Bibliografia consultada

Livros, Teses, Artigos

ABRAHÃO, Fernando Antônio. *A composição da riqueza em Campinas, 1870-1940*. Artigo apresentado no XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12ª Conferência Internacional de História de Empresas. Vitória: ABPHE, 2015.

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. Uma discussão metodológica sobre o crédito no século XIX. *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. Ano 3, vol. 3. Rio de Janeiro: setembro-dezembro 2011.

ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites regionais e a formação do Estado Brasileiro: Minas Gerais-Campanha da Princesa (1799-1850)*. 2ª edição revista atualizada. Belo Horizonte: Fino Traço.

ANDRADE, Paulo Bonavides Paes de. *História Constitucional do Brasil*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1991.

ANDRADE, Alexandre de Carvalho de. *Pouso Alegre: expansão urbana e as dinâmicas sócioespaciais em uma cidade média*. Tese de Doutorado. Rio Claro, SP: UNESP, 2014.

ANDRADE, Ana Eugênia; VALE, Fernando Henrique do. *Mercado Municipal de Pouso Alegre: o cotidiano na cidade*. Campinas, SP, Pontes, 2013.

ANDREOTTI, Azilde L. Acervo de fontes de pesquisa para a História da Educação Brasileira: características e conteúdo. 2005. Disponível em www.histedbr.fae.unicamp.br. Acesso em: 08/06/2016.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial (1796-1808)*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo/FFLCH, 1972.

BALEEIRO, Aliomar. *Constituições Brasileiras II 1891*. Biblioteca do Senado Federal. Brasília: Senado Federal, 2012.

BATISTA, Felipe de Alvarenga; BARBOSA, Lidiany Silva; GODOY, Marcelo Magalhães. *Transportes, modernização e formação regional: subsídios a história da era ferroviária em Minas Gerais, 1870-1940*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2012.

BENJAMIN, Walter. *Paris do segundo Império - A boêmia; Flâuner; A modernidade*, 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CANO, Wilson; Luna, Francisco Vidal. *Economia escravista em Minas Gerais*. Cadernos IFCH-UNICAMP, 1. Ed. Campinas: UNICAMP, 1983.

_____. A reprodução natural de escravos em Minas Gerais (Século XIX)- Uma hipótese. In: *Economia escravista em Minas Gerais*. Cadernos IFCH- UNICAMP, vol. 10, outubro. Campinas: 1983.

_____. *Ensaio sobre a Formação Econômica Regional do Brasil*. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2002.

CARRARA, Ângelo. *Minas e currais: Produção rural e mercado interno de Minas Gerais (1674-1807)*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados- O Rio de Janeiro e a República que não foi*. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz, 2005.

CASTELLS, Manuel. *Problemas de investigação em sociologia urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

CASTRO, Pérola Maria Goldefeder e. *Minas do Sul: Visão corográfica e política regional no*

século XIX. Dissertação de Mestrado. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. *A Transição da mão de obra no Sul de Minas: o braço do imigrante e nacional nos periódicos locais*. São Paulo: Paco Editoria, 2011.

CRAVO, Têlio Anísio; GODOY, Marcelo Magalhães. *Por estradas e caminhos no interior do Brasil oitocentista: o desenvolvimento da infraestrutura de transportes de Minas Gerais*. XIV Seminário sobre Economia Mineira, Diamantina.

COSTA, Wagner Cabral da. *Celso Furtado e formação econômica do Brasil: uma interpretação*. Revista Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, v. 2, nº 2. São Luiz: 1996.

COSTA, Ângela Marques da. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COSTA, Maria Lúcia P. *Fontes para a história social do Sul de Minas: os trabalhadores de Paraguruçu e Machado (1850-1900)*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

CUNHA, Alexandre Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. *Congresso Brasileiro de História Econômica, 5; Conferência Internacional de História de Empresas, 6*, 2003, Caxambu, MG. Anais... Caxambu: ABPHE, 2003. 1 CD-ROM.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Trad. Estela dos Santos Abreu. RJ: Contraponto, 1997.

DELFINO, Leonara Lacerda. *A família negra na freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: incursões em uma demografia da escravidão no Sul de Minas*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

DIAS, Reginaldo Benedito. *A História além das placas: os nomes de ruas de Maringá (PR) e a memória histórica*. Revista História e Ensino, v. 6, Outubro, p. 103-120, Londrina, 2000.

DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2ª Edição. São Paulo: EDUSP, 1995.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERREIRA, Natânia Silva. *Elite agrária e processo de urbanização: o município de Varginha-MG (1882-1920)*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

FILETTO, Ferdinando. *Trajatória histórica do café na região sul de Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Federal de Lavras. Lavras: 2000.

FILHO, Luciano Mendes de Faria. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo, RS: UPF. 2000.

FILHO, Afonso de Alencastro Graça. *A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume Editora, 2002.

FONTANARI, Rodrigo. *Um banqueiro do café: a trajetória empresarial do Coronel Christiano Osório de Oliveira e as teias do crédito na economia cafeeira paulista*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editoria Fundo de Cultura S. A, 1959.
- _____. *A Economia Brasileira*. Editora A Noite, Rio de Janeiro.
- _____. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo: Círculo do Livro S/A, 1974.
- _____. *Introdução ao desenvolvimento- Enfoque histórico- estrutural*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000.
- GIORDANO, Carolina Celestino. *Ações sanitárias na imperial cidade de São Paulo: Mercado e matadouros*. Dissertação de Mestrado em Urbanismo. Campinas: Pontifícia Universidade Católica, 2006.
- GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 1988.
- GODOY, Marcelo Magalhães; BARBOSA, Lidiany Silva. *Uma outra modernização*. Transporte em uma província não exportadora- Minas Gerais, 1850-1870. Revista Economia e Sociedade, v. 17, nº2. Campinas, 2008.
- GODOY, Marcelo Magalhães; PAIVA, Clotilde Andrade. *Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas...* Revista Brasileira de Estudos de População, vol. 27, jan/jun 2010.
- GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei, 1831-1888*. São Paulo: Annablume, 2003.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro, 1835-1889*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.
- JUNIOR, José Geraldo Simões. *Cenários de modernidade: os projetos urbanos das capitais brasileiras no início da República*. In: III Fórum de pesquisa FAU. Mackenzie. São Paulo: 2007.
- LAGO, Ivan Jacopetti do Lago. *História da publicidade imobiliária no Brasil*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2008.
- LANA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho*. Campinas: Editora Unicamp, 1989.
- LAXE, João Baptista Cortines; SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. *Regimento das Câmaras Municipaes: ou Lei de 1º de Outubro de 1828*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Editor, 1885.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto (O município e o Regime Representativo no Brasil)*. 4ª Edição. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1978.
- LENHARO, Alcir. *As tropas de moderação: O abastecimento da corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. São Paulo: Edições Símbolo, 1979.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista- Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- _____. Notas sobre fontes para a História Econômica do Brasil. *América Latina en la Historia Económica*. Enero-Junio 1995, p. 99-100. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18232/alhe.v2i03.165>.
- LIMA, João Heraldo. *Café e indústria em Minas Gerais (1870-1920)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1977.
- LINHARES, Maria Yedda. *O Brasil no século XVIII e a idade do ouro: a propósito da problemática da decadência*. Seminário sobre a cultura mineira no período colonial. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1979.

LOPES, Luciana Suarez. *Sob os olhos de São Sebastião: a cafeeicultura e as mutações da riqueza em Ribeirão Preto 1849-1900*. Tese de Doutorado em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, 2005.

_____. A economia e a alocação de riqueza bruta em Ribeirão Preto (1899-1900). *Revista História Econômica & História de empresas*. Vol. 19, nº 1, 2016.

_____. *Um estudo sobre a composição da riqueza de Ribeirão Preto com base nos inventários post mortem (1866-1888)*. Disponível em http://members.tripod.com/~Historia_Demografica/pesquisadores/luciana/index.htm, acesso em novembro de 2017.

LOUREIRO, Waldemar. *Registros de propriedade imóvel*, vol. 1, 6ª Ed. Rio de Janeiro: Editoria Forense, 1968.

MACHADO, José de Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Livraria Martins editora, 1965.

MACHADO, Roberto. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MARCONDES, Renato Leite. *O financiamento hipotecário da cafeeicultura no Vale do Paraíba Paulista (1865-87)*. *Revista Brasileira de Economia*, vol. 56, nº 1. Rio de Janeiro: Março de 2002.

_____; OLIVEIRA, Jorge Henrique Caldeira de. *Trocando de mãos: o mercado de imóveis rurais em Ribeirão Preto (1874-1930)*. *Revista Economia e Sociedade*, v. 22, nº 1(47). Campinas: abril 2013.

MARTINS, Roberto Borges. *A Economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Texto para discussão. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1980.

_____. *Growing in silence: The slave economy of nineteenth-century- Minas Gerais no século XIX*. Tese de Doutorado. Nashville: Vanderbilt University, 1980.

_____. *Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora*. *Estudos Econômicos*, Instituto de Pesquisas Econômicas- USP, v. 13, nº1, 1983.

MARTINS, Marcos Lobato. *Uma história da navegação a vapor no Sul de Minas (1880-1960)*. *Diálogos- Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*, vol. 15, num. 2, maio e agosto de 2011.

MEIRELLES, Helly Lopes. *Direito Municipal Brasileiro*. 16ª Edição (atualizada por Márcio Schneider Reis e Edgard Neves da Silva). São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELLO, Zélia Maria Cardoso. *Metamorfoses da riqueza: São Paulo, 1845-1895*. Editora Hucitec, São Paulo: 1985.

MILET, Henrique Augusto. *A lavoura da canna de assucar*. Pernambuco: Typographia do Jornal do Recife, 1881.

MOTTA, José Flávio; COSTA, Iraci del Nero da. Quando os deveres eram muitos: distribuição e concentração da riqueza a partir dos inventários post-mortem na presença de casos de riqueza líquida negativa. In: *Anais do XVI Encontro Nacional dos Estudos Populacionais*. Caxambú: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2008.

OLIVEIRA, Fernanda Amaral de. *As contas de um município no Império: As fiscalidade de Juiz de Fora, 1857-1889*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2011.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas- USP. São Paulo: 1996.

_____; GODOY, Marcelo Magalhães. *Território de contrastes: Economia e Sociedade das Mi-*

nas Gerais do século XIX. Anais do X Seminário sobre economia Mineira. Belo Horizonte: CE-DEPLAR/UFMG, 2002.

PASCOAL, Isaias. *A economia agrária e poder político no Sul de Minas: formação de uma identidade política e conservadora na primeira metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. IFCH: UNICAMP, 2000.

_____. *Economia e trabalho no Sul de Minas no século XIX*. Revista Economia e sociedade, vol. 16, n. 2 (30), ago. 2007. Campinas: UNICAMP, 2007.

_____. *Fundamentos econômicos da participação política do Sul de Minas na construção do Estado Brasileiro nos anos 1822-1840*. Economia e Sociedade, v. 17, n. 2 (33). Campinas, SP, 2008.

PINHEIRO, Rafaela Carvalho. *Trabalho, terra e capital no Sul de Minas em transição*. Dissertação defendida no programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

PIRES, Anderson José. *Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930)*. Tese de Doutorado do Programa de História Econômica. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP), 2004.

PIKETTY, Thomas. *O Capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2013.

PRADO JUNIOR, Caio. *Distribuição da propriedade fundiária rural no estado de São Paulo*. Boletim Geográfico, ano III, nº 29, agosto de 1945.

_____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.

_____. *A formação do Brasil contemporâneo- Colônia*. Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro. São Paulo: Publifolha, 2000.

RESTITUTTI, Cristiano. *As fronteiras da província: Rotas de comércio interprovincial. Minas Gerais 1839-1844*. Dissertação de Mestrado. Araraquara, SP: Universidade Estadual Paulista, 2006.

SAES, Alexandre Macchione. *Conflitos do Capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927)*. Bauru, SP: Editora EDUSC, 2010.

_____. et al. "Sul de Minas em transição: ferrovias, bancos e indústrias na constituição do capitalismo na passagem do século XIX para o século XX". In: *XIV Seminário de Economia Mineira*. Diamantina: Cedeplar, 2010.

_____; FILHO, Antoniel Avelino. *Escravidão e trajetórias das elites locais: Campanha e Pouso Alegre no ocaso da escravidão*. Revista Cultura Histórica e Patrimônio, volume 01, n. 01. Alfenas: Unifal, 2012.

_____; CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. *Cortando a Mantiqueira: entre café e abastecimento no Sul de Minas (1880-1920)*. In: *Sul de Minas em urbanização: Sul de Minas em Urbanização – Modernização Urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016.

_____; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado; CURI, Luiz Felipe Bruzzi. *O processo de urbanização no Sul de Minas em transição: uma proposta de interpretação*. In: *Sul de Minas em Urbanização: modernização urbana no início do século XX*. São Paulo: Editora Alameda, 2016.

_____; MARTINS, Marcos Lobato. *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX*. Bauru, SP: EDUSC, 2012.

_____; MARTINS, Marcos Lobato; Thiago Fontanelles Rosado Gambi. *Sul de Minas em Urbanização – Modernização Urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016.

Saint-Hilaire, Augusto de. *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

- SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil 1500-1820*. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.
- SILVA, Marcel Pereira da. *De gado a café: As ferrovias no Sul de Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2012, p. 179.
- SLENES, Robert Wayne Andrew. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX*. Estudos Econômicos (IPE/USP), vol. 18, n. 03, setembro-dezembro. São Paulo: Faculdade de Economia e Administração, 1988.
- SOBRINHO, Juliano Custódio. *Produção mercantil e diversificação econômica: um desafio para o sul mineiro, Freguesia de Itajubá (1785-1850)*. In: *XIV Seminário sobre a economia mineira*. Diamantina: Cedeplar, 2010.
- SOUSA, Paulino José Soares (Visconde do Uruguay). *Estudos práticos sobre a administração das Províncias no Brasil*. Primeira parte, tomo I. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Editor, 1865.
- SPIX, Johann & MARTIUS, Carl. *Viagem pelo Brasil*. 3 ed., vol. I. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
- VALE, Fernando Henrique do; SAES, Alexandre Macchione; CARVALHO, Rafaela Rodrigues da Silva. *Pouso Alegre: uma economia de abastecimento numa sociedade exportadora*. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato; Thiago Fontanelles Rosado Gambi. *Sul de Minas em Urbanização – Modernização Urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016.
- VALENTIN, Agnaldo; MOTTA, José Flávio; COSTA, Iraci del Nero da. *Quando os deveres eram muitos: distribuição e concentração da riqueza a partir dos inventários post-mortem na presença de casos de riqueza líquida negativa*. In: *Anais do XVI Encontro Nacional dos Estudos Populacionais*. Caxambú: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2008.
- VIEIRA, Eduardo José. *Produção, comércio e acumulação de riqueza em um município escravista mineiro: Lavras/MG (1870-1888)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2015.
- WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas- o “rural” como espaço singular e ator coletivo*. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº 15, edição de outubro. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2000.
- WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Dicionários

- MICHAELIS. *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. 13ª Impressão. São Paulo: 2007.
- PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.
- SANTOS, Washington dos. *Dicionário Jurídico Brasileiro*. Belo Horizonte: Livraria del Rey Editora, 2001.

Almanaques, Anuários, Corografias e Memorialistas

- ARAÚJO, Alexandre de. *Pouso Alegre através dos tempos*, sequencia histórica. Pouso Alegre: Grafcenter, 1997.
- BERTOLACCINI, João. *Borda da Mata e sua história*. Borda da Mata: Gráfica Imagem, 2000.
- CARVALHO, Côn. Augusto José de. *Terra do Bom Jesus*. Pouso Alegre: Artes Gráficas Irmão

Gino Ltda, 1982.

CAZAL, Padre Manoel Ayres de. *Corografia Brazilica*, ou relação histórico- geográfica do Reinado do Brazil. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817.

DUTRA, Carlina de Moraes. *Sant'Ana do Sapucaí*: atual Silvianópolis. Pouso Alegre: Gráfica Amaral, 2006.

Festas Constantinianas: Edição especial em comemoração ao ano santo. Diocese de Pouso Alegre, 1913. Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

GOUVÊA, Octávio Miranda. *A História de Pouso Alegre*. Pouso Alegre: Editora Art's Gráfica, 1998.

LEFORT, José do Patrocínio. *Cidade de Campanha*: Monografia Histórica. Belo Horizonte, 1972.

MASSENA, José Franklin da Silva. *Panorama do Sul de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, Ano/Vol. 09, Mês Jul/Dez, fascículo 03, 1904.

OLIVEIRA, Antônio Marques de. *Almanack do município de Pouso Alegre*. Rio de Janeiro: Casa Mont'Alverne, 1900.

Pouso Alegre e seus institutos de ensino e de caridade. São Paulo: Oficina Gráfica Ave Maria, 1941.

QUEIROZ, Amadeu de. *Dos sete aos setenta e sete*: Recordações e comentários 1880-1950. São Paulo: Editora Cupolo, 1956.

_____. *O Senador José Bento* (Estudo Histórico). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933.

_____. *A História de Pouso Alegre*. Borda da Mata: Gráfica Imagem, 1998.

ROSSI, Pompeu. *História de Ouro Fino*: seus registros, sua gente e suas lendas. Belo Horizonte, 1981.

SILVA, José Joaquim da. *Tratado de geographia descriptiva da Província de Minas Geraes*. Juiz de Fora: G.C. Dupin, 1878.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanack Sul-Mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1874.

_____. *Almanack Sul-Mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1884.

Documentos Primários

Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1867-1871. Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1872-1875. Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1877-1878. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1878-1881. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1881-1887. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1887-1890. Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1904-1913. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Câmara Municipal de Pouso Alegre. *Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre*: Estado de Minas Gerais. 5ª Edição. Pouso Alegre, 2006.

Código de Posturas de Pouso Alegre de 1831. Manuscrito. Documento pertencente a coleção do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Decreto n. 1960 de 16 de Dezembro de 1906. Collecção das Leis e decretos do Estado de Minas Geraes. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas Gerais, 1906.

Documento em que solicita a deliberação da Câmara Municipal de Pouso Alegre sobre o Hospital de Caridade. Coleção Documentos soltos, 1849. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Leis, Decretos e Modelos relativos à REFORMA ELEITORAL. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881.

Lei N° 1 de Agosto de 1892: Estatutos do Município de Pouso Alegre. Tipografia Silva Cabral, Ouro Preto, 1892, p. 01. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Lei N° 3384 de 15 de Junho de 1886. Livro da Lei Mineira, Tomo XXXVII, Ouro Preto, 1880.

Leis, Decretos e Modelos relativos à REFORMA ELEITORAL. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881.

Livro da Lei Mineira, Lei nº 128 de 14 de março, tomo V, parte 1ª, folha nº 5, 1839.

Livro da Lei Mineira, tomo XXXVII, Ouro Preto, 1880.

Livro de Registros de Terras do Município de Pouso Alegre, 1854, termo de abertura. Disponível no acervo do Arquivo Público Mineiro.

Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre, tomo 01, Disponível no acervo do Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, Mg, digitalizado pelo pesquisador no ano de 2016.

Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre, tomo 02, Disponível no acervo do Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, Mg, digitalizado pelo pesquisador no ano de 2016.

Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre, tomo 03, Disponível no acervo do Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, Mg, digitalizado pelo pesquisador no ano de 2016.

Livro de Ouro da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1887.

Mapa da população do Districto de Pouso Alegre para o ano de 1808. *Arquivo Publico Mineiro,* Belo Horizonte, Coleção Secretaria de governo da Capitania, Caixa 076, Documento 038.

Orçamento para construção do prédio do Mercado Municipal. Pouso Alegre, 1888. Coleção de Documentos soltos, disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Orçamento das obras da Cadeia Pública Estadual de Pouso Alegre. Coleção documentos soltos. Disponível no acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Permissão para construção da cadeia. Coleção documentos soltos. Disponível no acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Posturas da Câmara Municipal de Pouso Alegre. Resolução nº 938 de 08 de Junho de 1858. Livro da Lei Mineira, tomo XXIV. Ouro Preto, 1858.

Projeto de Lei N°145. Coleção Documentos Soltos. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Projecto de Lei n° 3, Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1911. Coleção Documentos Soltos. Disponível no Arquivo Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Proposta sobre a Iluminação da Cidade, 1875. Coleção Documentos Soltos. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Questionários sobre as paróquias da Diocese de Pouso Alegre, 1901. Acervo da Cúria Metropolitana de Pouso Alegre. Digitalizado pelo próprio pesquisador.

Receitas e Despesas da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1870-1910, Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Recenseamento do Brazil em 1872. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger, 1874.

Relatório apresentado à Assembléa de Minas Geraes: na sessão extraordinária de 02 de Março de 1871, pelo Presidente Antônio Luiz Affonso de Carvalho. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro.

Relatório do Fiscal da Câmara, 09 de Janeiro de 1888. Coleção Documentos Soltos. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Relatório do Fiscal Municipal. Coleção Documentos soltos, 1890. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Relatório apresentado pela Intendência à Câmara Municipal de Pouso Alegre em 07 de março de 1892. Coleção Documentos soltos. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Relatório do Chefe do Executivo da Cidade de Pouso Alegre para o ano de 1910, 02 de Fevereiro de 1911, Coleção Documentos Soltos. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Relatório para o ano de 1908. Pouso Alegre, 12 de Janeiro de 1909. Coleção Documentos soltos. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Relatório do Chefe do Executivo à Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1911. Coleção Documentos Soltos, acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Relatório do Fiscal Joaquim José de Paiva. 1865. Coleção Documentos Soltos, disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Relatório dos Presidentes da Província de Minas Gerais, Presidente Jacintho da Veiga, Exposição, 23/03/1843.

Relatório dos Presidentes da Província, Presidente José da Silva Quintiliano, 03/02/1846, disponível em: http://www-apps.erl.edu/brazil/provincial/minas_gerais.

Synopse do Recenseamento de 31 de Dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898.

Jornais, Periódicos e Revistas

BRANT, Celso. *Revista ACaiaca*. Número 27. São Paulo: Sucursal, 1951.

A Ordem, Ouro Preto, Ano II, nº98, 13 de Março de 1891.

Correio Sul- Mineiro. Ano II, número 54, Pouso Alegre, 19 de Novembro de 1905.

Diário de São Paulo. 02 de Março de 1872, Ano VII, nº 1915.

Gazeta do Rio de Janeiro. Quarta Feira, 23 de Janeiro de 1811. Rio de Janeiro, Impressão Régia.

Noticiador de Minas, 21 de janeiro, Ano II, nº 62, 1869.

O Clarim. Ano I, número 05, Pouso Alegre, 09 de Março de 1904.

O Mineiro- Periódico litterário, comercial e noticioso. Pouso Alegre, 19 de Julho de 1874. Disponível no acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

O Pouso-Alegrense. Ano I, nº6. Pouso Alegre, 08 de Agosto de 1880.

Revista do Museu Histórico Tuany Toledo. Outubro de 2010.

VEIGA, Xavier. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano I, fascículo 3. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, jul.-set. 1896.

Proposta realizada com recursos da Lei Federal nº 14.017/2020



Proposta realizada com
recursos da Lei Federal
nº 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc)

Superintendência de
Cultura



Prefeitura Municipal
de **Pouso Alegre**